

# Relatório de Atividades

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANO 2019



JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF2**

*Rio de Janeiro - RJ | Março de 2020*



Presidente  
Desembargador Federal **REIS FRIEDE**

Vice-Presidente  
Desembargador Federal **MESSOD AZULAY NETO**

Corregedor Regional  
Desembargador Federal **LUIZ PAULO ARAÚJO**

Desembargador Federal **PAULO ESPIRITO SANTO**  
Desembargadora Federal **VERA LÚCIA LIMA**  
Desembargador Federal **ANTONIO IVAN ATHIÉ**  
Desembargador Federal **SERGIO SCHWAITZER**  
Desembargador Federal **POUL ERIK DYRLUND**  
Desembargador Federal **ANDRÉ FONTES**  
Desembargador Federal **ABEL GOMES**  
Desembargador Federal **LUIZ ANTONIO SOARES**  
Desembargador Federal **GUILHERME COUTO**  
Desembargador Federal **GUILHERME CALMON**  
Desembargador Federal **JOSÉ ANTONIO NEIVA**  
Desembargador Federal **FERREIRA NEVES**  
Desembargadora Federal **NIZETE LOBATO CARMO**  
Desembargador Federal **ALUISIO MENDES**  
Desembargador Federal **GUILHERME DIEFENTHAELER**  
Desembargador Federal **MARCUS ABRAHAM**  
Desembargador Federal **MARCELO PEREIRA DA SILVA**  
Desembargador Federal **RICARDO PERLINGEIRO**  
Desembargadora Federal **CLÁUDIA NEIVA**  
Desembargadora Federal **LETICIA DE SANTIS MELLO**  
Desembargadora Federal **SIMONE SCHREIBER**  
Desembargador Federal **MARCELLO GRANADO**  
Desembargador Federal **ALCIDES MARTINS**  
Desembargador Federal **THEOPHILO MIGUEL**



JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF2**

# Sumário

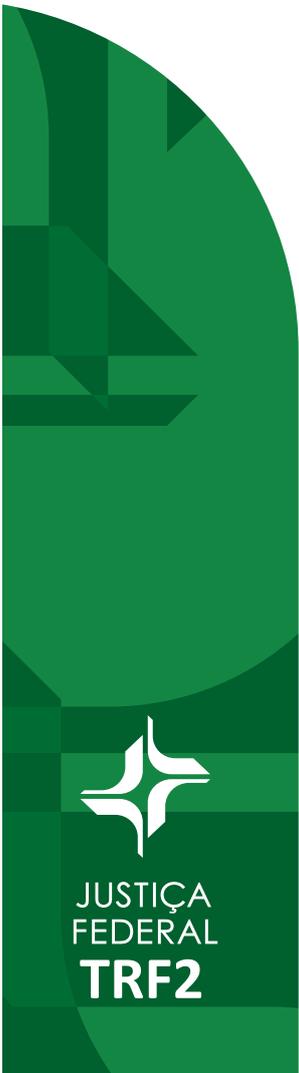
## Relatório de Atividades

### Ano 2019

1. Presidência . . . . .	08
2. Vice-Presidência . . . . .	13
3. Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região. . . . .	16
4. Coordenadoria dos Juizados Federais . . . . .	18
5. Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região . . . . .	20
6. Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região . . . . .	21
7. Centro Cultural Justiça Federal . . . . .	22
8. Planejamento Estratégico e Governança . . . . .	23
9. Gestão Judiciária . . . . .	30
10. Gestão de Pessoas . . . . .	38
11. Gestão de Material e Patrimônio . . . . .	45
12. Gestão de Infraestrutura . . . . .	50
13. Gestão de Tecnologia da Informação . . . . .	51
14. Gestão Orçamentária e Financeira . . . . .	58
<b>SIGLAS . . . . .</b>	<b>63</b>
<b>ANEXO - MAPA DE JULGADOS . . . . .</b>	<b>67</b>



JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF2**



JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF2**



# Apresentação

## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XXXII do art. 22 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), a Presidência do TRF2 apresenta o Relatório Anual, com destaque para as principais atividades realizadas ao longo do exercício de 2019.

Dando continuidade às ações empreendidas em gestões anteriores, esta Presidência dispôs de austeridade na reavaliação da programação das despesas discricionárias.

Essa iniciativa objetivou a otimização dos recursos em 2019, de forma a atender demandas com reformas e investimento, levando em conta que as restrições, a partir de 2020, passam a ser mais severas, com o término da *regra transitória* da Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal. Tal dispositivo permitia, até 2019, que o Poder Executivo aumentasse os limites dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Retomando os efeitos da Emenda em tela, cabe mencionar que a proposta aprovada para 2020 apresentou uma redução dos limites com despesas de custeio da ordem de 25% em relação à Lei Orçamentária de 2019. Tal fato impôs, ainda em 2019, uma agenda comprometida com as medidas voltadas à diminuição de custos, inclusive com corte de recursos orçamentários que haviam sido previstos para atendimento das necessidades de diversos setores da Administração.

Com advento dessa Emenda, abriu-se novo paradigma na gestão dos recursos públicos que reclama dos dirigentes eficiência e eficácia na aplicação dos orçamentos.

Sob tal perspectiva, a atuação da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) focou as áreas alinhadas ao planejamento estratégico de modo a garantir a execução orçamentária voltada ao cumprimento da missão da JF2 comprometida com a prestação jurisdicional célere e com qualidade.

No âmbito das ações de reforma predial, concluídas ou iniciadas em 2019, o TRF2 vem, no forte intuito de zelar pela integridade do imóvel sob sua responsabilidade, trabalhando para propiciar a magistrados, servidores, estagiários, terceirizados, advogados e público em geral uma sede com instalações seguras e adequadas ao funcionamento regular das atividades.

Nesse cenário, foram entregues três andares do prédio-sede do TRF2 reformados e foram contratados serviços de recuperação de mais seis pavimentos. Além dessa empreitada, foram concluídos vários serviços como a primeira fase da recuperação da estrutura de apoio das torres de resfriamento e da impermeabilização da cobertura do prédio-sede, substituição da tubulação de recalque e modernização dos elevadores privativos, entre outros.

No tocante à decisão plenária de aquisição de novas instalações para a sede desta Corte, faz-se relevante sublinhar que a Presidência do TRF2 não vem medindo esforços nas tratativas para aquisição de uma nova sede, haja vista que o atual complexo predial necessita, com frequência, de muitas intervenções nas instalações, que contam com o desgaste natural do tempo de uso, agravado por tratar-se de prédio adaptado.

No terreno da produtividade da JF2, constata-se que a implantação do e-Proc vem concorrendo, progressivamente, para os bons resultados, haja vista a automação de diversas etapas do processamento dos feitos, com cronogramas fixando ações programadas para as respectivas digitalização e migração dos autos físicos para o suporte digital. Com a determinação da força de trabalho, a Presidência estima que, em 2020, a JF2 possa contar com apenas um Sistema Processual (e-Proc), desativando-se o sistema processual eletrônico APOLO.

Comprometida com os anseios da população por uma Justiça célere e eficaz, a JF2 empenhou-se na realização das audiências de conciliação com vistas a promover a paz social, alcançando um patamar de 111,83% da meta 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Destaca-se a conclusão da implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), a partir de 14/10/2019, regulamentado pela Resolução TRF2-RSP-2019/00075, tornando-se o instrumento oficial usado para o processamento de informações e da prática de atos processuais relativos à Execução Penal, no âmbito do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

O SEEU é uma ferramenta virtual de controle de execução penal e de dados do sistema carcerário e compõe o Projeto “Justiça Presente”, realizado em parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Nessa esteira, consignam-se os estudos promovidos por esta Corte, em 2019, para se instituírem as Sessões Virtuais de Julgamento de processos judiciais e administrativos no âmbito deste Tribunal, nos termos do disposto nos arts. 149-A e 149-B do Regimento Interno, culminando com a edição da Resolução nº TRF2-RSP-2020/00002, de 8/1/2020, aprovada na decisão plenária de 5/12/2019.

O desempenho do TRF2, no que tange ao cumprimento de metas definidas no “III Encontro Nacional do Poder Judiciário”, encontra-se detalhado na seção 8. *Planejamento Estratégico e Governança*.

As parcerias materializadas em convênios e instrumentos congêneres constituem importantes instrumentos à disposição dos gestores, mormente se considerarmos o atual cenário fiscal, além da necessidade de coligar todos os esforços disponíveis rumo à disseminação de técnicas as mais modernas, além do aprofundamento do estudo de temas caros ao universo jurídico

Nesse sentido, destaca-se, entre outros, o *Protocolo de Cooperação Jurídica Internacional*, celebrado entre o TRF2, por meio da Escola de Magistratura Regional Federal (EMARF), e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa - ISCSP/ULisboa. Tal Iniciativa tem por escopo promover a cooperação entre as duas instituições com o objetivo de realizar, conjuntamente, atividades de natureza acadêmica, científica, técnica, pedagógica e cultural em áreas de interesse comum.

Por outro lado, registra-se o contínuo interesse dos órgãos públicos pela cessão de uso do Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Módulo Documentos (SIGA – Doc), anotando-se que houve celebração de diversos acordos ao longo do exercício de 2019.

Para a consecução desses objetivos traçados, a JF2 vem contando com a dedicação, a seriedade e a competência da força de trabalho.

Sob forte inspiração do reconhecimento dos valiosos serviços prestados à sociedade, foi instituída a Medalha do Mérito Judiciário por meio da Resolução nº TRF2-RSP-2019/00052, de 5/7/2019.

Na mesma seara, afigura-se a importância ao incentivo ao amadurecimento profissional do nosso corpo de pessoal, coroando os esforços despendidos em um cenário desafiador de restrições orçamentárias.

Portanto, como forma de valorização do empenho dos servidores, deu-se a homenagem especial aos representantes das áreas fim e administrativa do TRF2, eleitos em 1º lugar, por meio da cerimônia do Mérito Institucional 2019.

Como a gestão dos recursos orçamentários, ao longo do exercício de competência, mostrou-se eficiente, inclusive com a economia da entrega de três andares, antes alugados, e das despesas decorrentes, relativas ao imóvel situado na R. Dom Gerardo, foi possível implementar outras ações.

Assim, promoveu-se a atualização da frota de veículos do TRF2, após prévio levantamento da situação dos carros em que se apuraram fatores como o crescente aumento de despesa com manutenção, a existência de unidades com mais de dez anos de fabricação e outras fora de linha. A ação em comento constou do Plano Anual de Aquisição de Veículos da Justiça Federal da 2ª Região – JF2, submetido à apreciação e aprovado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), em consonância com a Resolução CJF nº 72/2009.

Com a implementação da citada aquisição, pretendeu-se garantir a segurança no transporte de magistrados, o que constitui medida determinante à diminuição da ocorrência de riscos. Além disso, buscou-se destinar parte das viaturas para utilização pelas Seções Judiciárias da Justiça Federal da 2ª Região, que contavam com frotas ainda mais precárias, e uma parcela foi destinada ao Gabinete de Segurança Institucional da Justiça Federal da 2ª Região (GSI/TRF2), considerando os expressivos indicativos de violência na cidade do Rio de Janeiro. Ainda no tocante aos demais veículos, releva acrescentar que já foram iniciadas as rotinas voltadas à realização de leilão cujos recursos arrecadados serão recolhidos aos cofres públicos.

A realidade impõe aos gestores a adoção *incontinenti* de ações voltadas à garantia de segurança dos magistrados, servidores, autoridades e público em geral; e, em última instância, dotar as unidades da Justiça Federal da 2ª Região de condições para o cumprimento da missão institucional. Essas iniciativas necessitam de um vetor que garanta a sistematicidade e efetividade de sua implementação. Nesse sentido, a Presidência se dedicou, sobremaneira, a discipliná-las por meio da expedição de diversos normativos com abrangência em toda a JF2.

Esses instrumentos encontram-se em alinhamento com a política de segurança institucional, orgânica e da informação estabelecida no âmbito do TRF2, assim como de segurança pessoal de magistrados em situação de risco, em consonância com a política de âmbito nacional.

No intuito de extrair o máximo das capacidades laborais e com a aplicação das técnicas mais modernas na esfera da governança e da *accountability*, a Presidência editou, em 6/12/2019, a Portaria nº TRF2-PTP-2019/00813, que aprovou, no âmbito administrativo, a cadeia de valores e o modelo básico da arquitetura de processos da JF2.

O normativo levou em conta, ainda, a importância da consolidação do conhecimento a respeito dos processos de trabalho executados pela Justiça Federal da 2ª Região (JF2) que contribuem para a geração de valor à sociedade por meio da prestação jurisdicional.

A referida norma, com efeito, proporciona a estruturação, de forma sistêmica e hierárquica, dos processos de trabalho organizacionais da JF2, para melhorias no planejamento, execução, controle e monitoramento da gestão.

Com grata satisfação, sublinha-se que o TRF2 conquistou a quarta posição, entre noventa e dois partícipes (noventa tribunais, o CNJ e o CJF), no *ranking* de sustentabilidade. A Corte obteve a classificação de “Aprimorado” em gestão de recursos com impacto socioambiental, segundo estudo promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A informação foi divulgada no “VI Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário”, realizado na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. No item 12 (Sustentabilidade Ambiental), são expostas informações que melhor detalham a atuação do TRF2 nesse campo de atuação.

O TRF2 elaborou vídeo institucional que aborda a história e os serviços prestados pela Instituição, de forma didática e ilustrativa. O objetivo é levar ao cidadão um maior conhecimento sobre o trabalho realizado pela Corte, além de mostrar a importância da Justiça Federal para a sociedade brasileira.

Nas seções próprias do presente Relatório, alguns dos pontos abordados nesta Apresentação serão desdobrados pelas unidades integrantes da Administração, além da indicação de outras ações, também reputadas relevantes no contexto do presente Relatório.

A Justiça Federal da 2ª Região (JF2) persevera no compromisso de aperfeiçoar os meios para que a entrega da tutela jurisdicional se efetive de forma célere e com qualidade, isto é, assegurando a garantia de resposta judicial efetiva e em tempo razoável. Os dirigentes têm o dever inafastável de contribuir, de forma efetiva, para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2020.

**REIS FRIEDE**

Presidente

## 1. Presidência

### Serviço de Atendimento ao Cidadão

Em linhas gerais, o serviço de Atendimento ao Cidadão observou os termos da Lei de Acesso à Informação, a ARIC prestando os mais diversos tipos de informações como: movimentações processuais nas diferentes Cortes de Justiça (TRFs, STJ e STF); informações sobre obtenção de documentos de identidade; certidões de processos tramitando na Justiça Federal da 2ª Região (JF2); solicitação de jurisprudências dos mais diferentes tipos, entre outras.

Com o foco na cidadania, foram reestruturadas as Visitas Guiadas ao TRF2 com relação aos alunos dos ensinos fundamental e médio.

Trabalhou-se, também, no sentido de conferir maior autonomia aos jurisdicionados e demais cidadãos orientando-os e incentivando-os para a utilização dos terminais de autoatendimento e do Portal de Informações do TRF2. Em resultado, os jurisdicionados e demais cidadãos obtiveram as respostas e os esclarecimentos solicitados

No sentido ainda de possibilitar, de forma otimizada, o atendimento de instituições públicas e privadas, foi implantada uma “agenda positiva” para o Presidente do TRF2.

Anota-se o registro de 408 pedidos de informação encaminhados por intermédio do *e-mail* institucional [imprensa@trf2.jus.br](mailto:imprensa@trf2.jus.br), os quais foram atendidos com a maior rapidez, amplitude e profundidade possível, em respeito à política de transparência irrestrita.

Com efeito, o TRF2 mantém um canal dinâmico e em tempo real para troca de mensagens pelo celular, por meio do popular aplicativo *Whatsapp*. O grupo *AscomTRF2* possuía, até o final de 2019, 206 jornalistas, de variados veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica.

Sob mesma perspectiva, para ampliar os meios de divulgação, o TRF2 conta com o *Twitter* (@TRF2Imprensa) para publicação das manchetes das matérias produzidas, com vínculo para a página de notícias do portal [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), a respeito de decisões judiciais e de ações administrativas com repercussão no dia a dia da população.

### Eventos

Em relação aos eventos ocorridos no exercício de 2019, pode-se destacar:

- *Solenidade de Entrega dos Bótons 30 anos.*
- *Posse dos novos dirigentes do TRF2 no Theatro Municipal do Rio de Janeiro.*
- *“Falando Direito” com a presença do Ministro do STJ.*

Cita-se a realização da cobertura, pelas Relações Públicas e Cerimonial, do 8º Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (FOREJEF), ocorrido no período de 11 a 13/11/2019. A publicação impressa foi distribuída aos magistrados das capitais e do interior e a versão eletrônica da revista encontra-se divulgada, em formato de arquivo digital “pdf”, na página de publicações oficiais do TRF2 na *internet*.

## Segurança Institucional

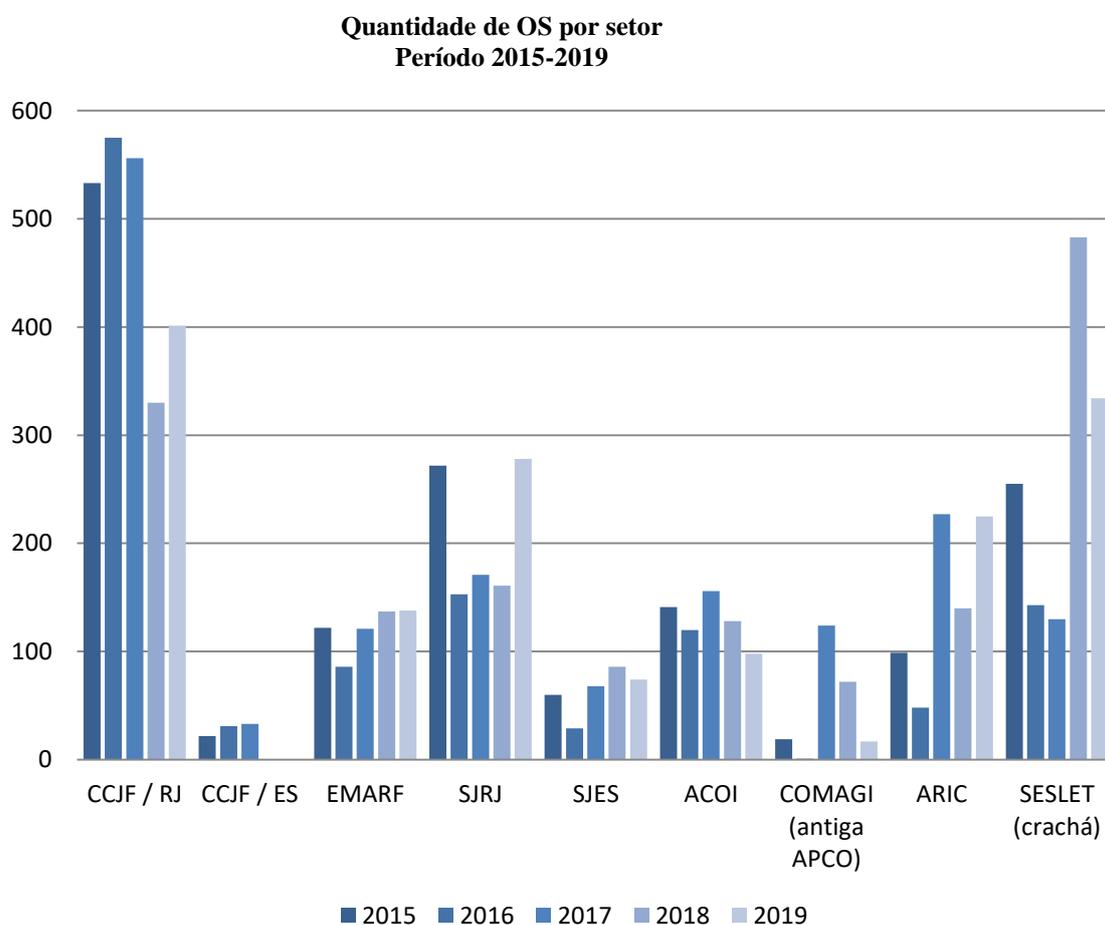
Pontua-se a participação do Gabinete de Segurança Institucional da Justiça Federal da 2ª Região (GSI) na criação do Sistema de Inteligência de Segurança Institucional da Justiça Federal.

Entre os diversos instrumentos de normatização dessa matéria, faz-se pertinente a alusão:

- ao Plano de Segurança Institucional (PSI) no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região – Resolução TRF2 nº 56/2019.
- às atividades do sistema de Segurança Institucional e do Gabinete de Segurança Institucional no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região - Resolução TRF2 nº 57/2019.
- ao Porte de Arma de Fogo Institucional para uso do Agentes de Segurança Judiciária no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região – Resolução TRF2 nº 78/2019.

No campo da adoção de medidas voltadas à sustentabilidade, a ser tratada no item 12, anota-se o término dos informes impressos e priorização da plataforma digital para divulgação de assuntos de relevância aos públicos interno e externo.

No tocante à produção da COPGRA, segue gráfico com série histórica de atendimento aos setores integrantes do TRF2, Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES):



## Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF-2ª Região (NPSC2) tem por objetivo promover a pacificação social por meio da via conciliatória, de forma eficaz, simples e ágil, nas demandas entre cidadãos e entes públicos, na fase pré-processual e no curso do processo judicial.

No exercício de 2019, foram realizados mutirões de audiências de conciliação em processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação (CEF/ENGEA), à Fundação Habitacional do Exército (FHE) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além das audiências coletivas inerentes aos processos de expurgos inflacionários de caderneta de poupança (CEF).

Relativamente à meta 3 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (Fomentar o alcance percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos), a Justiça Federal da 2ª Região (JF2) apurou o quantitativo de conciliações abaixo listados, alcançando um índice de 111,83%.

Mutirão	JF2	1º Grau	2º Grau	JEFs	Turmas Recursais
Conciliações	<b>18.240</b>	1.628	412	16.038	162

A Formação do Cadastro de Conciliadores e Mediadores da 2ª Região, com total de 364 Conciliadores cadastrados, conta com 134 Conciliadores já certificados e 230 em estágio supervisionado.

## Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal

O Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal (CAIJF), atualmente pertencente à estrutura do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF da 2ª Região (NPSC2), foi criado em 2012, por meio da Resolução nº T2-RSP-2102/00026, nos termos dos Acordos de Cooperação Técnica nº 01/2010; nº 28/2011; e nº 23/2013.

### Programa de Justiça Itinerante:

O Programa “Justiça Itinerante” tem por objetivo:

- I - buscar soluções conciliadas como fórmula de pacificação social eficiente;
- II - realizar conciliações, audiências, perícias judiciais, de modo a ampliar o acesso ao sistema dos juizados federais especiais;
- III - viabilizar o primeiro atendimento e disponibilizar informações sobre o andamento de processos em tramitação na Justiça Federal;
- IV - integrar os juízes às comunidades, promovendo uma mudança de relacionamento entre a sociedade civil e o Poder Judiciário;
- V - realizar palestras sobre direitos do cidadão;
- VI - apresentar projetos alinhados a objetivos estratégicos da Justiça Federal; e

VII - expandir as ações afirmativas e de responsabilidade social que vêm sendo implementadas pelo Poder Judiciário.

### **Educação para a Cidadania**

No campo das atividades educacionais, cuja a finalidade principal é trabalhar conceitos múltiplos de cidadania, disponibilizando informações práticas sobre a função e o funcionamento da Justiça Federal, o CAIJF desenvolveu as seguintes atividades:

- Mantendo a parceria com o projeto Justiça Cidadã do TJRJ, o CAIJF participou durante o exercício em questão, oferecendo ao Projeto, palestra ministrada pelo juiz supervisor do CAIJF no Fórum Estadual de Campo Grande/RJ.

- Em parceria com o Instituto de Educação em Direito e Fraternidade (IEDF), o CAIJF, atuou em 2 encontros que envolveram alunos de nível médio vinculados ao colégio federal Pedro II. O segundo encontro foi a promoção de evento com o Ministro do STJ que palestrou para os alunos no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF).

- Foram realizadas, ainda, 2 ações educativas com os alunos do Colégio Estadual Albert Sabin, em Campo Grande/RJ. As atividades contaram com uma palestra do juiz supervisor do CAIJF e da juíza supervisora do Foro Regional Federal de Campo Grande/RJ, no próprio Colégio e, ainda, uma visita ao referido Foro. Nesses encontros foram trabalhados conceitos múltiplos de cidadania, sendo disponibilizadas aos alunos, informações práticas sobre a função e o funcionamento da Justiça Federal, sobre direitos previdenciários e trabalhistas e, também, sobre Responsabilidade Social.

- Em função da implantação do Programa de Justiça Itinerante foram realizados 3 encontros de atividades pedagógicas, focadas no atendimento dos Juizados Especiais Federais. A principal matéria abordada foi o Direito Previdenciário e a Previdência Social, quando palestraram, ao longo dos encontros, a Juíza supervisora do Foro Regional de Campo Grande/RJ, o juiz supervisor do CAIJF e duas servidoras do INSS, vinculadas ao Programa de Educação Previdenciária (PEP/INSS).

### **Auditoria Interna**

As atividades de auditoria, no âmbito da Justiça Federal 2ª Região (JF2), são realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (SAI/TRF2), Unidades Gestoras (UGs) 090028, 090034, 090048 e 090054), pela Subsecretaria de Controle Interno da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SCO/SJRJ), UG 090016, e pelo Núcleo de Auditoria Interna da Seção Judiciária do Espírito Santo (NAI/SJES), UG 090014, órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno da Justiça Federal da 2ª Região (SCI/JF2), nos termos da Resolução CJF nº 85/2009, de 11/12/2009, do Conselho da Justiça Federal (CJF), com subordinação técnica à Secretaria de Auditoria Interna do CJF (SAI/CJF), órgão central do SCI/JF, ao qual compete a orientação normativa e a supervisão das unidades regionais do Sistema.

A SAI/TRF2, como órgão setorial do SCI/JF2, realiza auditorias, inspeções, fiscalizações, acompanhamentos e avaliações no Tribunal e nas Seções Judiciárias vinculadas, com auxílio das respectivas unidades Seccionais (NAI/SJES e SCO/SJRJ).

Em que pesem as mudanças iniciadas no segundo semestre, a SAI/TRF2 e Seccionais de Controle Interno da JF2 deram cumprimento às ações previstas no Plano Anual de Auditoria 2019 – PAA2019 (<http://www10.trf2.jus.br/ai/wp-content/uploads/sites/3/2017/01/jf2r-plano-anual-de-auditoria-2019.pdf>), dentro do

escopo e metodologia previstos para o ano, de forma a evitar a descontinuidade das atividades sem o devido replanejamento e preparação das equipes, o que poderia trazer mais prejuízos do que benefícios ao trabalho.

No âmbito do TRF2, foram previstos 3 auditorias e 10 monitoramentos no PAA2019, sendo que apenas a constante do item 1.2 deixou de ser executada, por perda de objeto, visto que a JF2 não constou do rol de órgãos obrigados a entregar Relatório, Certificado e Parecer de Auditoria para compor o Processo de Contas do ano 2019, relativo ao exercício financeiro 2018, nos termos da Decisão Normativa - TCU nº 172 de 12/12/2018. Entre as ações executadas, destacam-se aquelas constantes dos itens 1.1 (Auditoria de Conformidade: Contratos de Obras), 1.3 (Auditoria de Gestão: Segurança da Informação) e 1.5 (Monitoramento da Auditoria sobre o processamento do reajuste de pensões com paridade).

No âmbito da SJRJ, foram previstos 6 auditorias e 3 monitoramentos no PAA2019, executados integralmente. Destacam-se os itens 2.2 (Auditoria Operacional: Procedimentos referentes à gestão da frota de veículos), 2.3 (Monitoramento: Auditoria em Despesas com Informática, incluindo aspectos orçamentários), 2.4 (Auditoria de Conformidade: Substituições de Servidores em funções comissionadas e cargos em comissão), 2.7 (Monitoramento de Auditoria: Concessão de Benefícios – Auxílio Saúde e Auxílio Alimentação), 2.8 (Auditoria de Conformidade: Concessão de Benefício Auxílio Pré-escolar) e 2.9 (Auditoria de Conformidade: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis).

No âmbito da SJES, foram previstos 3 auditorias e 2 monitoramentos no PAA2019, devidamente executados. Pontuam-se os itens 3.1 (Auditoria Operacional: procedimentos para apuração e aplicação de penalidade em descumprimentos contratuais), 3.2 (Monitoramento: auditoria de controles internos na área de licitações) e 3.4 (Monitoramento: auditoria sobre o processamento e controle da concessão e pagamento dos benefícios de auxílio saúde e do auxílio alimentação).

Há que se registrar ainda as 2 Ações Coordenadas de Auditoria, constantes dos itens 6.1 (Auditoria Coordenada na área Contábil, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional) e 6.2 (Auditoria Coordenada na área de Gestão Documental) do PAA2019, que foram demandadas diretamente pelo CNJ para serem realizadas no Poder Judiciário Nacional no ano de 2019. Cabe salientar que ainda não foi facultado acesso aos resultados consolidados, pois não só o planejamento, mas também a consolidação das informações e elaboração do relatório final, ficam a cargo da Secretaria de Controle Interno do CNJ – SCI/CNJ, cabendo à SAI/TRF2 apenas a etapa de coleta e validação das informações.

Em paralelo aos trabalhos de Auditoria e de Monitoramento, deu-se continuidade às atividades de Acompanhamento da Gestão, que consistem em verificações desenvolvidas pelos diversos órgãos do SCI/JF2, de forma contemporânea aos atos praticados pelos gestores, no âmbito dos respectivos processos/procedimentos administrativos, além de consultorias prestadas à Administração por meio de pareceres e atendimento a consultas formuladas. Nesse sentido, foram analisados 1.508 processos/procedimentos administrativos e prestadas 51 consultorias, totalizando 1.559 procedimentos de Acompanhamento de Gestão, conforme quadro a seguir:

## Procedimentos de Acompanhamento de Gestão

TIPO	TRF2	SJRJ	SJES	JF2
Procedimentos Licitatórios	41	131	40	212
Processos de Execução Orçamentária e Financeira	545	74	31	650
Processos de Pessoal	400	131	115	646
Consultorias (resposta à consultas formais, orientações por e-mail/telefone e participação em reuniões)	3	48	0	51
<b>TOTAL</b>	<b>989</b>	<b>384</b>	<b>186</b>	<b>1.559</b>

Ainda no âmbito das rotinas de Acompanhamento da Gestão, no que tange aos demonstrativos contábeis, orçamentários e financeiros da JF2, foram avaliados a integralidade dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), os registros contábeis de material de consumo e permanente, bens imóveis, intangíveis, despesas de pessoal e aqueles decorrentes das contratações. Não foram observadas divergências relevantes. Por fim, cabe ressaltar a mudança na política contábil relacionada ao registro dos passivos de precatórios, que deixaram de integrar o balanço da JF2 para integrar o passivo das entidades devedoras.

Diante do exposto, as ações de Auditoria e de Monitoramento previstas no PAA-2019 e as ações de Acompanhamento da Gestão, realizadas no exercício de 2019, avaliaram a conformidade, eficiência, controles internos, gestão de risco e governança, além da adequação das informações contábeis, orçamentárias e financeiras. Os resultados das avaliações demonstram desempenho satisfatório dos controles internos administrativos da JF2, os quais possuem capacidade para identificar, evitar e corrigir, em sua maioria, as falhas e irregularidades, minimizando, assim, os riscos relacionados aos processos relevantes da gestão.

## 2. Vice-Presidência

### Estabilização do Acervo em Tramitação:

Durante o exercício de 2019, com relação ao acervo total deste Tribunal Regional Federal da 2ª-TRF2, a Assessoria de Recursos da Vice-Presidência suportou um volume de entradas correspondente a 38%, sendo responsável por 34% da baixa no acervo.

O acervo em tramitação (acervo total menos o quantitativo de sobrestados) chegou ao final do exercício com 164 processos físicos, contra 1799 ao final de 2018, e com 5321 processos eletrônicos, contra 3979 ao final do exercício de 2018. O acervo em tramitação da Vice-Presidência chegou ao final do exercício com 5485 processos físicos e eletrônicos, contra 5778 em dezembro de 2018, com redução de 5,34%, demonstrando a estabilização durante o exercício.

O acervo total, no entanto, desenhou curva de crescimento no período, terminando o exercício com 169 processos físicos, contra 1985 ao final do exercício de 2018, e 11459 processos eletrônicos, contra 6075 ao final do exercício de 2018, totalizando 11628 ao final do exercício, contra 8060 ao final do exercício de 2018, com aumento de 44,25%.

Cumprе ressaltar que o aumento do acervo total da Vice-Presidência se deu exclusivamente no quantitativo de sobrestados, pois o acervo em tramitação sofreu

redução de 5,34%. Já os processos sobrestados saltaram de 2282, em dezembro de 2018, para 6143 ao final do exercício anterior. Um aumento de 169,19%. Não há abordagens possíveis para redução desse quantitativo, pois a movimentação desses processos só é possível quando publicados os acórdãos de mérito dos respectivos representativos da controvérsia nos Tribunais Superiores. Considerando que os sobrestados integram o acervo total, forçoso concluir que também esse indicador é de difícil controle. Logo, o foco deve ser o acervo em tramitação, sua manutenção em patamares estáveis e perseguindo sua redução.

Alinhamento estratégico: “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”.

### **Análise do Teor de Julgados Proferidos nos Tribunais Superiores:**

O volume de resultados de julgamento de processos eletrônicos recebidos dos Tribunais Superiores é bastante significativo.

Chegaram 13.046 resultados de julgamento no exercício de 2019 de ambos os Tribunais Superiores, contra cerca de 14.779 no exercício anterior. Desses, mais o residual do exercício de 2018 (6.057), totalizando 19.103 resultados, foram processados 17.892 (93,66%), restando 1.211 resultados do exercício de 2019 por processar. Vale ressaltar que o quantitativo de julgamentos processados em 2019 foi 42,44% maior que o de 2018, o que representa cerca de 5.300 resultados processados em 2019 a mais que em 2018.

Por ocasião de sua chegada, cada resultado tem que ser lido para exame do conteúdo, pois pode conter determinação de novo julgamento, requisição dos autos físicos, digitalização de outras peças, entre outras situações que não impliquem simplesmente no seu encaminhamento ao Juízo de origem.

Mesmo em relação àqueles que serão encaminhados a seus respectivos Juízos, é preciso criar um expediente eletrônico no SIGA-Doc para cada resultado e anexá-lo, depois de salvá-lo em diretório próprio, a fim de encaminhá-lo à Vara originária (processos físicos baixados).

Além disso, muitos resultados vêm com tamanho acima de 10 MB, não suportado pelo SIGA. Nesse caso, é preciso executar algumas ferramentas para reduzi-los ou *particioná-los*, a fim de viabilizar seu encaminhamento. Em alguns casos, nem isso funciona, o que demanda a impressão das peças para envio físico ao Juízo de origem, ou sua inserção em uma mídia (DVD) para o mesmo fim.

No caso dos processos eletrônicos, eles são reativados e as peças, anexadas na sequência de folhas. Após a análise do conteúdo decisório consolidado, é dado o encaminhamento adequado à tramitação processual. Na grande maioria das vezes, significa a baixa definitiva do processo ao Juízo de origem.

A questão é que os Tribunais Superiores mandam todos os resultados, diga-se, “por atacado”, enquanto a Vice-Presidência precisa analisá-los um a um, separar por cada Juízo de ambas as Seções Judiciárias e varas estaduais, eventualmente executar rotinas de redução de tamanho e criar expedientes no SIGA para envio de cada um deles.

Considerando o detalhamento desse segmento, com todas as suas diversas características, o resultado obtido foi excelente não só pela produtividade alcançada, mas também pelo residual que sobrou do exercício de 2019: o menor dos últimos anos.

Alinhamentos estratégicos: “Efetividade na prestação jurisdicional” e “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”.

### **Digitalização de Autos Físicos e Conversão em Autos Eletrônicos:**

No exercício de 2019, foi feito um grande esforço no sentido da digitalização dos autos físicos sobrestados no âmbito da Assessoria de Recursos da Vice-Presidência (AREC), ou seja, aqueles egressos de varas estaduais (competência delegada) e os de competência originária deste Tribunal. Em ambos os casos, os autos físicos desses processos permaneciam nas dependências da AREC, na condição de sobrestados. Praticamente, todos foram convertidos em processos eletrônicos, enquanto grande parte dos autos físicos correspondentes foi devolvida aos respectivos Juízos de origem mediante a autorização contida no Despacho nº TRF2-DES-2019/48205, exarado na informação nº TRF2-INF-2019/11686. Vale ressaltar que a atividade de baixa dos autos físicos dos processos convertidos em eletrônicos foi relacionada para execução durante o recesso forense de 2019/2020.

Além disso, um esforço conjunto da Secretaria de Atividades Judiciárias-SAJ, do Núcleo de Digitalização (NUDIG) e da AREC permitiu a digitalização integral dos autos físicos encaminhados à Coordenadoria de Distribuição, Registro e Autuação para redistribuição à Vice-Presidência para que pudessem ser convertidos em processos eletrônicos por ocasião de seu recebimento na AREC.

O quantitativo de autos físicos no acervo ao final do exercício de 2019 reflete o resultados dessas ações: 169 processos, o que representa aproximadamente 1,45% do total do acervo.

Dessa forma, pode-se afirmar que, durante o exercício de 2020, todo o acervo da Vice-Presidência será de processos eletrônicos.

Alinhamento estratégico: “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”.

### **Caixas e Pastas e Documentos Diversos – Eliminação – Remessa ao Arquivo - Guarda:**

No recesso forense de 2019/2020, uma das tarefas desenvolvidas foi a triagem das pastas e caixas de documentos para fins de eliminação, remessa ao arquivo ou guarda no setor de acordo com as regras da gestão documental do Conselho da Justiça Federal e da Segunda Região da Justiça Federal, em face da previsão de mudança da AREC para um espaço físico menor.

As Resoluções nº 318/2014, do Conselho da Justiça Federal (CJF), e nº 18/2011, do TRF2, dispõem, respectivamente:

*“Art. 20. Os documentos previstos no PCTT, para imediata eliminação após o prazo de arquivo corrente, devem ser eliminados na própria unidade responsável, sem transferência para unidade arquivística e sem publicação de edital de eliminação.”*

*“Art. 36. A eliminação de documento com temporalidade vencida no arquivo corrente e que não tenham temporalidade prevista no arquivo intermediário deverá ser feita pela unidade organizacional que detém a guarda do documento, sem remessa à unidade arquivística e sem necessidade de publicação de edital de eliminação.”*

O “PCTT”, mencionado no artigo 20 da Resolução do CJF, significa “*Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade*”, documento que estabelece, de forma objetiva, os prazos de guarda dos diversos tipos de documento no setor de origem, disciplinando as providências após decorridos os períodos apontados.

Dessa forma, a separação dos documentos identificou 271 caixas e cerca de 30 pastas que se enquadravam no critério dos normativos acima, possibilitando sua eliminação.

Considerando o volume de documentos que ainda se encontravam guardados no âmbito da AREC, não seria possível realizar essa atividade fora do período do recesso.

Vale ressaltar que a meta referente à presente atividade será alcançada no início do mês de fevereiro de 2020.

### **3. Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região**

#### **Correições Ordinárias, Extraordinárias e Inspeções**

As correições ordinárias, extraordinárias e inspeções de avaliação visam a coletar e difundir boas práticas, aprimorar os serviços jurisdicionais e administrativos, buscar a eficiência, fomentar a troca de experiências, esclarecer situações de fato e prevenir irregularidades, de sorte a alinhar os rumos traçados pela administração.

A Corregedoria-Regional da 2ª Região encerrou em março/2019 as correições ordinárias realizadas na gestão anterior, que totalizaram 19 correições judiciais e 3 correições em setores administrativos (Três Rios/RJ, Rio de Janeiro-Foro de Campo Grande e Nova Iguaçu/RJ).

Na presente gestão (a partir de abril/2019), foram realizadas 66 correições ordinárias em órgãos judiciais e nas unidades administrativas de 11 Subseções Judiciárias (São Gonçalo/RJ, Serra/ES, Teresópolis/RJ, Itaboraí/RJ, Nova Friburgo/RJ, Campos dos Goytacazes/RJ, Niterói/RJ, Angra dos Reis/RJ, São Mateus/ES, Volta Redonda/RJ e Petrópolis/RJ), conforme cronograma estabelecido na Portaria nº TRF2-PTC-2019/00102, de 20/3/2019, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2019/00140, de 11/4/2019 e TRF2-PTC-2019/00411, de 18/10/2019.

As correições judiciais ordinárias têm por base o questionário pré-correição, reformulado na atual gestão, o qual visa à coleta de informações preliminares acerca da estrutura e organização da unidade correccionada, bem como em entrevistas presenciais realizadas durante a correição e dados extraídos do *Portal de Estatísticas* (Provimento nº TRF2-PVC-2017/00012), *Painel de Indicadores da Corregedoria* (Provimento nº 38/2007 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região); consulta aos sistemas Apolo e e-Proc, autos físicos e eletrônicos.

Todas as correições foram realizadas presencialmente, sem prejuízo dos trabalhos realizados à distância em virtude da virtualização do acervo, não só para aferição da regularidade das rotinas cartorárias, dos livros obrigatórios, dos materiais acautelados e das condições de infraestrutura e informática, mas também e precipuamente, para conhecer a realidade da unidade, suas dificuldades e demandas, ouvindo-se os servidores/juízes e colocando-se à disposição das partes e advogados para eventuais críticas, sugestões ou elogios (§4º do art. 7º da Resolução nº 496 do CJF).

Os relatórios de correição são elaborados com fulcro nas determinações das Resoluções nº 496/2006 e 49/2007 do CJF e da CNCR2R, abordando os seguintes tópicos:

- Correição judicial: introdução e metodologia de trabalho; características da unidade; servidores e estagiários; metas do CNJ; ações sujeitas à verificação obrigatória; evolução do acervo desde a última correição; processos suspensos; produção de atos judiciais (produtividade); acervo concluso e cumprimento de prazos; processos em segredo de justiça; RPVs e Precatórios; organização da unidade, setorização e processamento; materiais acautelados/apreendidos; livros e pastas; infraestrutura de informática e instalações físicas; análise da situação da unidade correccionada em face das determinações da última correição; demandas e boas práticas; sugestões da equipe de correição.
- Correição administrativa: atos preparatórios e metodologia de trabalho; características da subseção, entre as quais organização administrativa, infraestrutura predial, acessibilidade, existência de sistema de combate a incêndio; análise das rotinas e características dos setores de contabilidade, distribuição, apoio administrativo, primeiro atendimento e controle de mandados; análise da situação da unidade correccionada em face das determinações da última correição; sugestões da equipe de correição.

Em maio de 2019, foi realizada a Inspeção Judicial Unificada. A fim de padronizar os relatórios, encaminhou-se questionário com os itens a serem obrigatoriamente observados, acompanhado das orientações para sua elaboração (Informação nº TRF2-INF-2019/0364). Os relatórios foram encaminhados à Corregedoria para análise e são utilizados como subsídios nas correições ordinárias.

As correições propiciaram, outrossim, a colheita de dados estatísticos e a verificação do cumprimento das normas administrativas que regulam as atividades, a estrutura física e a conservação e limpeza das instalações, como determina a Resolução CJF nº 496/2006, art. 11.

Os processos de correição ordinária (PCOs) tramitam eletronicamente e são submetidos ao Conselho de Administração, nos termos do art. 52, VIII, do Regimento Interno do TRF-2, e os relatórios de correição, com as respectivas decisões, são publicados no *site* da Corregedoria. Em 30 dias após a comunicação da decisão, a unidade deve informar à Corregedoria sobre as providências implementadas, a fim de dar cumprimento às recomendações. Após o cumprimento, o processo é arquivado. No ano de 2019, das 77 correições ordinárias realizadas, 50 foram levadas a julgamento no Conselho de Administração (42 correições judiciais e 8 administrativas).

### **Outras Atividades**

A Corregedoria-Regional exerce, entre outras atribuições, atividade disciplinar, seja de ofício ou por provocação, que tem por escopo assegurar o estrito cumprimento dos deveres e vedações impostos a magistrados e servidores de primeira Instância e abrange a adoção de medidas destinadas à prevenção ou correção imediata de possíveis desvios funcionais, nos limites de sua competência administrativa (arts. 6º e 13 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR2R).

A atividade disciplinar em face dos magistrados compreende a investigação preliminar, a sindicância e o processo administrativo disciplinar, ressaltando-se que a

abertura e a condução de processo administrativo disciplinar em face de magistrado, bem como a aplicação de eventual penalidade competem, exclusivamente, ao Órgão Especial do TRF2, incumbindo à Corregedoria-Regional a apuração preliminar dos fatos supostamente irregulares (art. 12-A, V, do Regimento Interno do TRF2 e art. 7º da CNCR2R).

A atuação disciplinar em face de servidores da primeira instância é efetuada pelo magistrado que estiver na titularidade do respectivo órgão judicial, ou pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária, quando lotados aqueles em setores de apoio administrativo, sempre que tiverem ciência de possível falta funcional, sendo a atuação da Corregedoria-Regional, nessa seara, meramente subsidiária (art. 13, caput e inciso VII, da Lei nº 5.010/66 e art. 24 da CNCR2R).

Foram recebidas em 2019, por petições físicas ou por correio eletrônico (*e-mail*), 289 reclamações/representações, sendo 56 na gestão anterior. Em sua maioria, fundaram-se na alegação de excesso de prazo ou morosidade excessiva, tendo sido solucionadas e a prestação jurisdicional não restou prejudicada.

As reclamações registradas sobre tema alheio à morosidade excessiva foram, em sua maioria, arquivadas por versarem sobre matéria estritamente jurisdicional ou dizerem respeito a órgão ou processo alheio à Justiça Federal.

No encerramento do ano de 2019, permaneciam em tramitação, na Corregedoria-Regional, 15 reclamações disciplinares e representações por excesso de prazo iniciadas em 2019. Foi, também, instaurada, em 2/12/2019, sindicância contra magistrado, que restou arquivada em 23/1/2020.

Provenientes do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, a Corregedoria-Regional recebeu 13 Representações por Excesso de Prazo, sendo que uma delas foi encaminhada à Presidência, por se tratar de reclamação contra órgão do TRF2. Em todos os casos, os juízes foram oficiados e as informações encaminhadas ao CNJ, que arquivou 12 representações. A última representação, recebida no mês de dezembro, permanece em tramitação, aguardando informação do magistrado.

No período de gestão (janeiro a dezembro de 2019), não foram deflagradas, no âmbito da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, medidas administrativas para apuração de responsabilidade de magistrados e servidores por danos ao Erário.

#### **4. Coordenadoria dos Juizados Federais**

Criada em 2001, com fundamento no art. 22, da Lei 10.259, a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (COJEF) tem o objetivo de coordenar, supervisionar e orientar as atividades de apoio administrativo necessárias à execução das funções do Desembargador Federal Coordenador.

Entre as atribuições da COJEF, destacam-se: a coordenação administrativa dos Juizados Especiais Federais, incluindo suas Turmas Recursais; cumprir e fazer cumprir os regulamentos acerca dos Juizados, editando normas complementares relativas à padronização dos procedimentos; propor ao Tribunal a criação de Juizados Especiais Federais e de Turmas Recursais; sugerir que se promovam juizados itinerantes; promover e coordenar encontros e grupos de estudo ou de trabalho, tendo como tema os Juizados Especiais Federais, com a colaboração das respectivas Escolas da Magistratura e do Conselho da Justiça Federal.

## **A TRU e Suas Sessões de Julgamento**

Na estrutura da COJEF, funciona a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência (TRU), que é responsável pelo julgamento dos pedidos de uniformização de interpretação de lei federal, quando houver divergência entre decisões das Turmas Recursais na 2ª Região sobre questões de direito material.

- ✓ Realização de 3 sessões com julgamento de 20 processos e aprovação de 2 súmulas;
- ✓ Proferimento de 105 decisões.

### Boletins Eletrônicos de Jurisprudência

- ✓ Criação em 2019, com edição de 10 boletins, disponíveis na página da *internet* da Coordenadoria;
- ✓ A iniciativa visa atender à demanda dos operadores do Direito por uma fonte de pesquisa referente às questões controversas objeto dos pedidos de uniformização.

### Aprovação do Regimento Interno das Turmas Recursais

- ✓ Resolução nº TRF2-RSP-2019/00003.
- ✓ Atualização do regimento de acordo com o CPC de 2015;
- ✓ Previsão da especialização das Turmas Recursais do Rio de Janeiro.

### Aprovação do Regimento Interno da Turma Regional

- ✓ Resolução nº TRF2-RSP-2019/00009.

### Composição das Turmas Recursais

- ✓ Artigo 2º da Resolução nº TRF2-RSP-2019/00003;
- ✓ Atos nº TRF2-ATO-2019/00005 e nº 00006.

### Juiz Suplente de Turma Recursal

- ✓ Edital nº TRF2-EDT-2019/00015, com o preenchimento de 7 vagas.

### Comissão de Estudos do CPC

- ✓ Aplicação do art. 55, §3º, do CPC no âmbito da 2ª Região.

### Melhoramento da Página na *Internet*

- ✓ Implementação de 3 novos recursos na página na *internet* da Coordenadoria: acesso aos dados estatísticos dos JEFs, aos temas representativos da TNU e aos atos normativos referentes ao microsistema dos JEFs.

## **FOREJEF**

O Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (FOREJEF), evento promovido, anualmente, pela Coordenadoria desde 2012, tem como objetivo discutir temas que auxiliam a aprimorar o sistema dos juizados especiais federais e a aprofundar o debate sobre as ações implementadas que buscam otimizar a prestação jurisdicional. Em 2019, o VIII FOREJEF ocorreu no TRF2, no período de 11 a 13/11/2019.

O evento foi estruturado por palestras com temas atuais, oficinas específicas com magistrados e, ao final, por reunião plenária com debates, tendo como resultados a aprovação de 25 enunciados, 3 recomendações e 1 sugestão.

#### Reestruturação das Turmas Recursais do Espírito Santo

- ✓ Edição da Resolução nº TRF2-RSP- 2019/00085.

#### **Quantitativo de Unidades Jurisdicionais**

Compõem o microssistema dos Juizados Especiais Federais a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência, as Turmas Recursais, os Juizados Especiais Federais autônomos e adjuntos, que são coordenados administrativamente pela COJEF:

<b>Quantitativo de Unidades Jurisdicionais</b>		
U.J.	No RJ	No ES
JEF autônomo	25	3
JEF adjunto	51	14
Turma Recursal	8	2

#### **Retorno à Sociedade**

A COJEF atualiza, periodicamente, seu sítio eletrônico, com as principais informações relativas à sua estrutura administrativa, aos Juizados, às Turmas Recursais e à Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência, a fim de permitir que o cidadão e os usuários internos (magistrados e servidores) possam ter amplo acesso às informações.

Os cidadãos que desejarem fazer solicitações, reclamações, denúncias e sugestões podem utilizar os seguintes canais de acesso: página na *internet* da COJEF 2ª Região, correio eletrônico e telefones.

#### **5. Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região**

A Ouvidoria-Geral da Justiça Federal da 2ª Região tem por finalidade ser um canal de comunicação entre a Justiça Federal da 2ª Região (JF2) e o cidadão que dela se socorre. É um canal aberto para que o usuário dos serviços e atividades da JF2 possa se manifestar sobre os serviços prestados.

As demandas registradas na Ouvidoria-Geral chegam por diversos meios postos à disposição do usuário. Entretanto, a fim de aperfeiçoar o serviço de recebimento e registros das demandas, a Ouvidoria-Geral orienta o usuário a preencher o formulário disponível na página eletrônica da Ouvidoria.

A totalidade de registros recebidos na Ouvidoria, em 2019, ficou assim distribuída: total de 2.638 registros, sendo 559 referentes a demandas do TRF2, 1.913 na SJRJ e, 166 da SJES.

Foram recebidas 174 demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) as quais foram lançadas no sistema, recebendo o mesmo tratamento das demais; e, ao final, foram encaminhadas respostas tanto ao demandante, quanto ao CNJ.

Há também demandas que chegam por mensagens eletrônicas e prescindem de encaminhamento aos setores diversos, haja vista que são respondidas com base nas informações disponíveis nos sistemas da Justiça Federal, sendo contabilizadas como envio e recebimento de mensagens, assim como o atendimento por meio do telefone.

Do total das 2.638 demandas recebidas, 2.498 foram solucionadas no decorrer do ano, ou seja, em torno de 95%

A colaboração das Secretarias das Varas, Juizados ou das Turmas Recursais, assim como o empenho dos Diretores e Juízes em atender às demandas foram fundamentais para que houvesse um percentual elevado de soluções e respostas às manifestações recebidas.

As atividades desempenhadas pela Ouvidoria-Geral são essenciais para a garantia dos direitos de Cidadania, tendo em vista que a comunicação da sociedade com a Justiça Federal constitui-se importante instrumento de controle social e participação popular, além de proporcionar um aperfeiçoamento da Instituição-

## **6. Escola da Magistratura Regional Federal**

Responsável pelos Programas de Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores dos Magistrados da Justiça Federal da 2ª Região, a EMARF planeja, acompanha e oferece atividades com o objetivo de promover discussões fundamentais sobre as mais diversas questões relativas às matérias pertinentes à Justiça Federal.

Toda atividade acadêmica da EMARF está voltada prioritariamente para o aperfeiçoamento e a especialização dos magistrados, a fim de promover a construção e a troca de conhecimentos, estabelecendo diálogos capazes de contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e a justa solução dos conflitos. As ações educacionais promovidas pela EMARF, assim, são dirigidas ao desenvolvimento das competências necessárias para o aprimoramento do exercício profissional dos Magistrados.

Cabe também à EMARF disseminar o conhecimento jurídico, seja por meio de seus cursos, de convênios com Instituições de Ensino e Jurídicas, ou de suas publicações acadêmicas abertas às contribuições de juristas e de outros operadores do Direito, fomentando o debate plural.

As ações acadêmicas de aperfeiçoamento e especialização propostas pela EMARF estão pautadas na formação ética e humanística dos magistrados, seguindo os atuais preceitos da gestão da Administração Pública, alinhando suas estratégias acadêmicas às orientações da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), responsável pelas diretrizes pedagógicas básicas, e aos macrodesafios do Poder Judiciário, como se poderá demonstrar a seguir.

### **Principais Atividades**

Aperfeiçoamento profissional de 232 magistrados no ano de 2019, 22 além da meta inicialmente estabelecida. Desses magistrados, 57 são integrantes de outros Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e do Trabalho. As ações

educacionais promovidas ao longo de 2019 se desdobraram em 38 cursos presenciais, semipresenciais e à distância. Considerando-se o total de ações educacionais para o ano de 2019, foram contemplados 447 discentes, uma vez que muitos magistrados participaram de mais de uma ação educacional no período.

Merecem destaques os Cursos de Formação de Formadores realizados no âmbito da 2ª Região, que resultaram na certificação, como formadores da ENFAM, de Desembargadores Federais e Juízes Federais, bem como de Desembargadores e Juízes de Direito, tanto do TJ/RJ quanto do TJ/ES. Esses formadores passaram a integrar o Banco Nacional de Formadores para Cursos Oficiais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (BNF), mantido pela ENFAM. Deve-se ressaltar, nesse ponto, o elevado nível de integração e interação interinstitucional que tais ações fomentaram entre a EMARF (TRF2), a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e a Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (EMES). Tal parceria entre as instituições se concretizou com a participação efetiva e integrada de Desembargadores Federais e Juízes Federais, bem como de Desembargadores e Juízes de Direito em ações educacionais.

A atuação da EMARF para a promoção de intercâmbio de ideias e saberes diversos também se materializou nas ações educacionais realizadas com a participação de docentes e palestrantes oriundos de outros países, dentre as quais destacam-se: o curso “II Novas Tendências no Sistema do *Common Law*”, ministrado no *Institute of Advanced Legal Studies*– IALS, da Universidade de Londres; o seminário “IP KEY AMÉRICA LATINA”, além da Palestra “Inteligência Artificial e Direito”, que contou com a participação do palestrante Ryan Abbot, da *School of Law* da Universidade de *Surrey*, Inglaterra.

Cabe destacar, igualmente, a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento para fins de Vitaliciamento, destinado aos Magistrados aprovados no “XVI Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 2ª Região”, com o objetivo de conferir ao magistrado vitaliciado excelência na prestação da atividade jurisdicional, boa atuação como gestor, e boa conduta no relacionamento interpessoal e interinstitucional.

## **7. Centro Cultural Justiça Federal**

O Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), enquanto Órgão vinculado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), tem por missão apoiar, incentivar e garantir o acesso universal às diversas formas de expressão cultural, respeitando valores tais como a igualdade, a oportunidade, a ética e a diversidade, de forma a oferecer à sociedade uma programação diversificada e de alta qualidade.

O CCJF oferece visitas orientadas ao prédio histórico, que abrigou o Supremo Tribunal Federal (STF), enfocando a sua restauração e o Rio Antigo. A biblioteca do CCJF mantém um acervo especializado em Arte e Cultura. A antiga Sala de Sessões do STF mantém o mobiliário confeccionado em 1920, além de elementos arquitetônicos originais, como vitrais e pinturas murais.

O mencionado Centro Cultural abriga as exposições permanentes: *O CCJF no Centro do Rio* – vídeo que traça um paralelo entre a história do prédio e os fatos que marcaram a cidade no início do século XX; *Galeria das Togas* – Breve histórico da origem e evolução da Toga, indumentária dos magistrados, além da exposição de 6

togas originais e o *Memorial Permanente* para divulgar informações acerca de vida jurídica, atuações e realizações dos Desembargadores homenageados.

A visitação do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), em 2019, atingiu o patamar de 120.042 pessoas ao longo do ano e um total de 18.618 acessos ao *sítio eletrônico*.

O CCJF abrigou diversos projetos em várias áreas de manifestação, abertos ao público externo, dos quais destacam-se: 18 exposições; 48 *shows* musicais; 8 peças teatrais; 11 eventos de audiovisuais; 4 atividades educativas, 7 atividades na biblioteca; 40 eventos jurídicos e 13 eventos nãojurídicos.

Cita-se a 2ª edição do Seminário *Mulher, Poder e Democracia* que, no período de 27 a 29/3/2019, abriu o CCJF para receber um público de 465 pessoas, promovendo debates relevantes sobre temas ligados à mulher: direitos humanos, assédio, política, arte, educação, cultura, trabalho, saúde e sustentabilidade.

Em 8/4/2019, o Presidente do TRF2 conduziu, no CCJF, a solenidade de abertura da Assembleia Geral do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime (COPLAD), com a presença do conselheiro especial sobre Segurança Humana do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O encontro abriu os trabalhos de apresentação do Relatório Geral da América Latina para o 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, que a ONU realizará em 2020, em Tóquio.

Entre os dias 4 e 7/6/2019, o CCJF foi uma das instituições participantes da 3ª Semana Nacional de Arquivos, organizada pelo Arquivo Nacional (AN) e Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), com o intuito de debater e compartilhar reflexões sobre a relação entre arquivos e cidadania e sobre a relevância da gestão dos arquivos para a promoção da transparência e da memória. O evento estava em harmonia com a declaração da *XIX Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministras de Cultura*, que estabeleceu o ano de 2019 como o Ano Ibero-Americano dos Arquivos para a transparência e a memória.

O programa “Que a Justiça esteja com você: encontro de fãs no CCJF”, realizado no dos dias 9 e 10 /11/2019, em parceria com o Conselho *JediRio*, mais uma vez, aproximou a Justiça da sociedade por meio de um fenômeno *pop*, a saga *Star Wars*. Com exibição de episódios, bate-papos, painéis, concurso de *cosplay*, *quiz*, *workshop* de maquiagem artística e de esgrima e a simulação de um julgamento baseado nos episódios de *Star Wars*, o CCJF passou o final de semana cheio de fãs e de visitantes que vieram conferir, de perto, o evento, contando com a apresentação da *Orquestra Ritornello de Jedi*.

## **8. Planejamento Estratégico e Governança**

### **Principais Ações**

No curso do exercício de 2019, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) focou a sua atuação com base nas diretrizes estratégicas instituídas pelo Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região, aprovado pela Resolução nº TRF2-RSP-2018/00004.

Nesse diapasão, inúmeras medidas foram planejadas para apoiar o alcance das Metas Estratégicas do Poder Judiciário.

Adiante, serão destacadas as iniciativas estratégicas de caráter mais relevante, por meio de sua descrição e o estágio de cada uma (em andamento ou finalizada).

### **Digitalização, Virtualização e Migração de Processos**

#### **Descrição:**

Promover a digitalização do acervo de processos físicos não julgados em tramitação no TRF2, registrados no sistema processual Apolo, com vistas à sua posterior migração para o Sistema processual eletrônico e-Proc.

#### **Resultado:**

Iniciativa em andamento. O Projeto de Digitalização, iniciado em 2018, teve a sua meta alterada para incluir a digitalização de todos os processos físicos no TRF2 e não mais somente aqueles não julgados.

### **Sistema Regional de Gestão de Pessoas**

#### **Descrição:**

Implementar solução sistêmica de automatização dos processos de trabalho das áreas de Gestão de Pessoas dos órgãos que compõem a estrutura da JF2.

#### **Resultado:**

Iniciativa em andamento. Em 2019, foi firmado convênio entre o Conselho da Justiça Federal (CJF), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), para fins de utilização do Sistema de Gestão de Pessoas da Justiça Trabalhista. A partir da tratativa referida, a Justiça Federal da 2ª Região (TRF2 e SJRJ) participará do projeto-piloto com o CJF e a Seção Judiciária de Minas Gerais, para implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho, conforme Portaria CJF nº 683/2019.

### **E-social**

#### **Descrição:**

Implantação do sistema e-Social com vistas a simplificar o acesso do Estado às informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Envolve diversas áreas administrativas e será implementado, paralelamente, no TRF2, na SJRJ e na SJES.

#### **Resultado:**

Iniciativa em andamento. Em 2019, houve várias mudanças no escopo desta iniciativa introduzidas pelos órgãos públicos competentes, bem como mudança nos prazos de atendimento.

### **Termo de Cooperação Interinstitucional RECICLAPORTO**

#### **Descrição:**

A Rede RECICLAPORTO foi criada por meio da celebração de Convênio de Cooperação Técnica entre o TRF2 e outras instituições públicas federais sediadas no entorno da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, visando ao desenvolvimento de programas, projetos e ações interinstitucionais compartilhadas de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental nas

áreas de racionalização e redução de custos, construções e obras sustentáveis, capacitação, destinação adequada de resíduos, compras sustentáveis e qualidade de vida.

**Resultado:**

Rede RECICLAPORTO criada, com a publicação de edital de Chamada Pública compartilhada para habilitação de cooperativas de catadores que serão responsáveis pela coleta e descarte de resíduos das instituições federais partícipes da Rede. Nesse contexto, levou-se a efeito capacitação compartilhada na sede da SJRJ.

**Projeto Aprimoramento da Transparência Pública (Resolução CNJ nº 215/2016 e Ordem de Serviço nº TRF2-ODS-2019/00003)**

**Descrição:**

A Iniciativa “Aprimoramento da Transparência Pública” visa a melhorar o atendimento aos ditames da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio da implementação de ações pelas unidades administrativas e definição de competências e responsabilidades das unidades organizacionais.

**Resultado:**

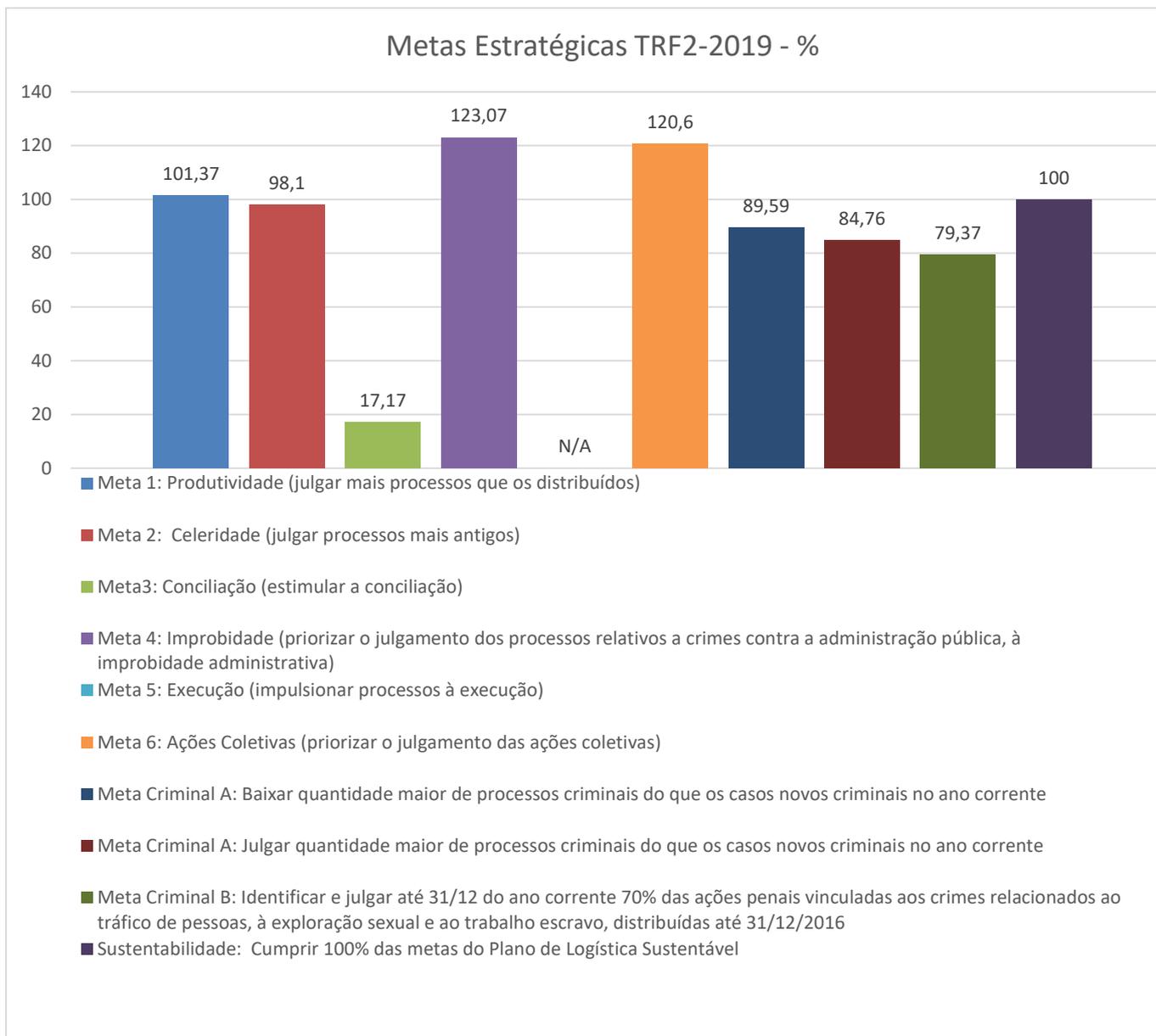
Melhoria nos padrões de usabilidade das informações do portal institucional e *site*. Disponibilização, no sítio institucional, de dados relativos a procedimentos licitatórios, íntegra dos instrumentos de cooperação vigentes, despesas com diárias e passagens de magistrados e servidores, lotação de pessoal, concursos, serviços, canais de comunicação com a sociedade e outras informações de interesse público que serão disponibilizadas ao longo do exercício de 2020.

**Metas Projetadas pelo CNJ para o exercício de 2019**

**Metas Estratégicas 2019**

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Apresenta-se, a seguir, o gráfico dos resultados das metas estratégicas nacionais (1 a 6) e as específicas da Justiça Federal, incluindo a que alude ao tema *sustentabilidade*.



## Análise Crítica

A partir do “III Encontro Nacional do Poder Judiciário”, ocorrido em fevereiro de 2010, foi adotada a metodologia de aferição da eficiência do Judiciário, por meio da instituição de metas de produtividade.

A Resolução CNJ nº 198/2014 inaugurou a era do planejamento estratégico no âmbito do Poder Judiciário, instituindo o ciclo estratégico com vigência de 2015/2020, com revisão periódica das metas de produtividade a serem alcançadas pelos órgãos jurisdicionais.

No primeiro momento em que se estabeleceu a metodologia referida, verificou-se tratar-se de metas desafiadoras, mas que necessitavam de forte empenho para persegui-las, objetivando a entrega de resultados satisfatórios à sociedade.

Anota-se que se decidiu pela priorização dos autos de menor complexidade do acervo de processos mais antigos. Julgados esses processos, os juízes tiveram que

enfrentar temas complexos. Esses últimos têm demandado mais tempo no processo intelectual para a produção da sentença, não contribuindo, expressivamente, para a obtenção das metas.

No âmbito do 2º grau de jurisdição, esse fenômeno é mais sentido nos órgãos julgadores de competência tributária. Acrescente-se que as denominadas Operações “Lava Jato” e “Furna da Onça” afetaram, sobremaneira, as Unidades Judiciárias que detêm a referida competência.

No tocante ao aumento significativo de ações judiciais, salienta-se a prolação da decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade das normas que previam prazo prescricional de 30 anos para ações relativas a valores não depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sujeitando tal direito ao prazo prescricional de 5 anos. A referida decisão impulsionou uma avalanche de ações judiciais no exercício de 2019, quando se operaria a prescrição do direito, por força da decisão ocorrida em 2014.

O ponto positivo que merece ser evidenciado reside na implantação do sistema processual eletrônico e-Proc, que, por automatizar procedimentos judiciais, reduz o prazo de tramitação do processo, o que tende a impactar, positivamente, a produtividade.

Atualmente, as metas de produtividade mantêm-se desafiadoras, porém, ressalte-se, a conjuntura econômico-fiscal, em especial a partir de 2020, exigirá do gestor planejamento afinado com as ações prioritárias.

Além das iniciativas estratégicas destacadas, convém ressaltar outras medidas administrativas adotadas pelo TRF2, que apoiam a execução da estratégia institucional, conforme elencado a seguir.

### **Criação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos**

A atividade finalística do TRF2 é a prestação jurisdicional e, nesse sentido, foram concentrados esforços no sentido de atingir os objetivos estratégicos institucionais e o alcance das metas de produtividade.

Contudo, enquanto órgão integrante do aparelho estatal da Administração Direta, o TRF2 não pode afastar-se do dever de implementar ações efetivas que tenham como escopo a inclusão social plena, bem como criação de fóruns de discussão para tratar de assuntos de relevante interesse da sociedade.

Nessa esteira, foi criada a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (COCDH), por meio da Portaria nº TRF2-PTP-2019/00725. O citado Colegiado tratará dos seguintes temas: Mulher, Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, Discriminação Racial e Ações Afirmativas, Idosos, Ressocialização e Custódia Criminal, Prevenção Criminal, Jovens, Ações Itinerantes, Tráfico Humano, Povos Tradicionais, Drogas e Alcool.

### **Projeto Estruturação do Portal Governança e Gestão**

O portal de Governança e Gestão foi desenvolvido para prover os gestores e servidores da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) de uma ferramenta de suporte ao trabalho colaborativo executado por diversas unidades organizacionais integrantes dos 3 órgãos que compõem a JF2.

Encontra-se a referida solução em constante processo de melhoria, para reafirmar o compromisso com os processos de gestão colaborativa. O Portal em tela

complementa informações institucionais publicadas nos sítios de *internet* e *intranet* dos órgãos da JF2.

### **Mapeamento de Processos de Trabalho (Melhoria dos Processos Organizacionais)**

O mapeamento dos processos organizacionais é uma ação indispensável à preservação do capital intelectual da força de trabalho e garantia mínima, por meio de uma ferramenta de gestão do conhecimento, da continuidade das atividades administrativas, sejam elas, de suporte à atividade finalística ou de execução direta.

Com base nessa filosofia, o TRF2 implementou ação administrativa que consiste no levantamento e descrição das atividades dos processos organizacionais críticos, medida essa formalizada por meio do documento TRF2-MCI-2019/00017.

Cerca de 85% dos processos organizacionais críticos das áreas de suporte ao macroprocesso finalístico foram levantados e registrados no portal de governança e gestão.

Processos organizacionais das áreas de gestão das contratações e de TI foram mapeados seguindo a notação BPMN (*Business Process Management Notation*), tendo sido publicados no portal de *internet* do TRF2.

Pretende-se, no passo seguinte, promover a transformação dos processos registrados em formato descritivo, em processos com representação gráfica, segundo a notação BPMN (fluxogramas), priorizando os processos segundo a criticidade e a necessidade de melhorias detectadas.

### **Segurança da Informação e Respostas a Incidentes da Segurança da Informação**

Toda grande corporação necessita instituir seu plano de continuidade de negócios, com foco nos seus processos organizacionais e sistemas de informação críticos.

Nessa linha, elaborar e implementar uma política de segurança da informação é essencial à sobrevivência da organização.

A Resolução nº TRF2-RSP-2019/00077, que alterou a Resolução TRF2 nº 22, de 30/5/2011, permitiu a retomada e avanços em relação a esse tema de capital importância, intrinsecamente ligado à gestão de riscos institucionais.

Foram realizadas 3 reuniões da Comissão Local de Segurança da Informação (CLSI) e 1 reunião do Comitê Local de Respostas a Incidentes (CLRI) no exercício de 2019.

A título de ilustração, o Colegiado priorizou o tratamento dos seguintes temas:

- Identificação de sistemas de informação críticos que exijam a elaboração de estratégias de recuperação, em virtude da ocorrência de sinistros que possam afetar a segurança da informação.
- Identificação de assuntos que tramitem pelo sistema de gestão administrativa de documentos, que requeiram tratamento reservado.
- Criação do Portal de Segurança da Informação no sítio de *internet* institucional.
- Projeto de Cartilha de Segurança da Informação, para conscientização de magistrados, servidores e demais colaboradores.

- Retomada do projeto de elaboração do Plano de Continuidade de Negócios alusivos às áreas de Atividades Judiciárias, Tecnologia da Informação e Segurança Institucional/Infraestrutura Predial.

### **Centro de Memória Institucional (CMI) / Atividades técnicas de identificação e descrição dos processos**

O CMI é responsável pelas atividades técnicas de organização, recuperação, conservação e preservação dos documentos históricos e permanentes, disseminação da informação e atendimento a pesquisas.

O acervo permanente, sob custódia do Centro de Memória Institucional, necessita de variadas intervenções, seja para salvaguardar o seu suporte (higienização e restauro), seja para catalogar os documentos armazenados, já que não há possibilidade de acesso aos documentos. O grande desafio do CMI é identificar os documentos, em seu maior número processos judiciais. Estima-se que existam cerca de 150.000 processos nessa situação.

Seu funcionamento foi viabilizado após a cessão, pela SJRJ, de um espaço no Arquivo Geral de São Cristóvão, onde são desenvolvidas as atividades técnicas.

### **Jurisprudência**

A unidade de Jurisprudência tem como uma de suas principais atividades o gerenciamento da base de jurisprudência do TRF2, mantendo-a organizada, atualizada e disponível. Neste contexto, monitora o incremento dos julgados das diversas bases de pesquisa do Portal de Consultas do TRF2, além do envio regular da base de ementas selecionadas para o Portal de Jurisprudência Unificada do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Em relação à Base de Ementas APOLO, foram indexados 17.676 julgados e selecionados 16.395. Relativamente à base de julgados do sistema processual e-Proc, o total de documentos disponíveis para pesquisa alcançou a marca de 13.184 julgados.

Consigna-se que os julgados processados no Sistema e-Proc têm sido disponibilizados para consulta não só pelos operadores de Direito, mas também pelo público em geral.

Atualmente o acesso se dá pela aba jurisprudência e-Proc existente no Portal de Jurisprudência do TRF2.

Acrescenta-se que há previsão para o desenvolvimento de novo portal, a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

## **9. Gestão Judiciária**

A Secretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) tem como finalidade apoiar a atividade jurisdicional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Nesse sentido, participa da implantação, gerenciamento e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados de apoio à prestação jurisdicional; fornece suporte técnico aos usuários internos e externos para utilização desses sistemas; analisa, registra, autua, distribui e redistribui processos para os órgãos julgadores; efetiva o processamento, liquidação, controle e pagamento de precatórios e requisitórios de pequeno valor; controla convênios judiciários e cadastra entidades aptas à comunicação eletrônica; digitaliza processos físicos para viabilizar a sua migração para o sistema e-Proc; promove a remessa eletrônica dos recursos endereçados aos Tribunais Superiores; participa de comitês e grupos de trabalho regionais e nacionais destinados ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e à padronização de procedimentos; realiza estudos, elabora pareceres e propõem normatizações para as atividades de apoio jurisdicional; realiza atividades de taquigrafia e sonorização nas sessões de julgamento; gerencia os precedentes do Tribunal, bem como realiza a gestão do acervo de processos sobrestados em razão da sistemática dos precedentes; cumpre mandados e atende às necessidades de informação e pesquisa jurídica dos magistrados, servidores e usuários da Justiça Federal da 2ª Região (JF2), atuando como um centro de disseminação de doutrina jurídica e legislativa, tudo objetivando contribuir para que o TRF2 cumpra sua missão institucional de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

### **Recursos Oriundos da Competência Delegada**

Iniciativa digna de nota foi a edição da Resolução nº TRF2-RSP-2019/00054, que estabeleceu que o encaminhamento, ao TRF2, das apelações e remessas necessárias oriundas da Justiça Estadual, no exercício da competência federal delegada, será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema e-Proc, do mesmo *login* e senha utilizados para a remessa de requisições de pagamento (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs).

Como resultado, além de evitar esforços desnecessários para autuação e distribuição desses processos, já que a distribuição é automática no e-Proc, obtiveram-se a preservação da integridade e da segurança da informação, otimização dos recursos humanos e materiais, a diminuição dos custos com a digitalização e maior celeridade na distribuição desses processos, reduzindo, sobremaneira, o tempo de espera do postulante.

### **Consulta sobre Agravos de Instrumento com Possível Perda de Objeto**

A pedido da SAJ, o Núcleo de Estatísticas do Tribunal (NUEST) disponibilizou, em seu portal, relatório contendo os Agravos de Instrumento com possível perda de objeto, em razão da prolação superveniente de sentença nos autos originários.

Essa importante ferramenta permite aos gabinetes consultar a relação de agravos que, possivelmente, não necessitem continuar tramitando, de forma a possibilitar o direcionamento de esforços aos processos em que haja real necessidade de reflexão.

Essa plataforma encontra-se disponível no menu Relatórios (TRF2) do Portal de Estatísticas da 2ª Região, acessível por intermédio do seguinte *link*:

<http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/Pages/RelAgravamentoComPerdaObjeto>

## **Implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU**

Em cumprimento à Resolução CNJ nº 280/2019, que estabeleceu diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros, a JF2 implantou, em outubro de 2019, o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), tornando-o o instrumento oficial usado para o processamento de informações e da prática de atos processuais relativos à Execução Penal, no âmbito do TRF2 e das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

Trata-se de sistema do CNJ, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo território nacional, proporcionando a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil.

Sua implantação se deu por meio da criação de uma força-tarefa formada por servidores e magistrados da SJRJ e do SJES, com o apoio da equipe técnica do Conselho, que se dedicou exclusivamente ao cadastro no SEEU de todas as execuções penais que tramitavam nos sistemas processuais Apolo e e-Proc.

### **Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)**

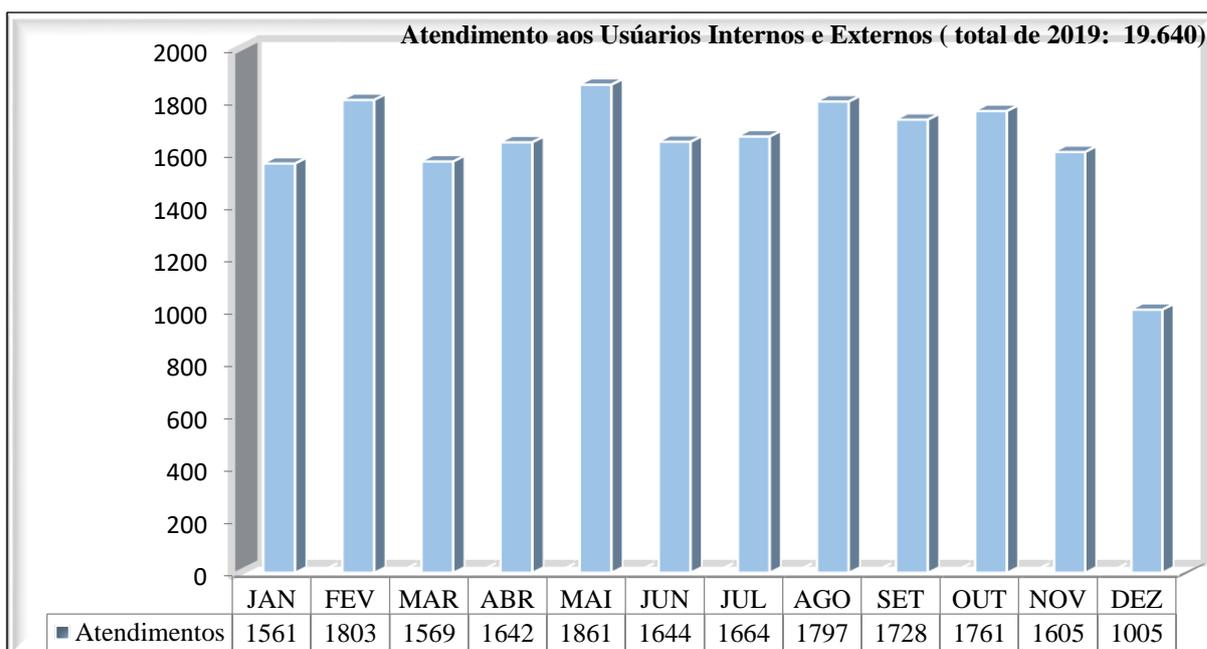
#### **Gestão de Conteúdo e Atendimento aos Usuários**

Recomendado pela comissão de estudos instituída por meio da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00365 e aprovado à unanimidade pelo Pleno do Tribunal, o sistema e-Proc foi implantado em toda a JF2 no ano de 2018, tendo sido regulamentado pela Resolução nº TRF2-RSP-2018/00017.

Além do impacto acarretado nos serviços da SAJ com a adoção de um novo sistema processual, a implantação do sistema e-Proc trouxe novas atribuições e grandes desafios.

Do conjunto dessas novas atribuições, uma das mais importantes e impactantes, trazida pelo inciso I, do artigo 3º, da Resolução nº TRF2-RSP-2018/00018, que dispõe sobre o Comitê Gestor do sistema e-Proc, é a de que cabe à SAJ, no âmbito do TRF2, promover suporte aos usuários internos e externos do sistema.

A tabela abaixo demonstra os atendimentos realizados tanto para público externo quanto para o público interno no ano de 2019. Esses atendimentos são realizados por telefone, incluindo *WhatsApp*, presencialmente ou por mensagens eletrônicas.



Fonte: Atendimento aos Usuários Internos e Externos (total de 2019: 19.640) - COGESJ/SAJ

Em relação à série histórica 2014/2019, faz-se oportuno pontuar que a demanda por informações manteve-se de forma decrescente, em função da disseminação do conhecimento do sistema Apolo. Porém, em 2018, houve um crescimento exponencial motivado pela mudança para o e-Proc e continuou crescente em 2019, em razão da implantação de novas versões do e-Proc e dos reflexos da migração dos processos do Apolo para o novo Sistema.

Ano	Total de Atendimentos
2014*	7.212
2015	6.420
2016	5.733
2017	5.854
2018	16.476
2019	19.640

\* Dados contabilizados a partir de março/2014.

As demandas podem ser, assim, classificadas: dúvidas de uso do sistema; manutenção corretiva (erro de funcionamento do sistema) e demandas de aperfeiçoamento.

Entre as principais funcionalidades implementadas em 2019, destacam-se aquelas relacionadas à elaboração de minutas, sessões de julgamento e relatórios como,

por exemplo, a possibilidade de pesquisar minutas informando o conteúdo dos lembretes (*post-its*) cadastrados; aviso de petição protocolada após o encaminhamento de minutas de Despacho/Decisão e Sentença para assinatura; possibilidade de encerramento automático da sessão de julgamento virtual na data/hora programada para a sessão; possibilidade de cadastrar uma mensagem para ser exibida, durante a listagem dos processos em julgamento, na TV da sala de sessões de julgamento; possibilidade de indicar um destinatário para a devolução da minuta e, opcionalmente, alterar o(s) localizador(es) do processo; criação de relatório de acompanhamento da sessão de julgamento que permite aos secretários imprimirem listagem com processos que serão discutidos na sessão; estatísticas das sessões de julgamento; possibilidade de acessar os relatórios salvos como preferência no painel inicial; possibilidade de agrupar o resultado da pesquisa na área de trabalho pela descrição das minutas.

### Projeto de Digitalização

Iniciado em janeiro de 2018, o Projeto de Digitalização e Virtualização dos autos físicos em tramitação no sistema Apolo, visando à migração para o e-Proc, teve continuidade ao longo de 2019.

O Projeto tinha por objetivo a digitalização e a virtualização dos processos físicos não julgados e em tramitação no TRF2, que, em janeiro de 2018, correspondiam a aproximadamente 9.500 processos físicos.

Entretanto, no final de 2018, decidiu-se pela ampliação do escopo da ação com vistas a digitalizar todo o acervo do Tribunal, incluídos os processos julgados, não julgados ou suspensos.

Além disso, foi apresentada proposta à Assessoria de Recursos da Vice-Presidência, por intermédio do Memorando nº TRF2-MEM-2019/00182, que consistia em estagnar a entrada de processos físicos nessa Assessoria, iniciativa que muito contribuiu para a redução desse acervo no Órgão, que, ao final de 2019, contava com pouco mais de 150 processos.

Caso se proceda à comparação do acervo atual de processos físicos pendentes de digitalização com o acervo total existente no início do projeto, pode-se afirmar que houve redução de 94,1% no número de processos físicos do TRF2, conforme se observa na planilha abaixo, fruto não só da digitalização/virtualização, mas também do empenho dos órgãos em julgá-los e baixá-los.

Órgão Julgador	Acervo físico em jan/2018	Acervo pendente de digitalização - 31/12/2019	Meta atingida (%)	Acervo já digitalizado, pendente de virtualização - 31/12/19
1ª Seção Especializada	257	55	78,6%	1
2ª. Seção Especializada	70	0	100,0%	0
3ª. Seção Especializada	97	5	94,8%	1
1ª. Seção Especializada	2296	370	83,9%	9
2ª.Turma Especializada	2412	336	86,1%	36
3ª.Turma Especializada	3263	10	99,7%	1

Órgão Julgador	Acervo físico em jan/2018	Acervo pendente de digitalização - 31/12/2019	Meta atingida (%)	Acervo já digitalizado, pendente de virtualização - 31/12/19
4ª.Turma Especializada	3404	67	98,0%	3
5ª.Turma Especializada	1081	42	96,1%	9
6ª. Turma Especializada	1076	9	99,2%	454
7ª. Turma Especializada	1001	24	97,6%	70
8ª. Turma Especializada	897	9	99,0%	3
Tribunal Pleno	16	3	81,3%	1
Órgão Especial	15	3	80,0%	0
<b>Total</b>	<b>15885</b>	<b>933</b>	<b>94,1%</b>	<b>588</b>

### Projeto de Migração

Em dezembro de 2019, foi apresentada proposta de cronograma para migração dos processos do sistema Apolo para o e-Proc no TRF2, tendo sido aprovada por meio do Despacho nº TRF2-DES-2020/00239.

Previsto para iniciar em 21/1/2020 e com a expectativa de se findar, ainda no presente exercício, o cronograma foi dividido em 7 fases, partindo-se dos processos de menor para os de maior complexidade, objetivando-se minimizar eventuais transtornos aos usuários do sistema.

ETAPA	ESCOPO
1ª FASE	Apelação e Remessa Necessária da Competência Delegada tramitando nas Turmas
2ª FASE	Classes da competência originária das Turmas do TRF2
3ª FASE	Classes da competência originária do Pleno, OE e Seções Especializadas do TRF2
4ª FASE	Classes da competência recursal do TRF2
5ª FASE	Processos da Vice-Presidência
6ª FASE	Processos Criminais
7ª FASE	Baixados

O escopo das três fases iniciais foi estrategicamente definido, restringindo-se aos processos de competência delegada e de competência originária, a fim de viabilizar o início do projeto de migração no TRF2, de modo que, em paralelo, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) pudesse desenvolver a solução para os processos de competência recursal, que exigem a sincronização da migração dos processos em tramitação no 1º e 2º graus.

As informações sobre o projeto foram concentradas em ambiente específico disponibilizado na *intranet* do TRF2, acessível por meio do *link* abaixo, tendo sido objeto de ampla divulgação.

<http://intra.trf2.jus.br/intranet/migracao-e-Proc-trf2/>

Nesse ambiente, foram divulgadas orientações aos usuários sobre requisitos do processo para serem considerados aptos à migração, regras de funcionamento do programa migrador e eventuais mudanças em andamento, problemas detectados, chamados específicos sobre a migração, dúvidas mais frequentes, notícias e comunicados.

### **Gestão de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor**

O processamento dos precatórios, conforme estabelecido no art. 100 da Constituição da República, obedece à ordem cronológica de sua apresentação no TRF2. Além disso, observa-se a preferência dos créditos alimentares em relação aos demais e atualizam-se os valores requisitados até a data do depósito. Os tributos previstos na legislação vigente (PSS e IRRF) são devidamente retidos e os registros individualizados dos débitos contra a Fazenda Pública Federal são contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

A apresentação, a inclusão e a execução das despesas voltadas ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado seguiram as determinações da Lei n.º 13.707-2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019).

As Requisições de Pequeno Valor (RPVs) são débitos limitados a 60 salários mínimos que dispensam a prévia inclusão no orçamento. Como definido na Resolução/CJF n.º 458/2017, as RPVs são processadas mensalmente e depositadas com correção monetária, em até 60 dias, contados a partir do registro da requisição no Tribunal. Esses débitos representam cerca de 95% do volume de requisitórios processados, mas apenas 40% do volume financeiro dos pagamentos.

Em 2019, todos os precatórios e RPVs expedidos contra a Fazenda Pública Federal foram liquidados dentro do exercício, à exceção das RPVs expedidas em dezembro de 2019, que foram inscritas em restos a pagar para liquidação em janeiro de 2020.

O quadro abaixo detalha a quantidade de precatórios e de RPVs depositados no ano de 2019 à conta dos recursos orçamentários consignados a este TRF2 no Orçamento Geral da União e das transferências financeiras recebidas de outras entidades devedoras. Em 2019, as RPVs foram liquidadas mensalmente e os precatórios, no segundo bimestre de 2019, quando o Governo Federal disponibilizou os recursos financeiros necessários.

<b>Depósitos em 2019</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valores</b>
Precatórios <sup>(1) (2)</sup>	7.374	1.833.279.766,18
Requisições de Pequeno Valor - RPVs <sup>(2)(3)</sup>	108.804	1.120.291.040,73
<b>TOTAL</b>	<b>116.178</b>	<b>2.953.570.806,91</b>

Fonte: Divisão de Precatórios – DIPRE/SAJ

Observações:

- (1) O valor inclui precatórios do Comitê Gestor da 2ª Região e Entidades Não Integrantes do Orçamento da União.
- (2) Não abate o valor referente às devoluções ocorridas no exercício de 2019.
- (3) Está incluído o valor de R\$ 69.545.089,09 referente ao pagamento de RPVs atuadas em dezembro/2018, liquidadas em janeiro/2019.

A despeito do expressivo volume – em torno de 115 mil depósitos efetuados em 2019 – a gestão dos precatórios neste Tribunal caracteriza-se pela eficácia dos pagamentos, pela celeridade e pela transparência de todo o processo de liquidação. Além de dispensar a apresentação de alvará judicial para levantamento dos valores depositados, os procedimentos garantem, por meio da divulgação na página do TRF2 na *internet*, a devida publicidade de todos os elementos envolvidos (dados cadastrais, fases de processamento e informações de depósito).

Tanto os precatórios, como as RPVs apresentados a este TRF2 são processados de forma integralmente eletrônica, dispensando o envio de peças ou quaisquer outros documentos. Como regra, para cada precatório ou RPV, é aberta uma conta para depósito do valor requisitado à disposição do beneficiário. O saque desse valor, com as devidas retenções tributárias, é feito diretamente pelo jurisdicionado ou seu procurador, dispensando a apresentação de alvará judicial.

No que tange ao fluxo dos procedimentos de inscrição, processamento e liquidação de precatórios e requisições de pequeno valor, o TRF2 dispõe de uma estrutura composta de setores com segregação de funções para cada etapa do processo, além de uma Secretaria de Auditoria Interna (SAI), com total acesso aos sistemas corporativos e ao SIAFI.

### **Principais Convênios Vigentes em 31/12/2019**

A Seção de Controle de Convênios Judiciários(SCCJUD) é a unidade responsável pelas atividades relativas à celebração de termos e gestão de acordos diretamente ligados às atividades judiciárias.

Ao longo do ano de 2019, a SCCJUD dedicou-se a dar prosseguimento às tratativas realizadas em anos anteriores com diversos órgãos, além de ter iniciado novos contatos para ampliar o número de convênios firmados com o TRF2.

Os Acordos que estão disponibilizados aos magistrados e servidores do Tribunal encontram-se divulgados na página da SAJ na *intranet* (<http://trfnet.trf2.gov.br/saj/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=56>).

Esses acordos visam promover a celeridade na prestação jurisdicional, bem como a efetividade dos processos judiciais, mediante impulso às execuções fiscais e cíveis, de forma a propiciar a recuperação de bens e valores aos cofres públicos e a solução definitiva dos litígios.

Para tanto, estão vigentes convênios que permitem a utilização de sistemas de localização e bloqueio de ativos dos devedores, firmam parceria com procuradorias de fazenda e órgãos de proteção ao crédito.

Entre os diversos convênios, podem ser destacados os seguintes:

1) **BACENJUD** – convênio com o Banco Central do Brasil para o envio de ordens judiciais de bloqueio, desbloqueio e transferência de valores e o acesso às respostas das instituições financeiras, via *internet*, por meio do sistema BACENJUD.

2) **Caixa Econômica Federal** – convênio para acesso do Tribunal ao Portal Judicial da CAIXA, por meio da *internet*, de forma a permitir a consulta *on-line* e outros serviços relacionados às contas judiciais.

3) **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - convênio com o objetivo de possibilitar o acesso do Tribunal aos dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), do Sistema de Benefícios (SISBEN) e do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI).

4) **RENAJUD** - acordo com a União Federal que possibilita o envio, por meio do sistema de restrição judicial RENAJUD, de ordens judiciais determinando a restrição e o bloqueio de registro de veículos cadastrados no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).

5) **SERASAJUD** – convênio com a SERASA S.A. que possibilita ao Tribunal enviar, por meio do sistema SERASAJUD, ordens judiciais de inclusão de restrição, levantamento temporário ou definitivo de restrição nos cadastrados mantidos pela SERASA, bem como a solicitação de informações cadastrais.

6) **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA)** – convênio permite ao Tribunal consultar o cadastro de empresas e visualizar documentos digitalizados destas mediante acesso ao sítio da JUCERJA na *internet*.

7) **Penhora Online** – acordo com a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP) para viabilizar ao Tribunal o acesso e utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), do Sistema de Penhora Eletrônica de Imóveis (Penhora *Online*).

\*\*\*

## **Gerenciamento de Precedentes**

No TRF2, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) é o órgão destinado a uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência.

Essa Unidade, além de ter promovido a divulgação dos julgados qualificados do TRF2, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Turma Nacional de Uniformização (TNU), disponibilizou, no sítio eletrônico do Tribunal, banco de dados pesquisável com os registros eletrônicos dos temas dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Assunção de Competência (IAC) admitidos, assim como dos Representativos da Controvérsia encaminhados pela Vice-Presidência aos Tribunais Superiores, acessíveis por intermédio do *link* <http://www10.trf2.jus.br/consultas/gerenciamento-de-precedentes-obrigatorios-novo-cpc-nugep/>.

É de se destacar também a participação do NUGEP, na qualidade de colaborador, no Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal, notadamente quanto ao trabalho de análise preliminar das proposições que são submetidas ao Centro, que tem por finalidade monitorar e racionalizar a identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade.

Destaca-se, por fim, a iniciativa em solicitar a integração do sistema processual e-Proc com o Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR) do CNJ, tal como já ocorria com o Apolo, de modo a viabilizar a sua alimentação com informações previstas pela Resolução CNJ nº 235/2016, o que foi levado a efeito pela STI, fazendo com que essa plataforma passasse a retratar a realidade vivenciada pela Justiça Federal da 2ª Região.

## 10. Gestão de Pessoas

### Ações de Qualidade de Vida e Promoção de Saúde no trabalho

No ano de 2019, deu-se continuidade à realização de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores e, conseqüentemente, do clima organizacional, além de ações de promoção de saúde, dentro dos limites impostos pelas restrições orçamentárias que atravessam o Judiciário. Destacam-se as seguintes atividades:

- **Portal Vida e Saúde no Trabalho** - canal de comunicação, criado na *intranet* do Tribunal desde 2015, que visa à reflexão sobre questões pertinentes ao processo de saúde e doença no trabalho, em uma conjuntura marcada por desafios enfrentados pelo Judiciário - introdução de inovações tecnológicas, definição de metas de produtividade, reorganização dos processos de trabalho, aprimoramento de competências e habilidades, entre outras, responsáveis por impactos na saúde dos magistrados e servidores. Contém informações sobre os serviços oferecidos pela área de saúde aos servidores e magistrados, em conformidade com a Política Nacional de Saúde, estabelecida pelo CNJ na Resolução nº 207, de 15/10/2015, para o Poder Judiciário, de acordo com o entendimento de que a saúde deve ser estruturada em um triplo eixo: assistência, perícia, e promoção e vigilância em saúde. No ano de 2019, o Portal apresentou os seguintes números: 7.479 acessos no total.

- **Gerenciamento de *Stress* Organizacional** - atividade realizada em conjunto com os gestores interessados e sem ônus. Consiste em 3 fases: (1) avaliação do grau de estresse dos servidores e magistrados daquele setor, por meio de questionário disponibilizado *on-line*, com adesão voluntária dos participantes; (2) grupos de reflexão sobre (2.a) possíveis formas de atuação sobre as causas de estresse relacionadas ao trabalho, sugeridas pelos participantes (por ex.: novas formas de organização do trabalho) e (2.b) recomendações técnicas de estratégias de saúde para minimizar os efeitos do estresse, orientadas pela equipe de Psicologia; (3) encaminhamento de relatório ao gestor, com o perfil de incidência de estresse no grupo, em termos percentuais, levantado na fase 1, e com as principais questões e soluções apresentadas pelos participantes nos grupos de reflexão da fase 2. No ano de 2019, a atividade foi realizada em 1 setor com 15 participantes.

- **Campanha de Saúde Bucal** - de periodicidade anual e sem ônus, oferece a magistrados e servidores orientações sobre higiene oral e sua relação com a cárie e a doença periodontal por meio de consultas odontológicas nas quais são realizados: exame clínico, levantamento das necessidades de tratamento odontológico, remoção de tártaro, polimento dentário e aplicação de flúor. A Campanha de Saúde Bucal de 2019 teve duração de duas semanas e contou com 47 participantes.

- **Programa de Combate ao Estresse**- o TRF2 disponibiliza espaço, em suas dependências, no Núcleo de Qualidade de Vida e Bem-estar, a profissionais credenciados, especializados em fisioterapia, para a prática de sessões terapêuticas

contra o estresse, para magistrados e servidores. São custeadas pelo usuário do serviço, a um valor abaixo do praticado no mercado. Em setembro de 2019, por meio de edital de credenciamento, foi formalizada e ampliada a rede de fisioterapeutas cadastrados, conforme Processo. nº TRF2-ADM-2018/389. Atendimentos contabilizados em 2019: Auriculoterapia - 5; *Shiatsu* - 367; Drenagem Linfática - 73; RPG - 609; Massoterapia - 115 (total de 1.169 atendimentos)

- **Campanhas informativas de saúde: Dicas da Divisão de Assistência à Saúde - DISAU** – Objetiva levar aos magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e até mesmo ao público circulante nas dependências do TRF2 campanhas informativas relacionadas à saúde, veiculadas por meio de diversos canais de comunicação institucional – *intranet*, *banners*, informes, TV, Portal Vida e Saúde, conforme programação mensal. O cronograma para 2019, estabelecido em parceria com a Assessoria de Comunicação Interna - ACIN e a Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual - COPGRA, foi cumprido: saúde mental (janeiro), combate à LER/DORT (fevereiro), saúde da mulher (março), dia mundial da saúde (abril), estresse no trabalho (maio), uso do *smartphone* (junho), saúde visual (julho), amamentação (agosto), saúde mental (setembro), combate ao câncer de mama (outubro), saúde do homem (novembro), tendo sido acrescentados dois novos temas: aplicativos de transcrição de áudio que auxiliam na prevenção das LER/DORT (outubro), e dicas de prevenção voltadas a servidores em teletrabalho (novembro).

#### **Eventos comemorativos do Dia do Servidor**

a) **Stands de saúde:** odontologia (orientações de saúde bucal – 42 participantes), enfermagem (183 aferições de pressão e 85 de glicemia capilar) e serviço social (informações sobre as atividades do Núcleo de Qualidade de Vida e Bem-estar – 50 participantes).

b) **Feira vegana de degustação:** a feira, composta por 5 expositores de gastronomia vegana, contou com 74 visitantes.

c) **Palestras de saúde em parceria com a UNIMED Seguros:** Nutrição – “Como estabelecer hábitos alimentares saudáveis e prazerosos?”; Educação física – “Como incorporar a prática de atividade física em seu dia a dia; Ergonomia – “Cuidados com o corpo e a mente durante a jornada de trabalho: Como está sua postura hoje?”

d) **Palestra de saúde ministrada por servidores do quadro de saúde da DISAU:** Saúde mental - o aumento das depressões na atualidade: aspectos clínicos e organizacionais.

e) **Arrecadação de doações para o Instituto Lar**, que atua com pessoas em situação de rua. Foram arrecadados em torno de 500 itens, entre roupas, sapatos, mochilas, material de higiene e brinquedos.

- **Campanha de Vacinação contra Gripe** – em 2019, a campanha de vacinação anual contra gripe totalizou 1.200 vacinados, sendo: 24 magistrados, 786 servidores, 132 estagiários e 258 prestadores de serviço.

- **Programa de Assistência à Psicologia e à Psiquiatria (PaPsi)** – o Programa objetiva garantir a prestação de assistência em saúde mental dos servidores, por meio da manutenção de uma rede qualificada de psicólogos e psiquiatras, cujos honorários são acordados com a Equipe de Saúde do TRF2, sendo oferecido aos beneficiários reembolso de parte do valor pago pelo tratamento. A saúde mental é uma das causas

mais frequentes de absenteísmo no TRF2. No ano de 2019, foram mantidos, em média, 24 beneficiários inscritos.

- **Exames Periódicos de Saúde** - Consistem em uma atividade de vigilância em saúde, uma vez que se busca detectar e mapear as alterações na saúde do trabalhador, ao longo da sua vida funcional, em especial aquelas que possam ter relação com as tarefas cotidianas laborais e com os processos e a organização do trabalho. Foram realizados 63 exames periódicos de saúde em 2019 (14 magistrados e 49 servidores).

- **Criação do Comitê Gestor do Plano de Saúde** - com atribuições de acompanhar a execução do contrato firmado para a prestação de serviços de assistência médica aos magistrados, servidores, dependentes e agregados da Justiça Federal da 2ª Região (JF2), visando, inclusive, cuidar para um uso adequado do produto (Portaria nº TRF2-PTP-2019/00009).

#### **Ações com a Finalidade de Desenvolvimento de Gestão de Pessoas:**

- **“Oficina de Teletrabalho”** que tratou das vantagens e desvantagens da respectiva modalidade, sua história, legislação pertinente, questões de saúde e outros temas relevantes, com a participação de 11 servidores.

- **Palestra “Gestão por competências”** (4 horas), com o Diretor de Gestão de Pessoas do TRE/ES, que compartilhou a experiência na implantação da Gestão por Competências naquele Órgão, promovendo o *benchmarking* entre as áreas de Gestão Estratégica, Controle Interno e Gestão de Pessoas da 1ª e 2ª Instâncias da Justiça Federal do Rio de Janeiro (TRF2 e SJRJ), e os desafios à sua implantação. Houve a participação de 18 servidores.

#### **Quadro de Vagas**

##### **Magistrados**

O Quadro de Magistrados do TRF2 é composto por 27 cargos de Desembargadores Federais; não há cargos vagos.

O Quadro de Magistrados da SJRJ é composto por 278 cargos de magistrados, sendo 151 Juízes Federais Titulares e 127 Juízes Federais Substitutos. Encontram-se ocupados 151 cargos de Juiz Federal Titular, não existindo cargos vagos, e 80 cargos de Juiz Federal Substituto, restando vagos 47 cargos de Juiz Federal Substituto.

O Quadro de Magistrados da SJES é composto por 50 cargos de magistrados, sendo 28 Juízes Federais Titulares e 22 Juízes Federais Substitutos. Encontram-se ocupados 27 cargos de Juiz Federal Titular, e 13 cargos de Juiz Federal Substituto, restando vagos 1 cargo de Juiz Federal Titular e 9 cargos de Juiz Federal Substituto.

##### **Servidores**

O Quadro de Pessoal do TRF2 é composto por 1.126 cargos efetivos, existindo 71 vagos e 4 pendentes de posse.

O Quadro de Pessoal da SJRJ é composto por 2.938 cargos efetivos, existindo 157 vagos.

O Quadro de Pessoal da SJES é composto por 538 cargos efetivos, existindo 36 vagos.

No TRF2, há, também, 170 cargos em comissão (CJs) e 992 funções comissionadas (FCs), ocupados da seguinte forma, em 31/12/2019:

- 169 cargos em comissão ocupados, sendo 86 (50,59%) por servidores do Quadro; 34 (20%) por servidores requisitados de outros órgãos (inclusive SJRJ e SJES) e 49 (28,82%) por sem vínculo de cargo efetivo. Existe 1 (0,59%) CJ-2 vago em 31/12/2019.

- 992 funções comissionadas ocupadas, sendo 682 (68,75%) por servidores do Quadro e 262 (26,41%) por servidores requisitados de outros órgãos, das Carreiras Judiciárias ou não (inclusive SJRJ e SJES). Existem 48 (4,84%) FCs vagas.

Os 8 cargos vagos de Auxiliar Judiciário (6 no TRF e 2 na SJRJ) que constam no demonstrativo não poderão ser providos, por serem de nível auxiliar, cujo cargo não foi incluído no Edital nº 1/2016 do Concurso Público promovido pelo Tribunal.

Observa-se que, apesar de restrição orçamentária e da limitação de nomeações com impacto orçamentário, o TRF2 tem, prontamente, providenciado a nomeação para vagas em caso de reposição (vagas decorrentes de exoneração/declaração de vacância por posse em outro cargo, falecimento sem originar pensão) do Tribunal e das Seções Judiciárias vinculadas, bem como para as cotas autorizadas pela Lei Orçamentária e distribuídas pelo CJF.

No ano de 2019, ocorreram 81 nomeações de candidatos aprovados no concurso público em vigência, sendo que 5 foram tornadas sem efeito em virtude da apresentação de termo de desistência da posse ou perda do prazo legal (2 no TRF2, 2 na SJRJ e 1 na SJES). Entre as nomeações com posses efetivadas, 38 foram para o TRF2, 35 para SJRJ e 3 para SJES em 2019.

## **Força de Trabalho**

### **Magistrados**

A Força de Trabalho do TRF2 conta, em 31/12/2019, com 31 magistrados, sendo 26 Desembargadores Federais (menos 1, por força do afastamento de 1 Desembargadora para curso no exterior) e 5 Juízes Convocados com prejuízo de suas jurisdições nas respectivas Seções Judiciárias. Há, também, 7 Juízes Convocados sem prejuízo de jurisdição, contabilizados na força de trabalho da respectiva Seção Judiciária.

A Força de Trabalho da SJRJ conta com 223 magistrados, já excluídos 6 Juízes Federais cedidos com prejuízo de suas jurisdições (4 para o TRF e 2 para o STF) e 2 licenciados/afastados, além de 8 magistrados cedidos sem perda de suas jurisdições (7 para o TRF e 1 para o STJ).

A Força de Trabalho da SJES conta com 37 magistrados, já excluídos 2 cedidos com perda de suas jurisdições (1 para o TRF e 1 para o CNJ) e 1 licenciado/afastado.

### **Servidores**

A Força de Trabalho do TRF2 conta com 1.313 servidores, sendo 921 servidores do Quadro, 343 servidores de outros órgãos (inclusive SJRJ e SJES) e 49 servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Existem ainda 4 servidores removidos para o Tribunal que se encontram à disposição de outros Órgãos e 1 licenciado sem vencimentos.

Há 3 servidores do Quadro de Pessoal efetivo do TRF2 licenciados sem vencimentos.

A Força de Trabalho da SJRJ conta com 2631 servidores, sendo 2401 servidores do Quadro; 217 servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJES) e 13 servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão.

Existem ainda 13 servidores requisitados/removidos para a SJRJ que se encontram à disposição de outros Órgãos e 2 licenciados sem vencimentos.

Há 3 servidores do Quadro de Pessoal efetivo da SJRJ licenciados sem vencimentos.

A Força de Trabalho da SJES conta com 528 servidores, sendo 463 servidores do Quadro; 64 servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJRJ) e 1 servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Há 1 servidor do Quadro de Pessoal efetivo de SJES licenciado sem vencimentos.

### **Estagiários**

O programa de estágio na JF2 oferece vagas para nível superior e nível médio.

Em 2019, no Tribunal, foram 265 ocupadas, 125 na área administrativa e 140 na área judiciária, sendo 184 de nível superior e 81 de nível médio.

Na SJRJ, foram 737 ocupadas, 145 na área administrativa e 592 na área judiciária, sendo 646 de nível superior e 91 de nível médio.

Na SJES, foram 125 ocupadas, 24 na área administrativa e 101 na área judiciária, sendo 113 de nível superior e 12 de nível médio.

### **Capacitação**

As ações educacionais realizadas pelo TRF2, no exercício de 2019, destinaram-se ao desenvolvimento, nos servidores, de competências teóricas, técnicas e gerenciais, mediante participação em eventos nas áreas jurídica, administrativa, segurança e tecnologia da informação.

A relevância de tais atividades evidenciou-se, ademais, na medida em que, por meio delas, os servidores foram dotados de instrumental moderno e atualizado, voltado à profissionalização da gestão, promovendo, por conseguinte, a Missão, proposta pelo Plano Estratégico da Justiça Federal (PEJF) para o período 2015-2020, “Garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva”.

Entre as ações desenvolvidas destacaram-se:

#### **- na Área Judiciária:**

O evento “1º Ano de Implantação do Sistema e-Proc: uma Visão Geral” fez um balanço das melhorias obtidas, na JF2, com a implantação do referido Sistema, alinhando-se, assim, aos valores “Qualidade” e “Inovação”, bem como às metas “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”;

Merece realce, ainda, o primeiro curso de e-Proc proferido na modalidade EAD, autoinstrucional (“e-Proc Rotinas Básicas da 2ª Instância”), por facilitar a adesão de um público mais amplo, em conformidade com a tendência de “Intensificação do uso da tecnologia da informação”, e com o cenário “Disseminação da Justiça Eletrônica”.

No total, foram 15 ações educacionais com ônus, incluindo ações internas e externas, com 273 capacitados.

**- na Área Administrativa:**

“*Sistema de Registro de Preços – SRP e Alterações Implementadas pelo Decreto nº 9.488/2018*”; “*Oficina de Auditoria*” e “*Governança e Gestão de Pessoas no Setor Público com Base no Modelo adotado pelo Tribunal de Contas da União*”, que contaram com instrutores do Tribunal de Contas da União (TCU), atendendo, assim, às recomendações do Acórdão TCU-Plenário nº 3030/2015, sobre o aperfeiçoamento dos gestores de contratos, o Parecer SCI/PRES/CNJ nº 2/2013 e o Acórdão TCU-Plenário nº 821/2014, sobre a capacitação da força de trabalho do Controle Interno.

A palestra “*Gestão Eficiente Deverá ser a Ferramenta Fundamental para Superar as Restrições Orçamentárias a partir de 2020*”, que contou com quórum de 209 participantes e teve a finalidade de sensibilizar o público quanto às restrições orçamentárias e à necessidade de racionalização de custos, propondo a busca de soluções alternativas que preservassem a qualidade do serviço

No total, foram 11 ações educacionais com ônus, incluindo ações internas e externas, com 286 capacitados. Além destes, foi realizada uma ação interna, sem ônus para servidores recém-empossados, com 21 capacitados, totalizando 12 ações com 307 capacitados.

**- na Área de Segurança:**

Em 2019, as Áreas de Segurança e de Educação uniram esforços para disseminar os conhecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades de segurança - tencionando a concretização do valor “Respeito à cidadania e ao ser humano”, em uma perspectiva de manutenção da integridade física de magistrados, servidores e jurisdicionados. Destaca-se o curso “**Básico de Técnicas Operacionais**” que foi promovido pelo CJF, em nível nacional, e que pode ser realizado na 2ª Região, reforçando o aprimoramento das competências de Agentes de Segurança das Seções Judiciárias e do TRF2.

No total, foram 12 ações educacionais com ônus, incluindo ações internas e externas, sendo que 10 tinham como público-alvo somente Agentes de Segurança (7 fizeram parte do Programa de Atualização para Agentes, em cumprimento ao disposto no art. 17,§ 3º, da Lei nº 11.416/2016, 2 foram cursos externos para formação de instrutores para 3 agentes e 1 curso interno fora do programa de atualização com total de 46 capacitados uma única vez e 91 com repetição) e 2 foram abertas aos demais servidores, as 12 ações somaram 116 capacitados. Foi realizada uma palestra sem ônus, somente para os Agentes de Segurança, que contou com mais 24 capacitados, totalizando 13 ações com 140 capacitados.

**- na Área Gerencial:**

Participaram dos cursos gerenciais 65 gestores, contados sem repetição, com carga horária de, no mínimo, 15 horas, ressaltando que o art. 5º, da Lei 11.416/2006, e a Resolução CJF nº 3/008, regulamentam a obrigatoriedade de participação em, no mínimo, 30 horas de cursos gerenciais oferecidos pelo Órgão, a cada 2 anos.

No âmbito gerencial, foram oferecidos cursos visando à formação dos novos gestores quanto à abordagem de temas atualizados, com os seguintes destaques:

Os cursos (1) “**Liderança Sustentável**” que, alinhado ao valor “Responsabilidade ambiental”, enfatizou os objetivos do desenvolvimento sustentável, (2) “**Formação de Novos Gestores e Sucessores**”, que teve como escopo o fortalecimento das equipes de trabalho, alinhado à meta “Melhoria da gestão de pessoas”; e (3) “**Oficina de Teletrabalho**”, que tratou das vantagens e desvantagens da respectiva modalidade, sua história e legislação pertinente.

Além dos referidos cursos, cita-se a palestra da Aula Inaugural “**Valorizando o Humano em Tempos de Revolução Digital**”, que abriu o exercício educacional de 2019 na JF2, tratando da questão da humanização das relações de trabalho contando com a participação de 125 servidores.

No total, foram 8 ações educacionais com ônus, incluindo ações internas e externas, 240 capacitados. Foram oferecidas duas turmas do curso de mapeamento de processos na modalidade EAD, sem ônus, que contou com mais 88 capacitados, totalizando 10 ações com 328 capacitados.

Considerados os esforços da Administração para promover a formação e o aperfeiçoamento da força de trabalho, e analisada a totalidade das ações educacionais empreendidas em 2019, conforme dispõe o art. 39, § 2º, da Constituição Federal; a Lei nº 11.416/2006, e a Resolução CNJ nº 192/2014, verificou-se que, no exercício de 2019, foram treinados 665 servidores em cursos com ônus e 79 em ações sem ônus, totalizando 744 capacitados, quantificada, apenas, uma participação em treinamentos. Ao se computar a repetição de ações de capacitação por servidor, contabilizou-se um total de 921 capacitados em cursos com ônus e 133 em ações sem ônus, totalizando 1054 capacitados.

A restrição orçamentária para nomeações, associada ao fato de o Tribunal ter completado 30 anos e, com isso, muitos servidores terem se aposentado sem possibilidade de reposição da vaga e outros já contarem com todos os requisitos para aposentadoria voluntária e estão em abono de permanência ou próximos de completar idade e tempo de contribuição pelas regras atuais, traz um grande desafio para a gestão de pessoas, uma vez que não será possível à Administração prover, de imediato, as vacâncias relativas às aposentadorias dos servidores que estão recebendo abono. Há estudos da área de Controle Interno apontando essa preocupação, conforme consta no Processo nº TRF2-ADM-2017/00046.

Desde 2015, observa-se um aumento do quantitativo de servidores que se aposentaram. Outras preocupações são o envelhecimento e o adoecimento da força de trabalho. Em 31/12/2019, apurou-se que 44% (578 servidores) da força de trabalho do TRF2 encontra-se acima de 50 anos. A maioria está na faixa etária de 51 a 60 anos (495 servidores, que representa 38% da força de trabalho). O Tribunal conta com 329 servidores na faixa etária até 40 anos, 406 servidores na faixa de 41 a 50 anos e 538 acima de 51 anos. Os índices de absenteísmo, em 2019, do TRF2 (2,84%), da SJES (3,10%) e da SJRJ (3,94%) estão próximos ou ultrapassam o limite máximo aceitável, que é de 3%.

Por esses motivos, torna-se ainda mais importante manter e aprimorar os programas voltados aos cuidados com a saúde, a qualidade de vida, a capacitação, e o desenvolvimento de nossos servidores, pois representam o capital intelectual da JF2. Os servidores, quando se sentem acolhidos e cuidados pela Instituição, tornam-se motivados e engajados, o que possibilita a retenção dos talentos. Além disso, a manutenção periódica de saúde possibilita diagnósticos precoces, evitando doenças graves e eventuais licenciamentos ou aposentadorias por invalidez.

É necessário também rever os processos de trabalho e privilegiar a automação. Na área de gestão de pessoas, há três sistemas importantes, a priorizar:

**a) Implantação de um Sistema Integrado de Gestão de Pessoas**

Com o objetivo de implantar uma solução sistêmica regional e de forma integrada, que automatize os processos de trabalho das áreas de Gestão de Pessoas e possibilite a otimização dos processos e da força de trabalho, a Justiça Federal da 2ª Região participará do projeto-piloto, juntamente com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e a Seção Judiciária de Minas Gerais, para implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho, conforme Portaria nº 683/2019, considerando o Convênio assinado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e o CJF.

**b) Implantação do Sistema Integrado de Saúde**

É necessário ao desenvolvimento das atividades das áreas de saúde, como: registro da evolução dos atendimentos multiprofissionais de saúde, em consonância com as normas vigentes para validação de sistemas de prontuário eletrônico, garantindo o sigilo, a legitimidade e a preservação dos dados registrados; elaboração de relatórios e estatísticas, a exemplo dos indicadores de saúde exigidos pela Resolução CNJ nº 207/2015; controle e gestão das atividades diárias e rotineiras, como o controle de absenteísmo segundo a normatização vigente - a exemplo da Resolução CNJ nº 159/2011 - e a elaboração da portaria mensal de licenças; e estudo de dados epidemiológicos visando à definição do perfil de saúde de servidores e magistrados e dos riscos a que estão submetidos no seu cotidiano laboral, e à proposição de ações de promoção e vigilância em saúde.

**c) Implantação de Sistema de Gerenciamento das Consignações em Folha**

É um sistema que tem a finalidade de gerenciar a reserva de margem consignável e averbação de empréstimos bancários em folha de pagamento, o que possibilitará um controle automatizado, atualmente realizado de forma manual, melhorando a questão de segurança, tanto para o magistrado/servidor, quanto para as instituições financeiras conveniadas, e com menor tempo de resposta aos requerimentos dos magistrados e servidores.

## **11. Gestão de Material e Patrimônio**

### **Principais Ações.**

A programação de contratações para o ano de 2019 foi aprovada pela Portaria nº TRF2-PTP-2029/00127 de 20/3/2019, em cumprimento ao Acórdão nº 3030/2015 – Plenário/TCU.

A Secretaria de Atividades Administrativa (SAT), responsável pela administração do material e patrimônio do TRF2, coordena as demais unidades organizacionais no que tange às aquisições de bens e contratações de serviços, em busca do aprimoramento das ações e agilização dos trâmites processuais e procura colaborar com a gestão de ferramentas que identifiquem os eventuais riscos das contratações, a fim de promover a mitigação dos efeitos. Em 2019, a SAT concluiu o mapeamento do macroprocesso de gestão de contratações e aquisições, que se encontra disponível no portal do TRF2.

Essa coordenação das atividades ligadas às contratações exige a adoção de mecanismos de controle baseados nas melhores práticas administrativas, em consonância com as recomendações oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU).

Há vários mecanismos de controles internos, ainda que não sistêmicos, sendo observados constantemente pela SAT, por meio de atividades rotineiras, conforme exemplos a seguir: análise da documentação exigida na fiscalização contratual; realização da retenção de valores em data próxima ao da final da vigência, quando necessário; controle da validade das apólices de seguro e garantias contratuais; controle da abertura das contas vinculadas em cumprimento à Resolução CNJ nº 169/2013; estabelecimento da modalidade licitatória nas Solicitações Eletrônicas de Contratação (SECs); elaboração das pesquisas de preços dos serviços continuados e aquisição de materiais; acompanhamento do prazo de vigência dos contratos de prestação de serviço de forma contínua; análise do comportamento das empresas visando ao estabelecimento de sanções administrativas e controle de estoques e do material e patrimônio.

Há especial atenção aos contratos de natureza continuada, porque exigem estudos preliminares e adequação das necessidades à disponibilidade orçamentária. Os contratos de terceirização devem ser precedidos de informações relativas à necessidade de serviço, da relação entre a demanda prevista e a quantidade de serviço a ser contratada e do demonstrativo de resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis para que a Administração possa tomar decisões que atendam ao interesse público.

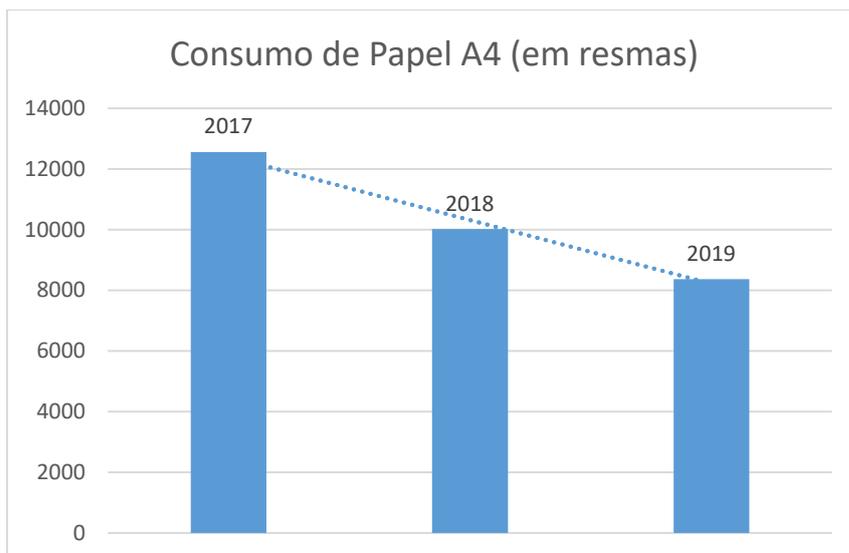
Os gestores de contratos também são agentes ativos no acompanhamento da execução contratual e, no exercício de 2019, várias situações demandaram ações urgentes e eficientes para que o TRF2 continuasse a funcionar sem quaisquer interrupções ou prejuízos aos jurisdicionados por conta de problemas ocasionados pelas contratadas.

Para exemplificar, vale citar as medidas adotadas pela Administração para que os serviços de limpeza prestados pela contratada Meg Serviços Terceirizados Ltda. não sofressem solução de continuidade com a “quebra” da empresa. A opção foi proceder a uma contratação de empresa remanescente da licitação, a empresa Vinil Engenharia e Serviços Ltda., que, pelo valor equivalente ao contrato anterior, assumiu o contrato sem quaisquer prejuízos ao bom andamento dos serviços.

Além da preocupação com a boa execução dos contratos, a SAT também orienta os setores requisitantes quanto à observância de critérios de sustentabilidade e de economicidade dos ajustes.

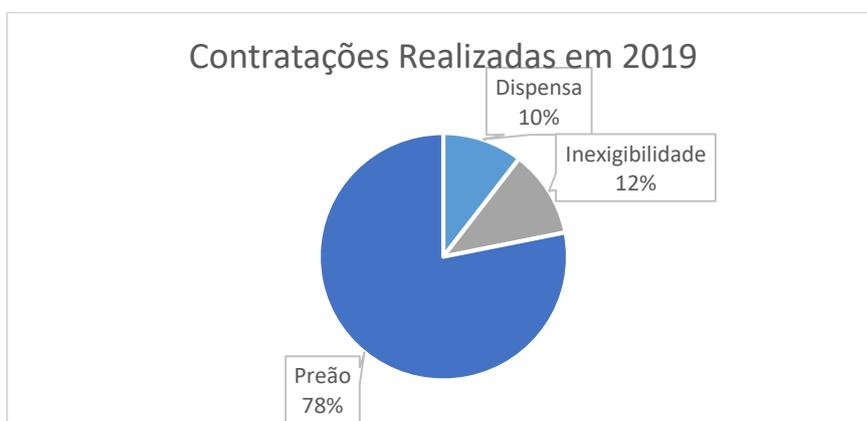
Em 2019, várias aquisições de bens e materiais de consumo foram efetuadas para atender às necessidades dos usuários. Nesse contexto, destaca-se a modernização do catálogo de materiais, com diminuição de alguns itens desse instrumento, gerando, com isto, redução de custos.

Como exemplo, cita-se a economia de papel, de cerca de 17% (2019) em relação a 2018, conforme se depreende do gráfico a seguir:



Fonte: ASI

A área de licitações e contratos, além de acompanhar a execução contratual de centenas de contratações firmadas em exercícios anteriores, realizou enorme esforço para concretizar as demandas dos centros de custos do TRF2 em 2019, sempre observando todas as cautelas legais exigidas e as melhores práticas. Foram formalizadas, em 2019, 533 contratações decorrentes de pregões eletrônicos, além de 71 empenhos relativos às dispensas e 78 decorrentes de processos de inexigibilidade.



Fonte: SIAFI

Merecem destaque, ainda, relevantes investimentos realizados nas aquisições de mobiliário e de veículos e na contratação para reforma de seis pavimentos do prédio sede.

Cumpram ressaltar que, além de manter a excelência dos serviços prestados aos usuários, os setores administrativos também efetuaram ações que foram bastante relevantes, tais como: a melhoria do controle de acesso de veículos; a melhoria das instalações das Representações do Superior Tribunal de Justiça(STJ) e Supremo Tribunal Federal(STF); a melhoria da iluminação do prédio com a utilização de

lâmpadas de LED; a reestruturação da área de segurança; a mudança da Ouvidoria e a ampliação da Vice-Presidência.

Os investimentos do TRF2, em 2019, totalizaram R\$ 9.160.560,96, conforme dados extraídos do SIAFI.

Os contratos e Atas de Registro de Preços podem ser acessados por meio *dolink*:  
<http://www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/compras-contratos-atas-rp/>

O controle bens do TRF2 exige classificar, codificar, cadastrar e identificar com etiquetas os bens móveis; registrar a incorporação e a baixa de bens patrimoniais no sistema informatizado de controle do Tribunal e no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); realizar balancetes e balanços patrimoniais dos bens móveis; efetuar os registros de controle dos imóveis do patrimônio da União que estejam sob a responsabilidade do TRF2 e executar as medidas necessárias à atualização e regularidade dos registros na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e promover a alienação, a cessão e outras formas de desfazimento de bens inservíveis.

Movimentação de Bens no Período:

O valor bruto atualizado dos bens móveis registrados no TRF2 até 31/12/2019 é de R\$ 74.106.079,17.

Foi registrado, a título de entrada orçamentária (compras), no período, o montante de R\$ 7.198.890,17, referente a 2.720 itens.

Quanto às entradas extraorçamentárias, foi registrado o valor de R\$ 39.643,49, referente a 118 itens.

Dados extraídos do Sistema ASI.

O TRF2 foi o responsável pela administração dos seguintes imóveis:

ENDEREÇO	UTILIZAÇÃO	ÁREA DO TERRENO (M²)	ÁREA CONSTRUÍDA (M²)	VALOR DO IMÓVEL (R\$)	VALOR DA UTILIZAÇÃO (R\$)	DOCUMENTAÇÃO	SITUAÇÃO
Rua Acre, 80 – Centro - Rio de Janeiro - RJ	Prédio Sede: Gabinetes, Turmas, Plenário, Administração. RIP UTIL: 6001 01702.500-2 RIP IM: 600101971500-6	1.263,14	15.165,35	58.507.070,56	51.455.462,45	Termo de Entrega SPU/TRF2 T2-ADM-2011/00212	Próxima Reavaliação: 26/11/21 - Imóvel 27/11/21 - Utilização
Rua Acre, 80 – Anexo 1 - Centro - Rio de Janeiro - RJ	Gabinetes e Administração RIP UTIL: 6001 04945.500-2 RIP IM: 600104944500-7	1.157,37	19.899,44	Valor Único: 125.582.060,84	115.667.072,45	27ª VF - Proc. 96.02.04.055-6 T2-ADM-2011/00164 7º Ofício do Registro de Imóveis RJ Matrícula 49379 Fls. 61648 em 07/10/2015	Cadastro: 3/7/14 Próxima Reavaliação: 27/11/21 - Imóvel e Utilização
Rua Acre, 80 – Anexo 2 - Centro - Rio de Janeiro - RJ	Gabinetes, Administração e Turmas. RIP UTIL: 6001 04945.500-2 RIP IM: 600104944500-7	952,21	14.190,85				
Rua Visconde de Inhaúma Nº 68 - Centro - RJ	Em reforma RIP UTIL: 600104654.500-0 RIP IM: 600104653.500-5	382,57	1.116,39	3.311.315,67	1.822.594,25	Termo de Entrega SPU/TRF2 T2-ADM-2012/00063	Próxima Reavaliação: 27/11/2021 - Imóvel e Utilização
Rua Beneditinos, 24	Materiais e Patrimônio RIP: 6001.04949.500-4 Aluguel	313,92	761,77	2.151.407,58	1.364.428,98	Contrato de Locação 1/2014 TRF2-EOF-2014/00243 TRF2-ADM-2013/00215	Desocupação do imóvel em fevereiro de 2020
Rua Dom Gerardo, 46 Centro	Pavimentos: 8º e 9º RIP: 6001 04951.500-5 Aluguel	33,75	746,30	4.285.685,54	2.273.418,20	Processo: TRF2-EOF-2014/00040	Próxima Reavaliação: 10/7/2021 - Imóvel e Utilização

## **12. Gestão de Infraestrutura**

### **Veículos**

A frota de veículos do TRF2, em 2019, era composta por 101 veículos. Entretanto, desse total, 12 veículos foram doados à SJRJ e 4, à SJES. Além disso, outros 20 veículos classificados como antieconômicos e ociosos serão alienados, por meio de leilão, como consta do Processo Administrativo TRF2-ADM-2020/00018.

Após a formalização da doação e da alienação acima mencionadas, a frota de veículos do TRF2 será composta por 65 veículos.

A idade média atual da frota do TRF2 é de 8 anos. Após a doação e a alienação acima mencionadas, a idade média passará para 5 anos.

Como proposta voltada à sustentabilidade ambiental, está sendo elaborada uma cartilha, contendo orientações aos usuários.

### **Obras e Reformas**

Em 2019, houve a conclusão da reforma, iniciada em 2018, relativa a 3 pavimentos do prédio-sede do TRF2. Com isso, foi possível acomodar 6 gabinetes de Desembargador em espaços com iluminação, ventilação e distribuição espacial dentro das normas de ergonomia, saúde do trabalho e sustentabilidade.

Houve, também, o início dos serviços de reforma de mais 6 pavimentos, seguindo as premissas já mencionadas.

Foi concluída a primeira fase da recuperação da estrutura de apoio das torres de resfriamento e da impermeabilização da cobertura do prédio-sede do TRF2, aumentando a segurança da edificação por meio da eliminação de pontos de infiltração e desgaste.

Finalizou-se a modernização dos elevadores privativos através do *retrofit* dos componentes estruturais, garantindo, assim, maior conforto e segurança na utilização desses equipamentos pelas autoridades.

### **Situação dos Imóveis a Cargo do TRF2**

Em 2019, foram devolvidos 3 andares do imóvel alugado na R. D. Gerardo, 46, Centro/RJ (6º, 7º e 11º andares). Com essa devolução, foi possível reduzir a despesa anual com locação de imóveis em aproximadamente 38%, saindo de R\$ 3.401.034,13 em 2018, para R\$ 2.121.054,10 em 2019.

Por conta do esforço para redução de gasto com locação de imóveis, a estimativa para o ano de 2020 é de apenas R\$ 890.000,00. Assim, considerando o gasto de 2018, será possível em 2020 uma redução de 75% aproximadamente.

### **Sustentabilidade Ambiental**

#### **Ações para Redução de Consumo de Recursos Naturais**

As principais ações de redução de consumo de recursos naturais estão estabelecidas prioritariamente no Plano de Logística Sustentável Institucional (PLS). Anota-se que outras ações pontuais foram adotadas, tal como a ação de sensibilização, realizada no evento Semana do Servidor, para o uso de canecas ou copos retornáveis, em detrimento do uso de copos plásticos. No mesmo período, disseminou-se campanha

de conscientização por meio de cartilha dispendo sobre o tema qualidade de vida, na qual foram elencados diversos hábitos benéficos à saúde como, por exemplo, o uso da escada em curtas distâncias, em detrimento ao uso dos elevadores.

Relativamente ao consumo de papel, houve uma redução de cerca de 17%, em 2019, em comparação com o exercício de 2018, conforme relatado no item *II. Gestão de Material e Patrimônio*.

### **Iniciativas para Redução de Resíduos Poluentes**

Proposta de realização de Chamada Pública para qualificação de cooperativas de catadores para realizar o recolhimento dos resíduos descartáveis gerados em razão da atividade operacional do TRF2, objetivando atender o determinado no Decreto Federal nº 5.940/2006, que instituiu a separação de resíduos descartados pela Administração Pública e a destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Acrescente-se o monitoramento do descarte dos resíduos poluentes, desde a sua geração até o seu adequado destino final.

### **Indicadores de Avaliação Econômica e Ambiental**

O TRF2 realiza a avaliação econômica e ambiental por meio de um conjunto de indicadores estabelecidos em seu PLS. Para isso, faz uso de ferramenta de tecnologia de informação que permite monitorar o padrão de gasto e de consumo ao longo de cada exercício. Este gerenciamento possibilita aos gestores a identificação da necessidade de ajustes das ações planejadas, com vistas à redução do consumo ou, ainda, a necessidade de implementação de ações corretivas. São monitorados, entre outros, os seguintes temas: papel, copos descartáveis, água envasada em embalagem plástica, impressão, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida, capacitação socioambiental.

### **Acessibilidade e Inclusão**

Em se tratando de ações de acessibilidade e inclusão, o TRF2 vem, gradativamente, capacitando sua força de trabalho no domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de forma a que as pessoas com deficiência auditiva possam receber as informações de que necessitem.

Merece registro a produção de laudo de acessibilidade, no qual foram mapeados todos os locais inacessíveis às pessoas com deficiência e mapeado o conjunto de intervenções necessárias para tornar as dependências do TRF2 plenamente acessíveis. Algumas das reformas e adequações já se iniciaram, tais como: a construção de rampas de acesso, colocação de piso podotátil e adaptação de sanitários para pessoas com deficiência.

## **13. Gestão de Tecnologia da Informação**

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) tem como missão contribuir para o aumento da produtividade da prestação jurisdicional por meio de soluções de TI de excelência, simples, seguras e de fácil acesso. As atribuições desta Unidade são garantir a confiabilidade, a integralidade e a disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio dos recursos tecnológicos, controles dos processos de segurança e de riscos, dispendo, para tanto, da otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

No ano de 2019, a STI trabalhou em projetos que atenderam às demandas das diversas unidades judiciárias e administrativas visando ao macrodesafio “Melhoria da Infraestrutura e Governança de TI”. Do esforço e dos recursos empenhados, cumpre destacar:

#### A) Principais Projetos concluídos

Projeto	Principais resultados obtidos
Implantação do Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado (SEEU) no TRF2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir a Resolução CNJ nº 280, de 9/4/2019, que visa à utilização de um sistema eletrônico para processamento de informações e dos atos processuais relativos à execução penal em âmbito nacional.</li> <li>• Suprir as demandas de procedimentos exigidas para processamento e tramitação de processos de Execução Penal, permitindo o acesso e controle informatizado dos dados relacionados ao sistema carcerário brasileiro em todo território nacional.</li> </ul>
e-Proc – evolução e continuidade do sistema processual eletrônico da 2ª Região	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer integração com ASSIJUS e com sistemas de órgãos externos via MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade): Tesouro Nacional (GRU), COREN, Ministério Público Federal / ES.</li> <li>• Monitorar o sistema em tempo real: disponibiliza para a equipe de suporte informações necessárias a atuar, de forma proativa, em caso de degradação ou falha dos sistemas, bem como na identificação da causa dessas anomalias. Espera-se, com esta iniciativa, um aumento da disponibilidade dos sistemas processuais.</li> </ul>
Expansão do serviço de videoconferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover condições técnicas aos juízos da JF2 para realizarem audiência por videoconferência, conforme o Provimento nº 13 de 15/3/2013 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal.</li> <li>• Possibilitar todas as Varas Federais Cíveis da Capital da 2ª Região de realizarem videoconferência na prestação jurisdicional, a partir de sala compartilhada de uso exclusivo da especialidade.</li> <li>• Possibilitar a todas as Varas Federais de Improbidade Administrativa realizarem videoconferência na prestação jurisdicional, por meio de equipamento de videoconferência de uso exclusivo.</li> <li>• Eliminar perda de tempo com deslocamento de pessoal, bem como custeio com passagens para realização de reuniões das diversas áreas do Órgão.</li> </ul>
Programa de ampliação da capacidade computacional da JF2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> capaz de garantir a continuidade operacional e evolução dos sistemas processuais, administrativos e os sistemas satélites, bem como aumentar a capacidade de armazenamento de dados corporativos, sendo possível atender as demandas atuais e futuras.</li> <li>• Diminuir a complexidade e aumentar a capacidade da infraestrutura de <i>backup</i>;</li> <li>• Aumentar a segurança e disponibilidade dos sistemas de informação.</li> </ul>
Melhorias no SIGA-Doc	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilitar a assinatura via senha: diminuindo o custo com <i>tokens</i>, facilitando o acesso ao SIGA e tornando viável a assinatura de documentos no celular;</li> <li>• SIGA-LE: aplicação para acesso, via celular, às funções básicas do SIGA, garantindo o despacho de documentos em trânsito.</li> </ul>

## B) Principais projetos em andamento

Projeto	Descrição/Objetivo	Andamento
e-Proc – Integração do balcão virtual ao e-Proc.	Trata-se de solicitação da Corregedoria-Regional para integrar o sistema Balcão Virtual por meio do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade)	Em fase de testes com o usuários (PRFN/CEF).
Migração de Processos do APOLO para o e-Proc	Consolidar o e-Proc como único sistema processual na JF2, com a desativação do sistema processual eletrônico contratado, reduzindo custos e aumentando a produtividade.	Migração dos processos do 1º grau: 84,8% dos processos em trâmite da SJRJ estão no acervo do e-Proc, e da SJES são 89,7%. Foram migrados 855.753 processos da SJRJ e 239.773 da SJES até 30/1/2020.  Fonte: <a href="http://portaleproc.trf2.jus.br/">http://portaleproc.trf2.jus.br/</a>
Substituição dos módulos do sistema de Gestão de Pessoas	Adotar um sistema de gestão de pessoas que integre diversas atividades da área de Recursos Humanos, substituindo os sistemas atualmente utilizados, que exigem trabalho redundante e intervenções manuais, além de utilizarem tecnologia obsoleta (MUMPS).	Módulos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>SIP</i> e <i>SMI</i> (SIGP-Aposentadoria): Pendente a migração dos dados e a homologação.</li> <li>• <i>SIP</i> e <i>SMI</i> (SIGP-Pensão): em implementação.</li> <li>• <i>EST</i> (SIGP-Estágio): em homologação.</li> <li>• <i>RHS</i> (SIGP-Requisição): em fase de sincronização com MUMPS e migração dos dados.</li> </ul>
Migração do SIGA-DOC para o banco de dados MySQL	Reduzir custos com o licenciamento do banco de dados <i>Oracle</i> .	Pendências: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Testar o novo ambiente de desenvolvimento.</li> <li>• Preparar SIGA versão 7 e MySql.</li> <li>• Realizar teste de integração.</li> </ul>
Substituição do sistema de gravação de Audiências (DRS-Audiências) na SJRJ	Adotar ferramenta de <i>software</i> livre para substituir a solução em uso, que é desenvolvida e mantida pela empresa Kenta, visando à redução de custos com despesas continuadas.	Concluída a fase de instalação da ferramenta em todas as unidades da SJRJ (capital e subseções).  Em andamento, a fase de orientação ao usuário quanto à utilização da ferramenta para processos do e-Proc.
Implantação da ferramenta <i>ElasticSearch</i> (busca e análise de dados)	Utilizar a ferramenta de busca e análise de dados <i>ElasticSearch</i> para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agrupar demandas repetitivas no e-Proc. Demandas iguais serão direcionadas ao local único, para que as decisões sejam unificadas.</li> <li>• Permitir a visualização centralizada dos <i>logs</i> do e-Proc.</li> </ul>	Em andamento, a centralização dos <i>logs</i> do e-Proc.

Projeto	Descrição/Objetivo	Andamento
Atendimento e-Social	Enviar dados de Gestão de Pessoas para o e-Social.	Em 29/11/2019, foi informado que a estrutura de dados do e-Social passaria por uma simplificação para melhor aderência às características das empresas públicas e replanejamento dos prazos. A decisão foi formalizada pela Portaria do Ministério da Economia nº 1.419/2019, adiando-se o início do envio das tabelas básicas para 8/9/2020. Desta forma, enquanto a nova estrutura não é definida pelo Comitê Nacional, os esforços internos foram direcionados ao aprimoramento da qualidade dos dados, ao projeto de criação da camada de integração com dados do e-Social e a um processo de melhoria dos sistemas que serão oferecidos para a publicação no ambiente nacional do e-Social, pela empresa MPS. Destaca-se que todas as soluções técnicas internas para a extração dos dados e carga na estrutura de dados prevista pela MPS já estão implementadas, sendo necessárias apenas adequações, conforme as eventuais mudanças na estrutura de dados e inconsistências detectadas nos processos de homologação.
Criação da Camada de Integração com dados do e-Social	Padronizar, adequar e extrair os dados dos sistemas de Gestão de Pessoas, visando o e-Social.	Todas as soluções técnicas para a extração dos sistemas de Gestão de Pessoas em <i>Mumps</i> e módulos SIGA, e para a análise e carga dos dados nas tabelas que compõem a Camada de Integração (visão consolidada dos dados de gestão de pessoas) já estão desenvolvidas e em produção para o escopo da versão de 2019 do e-Social.  Pendências: conferência pelas áreas usuárias para ajustes de eventuais inconsistências e autorização ou não das estratégias de acerto de parte dos dados, por meio de <i>scripts</i> técnicos de consulta às bases externas e de acerto em lote. Ao término, será disponibilizado um conjunto de dados, em formato de tabela <i>Excel</i> , que deverá ser analisado e validado pelas áreas de negócio.

## Ações de Gestão

Realização de reuniões mensais do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGETIC) para exercício das suas atribuições, consoante o disposto no artigo 33 da Resolução nº TRF2-RSP-2017/00012, de 31/3/2017, e nos artigos 7º e 8º da Resolução CNJ nº 211/2015.

Realização de reuniões semanais de Gestão, com a presença dos coordenadores e diretores da STI, abordando temas de relevância para a Secretaria.

Mapeamento e revisão dos processos de trabalhos, conforme disposto na Resolução TRF2-PSG-2018/00354, de 13/8/2018. Os processos mapeados são formalizados por meio de Ordens de Serviço publicadas no Boletim Interno, bem como disponibilizados no Portal Regional de Tecnologia da Informação.

### Principais Investimentos em Aquisições

Para a manutenção do parque, sustentação dos sistemas e serviços e suporte aos projetos, destacam-se as seguintes aquisições de TI da 2ª Região:

Descrição	Valor Executado (Em R\$)	Alinhamento com as iniciativas/necessidades do Plano diretor de TI
Aquisição de equipamentos de Rede SAN para interconexão entre os computadores servidores e as unidades de armazenamento; Servidores para o <i>DataCenter</i>	2.260.000,00	Prover recursos tecnológicos para evolução e acesso à rede interna
Aquisição de Servidores para o <i>DataCenter</i>	3.450.000,00	Prover infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> para garantia da continuidade operacional e evolução do sistema processual e seus sistemas satélites e dos sistemas administrativos e corporativos
Aquisição de <i>Storage</i> (equipamento de armazenamento) específico para o <i>backup</i> - sistema de recuperação)	1.358.000,00	Prover infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> para garantia da continuidade operacional e evolução do sistema processual e seus sistemas satélites e dos sistemas administrativos e corporativos
Aquisição de equipamentos para videoconferência para a SJRJ	1.183.043,40	Prover recursos de <i>hardware</i> e <i>software</i> para evolução da comunicação
Aquisição de <i>switches</i> de alto desempenho para servidores	496.998,00	Prover infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> para garantia da continuidade operacional e evolução do sistema processual e seus sistemas satélites e dos sistemas administrativos e corporativos
Aquisição de componentes para ampliação de <i>switch</i> principal da rede	84.000,00	Prover recursos tecnológicos para evolução e acesso à rede interna
Licenças de <i>software</i> antivírus para as estações de trabalho do TRF2	225.600,00	Prover recursos para preservar a segurança das informações

Descrição	Valor Executado (Em R\$)	Alinhamento com as iniciativas/necessidades do Plano diretor de TI
Aquisição de equipamentos para gravação de áudio e vídeo em audiências, sessões, videoconferências e eventos em geral do TRF2	15.549,00	Prover recursos de microinformática, <i>hardware</i> e <i>software</i> , para usuários finais
Aquisição de equipamentos para modernização, ampliação e readequação da infraestrutura de processamento de dados das Subseccionais do interior do Estado do ES e da localidade de Serra/ES	1.794.607,78	Prover infraestrutura de <i>hardware</i> e <i>software</i> para garantia da continuidade operacional e evolução do sistema processual e seus sistemas satélites, e dos sistemas administrativos e corporativos
Aquisição de <i>switches</i> de acesso para a SJES	716.921,00	Prover recursos tecnológicos para evolução e acesso à rede interna

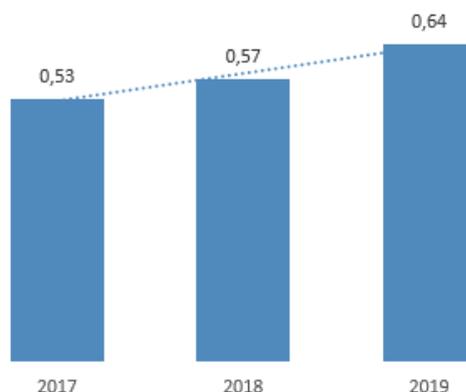
## Índice de Governança

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 211/2015, determina a realização de diagnóstico anual para aferição da evolução dos viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de TI do Poder Judiciário. Nesse sentido, o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ) elaborou o questionário de Levantamento do Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC (iGovTIC-JUD). A partir do resultado obtido, cada órgão é classificado de acordo com seu nível de maturidade, conforme tabela abaixo:

Nível de Maturidade:

Nível de Maturidade	Faixas
Baixo	$0,00 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 0,40$
Satisfatório	$0,40 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 0,70$
Aprimorado	$0,70 \leq \text{iGovTIC-JUD} < 0,90$

Assim, segue a evolução do índice iGovTIC-JUD do TRF2 nos últimos três anos:



Fonte: [https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw\\_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGTGraficos](https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGTGraficos)

## Força de Trabalho Atual das Unidades de TI

Registra-se a necessidade da área de TI contar com uma força de trabalho compatível com a demanda crescente por informatização dos processos de trabalho, de modo a garantir a sustentabilidade dos sistemas e serviços de TI a longo prazo. A inobservância do mínimo necessário previsto na Resolução CNJ nº 211/2015 compromete, significativamente, a capacidade de atendimento da STI às demandas existentes. Faz-se necessária, assim, uma efetiva atuação do Comitê responsável pelo estabelecimento de prioridades para a TI, de forma a garantir que os recursos sejam adequadamente empregados. De acordo com a referida Resolução do CNJ, o percentual de atendimento do quantitativo mínimo de servidores de TI do quadro permanente é 51% na STI/TRF e 13% no NTI/SJES, conforme tabela abaixo.

Quadro Permanente de TI (Servidores da TI)						
Órgão	Nº mínimo necessário	Total atual Quadro Pessoal (QP) de TI	Déficit de servidores	% de atendimento de QP de TI	QP total (com e sem especialidade)	% atendim.com servidores sem especialidade
TRF2	164	84	80	51%	110	67%
SJES	85	11	74	13%	17	20%
JF2	170	95	75	56%	127	75%

Dados: dezembro 2019.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

## Pontos de Atenção e Dificuldades

Com a efetiva implantação da nova estrutura e, também, pelo grau de comprometimento da equipe na busca de uma melhor entrega dos serviços, a STI apresentou uma evolução significativa nos seus indicadores, como pode ser comprovado, pelo resultado alcançado na avaliação do iGovTIC-JUD.

Entretanto, algumas questões apontadas no Relatório de Atividades de 2018 continuam presentes, como por exemplo a necessidade da entrada de novos profissionais na área de TI, haja vista a ocorrência de fatores como o envelhecimento da força de trabalho da STI, a saída de servidores por aposentadoria, o aumento da complexidade do ambiente de TI em função do amadurecimento de novas tecnologias, a necessidade da contínua evolução dos sistemas de informação, particularmente do processual, e ainda, a necessidade de retenção de conhecimento dos sistemas mantidos por terceiros e habilidade para contratar e gerir contratos.

A governança dos processos administrativos é outro ponto que requer atenção especial. A manutenção de um trabalho contínuo no aprimoramento da gestão de processos e uma definição estruturada da priorização de demandas por parte do Comitê de Governança de TI (CGOTIC) traria ganhos significativos na eficiência e eficácia no uso dos recursos de TI.

Outro tema que carece de atenção e traz muitas dificuldades para que se possa realizar uma entrega ainda melhor dos serviços e, adicionalmente, uma otimização de custos, é a padronização por ambiente de trabalho, isto é, pela funcionalidade de sua utilização, dos equipamentos de TI. Com isso, ter-se-ia uma especificação funcional de cada estação de trabalho e, conseqüentemente, uma possibilidade de planejamento de

necessidades mais assertivas com grandes chances de economia na aquisição e reuso de equipamentos e suprimentos de TI.

A busca por alternativas de mercado para substituição de sistemas legados permanece como prioridade, principalmente aqueles sistemas de código livre ou de subscrição gratuita. Além disso, quando possível, a adoção de sistemas de órgãos públicos também é uma alternativa para minimizar a questão da carência de recursos próprios.

#### **14. Gestão Orçamentária e Financeira**

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO) tem papel fundamental na viabilização de recursos para alcance dos objetivos e metas traçadas pela Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), acompanhando, por meio de comparação entre o previsto e o realizado, dando subsídios ao Ordenador de Despesa para realização de eventuais correções e possibilitando, dessa forma, um redirecionamento das ações, a fim de assegurar o cumprimento das ações e metas projetadas.

Destacam-se as principais atividades realizadas pela Secretaria: elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais e créditos adicionais, acompanhamento da execução orçamentária e financeira, elaboração e consolidação do Plano Anual e Plurianual do contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (convênio – fonte 181), elaboração da programação financeira e elaboração de relatórios e levantamentos, com base na execução orçamentária e financeira das Unidades da Segunda Região. Ressalta-se que todas essas atividades são voltadas ao planejamento e acompanhamento das despesas de natureza obrigatória (Pessoal, Benefícios, Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado e Assistência Judiciária Gratuita) e das despesas discricionárias (custeio e investimentos) deste TRF2 e, subsidiariamente, das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e Espírito Santo (SJES).

Ademais, a SPO promove atos necessários à execução orçamentária e financeira das dotações e recursos colocados à disposição do TRF2, tais como: proceder ao pagamento das despesas do Tribunal, reter e recolher tributos, contribuições diversas e provisões de encargos trabalhistas, multas contratuais, emitir notas de empenho, bem como processar os respectivos reforços e anulações relativos às Unidades Gestoras 090028 (TRF2), 090048 (TRF2 – Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor) e 090054 (Escola da Magistratura Federal).

Compete esclarecer que a SPO tem atuação sistêmica e observa, pois, orientações e deliberações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal - CJF, como órgão setorial de orçamento, repassando-as às Unidades afins das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo, tendo atuação Regional, quando cabível.

#### **Análise sobre o Orçamento 2019**

O TRF2 coordenou a gestão do orçamento da Justiça Federal da 2ª Região e seus recursos financeiros, de forma a permitir a concretização das ações abaixo relacionadas, observando as determinações contidas na Lei Orçamentária Anual de 2019, Lei nº 13.808 - LOA, de 15/1/2019, e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei nº 13.707/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2019, de acordo com os

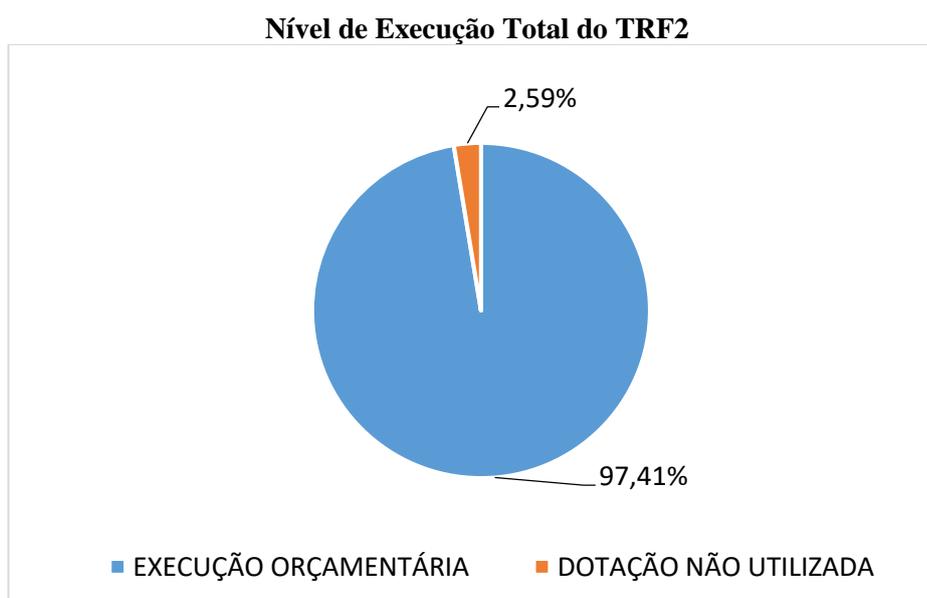
parâmetros fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000):

- pagamento das despesas com pessoal, incluindo as despesas de exercícios anteriores e sentenças judiciais;
- pagamento de estagiários;
- pagamento de benefícios determinados por lei, tais como Auxílio-Alimentação, Auxílio Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Assistência Médica, Auxílio-Funeral e Auxílio-Natalidade;
- manutenção da estrutura física das edificações existentes na 2ª Região;
- aquisições de materiais de consumo e equipamentos, destacando-se despesas com tecnologia da informação;
- Recuperação do complexo predial do TRF2.

Assim, foi descentralizada ao TRF2, uma dotação inicial de R\$ 464.542.455,00, havendo posteriormente acréscimos e reduções que resultaram em uma dotação final autorizada de R\$ 515.515.409,00. Registra-se que, apesar de terem ocorrido limitações de empenho e movimentação financeira ao longo do exercício (no valor total de R\$ 2.649.292,00), ao final de 2019, não restaram recursos contingenciados, tendo em vista os cenários fiscais favoráveis apresentados por ocasião dos Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 4º bimestre e 4º bimestre extemporâneo, ambos publicados em outubro/2019.

Destaca-se que, da dotação final em 2019, estão incluídos R\$ 3.203.000,00 relativos a recursos oriundos de contratos firmados entre a Justiça Federal e as instituições bancárias Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cujas vigências expiraram no mencionado exercício.

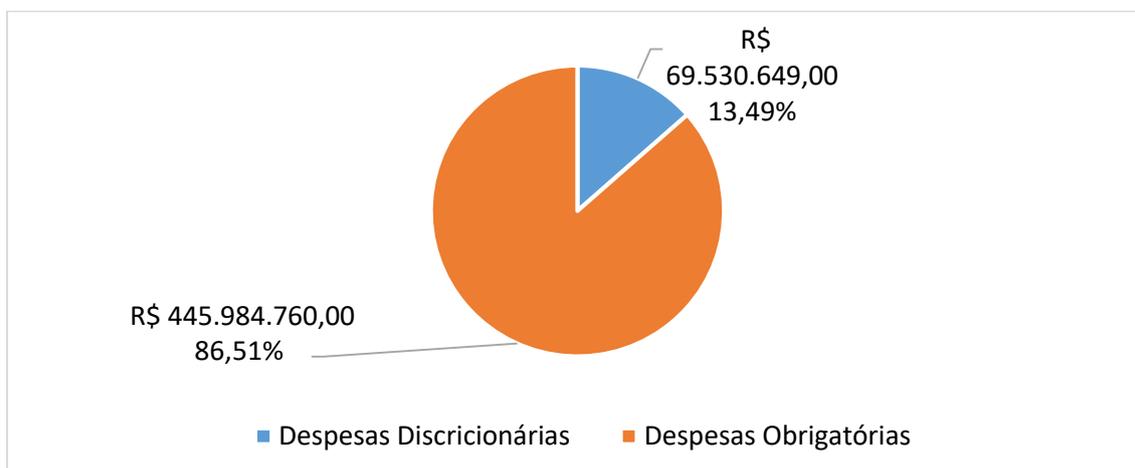
Ao final do exercício, o TRF2 teve uma execução orçamentária de R\$ 502.171.969,37, representando 97,41% do total da dotação disponível. Registre-se que, deste montante, houve, em 2019, o pagamento de R\$ 491.985.842,64, tendo sido inscritos em Restos a Pagar para 2020 o valor de R\$ 10.186.126,73.



Fonte: SIAFI

Cumpramos ressaltar que, do total do orçamento do TRF2, 86,51% destina-se a atender despesas obrigatórias (Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios Assistenciais, Assistência Judiciária Gratuita), aquelas nas quais o gestor público não possui discricionariedade quanto à determinação do seu montante, bem como ao momento de sua realização, por determinação legal ou constitucional.

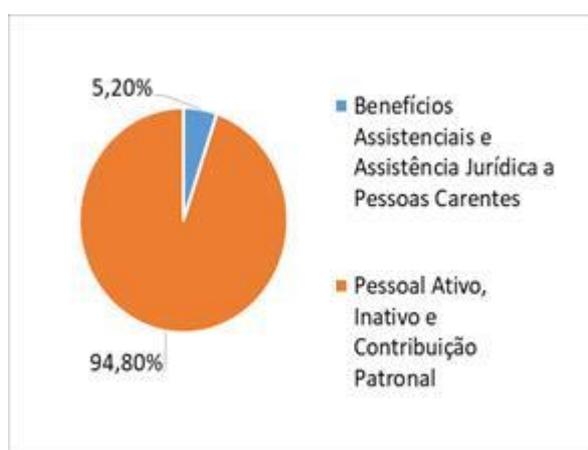
#### Distribuição do Orçamento entre Despesas Obrigatórias e Despesas Discricionárias



Fonte SIAFI

Apresentam-se, nos gráficos a seguir, os valores executados relativos às despesas discricionárias e obrigatórias pelo TRF2, registrando que a execução da despesa discricionária representa somente 13,49% do orçamento disponibilizado (R\$ 515.515.409,00).

#### Despesas Obrigatórias Execução Orçamentária



Fonte: SIAFI

#### Despesas Discricionárias Execução Orçamentária



Fonte: SIAFI

Merece destaque o principal desafio que o TRF2 vem enfrentando, decorrente dos efeitos advindos da Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, que estabeleceu para a Administração Pública Federal limite de gastos para as despesas primárias

individualizados em cada órgão a ser observado nos próximos vinte anos, a contar do exercício financeiro de 2017, tomando-se por base o total de pagamentos realizados em 2016, acrescido do valor correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, em cada exercício subsequente. Como salvaguarda inicial para acomodação dessa mudança, foi incluída uma regra transitória, válida para os exercícios financeiros de 2017, 2018 e 2019, que permitia ao Poder Executivo aumentar os limites dos Poderes Legislativo e Judiciário, MPU e DPU, com redução equivalente no excesso da sua despesa primária.

Entretanto, mesmo com essa medida, o orçamento destinado a despesas discricionárias (custeio e investimentos) foi inferior ao exercício anterior.

Dessa forma, o TRF2, a fim de mitigar os efeitos desse normativo, buscou maior qualidade dos serviços com menor custo, propondo melhorias em prol da eficiência e eficácia em relação aos gastos públicos, em busca do alcance dos objetivos e metas traçados, dando, inclusive, total transparência na execução de suas despesas.

Assim, em que pesem os contratempos ocorridos durante a execução do orçamento (a exemplo, de licitações frustradas), observa-se o alto nível de execução, apresentando um comprometimento de 97,41% do valor disponível.

Por fim, anota-se que, a partir do exercício de 2020, não haverá mais a possibilidade de o Poder Executivo compensar os limites dos demais Poderes. Logo, o cenário econômico se mostra desfavorável, com severas restrições orçamentárias.

Em face desse cenário, o TRF2 deve manter-se atento na busca por novas formas de gestão, de modo a enfrentar, com êxito, os desafios dos próximos anos.

Relativamente à meta orçamentária vinculada a Julgamento de Causas, sublinha-se que o TRF2 ultrapassou a meta, que sofrera reprogramação no 1º semestre do exercício findo.

No tocante aos anos de 2018 e 2019, assevera-se que o TRF2 julgou mais processos do que os distribuídos.

De maneira geral, os processos julgados vêm crescendo no período de 2016 a 2019.

No contexto do desempenho da JF2, o impacto da impossibilidade de reposição integral das vacâncias existentes, conforme critérios definidos pela LDO, constitui um forte desafio a ser superado a cada exercício.

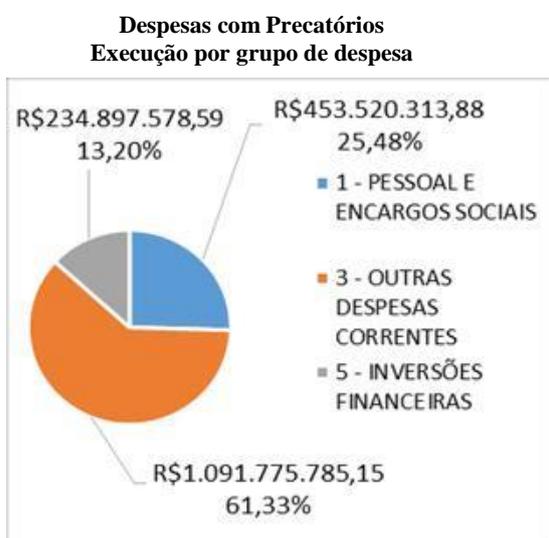
Por outro lado, constata-se que a implantação do e-Proc vem concorrendo, progressivamente, para a melhoria dos resultados, haja vista a automação de diversas etapas do processamento dos feitos, com expectativa de um crescimento nos próximos anos.

<b>Processos Julgados – Exercício 2019</b>			
<b>Unidade</b>	<b>Julgados</b>	<b>Meta</b>	<b>% Cumprimento</b>
<b>TRF2</b>	68.053	67.711	100,5%

Fonte: Núcleo de Estatística (NUEST)

Salienta-se, ainda, que coube ao TRF2 receber e executar dotações provenientes de outros Órgãos. Em 2019, tais dotações se destinaram ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios e Requisitórios de Pequeno Valor – RPVs) e de Contribuição Patronal incidente sobre os respectivos saques, cuja execução, ao final do exercício, demonstrou-se da seguinte forma:

- Precatórios – Da dotação final disponibilizada (R\$ 1.786.610.031,00), foi empenhado e pago o montante de R\$ 1.780.193.677,62.
- Requisitórios de Pequeno Valor - Da dotação final disponibilizada (R\$ 1.130.863.302,00), foi empenhado o montante de R\$ 1.130.863.300,32, tendo sido pagos no exercício de 2019, R\$ 1.087.510.712,46.
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Plano de Seguridade do Servidor - Da dotação final disponibilizada (R\$ 7.447.421,00), foi empenhado e pago o montante de R\$ 7.447.419,10.



Fonte: SIAFI



Fonte: SIAFI

Por fim, registra-se que a análise da execução orçamentária e financeira das dotações disponibilizadas ao TRF2 não contempla as dotações acima especificadas.

## **SIGLAS**

**ACEX** – Assessoria de Comunicação Interna/TRF2

**ACIN** – Assessoria de Comunicação Interna/TRF2

**ADM** – Administrativo

**AN**– Arquivo Nacional

**AREC**– Assessoria de Recursos da Vice-Presidência/TRF2

**ARIC**– Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial/TRF2

**ASI** – *Software Automation System Inventory Web* (ASI WEB) ou Sistema de Gestão e Controle Patrimonial ASI WEB

**BB** – Banco do Brasil

**BNF**– Banco Nacional de Formadores para Cursos Oficiais de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

**BNPR** – Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios

**BPMN** – *Business Process Management Notation* (Notação de Gerenciamento de Processos de Negócios)

**CAIJF** – Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal

**CCJF** – Centro Cultural Justiça Federal/TRF2

**CEF** – Caixa Econômica Federal

**CGETIC** – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação

**CGOTIC** – Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

**CJ** – Cargo em Comissão

**CJF** – Conselho da Justiça Federal

**CLRI** – Comitê Local de Respostas a Incidentes

**CLSI** – Comissão Local de Segurança da Informação

**CMI** – Centro de Memória Institucional

**CNGTIC.PJ** – Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

**CNJ** – Conselho Nacional de Justiça

**COCDH** – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

**COGESJ** – Coordenadoria de Gestão de Sistemas Judiciários

**COJEF** – Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região

**COPECE**– Coordenadoria de Produção de Eventos e Cerimonial/TRF2

**COPGRA**– Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual/TRF2

**COPREL** – Coordenadoria de Projetos, Gestão de Demandas e Relacionamento

**COREN** – Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro

**CSJT** – Conselho Superior da Justiça do Trabalho

**DIPRE**– Divisão de Precatórios/TRF2

**DIRFO** – Diretoria do Foro

**DISAU** – Divisão de Atenção à Saúde/TRF2  
**DN** – Decisão Normativa  
**DPU** – Defensoria Pública da União  
**EC** – Emenda Constitucional  
**EMARF** – Escola da Magistratura Regional Federal  
**EMERJ**– Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro  
**EMES**– Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo  
**ENFAM** – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados  
**ENTIC-JUD** – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação  
**ES** – Estado do Espírito Santo  
**FCs**– Funções Comissionadas  
**FCRB** – Fundação Casa de Rui Barbosa  
**FHE**– Fundação Habitacional do Exército  
**FORECRIM** – Fórum Regional dos Juízes Federais Criminais da 2ª Região  
**FOREJEF**– Fórum Regional dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região  
**GND** – Grupo de Natureza de Despesa  
**GRU** – Guia de Recolhimento da União  
**GSI** – Gabinete de Segurança Institucional  
**IAC** – Incidente de Assunção de Competência  
**IDH** – Índice e Desenvolvimento Humano  
**IEDF**–Instituto de Educação em Direito e Fraternidade  
**IFES** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo  
**iGovTIC-JUD** – Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação  
**IN** – Instrução Normativa  
**INSS**– Instituto Nacional do Seguro Social  
**IPCA** – Índice de Preços ao Consumidor Amplo  
**IRDR** – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas  
**JC** – Julgamento de Causas  
**JEF** – Juizado Especial Federal  
**JF2** – Justiça Federal da 2ª Região  
**JFES** – Justiça Federal do Espírito Santo  
**JFRJ** – Justiça Federal do Rio de Janeiro  
**LAI** – Lei de Acesso à Informação  
**LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
**LED** – *Light Emitting Diode* ou Diodo Emissor de Luz  
**LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais  
**LOA** – Lei Orçamentária Anual

**LRF**– Lei de Responsabilidade Fiscal  
**MNI** – Modelo Nacional de Interoperabilidade  
**MP** – Medida Provisória  
**NAI** – Núcleo de Auditoria Interna/SJES  
**NPSC2** – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos/TRF2  
**NTI** – Núcleo de Tecnologia da Informação/SJES  
**NUDIG** – Núcleo de Digitalização/TRF2  
**NUEST** – Núcleo de Estatísticas/TRF2  
**NUGEP**–Núcleo de Gerenciamento de Precedentes/TRF2  
**OAB** –Ordem dos Advogados do Brasil  
**OCI** – Órgão de Controle Interno  
**PAA** – Plano Anual de Auditoria  
**PAPSI** – Programa de Assistência à Psicologia e à Psiquiatria  
**PCOs**– Processos de Correição Ordinária  
**PCTI** – Plano de Contratação de Tecnologia de Informação  
**PDTI** – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação  
**PEJF** – Plano Estratégico da Justiça Federal  
**PGE** –Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro  
**PLS** – Plano de Logística Sustentável  
**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
**PRFN** – Procuradoria Regional da Fazenda Nacional  
**PSI** – Plano de Segurança Institucional  
**RGV** – Relatório de Gestão Fiscal  
**RJ** – Estado do Rio de Janeiro  
**RPV** – Requisição de Pequeno Valor  
**RSP**– Resolução da Presidência  
**SAI** – Secretaria de Auditoria Interna/TRF2  
**SAJ**– Secretaria de Atividades Judiciárias/TRF2  
**SAT** – Secretaria de Atividades Administrativas/TRF2  
**SCCJUD** – Seção de Controle de Convênios Judiciários/TRF2  
**SCI** – Sistema de Controle Interno  
**SCI/CNJ** – Secretaria de Controle Interno do Conselho Nacional de Justiça  
**SCO** – Subsecretaria de Controle Interno/SJRJ  
**SECS** – Solicitações Eletrônicas de Contratação  
**SEEU** – Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificado  
**SGP** – Secretaria de Gestão de Pessoas/TRF2  
**SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira

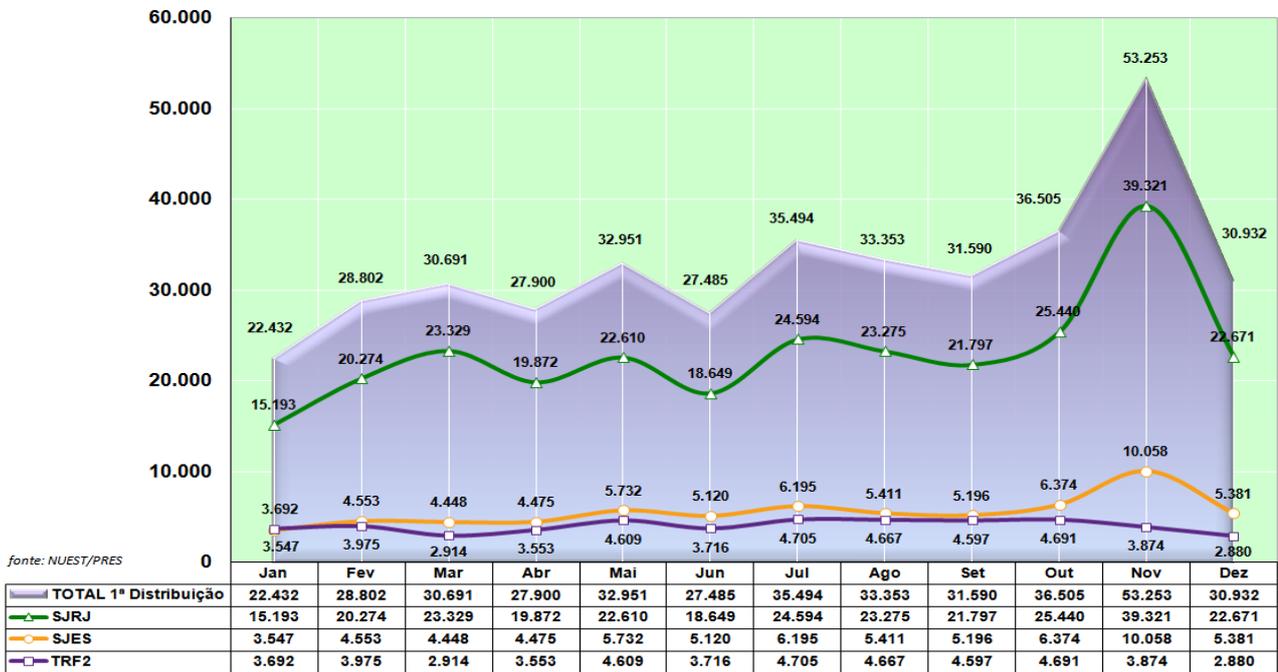
**SIC**– Serviço de Atendimento ao Cidadão/TRF2  
**SIE** – Secretaria de Infraestrutura e Logística/TRF2  
**SIGA-Doc**– Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Módulo Documentos  
**SJ** – Seção Judiciária  
**SJES** – Seção Judiciária do Espírito Santo  
**SJRJ** – Seção Judiciária do Rio de Janeiro  
**SJs**– Seções Judiciárias  
**SPO** – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças/TRF2  
**SPU** – Secretaria de Patrimônio da União  
**STF** – Supremo Tribunal Federal  
**STI** – Secretaria de Tecnologia da Informação/TRF2  
**STJ** – Superior Tribunal de Justiça;  
**TCU** – Tribunal de Contas da União  
**TI** – Tecnologia da Informação  
**TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação  
**TNU** – Turma Nacional de Uniformização  
**TRE/ES** – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo  
**TRF2** – Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**TRF4** – Tribunal Regional Federal da 4ª Região;  
**TRT2** – Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
**TRU** –Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência  
**UG**–Unidade Gestora  
**UO** – Unidade Orçamentária  
**UPC** – Unidade Prestadora de Contas

# Anexo Mapa de Julgados

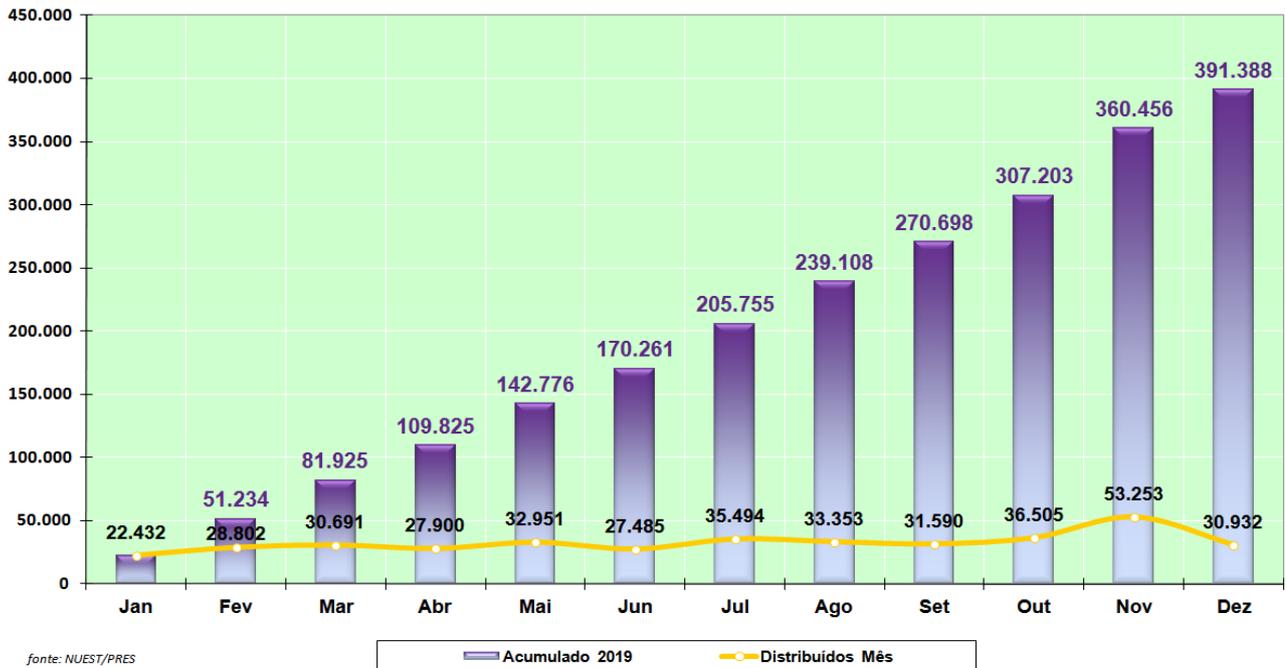


JUSTIÇA  
FEDERAL  
**TRF2**

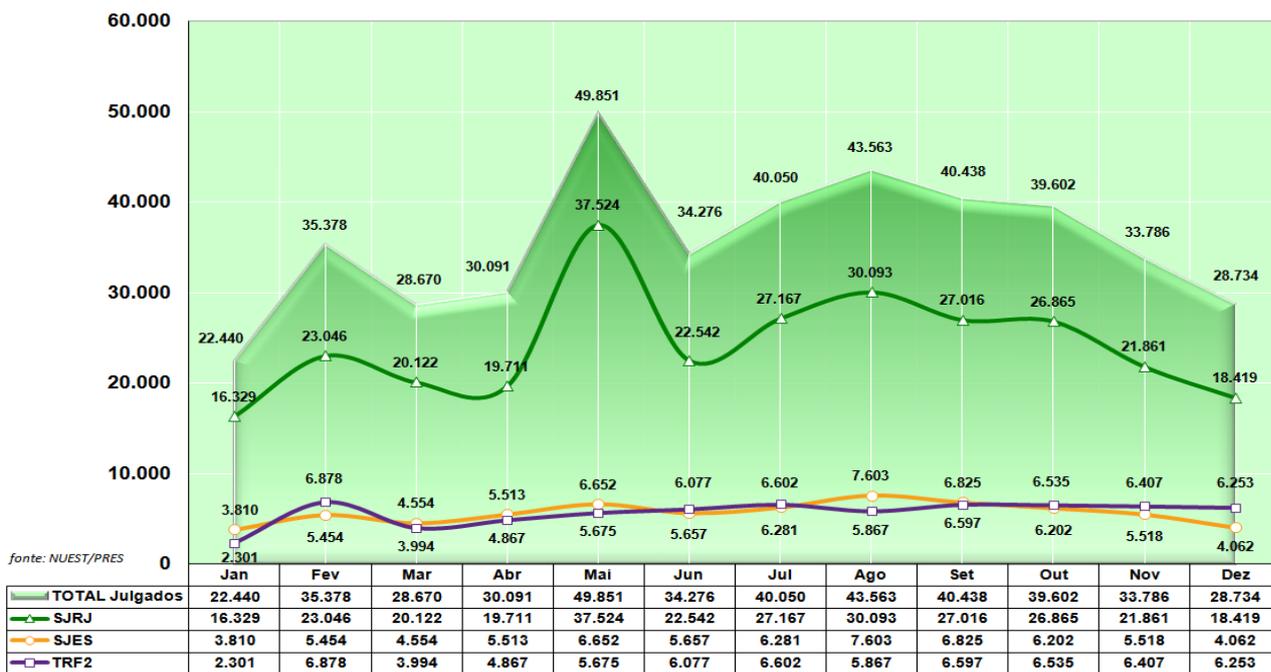
### Comparativo Mensal de 1ª DISTRIBUIÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2019



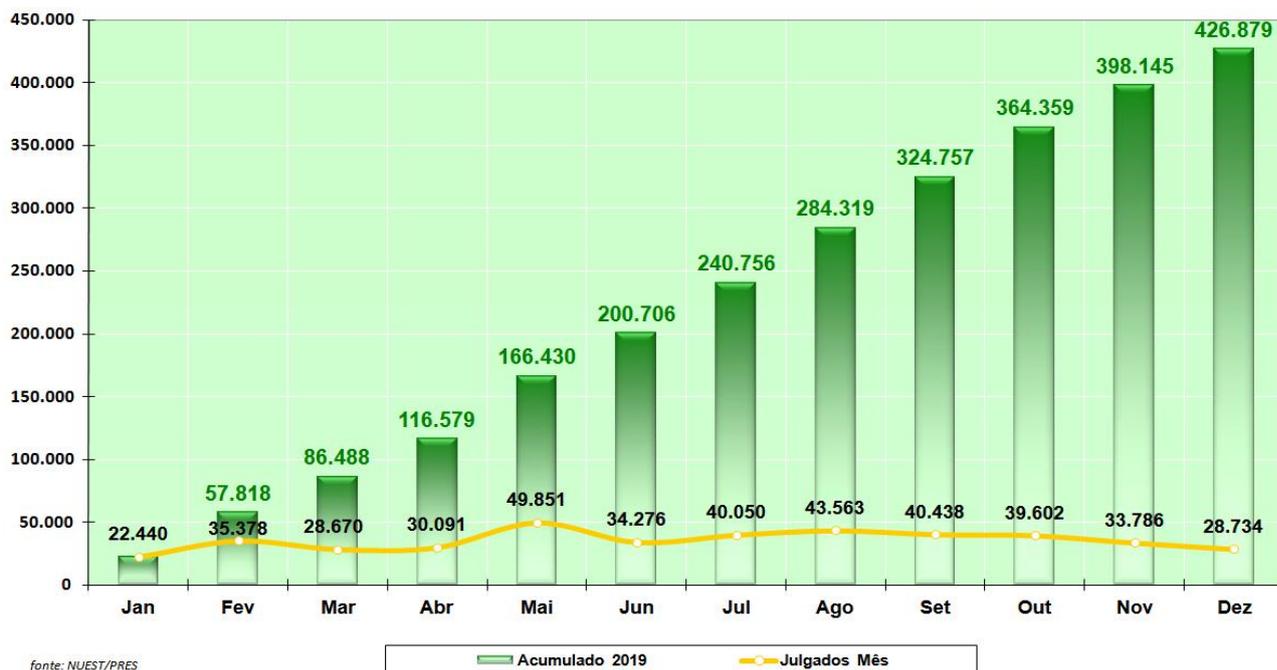
### 1ª DISTRIBUIÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2019



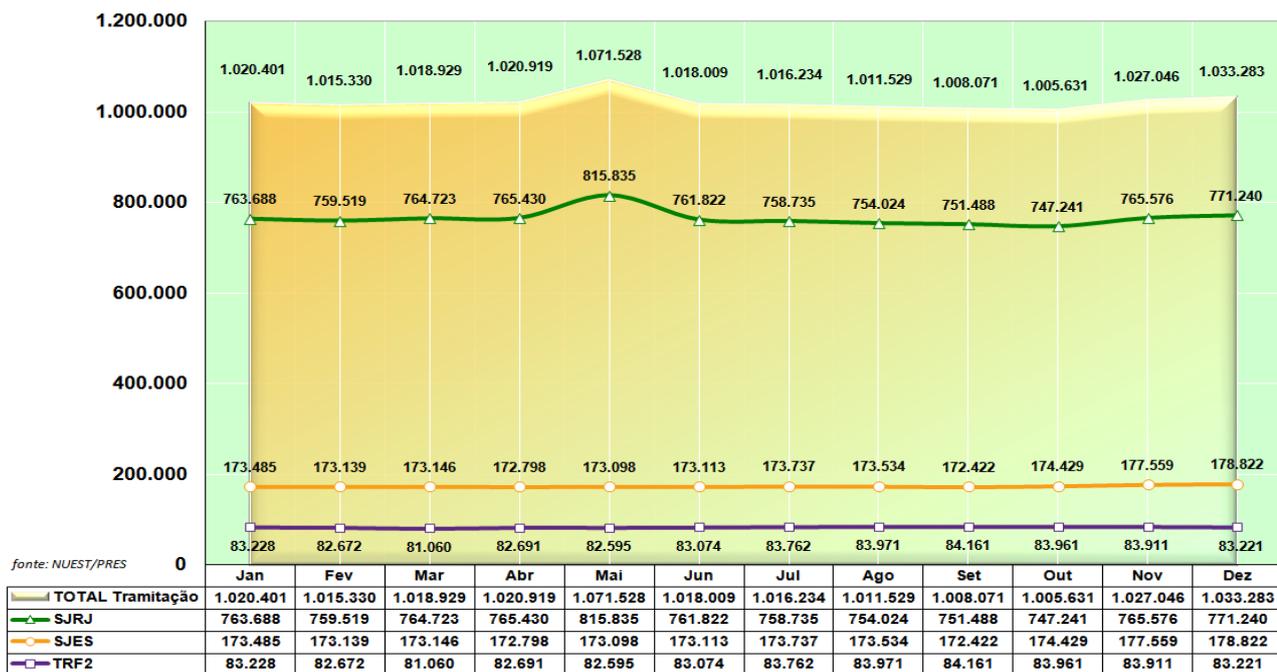
### Comparativo Mensal de JULGADOS - 2ª Região Consolidado / 2019



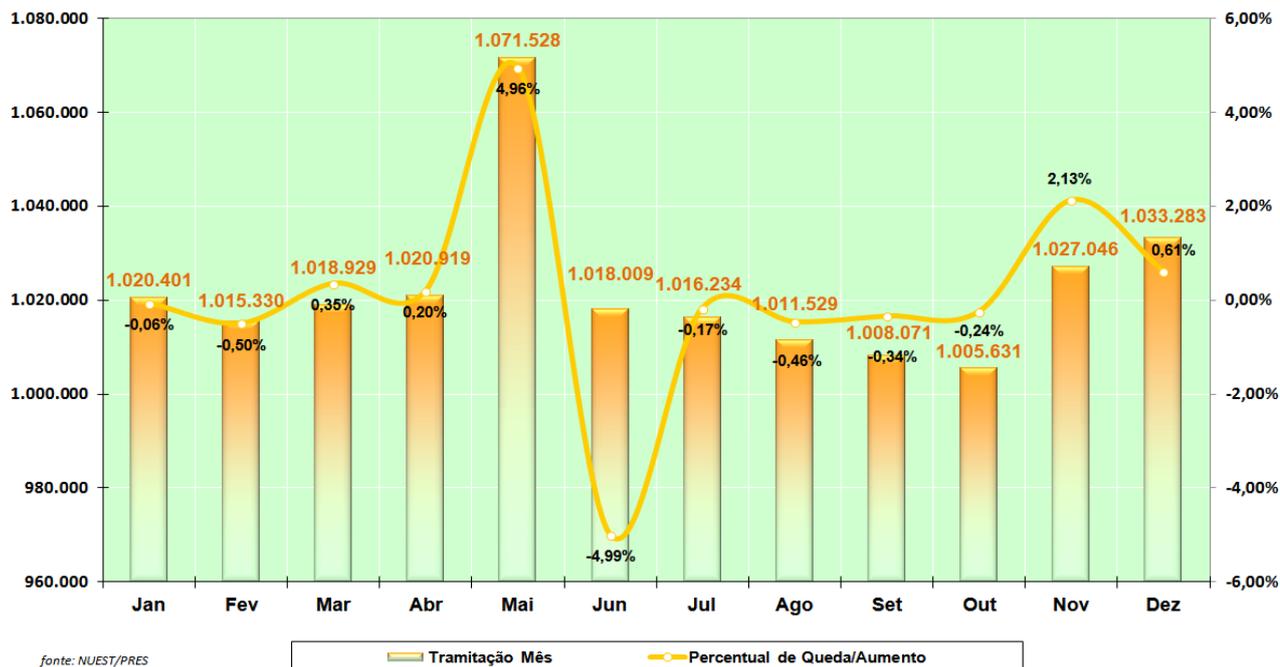
### JULGADOS - 2ª Região Consolidado / 2019



### Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2019

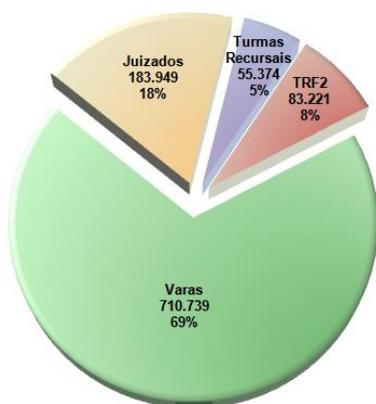


### TRAMITAÇÃO - 2ª Região Consolidado / 2019



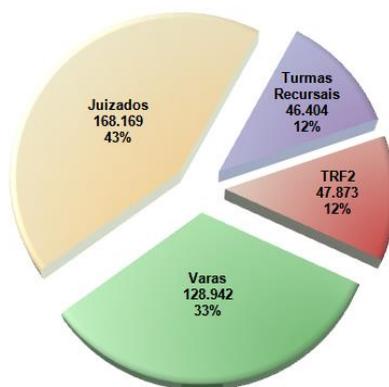
### Comparativo Anual de Processos - 2ª Região Consolidado / 2019

**1.033.283 Processos em TRAMITAÇÃO  
(Tramitação de DEZEMBRO)**



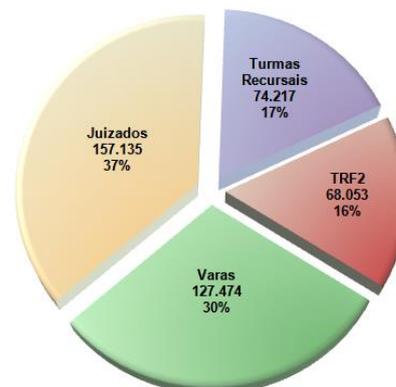
fonte: NUEST/PRES

**391.388 Processos com  
1ª DISTRIBUIÇÃO**



fonte: NUEST/PRES

**426.879 Processos JULGADOS**



fonte: NUEST/PRES

Movimentação Processual por Órgão Julgador - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)

Órgão Julgador	Remanescentes no Início do Período (REM)	Total de Entradas (TE)	Total de Saídas (TS)	Tramitação no Final do Período (TRAM)
Subsecretaria do Tribunal Pleno	44	12	18	38
1a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	377	396	400	373
2a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	154	57	75	136
Órgão Especial	63	502	338	227
3a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	369	195	298	266
Presidência	27	52	60	19
Vice-Presidência	8.058	34.811	31.846	11.023
Corregedoria	4	0	2	2
1a.Turma	0	3	3	0
3a.Turma	1	2	3	0
4a.Turma	0	3	3	0
5a.Turma	0	3	3	0
6a.Turma	0	3	3	0
1a.TURMA ESPECIALIZADA	6.132	6.852	5.793	7.191
2a.TURMA ESPECIALIZADA	8.529	6.828	5.428	9.929
3a.TURMA ESPECIALIZADA	10.639	6.611	9.383	7.867
4a.TURMA ESPECIALIZADA	13.664	6.387	8.699	11.352
5a.TURMA ESPECIALIZADA	6.488	7.924	8.251	6.161
6a.TURMA ESPECIALIZADA	5.971	7.808	7.896	5.883
7a.TURMA ESPECIALIZADA	8.531	7.773	7.532	8.772
8a.TURMA ESPECIALIZADA	12.944	7.718	7.428	13.234
Gabinete de Conciliação	1	48	48	1
Assessoria de Recursos	1	792	190	603
*Indeterminado	6	680	542	144
<b>Total</b>	<b>82.003</b>	<b>95.460</b>	<b>94.242</b>	<b>83.221</b>

Fonte: NUEST/PRES

Mapa de Julgados por Órgão Julgador e Relator – TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)

Órgão Julgador	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
Subsecretaria do Tribunal Pleno	FERREIRA NEVES	0	1	0	1
	SIMONE SCHREIBER	0	0	1	1
Subsecretaria do Tribunal Pleno Total		0	1	1	2
1a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	7	15	10	32
	ANDRÉ FONTES	1	10	2	13
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	3	18	6	27
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	3	16	6	25
	MESSOD AZULAY NETO	0	1	0	1
	PAULO ESPIRITO SANTO	6	20	3	29
	SIMONE SCHREIBER	5	25	15	45
1a. SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		25	105	42	172
2a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	2	0	1	3
	FERREIRA NEVES	1	5	3	9
	LETÍCIA DE SANTIS MELLO	1	3	3	7
	LUIZ ANTONIO SOARES	1	1	3	5
	MARCUS ABRAHAM	1	5	0	6
	THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	2	5	6	13
2a. SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		8	19	16	43
Órgão Especial	ANDRÉ FONTES	0	6	0	6
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	1	3	0	4
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	2	2	3	7
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	4	3	7
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	1	1	4	6
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	1	4	3	8
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	1	5	3	9
	MESSOD AZULAY NETO	2	2	1	5
	NIZETE LOBATO CARMO	2	2	1	5
	PAULO ESPIRITO SANTO	0	5	1	6
	POUL ERIK DYRLUND	0	4	1	5
	REIS FRIEDE	1	1	1	3
	SERGIO SCHWAITZER	2	4	0	6
VERA LÚCIA LIMA	1	3	3	7	
Órgão Especial Total		14	46	24	84

Fonte: NUEST/PRES

CONTINUA...

Órgão Julgador	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
3a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALCIDES MARTINS	4	8	9	21
	ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES	0	3	2	5
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	5	5	4	14
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	4	4	7	15
	GUILHERME DIEFENTHAELER	9	6	17	32
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	10	8	3	21
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	3	3	1	7
	POUL ERIK DYRLUND	9	4	8	21
	REIS FRIEDE	0	5	1	6
	RICARDO PERLINGEIRO	0	10	6	16
	SERGIO SCHWAITZER	13	4	5	22
VERA LÚCIA LIMA	2	23	4	29	
<b>3a. SEÇÃO ESPECIALIZADA Total</b>		<b>59</b>	<b>83</b>	<b>67</b>	<b>209</b>
Presidência	ANDRÉ FONTES	1	0	2	3
	REIS FRIEDE	4	4	7	15
<b>Presidência Total</b>		<b>5</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>18</b>
Vice-Presidência	GUILHERME COUTO DE CASTRO	88	1	46	135
	MESSOD AZULAY NETO	412	13	362	787
<b>Vice-Presidência Total</b>		<b>500</b>	<b>14</b>	<b>408</b>	<b>922</b>
1a.TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	124	1.608	492	2.224
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	111	1.325	455	1.891
	PAULO ESPIRITO SANTO	186	1.619	446	2.251
<b>1a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>421</b>	<b>4.552</b>	<b>1.393</b>	<b>6.366</b>
2a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	30	786	150	966
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	61	1.339	526	1.926
	MESSOD AZULAY NETO	10	185	64	259
	SIMONE SCHREIBER	64	1.558	535	2.157
<b>2a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>165</b>	<b>3.868</b>	<b>1.275</b>	<b>5.308</b>
3a.TURMA ESPECIALIZADA	CLAUDIA NEIVA	338	1.107	547	1.992
	MARCUS ABRAHAM	604	2.094	1.224	3.922
	THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	772	2.140	1.877	4.789
<b>3a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>1.714</b>	<b>5.341</b>	<b>3.648</b>	<b>10.703</b>
4a.TURMA ESPECIALIZADA	FERREIRA NEVES	332	1.819	822	2.973
	LETÍCIA DE SANTIS MELLO	306	1.933	896	3.135
	LUIZ ANTONIO SOARES	192	1.266	812	2.270
<b>4a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>830</b>	<b>5.018</b>	<b>2.530</b>	<b>8.378</b>
5a.TURMA ESPECIALIZADA	ALCIDES MARTINS	302	1.835	600	2.737
	ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES	7	2.177	645	2.829
	RICARDO PERLINGEIRO	14	1.738	586	2.338
<b>5a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>323</b>	<b>5.750</b>	<b>1.831</b>	<b>7.904</b>

Fonte: NUEST/PRES

CONTINUA...

Órgão Julgador	Relator	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
6a.TURMA ESPECIALIZADA	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	227	2.159	751	3.137
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	246	2.018	613	2.877
	POUL ERIK DYRLUND	243	1.853	554	2.650
	REIS FRIEDE	66	557	138	761
6a.TURMA ESPECIALIZADA Total		782	6.587	2.056	9.425
7a.TURMA ESPECIALIZADA	JOSÉ ANTONIO NEIVA	306	1.705	610	2.621
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	62	390	169	621
	NIZETE LOBATO CARMO	224	1.748	344	2.316
	SERGIO SCHWAITZER	366	1.788	528	2.682
7a.TURMA ESPECIALIZADA Total		958	5.631	1.651	8.240
8a.TURMA ESPECIALIZADA	GUILHERME DIEFENTHAELER	85	2.676	521	3.282
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	100	2.418	617	3.135
	VERA LÚCIA LIMA	139	2.971	674	3.784
8a.TURMA ESPECIALIZADA Total		324	8.065	1.812	10.201
Gabinete de Conciliação	PAULO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO	11	0	0	11
Gabinete de Conciliação Total		11	0	0	11
Indeterminado	ALCIDES MARTINS	27	2	26	55
	MESSOD AZULAY NETO	4	0	4	8
	SERGIO SCHWAITZER	0	1	0	1
	SIMONE SCHREIBER	0	2	0	2
	THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	0	1	0	1
Indeterminado Total		31	6	30	67
<b>Total geral</b>		<b>6.170</b>	<b>45.090</b>	<b>16.793</b>	<b>68.053</b>

Fonte: NUEST/PRES

Mapa de Julgados por Órgão Julgador e Relator Fase - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)

Órgão Julgador	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
Subsecretaria do Tribunal Pleno	FERREIRA NEVES	0	1	0	1
	SIMONE SCHREIBER	0	0	1	1
Subsecretaria do Tribunal Pleno Total		0	1	1	2
1a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	4	11	9	24
	ANDRÉ FONTES	1	15	3	19
	ANDREA DAQUER BARSOTTI	2	3	0	5
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	1	15	5	21
	FABIO DE SOUZA SILVA	2	2	0	4
	GUSTAVO ARRUDA MACEDO	3	4	1	8
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	3	14	9	26
	MESSOD AZULAY NETO	0	1	0	1
	PAULO ESPIRITO SANTO	4	12	3	19
	SIMONE SCHREIBER	3	20	11	34
VLAMIR COSTA MAGALHÃES	2	8	1	11	
1a. SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		25	105	42	172
2a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES	0	1	0	1
	CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES	0	1	0	1
	CLAUDIA NEIVA	1	0	1	2
	FERREIRA NEVES	1	4	2	7
	JOSE EDUARDO NOBRE MATTA	1	0	0	1
	LETÍCIA DE SANTIS MELLO	1	2	3	6
	LUIZ ANTONIO SOARES	1	1	3	5
	MARCUS ABRAHAM	1	5	0	6
	SANDRA MEIRIM CHALU BARBOSA DE CAMPOS	0	1	1	2
	THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	2	4	6	12
2a. SEÇÃO ESPECIALIZADA Total		8	19	16	43
Órgão Especial	ALFREDO JARA MOURA	1	0	0	1
	ANDRÉ FONTES	0	5	0	5
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	1	3	0	4
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	2	2	5	9
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	0	4	4	8
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	1	0	4	5
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	0	3	2	5
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	1	5	0	6
	MESSOD AZULAY NETO	2	3	0	5
	NIZETE LOBATO CARMO	2	3	3	8
	PAULO ESPIRITO SANTO	0	4	1	5
	POUL ERIK DYRLUND	0	3	1	4
	REIS FRIEDE	1	1	1	3
	SERGIO SCHWAITZER	2	6	0	8
VERA LÚCIA LIMA	1	4	3	8	
Órgão Especial Total		14	46	24	84

Órgão Julgador	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJ)
3a. SEÇÃO ESPECIALIZADA	ALCIDES MARTINS	4	5	5	14
	ALFREDO JARA MOURA	2	1	5	8
	ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES	0	3	2	5
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	2	0	0	2
	FIRLY NASCIMENTO FILHO	0	3	4	7
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	5	5	4	14
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	4	5	7	16
	GUILHERME DIEFENTHAELER	9	6	16	31
	GUSTAVO ARRUDA MACEDO	1	0	0	1
	HELENA ELIAS PINTO	0	4	0	4
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	5	8	3	16
	MARCELO DA FONSECA GUERREIRO	0	10	1	11
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	3	3	1	7
	PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI	3	0	0	3
	POUL ERIK DYRLUND	7	3	3	13
	REIS FRIEDE	0	4	1	5
	RICARDO PERLINGEIRO	0	11	6	17
	SERGIO SCHWAITZER	13	4	5	22
VERA LÚCIA LIMA	1	8	4	13	
<b>3a. SEÇÃO ESPECIALIZADA Total</b>		<b>59</b>	<b>83</b>	<b>67</b>	<b>209</b>
Presidência	ANDRÉ FONTES	1	0	2	3
	GUILHERME DIEFENTHAELER	0	1	0	1
	REIS FRIEDE	4	2	7	13
	SERGIO SCHWAITZER	0	1	0	1
<b>Presidência Total</b>		<b>5</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>18</b>
Vice-Presidência	FERREIRA NEVES	1	0	0	1
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	88	1	59	148
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	1	0	0	1
	MARIA ALICE PAIM LYARD	1	0	0	1
	MESSOD AZULAY NETO	409	13	349	771
<b>Vice-Presidência Total</b>		<b>500</b>	<b>14</b>	<b>408</b>	<b>922</b>
1a.TURMA ESPECIALIZADA	ABEL GOMES	54	98	22	174
	ANDRÉ FONTES	0	0	1	1
	ANDREA DAQUER BARSOTTI	137	983	206	1.326
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	70	836	349	1.255
	FABIO DE SOUZA SILVA	39	476	93	608
	GUSTAVO ARRUDA MACEDO	71	1.522	484	2.077
	HELENA ELIAS PINTO	0	1	0	1
	PAULO ESPIRITO SANTO	49	624	238	911
	REIS FRIEDE	1	0	0	1
	SIMONE SCHREIBER	0	2	0	2
	VLAMIR COSTA MAGALHÃES	0	10	0	10
<b>1a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>421</b>	<b>4.552</b>	<b>1.393</b>	<b>6.366</b>
2a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDRÉ FONTES	28	770	147	945
	ANTONIO IVAN ATHIÉ	0	2	0	2
	GUSTAVO ARRUDA MACEDO	0	1	0	1
	MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO	44	868	365	1.277
	MESSOD AZULAY NETO	10	195	63	268
	SIMONE SCHREIBER	64	1.525	515	2.104
	VLAMIR COSTA MAGALHÃES	19	507	185	711
<b>2a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>165</b>	<b>3.868</b>	<b>1.275</b>	<b>5.308</b>

Fonte: NUEST/PRES

CONTINUA...

Órgão Julgador	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
3a.TURMA ESPECIALIZADA	ANDREA CUNHA ESMERALDO	0	1	0	1
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	0	1	0	1
	CLAUDIA NEIVA	132	766	373	1.271
	ERICO TEIXEIRA VINHOSA PINTO	3	80	61	144
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	0	35	1	36
	FABIOLA UTZIG HASELOF	1	0	0	1
	FIRLY NASCIMENTO FILHO	61	170	144	375
	GUILHERME BOLLORINI PEREIRA	1	0	0	1
	JOSE EDUARDO NOBRE MATTA	202	325	157	684
	LETÍCIA DE SANTIS MELLO	0	0	1	1
	MARCELLA ARAUJO DA NOVA BRANDAO	0	1	0	1
	MARCUS ABRAHAM	603	2.079	1.205	3.887
	NIZETE LOBATO CARMO	1	0	0	1
	NOBRE MATTA	1	0	0	1
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	709	1.883	1.706	4.298	
<b>3a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>1.714</b>	<b>5.341</b>	<b>3.648</b>	<b>10.703</b>
4a.TURMA ESPECIALIZADA	ADRIANO SALDANHA GOMES DE OLIVEIRA	43	225	80	348
	CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES	72	395	210	677
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	7	233	191	431
	FABIOLA UTZIG HASELOF	0	1	0	1
	FERREIRA NEVES	234	1.091	540	1.865
	FIRLY NASCIMENTO FILHO	45	19	68	132
	JOSE CARLOS DA SILVA GARCIA	0	2	0	2
	LETÍCIA DE SANTIS MELLO	65	1.031	288	1.384
	LUIZ ANTONIO SOARES	189	1.185	773	2.147
	MARCELLA ARAUJO DA NOVA BRANDAO	118	390	175	683
	SANDRA MEIRIM CHALU BARBOSA DE CAMPOS	57	445	205	707
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	0	1	0	1	
<b>4a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>830</b>	<b>5.018</b>	<b>2.530</b>	<b>8.378</b>
5a.TURMA ESPECIALIZADA	ALCIDES MARTINS	258	1.450	459	2.167
	ALFREDO JARA MOURA	0	11	0	11
	ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES	7	1.351	437	1.795
	CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	0	1	0	1
	FIRLY NASCIMENTO FILHO	20	633	195	848
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	0	1	0	1
	HELENA ELIAS PINTO	0	3	0	3
	MARCELLA ARAUJO DA NOVA BRANDAO	0	382	97	479
	MARCUS ABRAHAM	1	0	0	1
	NIZETE LOBATO CARMO	1	0	0	1
	POUL ERIK DYRLUND	0	0	2	2
	RICARDO PERLINGEIRO	13	1.699	583	2.295
VIGDOR TEITEL	23	219	58	300	
<b>5a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>323</b>	<b>5.750</b>	<b>1.831</b>	<b>7.904</b>

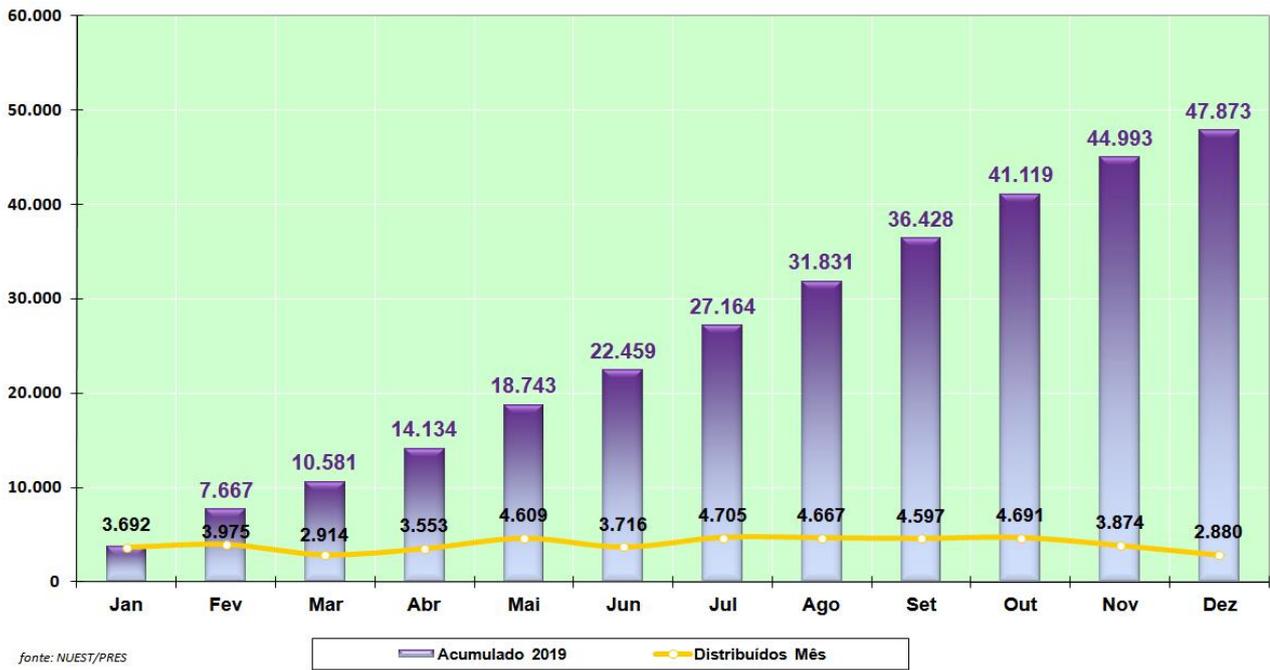
Fonte: NUEST/PRES

CONTINUA...

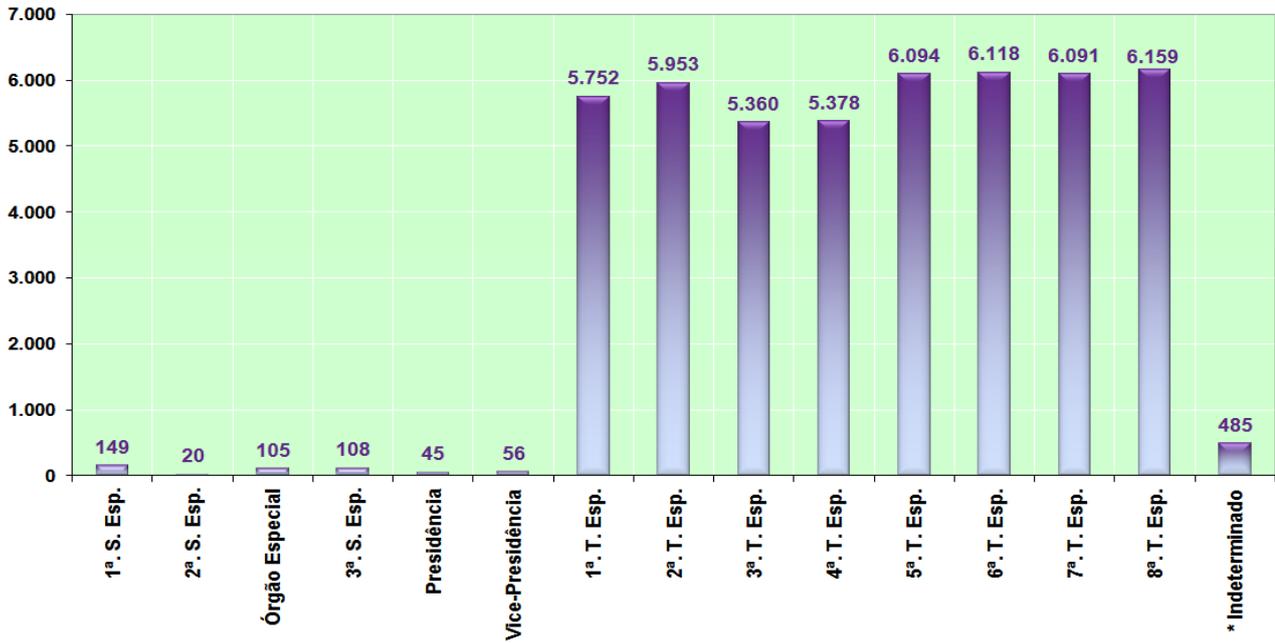
Órgão Julgador	Relator da Fase	Decisões Monocráticas Terminativas (A)	Julgamentos em Sessão (B)	Julgamentos de Incidentes (F)	Total de Julgamentos (TJI)
6a.TURMA ESPECIALIZADA	ALFREDO JARA MOURA	144	1.725	528	2.397
	BIANCA STAMATO FERNANDES	7	99	16	122
	FIRLY NASCIMENTO FILHO	0	0	1	1
	GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA	188	1.562	507	2.257
	GUILHERME COUTO DE CASTRO	239	1.856	524	2.619
	JOSE EDUARDO NOBRE MATTA	0	1	0	1
	POUL ERIK DYRLUND	138	910	326	1.374
	REIS FRIEDE	66	432	154	652
	RICARDO PERLINGEIRO	0	1	0	1
SERGIO SCHWAITZER	0	1	0	1	
<b>6a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>782</b>	<b>6.587</b>	<b>2.056</b>	<b>9.425</b>
7a.TURMA ESPECIALIZADA	ALCIDES MARTINS	1	0	3	4
	ANTONIO HENRIQUE CORREA DA SILVA	105	865	147	1.117
	EUGENIO ROSA DE ARAUJO	8	28	68	104
	FABIOLA UTZIG HASELOF	0	54	23	77
	FIRLY NASCIMENTO FILHO	0	0	1	1
	FLAVIO OLIVEIRA LUCAS	0	237	105	342
	JOSÉ ANTONIO NEIVA	177	1.539	476	2.192
	LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO	61	367	167	595
	MARCUS ABRAHAM	0	1	2	3
	NIZETE LOBATO CARMO	119	688	149	956
	PAULO ANDRE ESPIRITO SANTO BONFADINI	120	119	39	278
	REIS FRIEDE	1	0	0	1
	SERGIO SCHWAITZER	365	1.733	471	2.569
THEOPHILO MIGUEL	1	0	0	1	
<b>7a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>958</b>	<b>5.631</b>	<b>1.651</b>	<b>8.240</b>
8a.TURMA ESPECIALIZADA	GUILHERME COUTO DE CASTRO	1	0	0	1
	GUILHERME DIEFENTHAELER	31	2.162	489	2.682
	HELENA ELIAS PINTO	60	503	118	681
	MARCELO DA FONSECA GUERREIRO	3	744	219	966
	MARCELO PEREIRA DA SILVA	101	2.502	672	3.275
	MARIA AMELIA ALMEIDA SENOS DE CARVALHO	2	305	1	308
	NIZETE LOBATO CARMO	0	4	0	4
	SERGIO SCHWAITZER	0	1	1	2
	VERA LÚCIA LIMA	126	1.844	312	2.282
<b>8a.TURMA ESPECIALIZADA Total</b>		<b>324</b>	<b>8.065</b>	<b>1.812</b>	<b>10.201</b>
Gabinete de Conciliação	Aline Alves de Melo Miranda Araújo	10	0	0	10
	KARINA DE OLIVEIRA E SILVA	1	0	0	1
<b>Gabinete de Conciliação Total</b>		<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
Indeterminado	ALCIDES MARTINS	27	2	26	55
	MESSOD AZULAY NETO	4	0	4	8
	SERGIO SCHWAITZER	0	1	0	1
	SIMONE SCHREIBER	0	2	0	2
	THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO	0	1	0	1
<b>Indeterminado Total</b>		<b>31</b>	<b>6</b>	<b>30</b>	<b>67</b>
<b>Total geral</b>		<b>6.170</b>	<b>45.090</b>	<b>16.793</b>	<b>68.053</b>

Fonte: NUEST/PRES

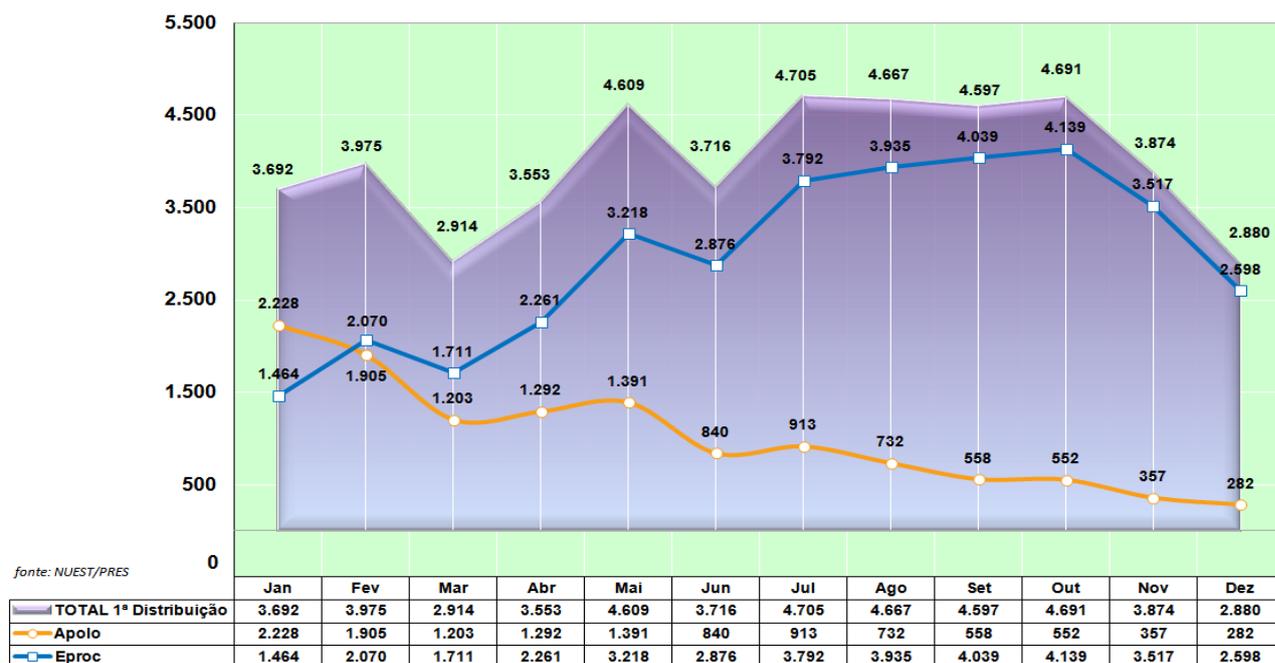
### 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)



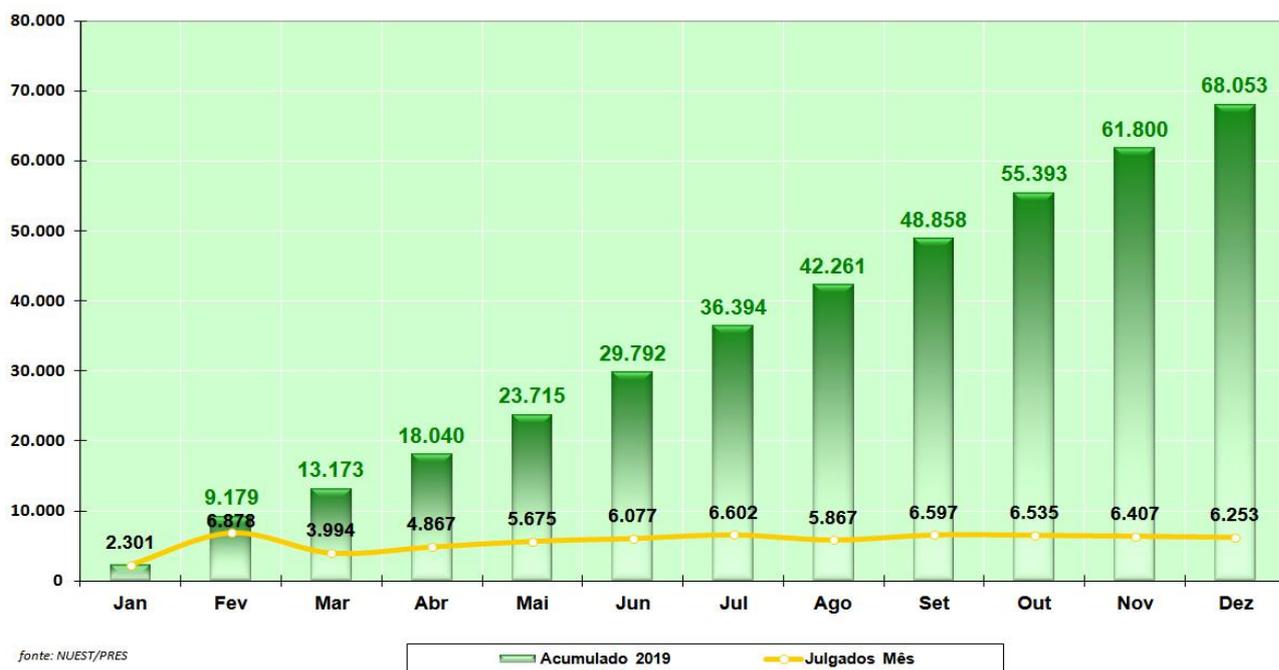
### 1ª DISTRIBUIÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)



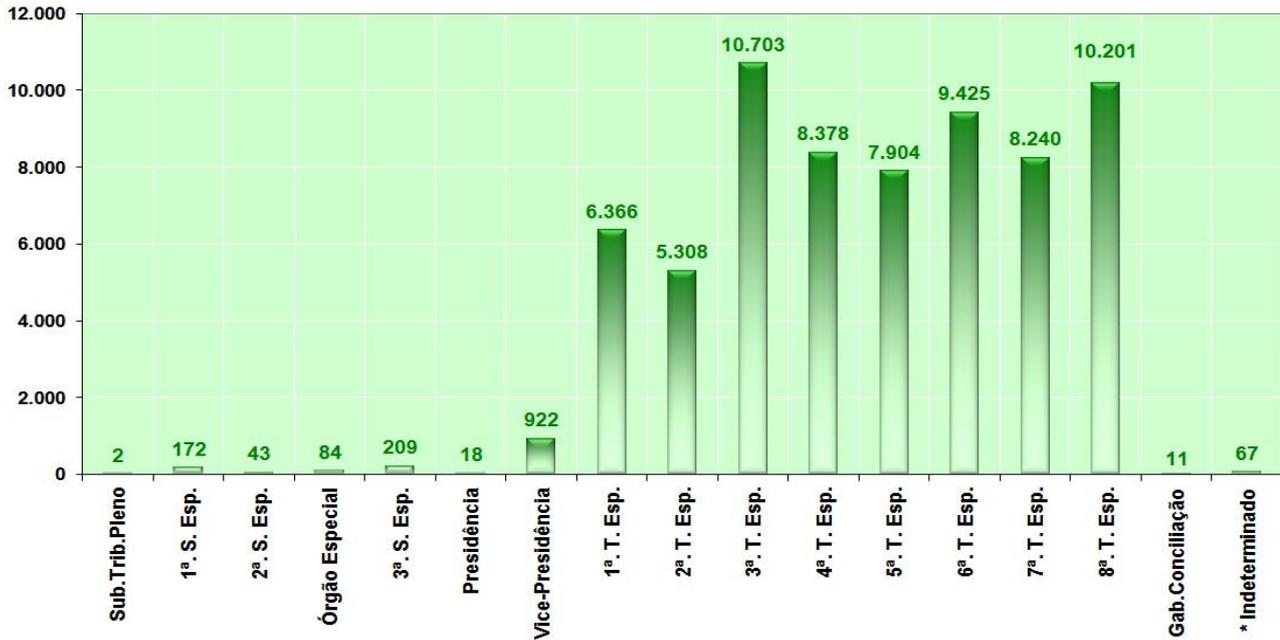
### Comparativo Mensal de 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 / 2019 (Apolo e e-Proc)



### JULGADOS - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)



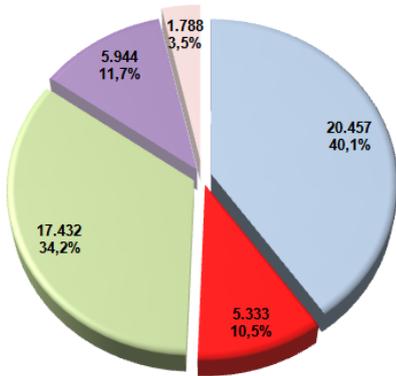
**JULGADOS por Órgão Julgador - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)**



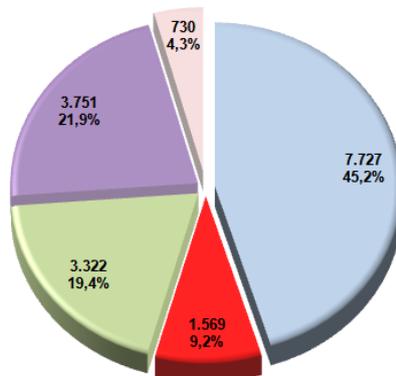
fonte: NUEST/PRES

**Comparativo de JULGADOS (TJI) por Matéria (TUA) - TRF2 /2019 (Apolo e e-Proc)**

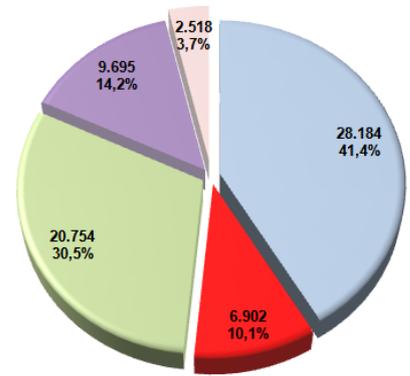
**50.954 Processos APOLO Julgados**



**17.099 Processos Eproc Julgados**



**68.053 Processos JULGADOS no TOTAL**



- 01 - Direito Administrativo e outras matérias Dir Públ
- 02 - Direito Civil e outras matérias do Direito Privado
- 03 - Direito Tributário
- 04 - Direito Previdenciário
- 00 - Outros

- 01 - Direito Administrativo e outras matérias Dir Públ
- 02 - Direito Civil
- 03 - Direito Tributário
- 04 - Direito Previdenciário
- 00 - Outros

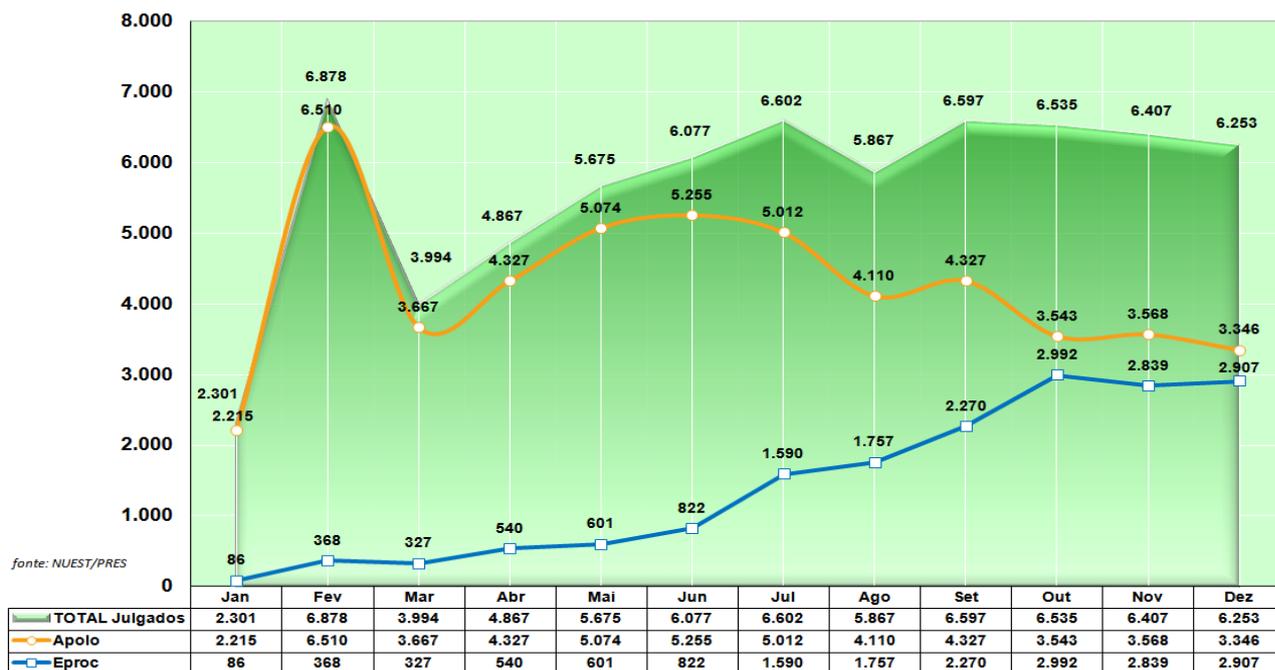
- 01 - Direito Administrativo e outras matérias Dir Públ
- 02 - Direito Civil
- 03 - Direito Tributário
- 04 - Direito Previdenciário
- 00 - Outros

00 - Outros = 05 - Direito Penal	=	1.678	3,293 %
06 - Direito do Consumidor	=	43	0,084 %
07 - Direito do Trabalho	=	18	0,035 %
08 - Direito Processual	=	27	0,053 %
09 - Direito Processual Penal	=	7	0,014 %
10 - Direito Marítimo	=	1	0,002 %
11 - Direito Internacional	=	12	0,024 %
*SEM ASSUNTO	=	2	0,004 %

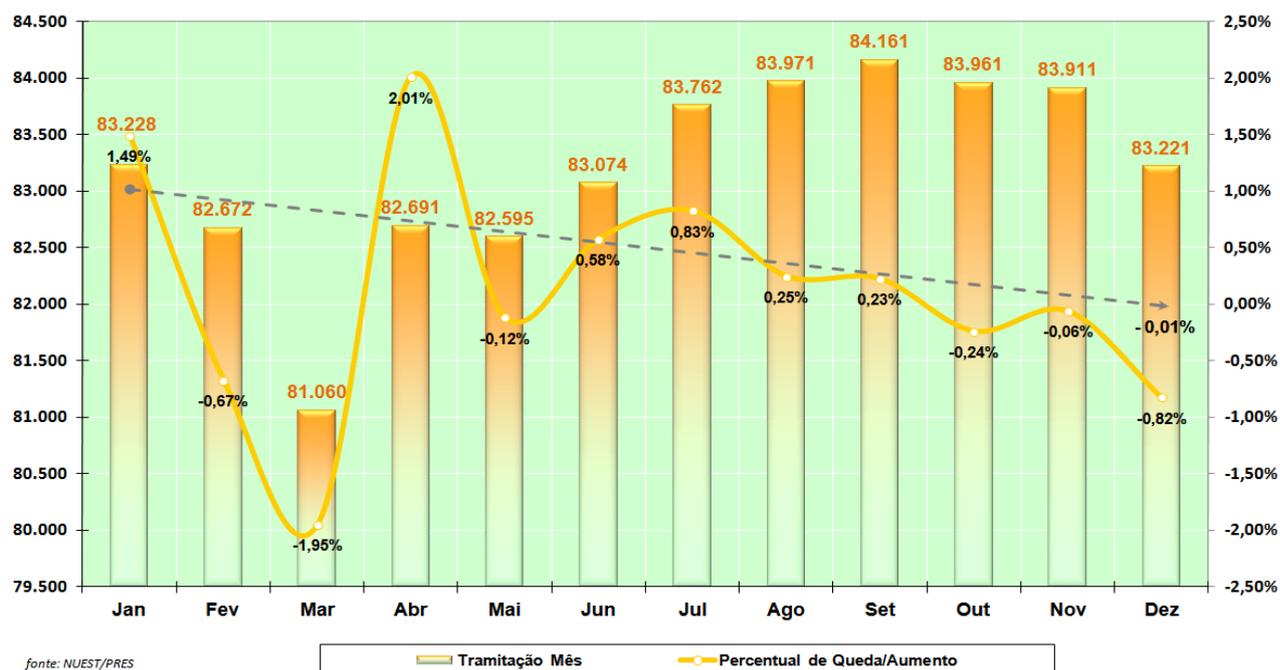
00 - Outros = 05 - Direito Penal	=	280	1,638 %
06 - Direito do Consumidor	=	250	1,462 %
08 - Direito Proc Civil e do Trab	=	78	0,456 %
09 - Direito Processual Penal	=	22	0,129 %
10 - Direito Marítimo	=	38	0,222 %
11 - Direito Internacional	=	62	0,363 %

00 - Outros = 05 - Direito Penal	=	1.958	2,877 %
06 - Direito do Consumidor	=	293	0,431 %
07 - Direito do Trabalho	=	18	0,026 %
08 - Direito Proc Civil e do Trab	=	105	0,154 %
09 - Direito Processual Penal	=	29	0,043 %
10 - Direito Marítimo	=	39	0,057 %
11 - Direito Internacional	=	74	0,109 %
*SEM ASSUNTO	=	2	0,003 %

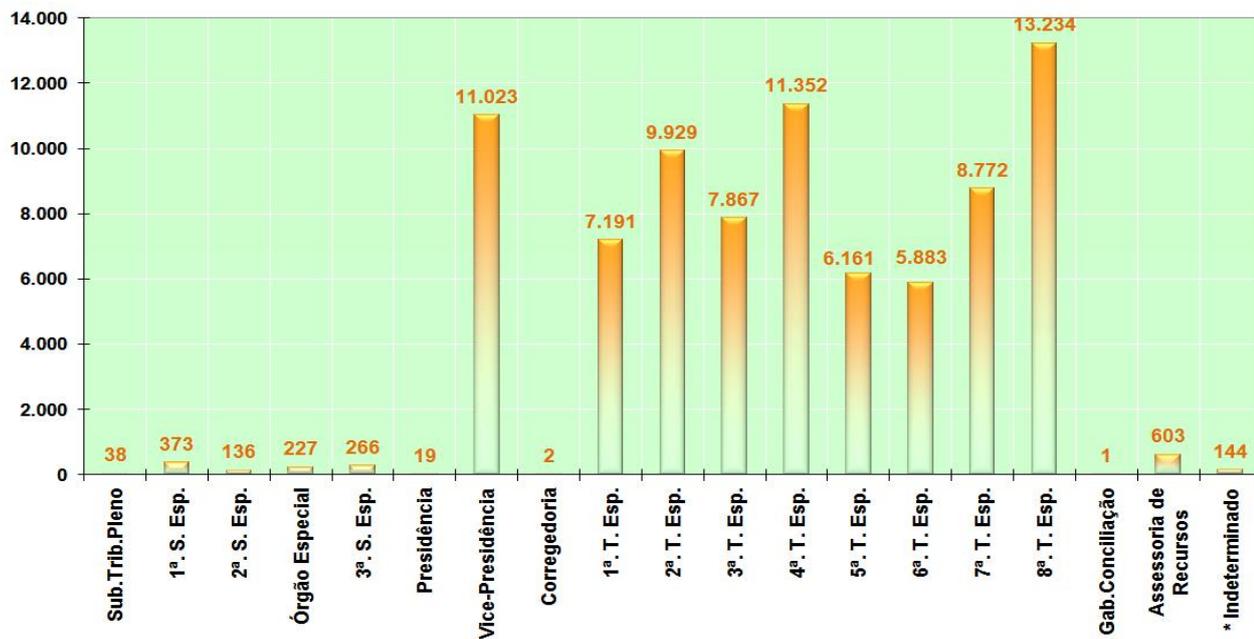
### Comparativo Mensal de JULGADOS - TRF2 / 2019 (Apolo e e-Proc)



### TRAMITAÇÃO - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)



### TRAMITAÇÃO por Órgão Julgador - TRF2 - DEZEMBRO / 2019 (Apolo + e-Proc)



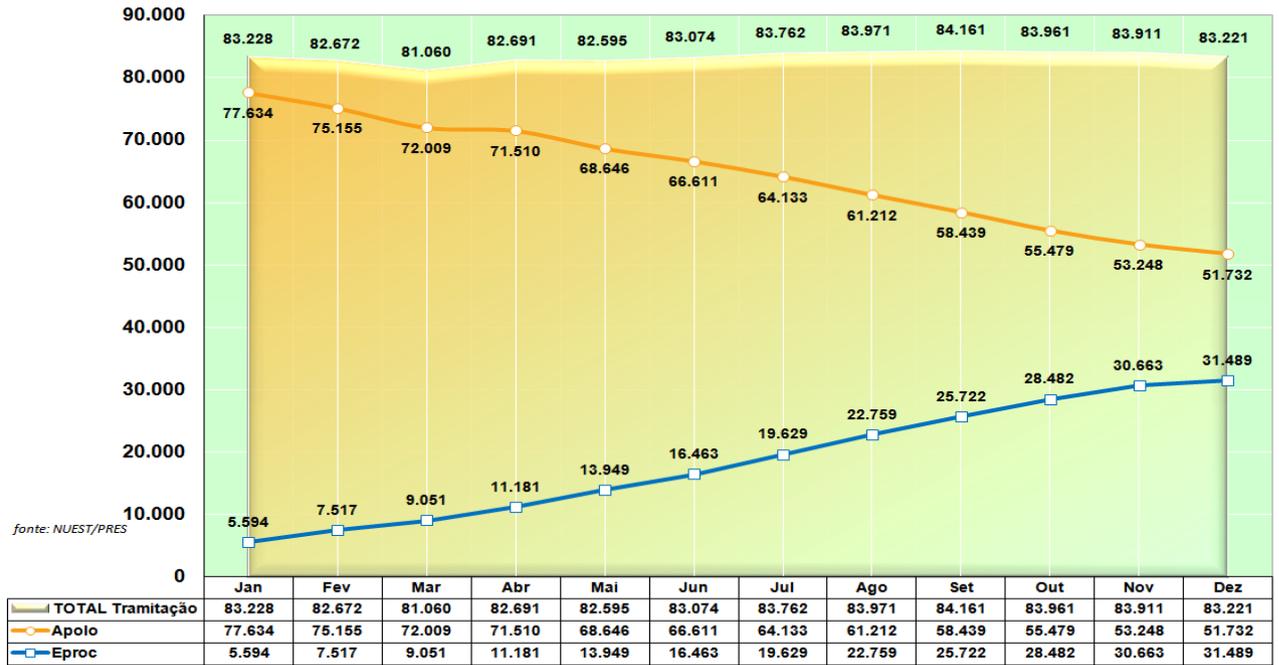
fonte: NUEST/PRES

### TRAMITAÇÃO por Turma Especializada - TRF2 / 2019 (Apolo + e-Proc)



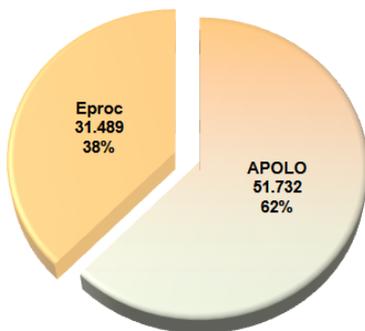
fonte: NUEST/PRES

### Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - TRF2 / 2019 (Apolo e e-Proc)



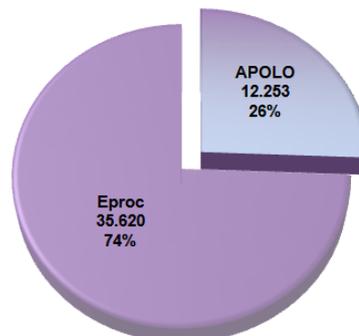
### Comparativo Anual de Processos por SISTEMA - TRF2 /2019 (Apolo e e-Proc)

83.221 Processos em TRAMITAÇÃO (Tramitação de Dezembro)



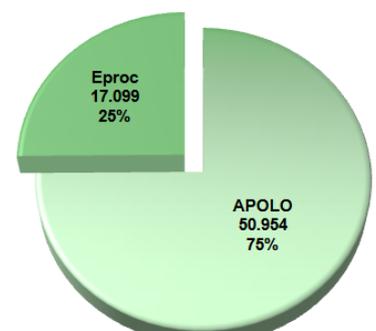
fonte: NUEST/PRES

47.873 Processos com 1ª DISTRIBUIÇÃO



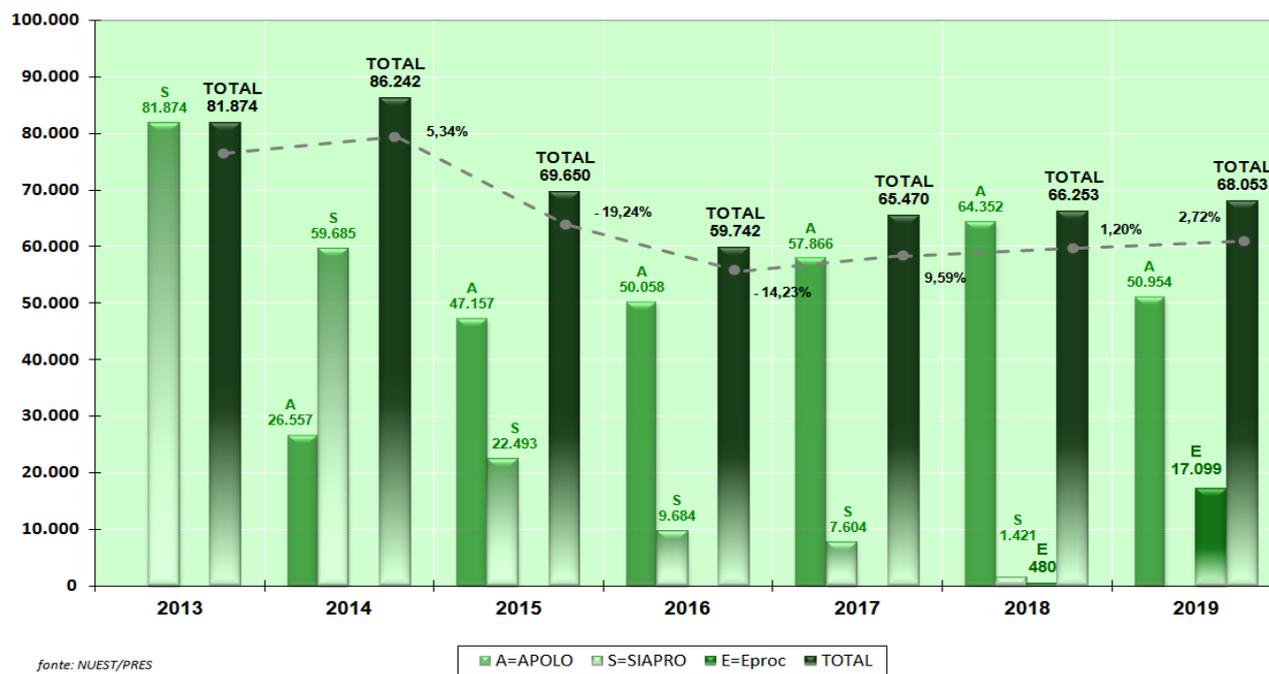
fonte: NUEST/PRES

68.053 Processos JULGADOS

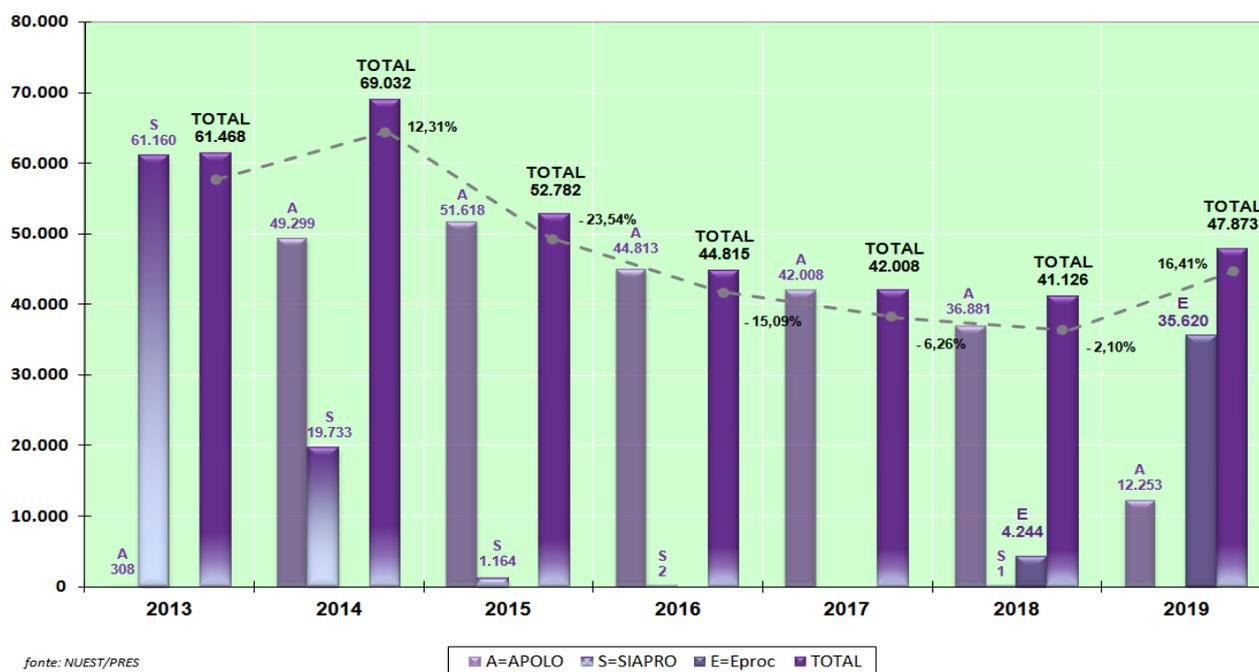


fonte: NUEST/PRES

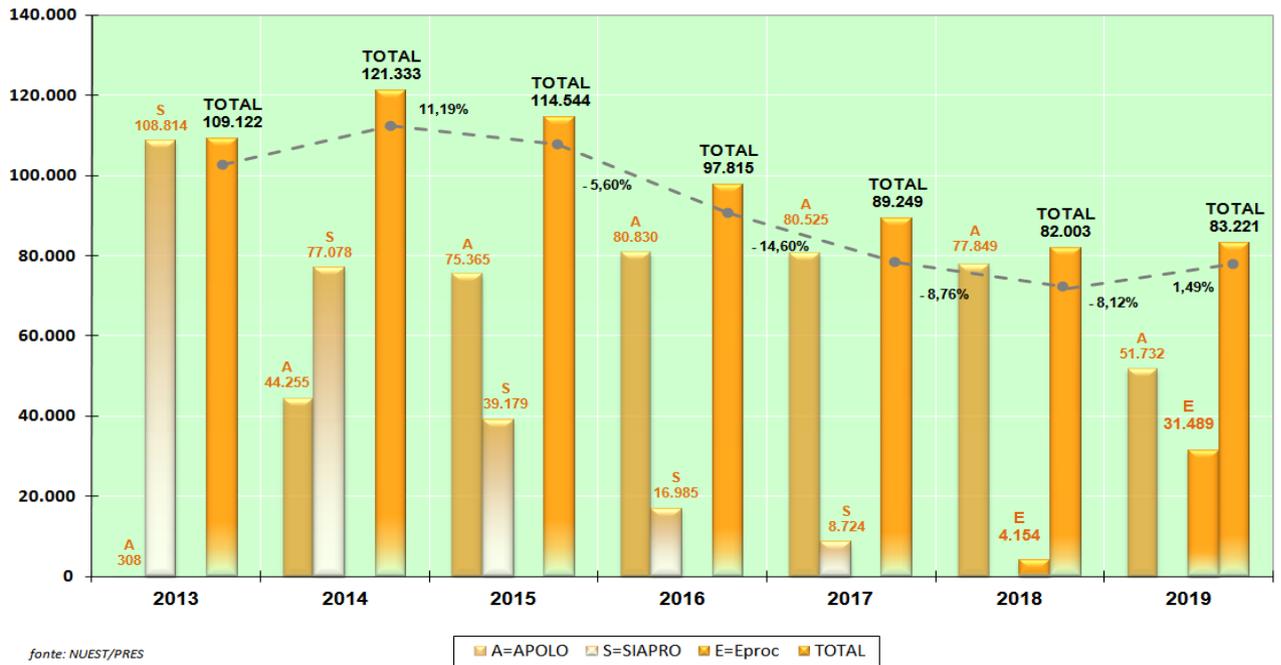
### Comparativo 2013 a 2019 de JULGADOS - TRF2 (Apolo, Siapro e e-Proc)



### Comparativo 2013 a 2019 de 1ª DISTRIBUIÇÃO - TRF2 (Apolo, Siapro e e-Proc)

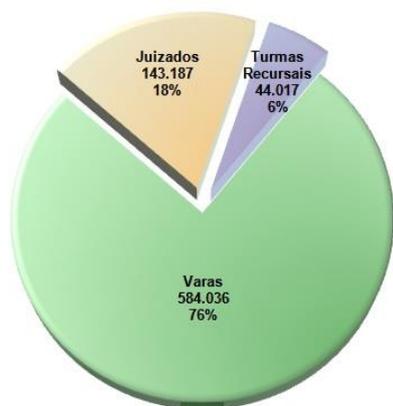


### Comparativo 2013 a 2019 da TRAMITAÇÃO - TRF2 (Apolo, Siapro e e-Proc)



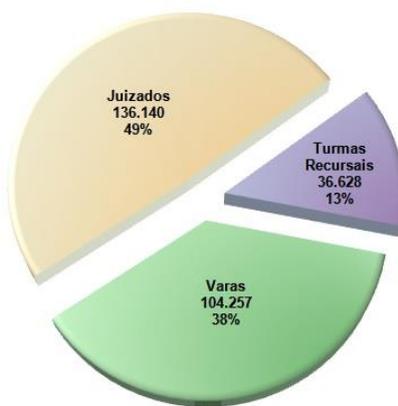
### Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJRJ / 2019 (Apolo + e-Proc)

**771.240 Processos em TRAMITAÇÃO**  
(Tramitação de Dezembro)



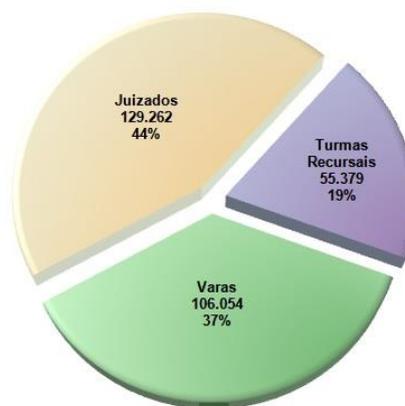
fonte: NUEST/PRES

**277.025 Processos DISTRIBUÍDOS**



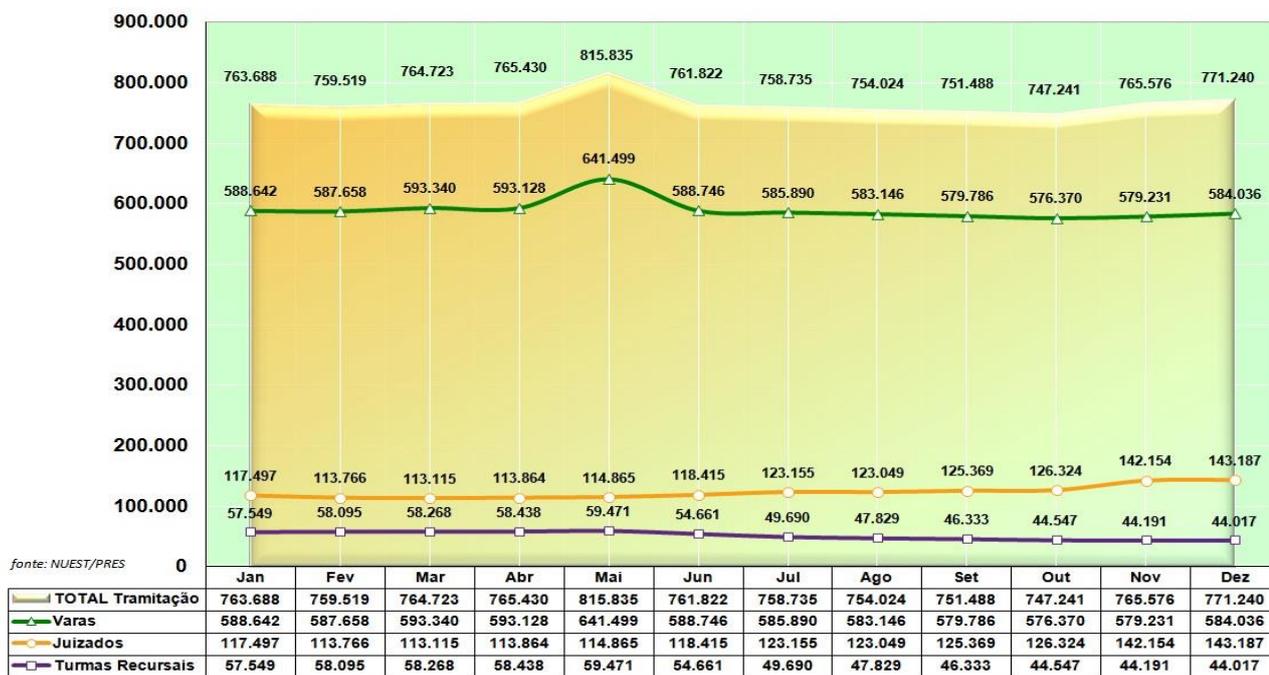
fonte: NUEST/PRES

**290.695 Processos JULGADOS**



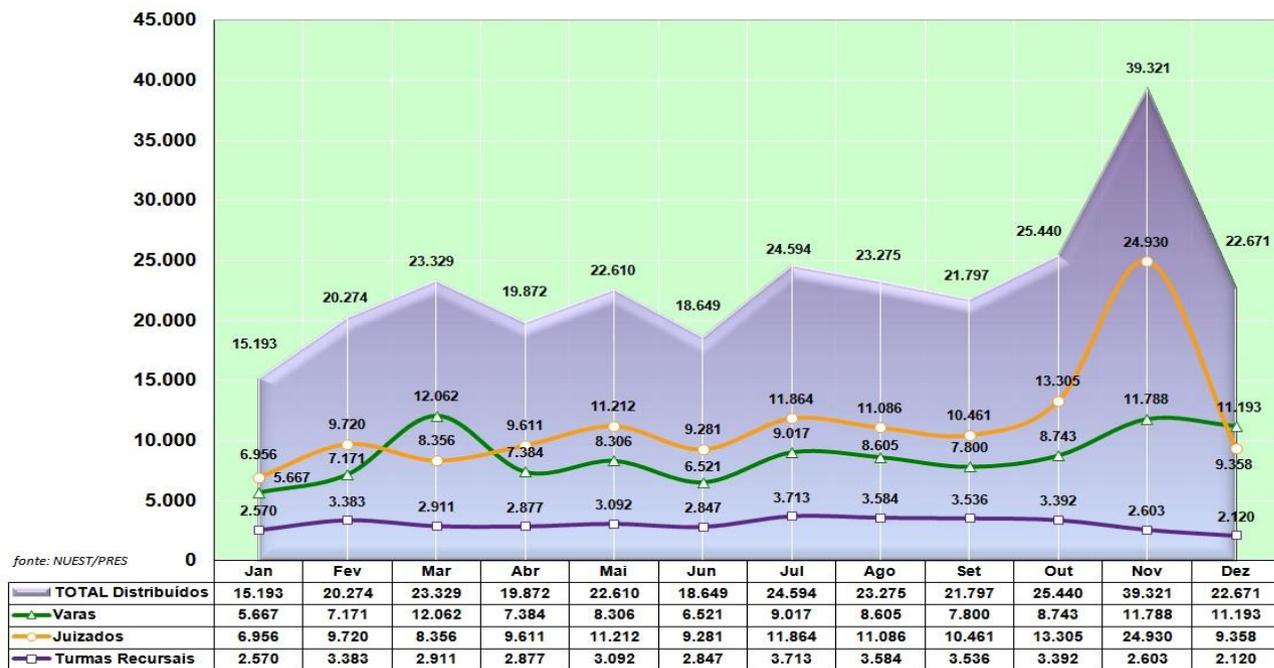
fonte: NUEST/PRES

### Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - SJRJ / 2019 (Apolo + e-Proc)

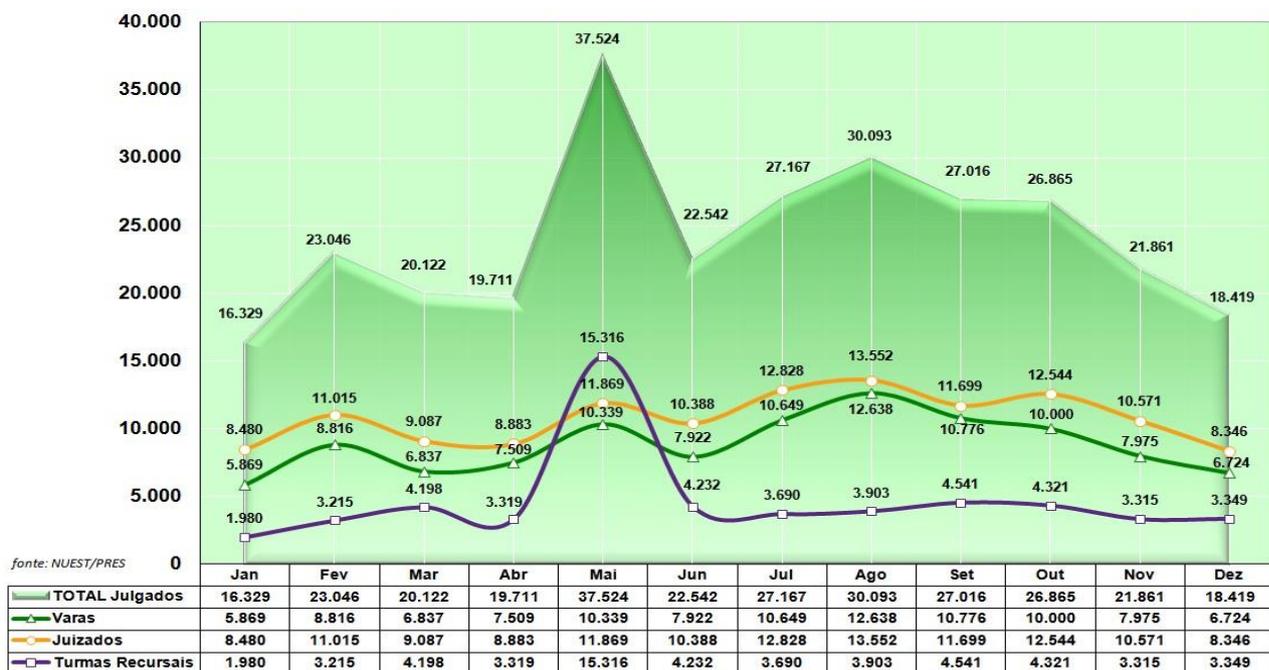


fonte: NUEST/PRES

### Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS - SJRJ / 2019 (Apolo + e-Proc)

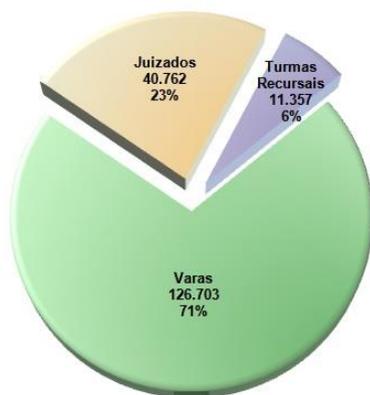


### Comparativo Mensal de JULGADOS - SJRJ / 2019 (Apolo + e-Proc)



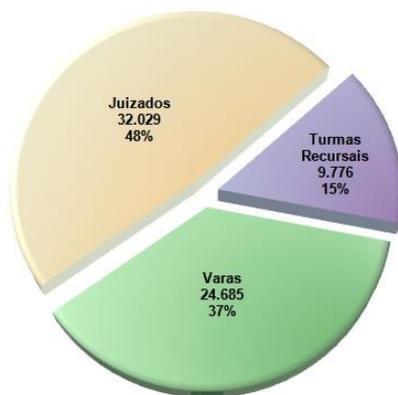
### Comparativo Anual de Processos por TIPO DE JUÍZO - SJES / 2019 (Apolo + e-Proc)

178.822 Processos em TRAMITAÇÃO  
(Tramitação de Dezembro)



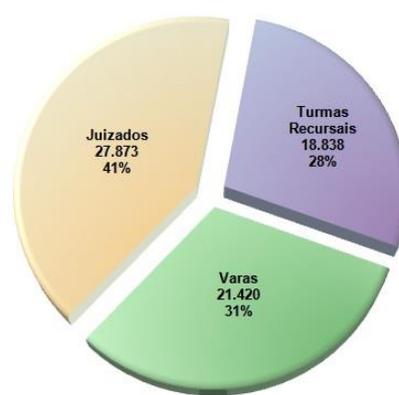
fonte: NUEST/PRES

66.490 Processos DISTRIBUÍDOS



fonte: NUEST/PRES

68.131 Processos JULGADOS



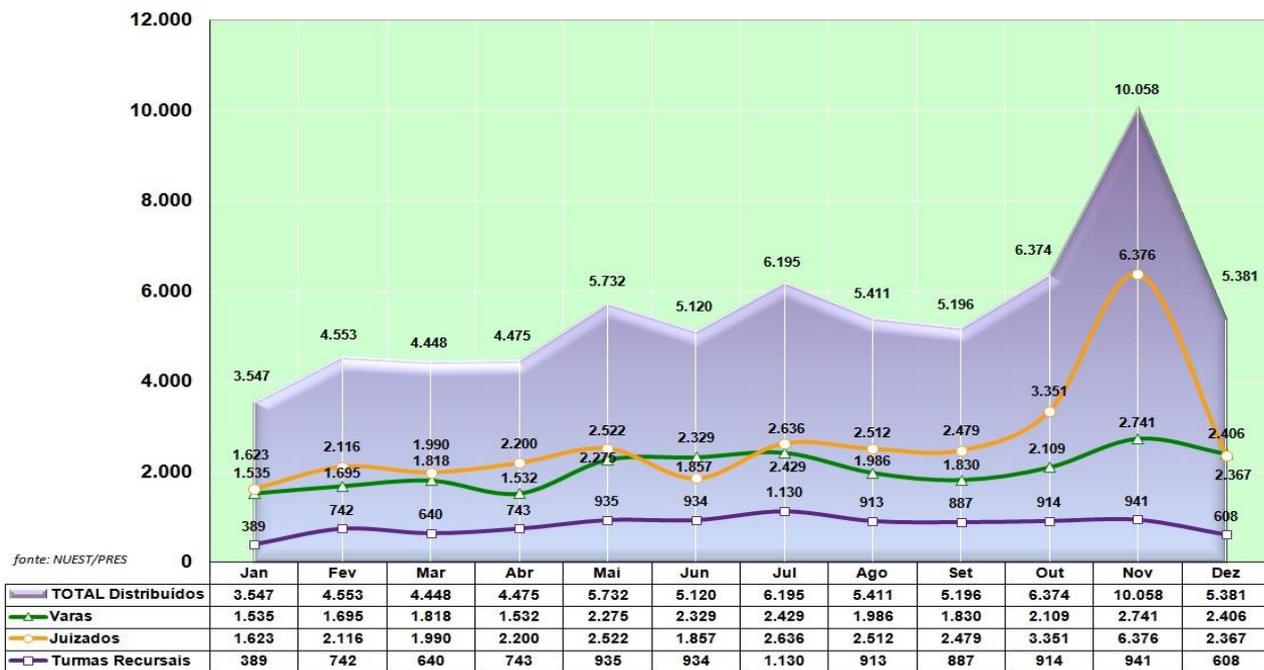
fonte: NUEST/PRES

### Comparativo Mensal da TRAMITAÇÃO - SJES / 2019 (Apolo + e-Proc)

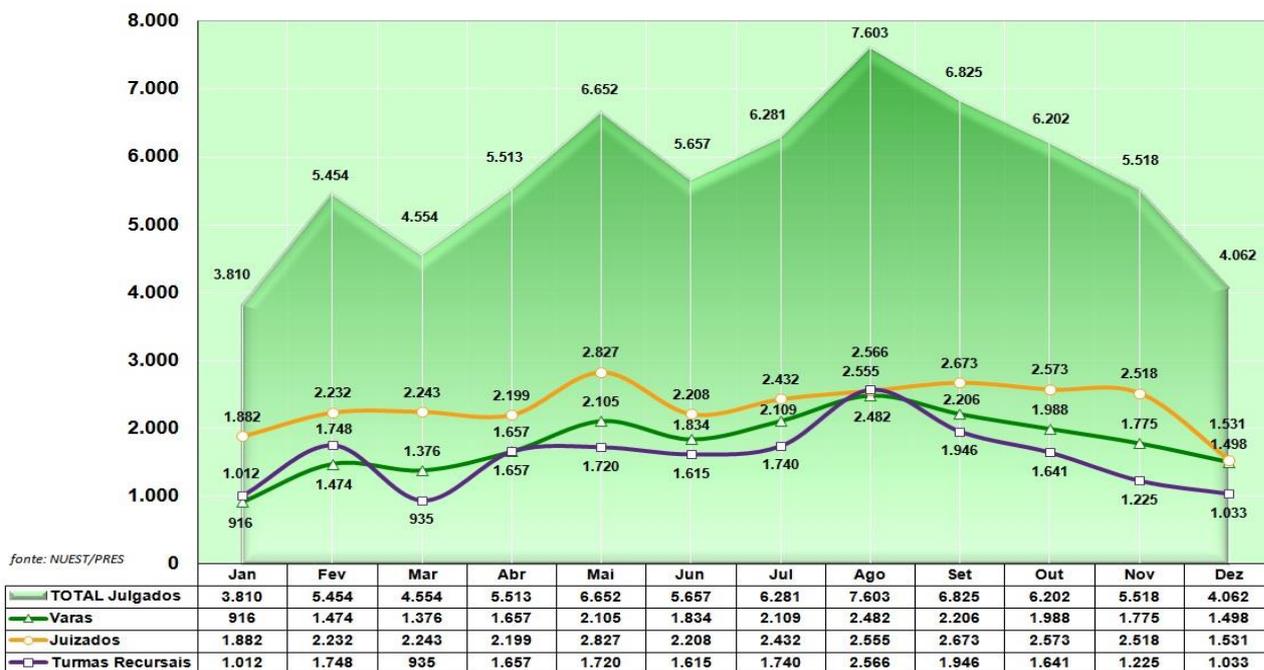


fonte: NUEST/PRES

### Comparativo Mensal de DISTRIBUÍDOS - SJES / 2019 (Apolo + e-Proc)



### Comparativo Mensal de JULGADOS - SJES / 2019 (Apolo + e-Proc)



# Relatório de Atividades

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

ANO 2019



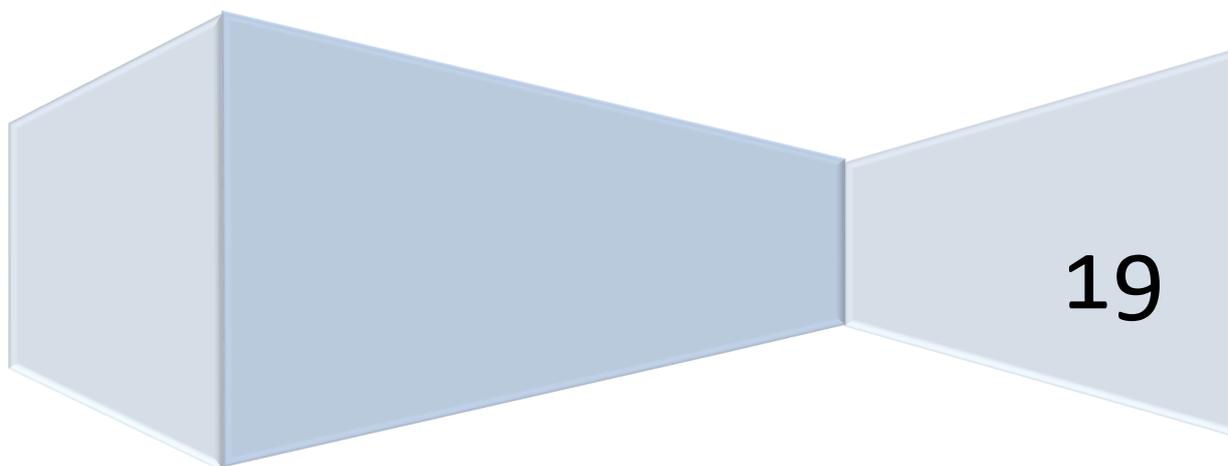
JUSTIÇA  
FEDERAL  
**SJES**

*Espírito Santo - ES | Março de 2020*



# Relatório de Atividades

Seção Judiciária do Espírito Santo



Vitória – ES  
Fevereiro/2020



Autenticado digitalmente por SERGIO PEREIRA DE OLIVEIRA E SOUZA.  
Documento Nº: 2793477.25335309-5218 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2793477.25335309-5218>



JFESOF1202000285

SIGA

## Sumário

APRESENTAÇÃO.....	3
I) RELATO DAS ATIVIDADES.....	8
<b>1. Direção do Foro.....</b>	<b>8</b>
1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	8
1.2. Principais Ações na Área de Segurança Institucional.....	10
<b>2. Planejamento Estratégico e Governança.....</b>	<b>11</b>
2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	11
2.2. Metas projetadas pelo CNJ para o exercício de 2019.....	12
<b>3. Gestão Judiciária.....</b>	<b>23</b>
3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	23
3.2. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc).....	24
3.3. Outras informações relevantes.....	25
<b>4. Gestão de Pessoas.....</b>	<b>25</b>
4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	25
4.2. Quadro de Vagas.....	26
4.3. Força de Trabalho.....	26
4.4. Capacitação.....	26
<b>5. Gestão de Material e Patrimônio.....</b>	<b>28</b>
5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	28
<b>6. Gestão de Infraestrutura.....</b>	<b>28</b>
6.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	28
6.2. Obras e Reformas.....	29
6.2.1. Obras voltadas à Acessibilidade.....	29
6.2.2. Obras e serviços voltados à Segurança.....	30
6.3. Situação dos Imóveis a cargo da SJES.....	30
6.4. Sustentabilidade Ambiental.....	31
6.5. Outras informações relevantes.....	34
<b>7. Gestão de Tecnologia da Informação (NTI).....</b>	<b>34</b>
7.1. Avaliação das principais ações realizadas em 2019.....	34
<b>8. Gestão Orçamentária e Financeira (NAF).....</b>	<b>36</b>
8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira.....	36
8.2. Outras informações relevantes:.....	38



ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.....42



JFESOF1202000285

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES – SJES

Exercício de 2019

A Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo apresenta, neste documento, um resumo do conjunto de ações desenvolvidas no ano de 2019, a fim de subsidiar o relatório regional e prestar contas à sociedade sobre as atividades desta Seccional.

Este relatório contém uma parte introdutória, relativa à organização institucional, com um mapeamento simplificado do quantitativo de pessoal – servidores e magistrados, abrangência territorial e estrutura administrativa, seguida de uma seção contendo as principais atividades desempenhadas pelas diversas unidades do órgão no exercício de 2019, em observância aos objetivos estratégicos delineados no “Mapa Estratégico da Justiça Federal 2015-2020”.

Finalizando, são descritos os serviços que se mostraram relevantes para a sociedade e para o jurisdicionado, bem como as iniciativas no âmbito socioambiental.

### APRESENTAÇÃO

#### ▪ Estrutura Organizacional:

Quadro 1 – Principais Setores Estratégicos

Unidade Organizacional	Competências	Titular	Cargo
Direção do Foro	Exercer a administração da Seccional, mormente em relação à área de Gestão de Pessoas, obras, compras de bens e serviços, orçamento e finanças, controle de mandados, interagindo com o TRF2.	Juíza Federal Dra. Cristiane Conde Chmatalik	Juíza Federal Diretora do Foro
Varas Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CF.	A lista completa dos Juízes Federais Titulares e Substitutos da SJES está no sítio: <a href="http://www10.trf2.jus.br/corregedoria/wp-content/uploads/sites/41/2015/11/lista-completa-lotacoes-">http://www10.trf2.jus.br/corregedoria/wp-content/uploads/sites/41/2015/11/lista-completa-lotacoes-</a>	Juiz Federal



		<a href="#">juizes-federais-2a-regiao-2019-12-18.pdf</a>	
Secretaria Geral (SG)	Dirigir, coordenar e supervisionar todas as atividades administrativas da SG da SJES, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela DIRFO.	Neidy Aparecida Emerick Torrezani	Diretora da Secretaria Geral
Coordenadoria de Assuntos Administrativos (CADM)	Coordenar e prestar suporte administrativo às seções administrativas relacionadas ao Apoio à SG, à Gestão de Imóveis, e às Seções de Apoio Administrativo das Subseções Judiciárias do Espírito Santo.	Cláudia Regina Diniz	Coordenadora Administrativa
Coordenadoria Jurídica (CJU)	Assessorar a Direção do Foro na administração da Seção Judiciária do Espírito Santo, emitindo pareceres com vistas a subsidiar as decisões administrativas que serão tomadas, especialmente nos seguintes temas: licitações e contratos administrativos, matéria tributária e envolvendo interesse de servidores públicos desta Seccional.	Gelciane Ramos Alves	Coordenadora Jurídica
Seção de Gestão Estratégica (SEGEST)	Planejar, coordenar e apoiar iniciativas de melhorias contínuas de gestão organizacional, assim como atuar no gerenciamento do processo de planejamento estratégico.	Rafael Lacerda Alves	Supervisor
Seção de Projetos, Processos e Gestão Socioambiental (SEPROG)	Atuar no gerenciamento dos projetos estratégicos, na melhoria dos processos de trabalho organizacionais e no desenvolvimento de ações socioambientais da SJES.	Sérgio Pereira de Oliveira e Souza	Supervisor
Núcleo de Auditoria Interna (NAI)	Coordenar, acompanhar, fiscalizar e realizar os atos de procedimentos do controle de gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial e de pessoal da Seccional.	Fábio Santos Trevisan	Diretor
Núcleo de Administração e Finanças (NAF)	Desenvolver as tarefas de planejar, elaborar, dirigir, coordenar e acompanhar a execução orçamentária e financeira dos programas de	Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro	Diretora

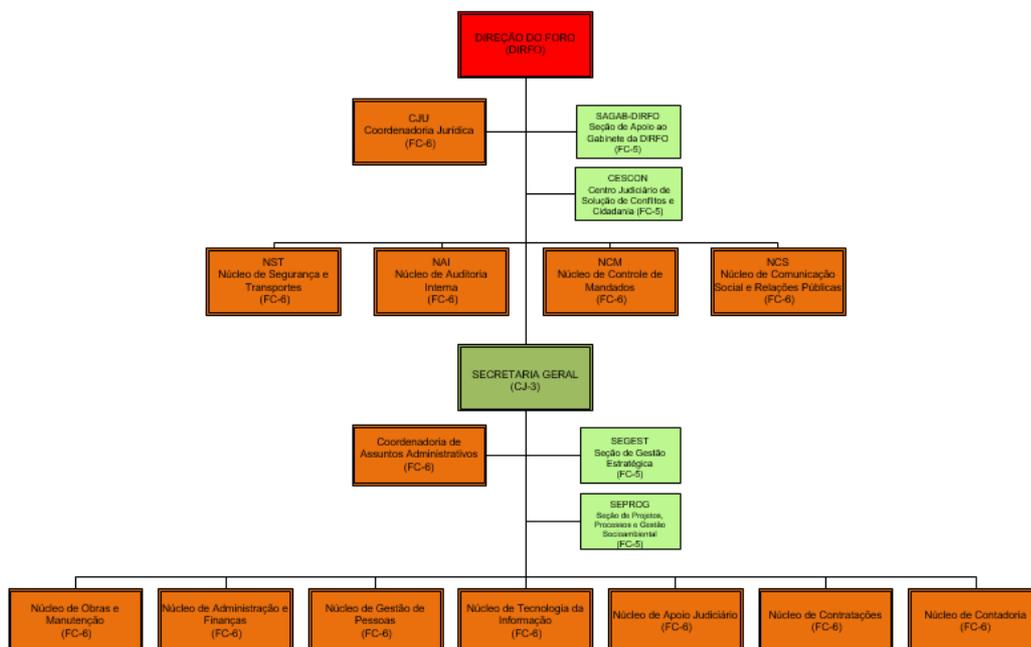


	trabalho da SJES, bem como planejar e coordenar as atividades relacionadas ao protocolo e expedição de documentos e à administração de materiais de consumo e permanentes.		
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)	Desenvolver atribuições específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, além de atividades correlatas.	Ana Paola Dessaune Carlos Vidal	Diretora
Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP)	Planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades relativas aos recursos humanos no âmbito da SJES.	Josélio Santos Nascimento	Diretor
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)	Planejar, definir e coordenar a implementação, no âmbito da SJES, de projetos que envolvam TI e comunicação de dados.	Fabício Vasconcelos Costa	Diretor
Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ)	Planejar e coordenar as atividades e ações que visem ao apoio às Varas Federais e Juizados Especiais Federais, controle de mandados, documentação e divulgação, arquivo e depósito judicial, contadorias e de apoio às Varas Federais, trabalhos relativos aos leilões judiciais, mutirão de audiências.	Ana Carla Marques dos Santos	Diretora
Núcleo de Contratações (NCO)	Executar as atividades de planejamento e direção nas atividades de contratações da Seção Judiciária.	Moacir Sader Silveira Júnior	Diretor
Núcleo de Obras e Manutenção (NOM)	Coordenar ações e projetos vinculados à manutenção, melhoria e ampliação dos imóveis e instalações utilizados pela Seção Judiciária, visando fornecer e preservar condições adequadas de funcionalidade e conforto aos ambientes de trabalho.	Carlos Chaves Damásio	Diretor

Fonte: Seção de Gestão Estratégica (SEGEST)



▪ **Organograma Simplificado:**



▪ **Força de trabalho:**

A Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) conta com 37 magistrados e 528 servidores, sendo 463 servidores do Quadro; 64 servidores requisitados de outros órgãos e 1 servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão. A tabela abaixo apresenta a distribuição espacial da força de trabalho da SJES entre a Sede e as Subseções:

Tabela 1 – Força de Trabalho por Área de Jurisdição

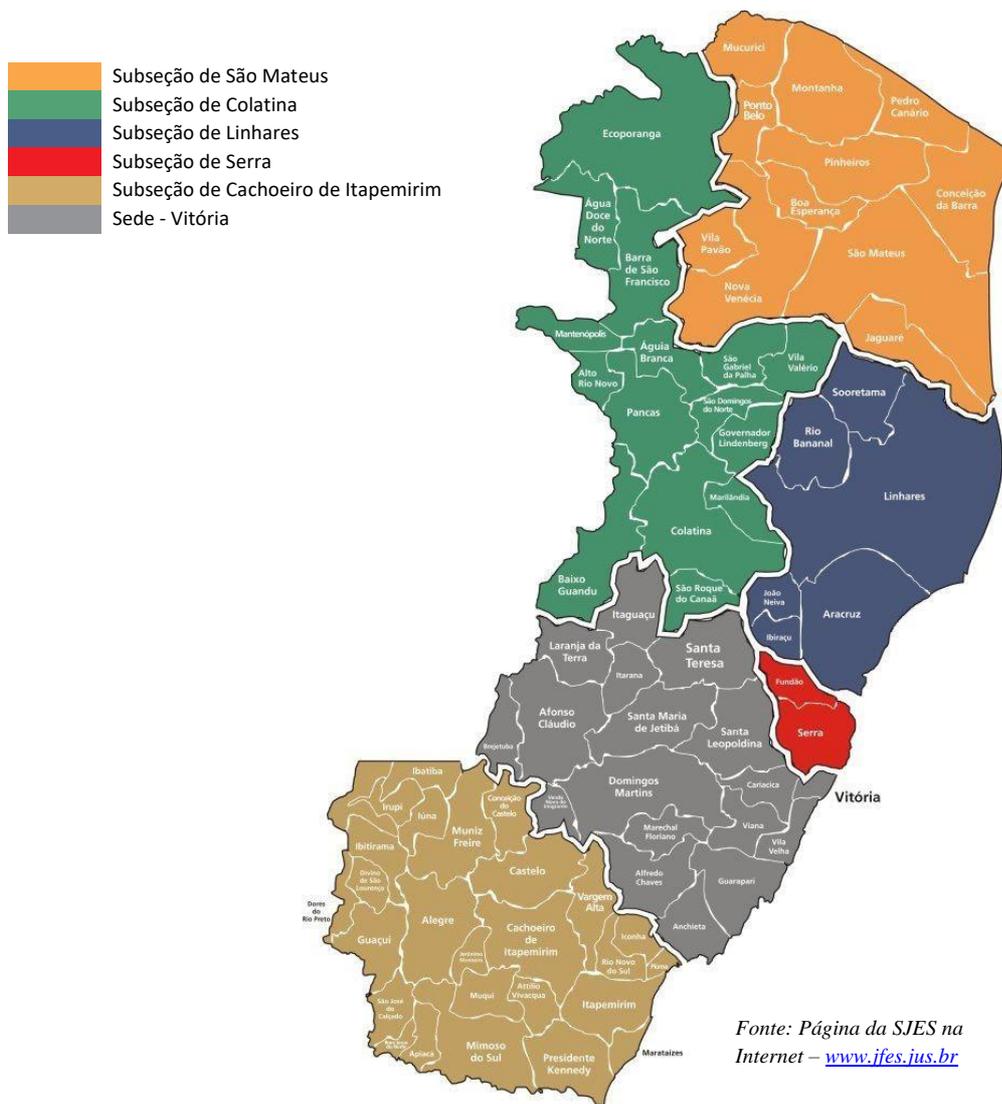
Subseções	Nº de Magistrados	Nº de Servidores
Vitoria (Sede)	24	415
Cachoeiro de Itapemirim	5	45
Colatina	2	19
São Mateus	2	18
Linhares	2	17
Serra	2	14
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>528</b>

Fonte: Seção de Provimento e Lotação (SEPLO)



A Justiça Federal está presente, portanto, em 6 regiões do Estado do Espírito Santo. Na Capital são 17 unidades instaladas, sendo 12 Varas Federais, 3 Juizados Especiais Federais e 2 Turmas Recursais, e no interior do Estado, são mais 7 Varas Federais.

▪ **Mapa da Jurisdição da Seção Judiciária do Espírito Santo:**



Fonte: Página da SJES na Internet – [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

**Juizes da Capital Vitória:**

- Varas Cíveis: 6
- Varas Criminais: 2
- Varas de Execução Fiscal: 4
- Juizados Especiais Federais: 3
- Turmas Recursais: 2

**Juizes do Interior:**

- Vara Federal da Serra
- Vara Federal de Colatina
- Vara Federal de Linhares
- Vara Federal de São Mateus
- 1ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim
- 2ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim
- 3ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim



## I) RELATO DAS ATIVIDADES

A Seção Judiciária do Espírito Santo buscou a execução e o acompanhamento das diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), observando os macrodesafios para o Ciclo 2015-2020, preconizados pela Resolução nº 198/2014-CNJ, bem como as perspectivas e objetivos estratégicos estabelecidos pela Resolução nº CJF-RES-2014/00313 e pela Resolução nº TRF2-RSP-2014/00034.

A seguir, destacamos as principais ações e melhorias implementadas na gestão administrativa, pelas diversas áreas organizacionais, no exercício do ano de 2019, na busca do atingimento destes objetivos.

### 1. Direção do Foro

#### 1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

A Direção do Foro (DIRFO) vem atuando diretamente e por meio de suas unidades subordinadas, com o apoio de toda área judiciária (Varas, Juizados Especiais e Turmas Recursais), a partir das diretrizes do normativo nacional e regional para o planejamento estratégico do judiciário.

Em aspectos gerais, o escopo fundamental consistiu na diminuição da quantidade de processos em tramitação e no aumento da celeridade com a qual eles são apreciados e julgados (Macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional” – Anexo da Resolução nº 313/2014-CJF). Neste sentido, destacam-se as seguintes ações:

- Criação de Banco de Horas para servidores da área administrativa: Instituído pela portaria JFES-POR-2019/00001, para servidores em regime de sobreaviso ou para a compensação de serviços extraordinários, dotando a administração de critérios objetivos para controle de horas extras dos servidores;
- Apoio à implementação dos Projetos do “HubJus de Inovação”: Por meio das portarias JFES-POR-2019/00007 e JFES-POR-2019/00010 foram nomeadas comissões para, respectivamente, os projetos “Brigada eProc”, para suporte à implantação do referido sistema, e “Sinapse”, voltado a enfrentar os desafios decorrentes da redução do quadro de pessoal, gerando bons resultados em ambas iniciativas. Ainda tiveram andamento os projetos “Fale com a Ju”, “Acervo Físico” e “Gastômetro”, detalhados mais adiante, neste relatório;
- Criação do canal “Fale Conosco”: Disponibilizado na página da SJES na internet, este canal, instituído pela portaria JFES-POR-2019/00017, visa o atendimento de manifestações dos usuários externos desta Seccional, permitindo o registro de elogios, sugestões, reclamações ou solicitação de informações pelos jurisdicionados;
- Criação do Centro de Inteligência da SJES: Por iniciativa da Direção do Foro, a Portaria TRF2-PTP-2019/00572, do TRF2, designou os membros do Centro de Inteligência da SJES, em consonância com a Portaria TRF2-PTP-2018/00103. A finalidade do Centro de Inteligência é identificar, organizar e divulgar informações sobre as demandas repetitivas, estimulando a utilização de mecanismos de prevenção e solução coordenada de conflitos com potencial de gerar grande demanda para a Justiça;



- Melhoria na Gestão do Teletrabalho: Por meio das portarias JFES-POR-2019/00023 e JFES-POR-2019/00038, que, respectivamente, criaram a Comissão Gestora do Teletrabalho e atualizaram o regulamento desta Seccional em atenção às novas disposições estabelecidas pela Resolução n° TRF2-RSP-2019/00046 do TRF2 e de acordo com a Resolução n° 227/2016-CNJ;
- Avaliação da Regularidade do Depósito Judicial: As portarias JFES-POR-2019/00027 e JFES-POR-2019/00049 instituíram comissões para avaliar a regularidade da guarda dos bens apreendidos no Depósito Judicial da Seção de Arquivo e propor a sua devida destinação, em observância às recomendações contidas no Manual de Bens Apreendidos do CNJ e normas correlatas;
- Fundação do “Espaço de Coworking”: Viabilizado pela portaria JFES-2019/00028, este espaço estabelece o compartilhamento de área e de recursos de escritório, possibilitando a atuação colaborativa de servidores que não possuam necessariamente o mesmo local de lotação, em situações especiais de necessidade, colaborando assim para a sua qualidade de vida, sem afetar a necessária produtividade dos serviços;
- Promoção da Conciliação Virtual: A partir da portaria JFES-POR-2019/00030 foi disponibilizada aos autores de processos envolvendo expurgos inflacionários em caderneta de poupança (Planos Bresser, Verão e Collor II) a possibilidade de realização de audiências de mediação e conciliação virtuais, com o apoio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESCON) da SJES;
- Realização do IV FONAGE: A SJES sediou, de 2 a 4/9/2019, o IV Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica (FONAGE), da Associação dos Juizes Federais (AJUFE). O evento consistiu na apresentação de experiências exitosas na área de gestão, administração e planejamento estratégico, reunindo conhecimentos de diversas áreas do saber, aplicados à problemática do Judiciário Federal. Ao final, foi criada a “Carta de Vitória”, com 8 recomendações às ;
- Mudança do Arquivo para a Sede: Iniciada em outubro/2019, esta foi uma das principais realizações do ano, decorrente do projeto de inovação “Acervo Físico”, tendo resultado na mudança completa do acervo de bens apreendidos do Depósito Judicial e de quase todo o acervo físico da Seção de Arquivo e Depósito Judicial (SEARD) para o Edifício Sede, diminuindo os custos associados à manutenção e vigilância do edifício localizado no Centro de Vitória, dando mais segurança à gestão patrimonial e proporcionando maior eficiência nos serviços;
- Reestruturação Organizacional: Em 2019, a SJES passou por algumas reestruturações organizacionais que não implicaram em aumento de despesas, uma vez que se restringiram a alterações de nomenclaturas e modificação de atribuições de unidades já existentes. Tais reestruturações visaram o atendimento a disposições normativas do CJF ou do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como uma adequação evolutiva dos processos internos de trabalho. Após o devido aval do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), as seguintes mudanças foram concretizadas:
  - Criação da Seção de Gestão Estratégica (SEGEST) e da Seção de Gestão Administrativa (SEGAD), pela Resolução n° TRF2-RSP-2019/00063, de 14/8/2019, por meio da reestruturação, respectivamente, das antigas “Seção de Gestão Organizacional” e “Seção de Gestão de Imóveis”;



- Criação da Seção de Projetos, Processos e Gestão Socioambiental (SEPROG), pela Resolução n° TRF2-RSP-2019/00059, de 30/7/2019, a partir da incorporação do Escritório de Projetos da SJES (EPE/SJES);
- Criação do Núcleo de Auditoria Interna (NAI), pela Resolução n° TRF2-RSP-2019/00068, de 10/9/2019, a partir de reestruturação do Núcleo de Controle Interno (NCI);
- Reestruturação do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ), pelas Resoluções n° TRF2-RSP-2019/00068, TRF2-RSP-2019/00083 e TRF2-RSP-2019/00085, com a alteração de nomes e atribuições das seções vinculadas e a destinação de funções comissionadas para a Coordenadoria das Turmas Recursais da SJES.

### 1.2. Principais Ações na Área de Segurança Institucional

O Núcleo de Segurança e Transporte (NST), em conjunto com as forças de segurança pública, buscou capacitar os seus agentes para atendimento de situações de conflito e para o enfrentamento de situações de risco que envolvam tanto o patrimônio quanto magistrados, servidores e pessoas que frequentam a Justiça Federal.

Foram desenvolvidas diversas ações voltadas a melhorias nos sistemas de segurança eletrônica e patrimonial e realizadas missões específicas de segurança institucional, dentre as quais destacamos:

- Assessoramento da Direção do Foro na redução de postos de vigilância armada terceirizada, auxiliando na contenção de despesas;
- Ampliação do sistema ou monitoramento nesta Sede, com instalação de novas câmeras, aumentando as áreas sob fiscalização por meio de sistemas eletrônicos de segurança;
- Planejamento e execução de segurança armada ao Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Dias Tófolli, por ocasião de sua visita a Vitória para implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Tribunal de Justiça do ES (TJES), no dia 28/6/2019;
- Planejamento e execução de segurança armada ao Ministro João Otávio Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em várias visitas feitas a Vitória, tais como Palestra no TJES, em 15/2/2019; Posse dos Novos Dirigentes da SJES para o Biênio 2019/2020, em 10/5/2019; e Congresso Médico-Jurídico, realizado de 16 a 18/9/2019;
- Escolta de Oficiais de Justiça da SJES no cumprimento de mandados judiciais e apoio de segurança na reintegração de posse do Condomínio Ourimar, localizado na Serra – ES. A desocupação ocorreu entre os dias 15 a 19/7/2019, porém ações como reforço da segurança na Vara Federal e de cooperação e inteligência com a Polícia Militar, Bombeiros, Conselho da Infância e Juventude, dentre outras, foram realizadas em período de, pelo menos, 6 meses antes da efetiva desocupação;
- Desocupação e reintegração de posse em assentamento localizado no Bairro de Piracema, município de Fundão, ocorrida no mês de julho/2019;
- Escolta a peritos judiciais e assistentes sociais no Bairro Nova Rosa da Penha, em Cariacica, e Central Carapina, na Serra, locais de alto grau de risco (*hot points*) para cumprir perícias determinadas por ordem judicial das Varas Federais;



- Escolta do Juiz Federal Dr. Ailton Bonomo em Inspeção Judicial à empresa TECHNIP FMC /BAVIT, no Porto de Vitória – ES, próximo à Ilha do Príncipe, também local de alto grau de risco a integridade física;
- Segurança armada para traslado materiais bélicos apreendidos, da Sede da SJES para o Juízo da Comarca de Marilândia – ES, devido a declínio de competência federal;
- O NST, em particular o Grupo Especial de Segurança (GES) da SJES, prestou o devido suporte de segurança institucional à Subseção de Linhares, de 6 a 12/2/2019, em razão de assassinato de servidor daquela Subseção Judiciária, fato noticiado nos jornais de grande circulação no Estado do ES.

## 2. Planejamento Estratégico e Governança

### 2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

- Orçamento Participativo 2021: Em consonância com a Portaria JFES-POR-2017/00084, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico Situacional e Orçamento-Programa Participativo, a SJES realizou consulta pública por meio do seu sítio na Internet bem como promoveu uma série de reuniões entre as diversas áreas de negócio da Seccional que resultaram na aprovação do seu Orçamento Programa-Participativo de 2021, em 26/12/2019;
- Carta de Serviços da SJES: Publicada em 11/3/2019 no sítio da SJES na *Internet*, a Carta de Serviços foi elaborada pela SEGEST, com a contribuição de servidores tanto da área meio quanto da área fim, em atendimento à Lei n° 13.460/2017, servindo como instrumento de cidadania, uma vez que permite aos usuários conhecer os serviços prestados pela Justiça Federal bem como se informar sobre como proceder para ter acesso aos mesmos;
- Consolidação de Normas: Este projeto, iniciado pela portaria JFES-POR-2018/00101, que nomeou comissão específica para este fim, visou simplificar o acesso às disposições legais internas que regem o funcionamento da Justiça Federal do ES. Foram identificadas normas obsoletas e elaborado um compêndio normativo, ainda pendente de aprovação final, que será disponibilizado na *Intranet* desta Seccional;
- Evento “Comunicação da Estratégia da 2ª Região”: Realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2019, este evento visou disseminar o Planejamento Estratégico, tanto nacional quanto regional, tornando-o de amplo conhecimento aos magistrados e servidores. Foram destacadas as Metas do CNJ para 2019, bem como analisado o desempenho local e regional no exercício anterior, de modo a promover o engajamento no alcance das novas metas estabelecidas. Também foram abordados o Justiça em Planos (JUSPLAN), aprovado pela Resolução n° TRF2-RSP-2018/00004, destacando a Missão, Visão de Futuro, Valores, Macrodesafios e Objetivos Estratégicos da Justiça Federal da 2ª Região, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Portal de Estatísticas do TRF da 2ª Região. O evento contou com a participação do ex-Secretário de Estratégia e Governança do CJF, Dr. Ivan Bonifácio, além do Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), Doutor Osair Victor, representante da 2ª Região nos comitês estratégicos do CJF e do CNJ, bem como as chefias da Coordenadoria de Gestão Estratégica (CEGEST), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Núcleo de Estatística (NUEST) do TRF da 2ª Região;



- Oficina de Bizagi para a área jurídica: Realizada em 15/3/2019 como um desdobramento do Projeto de Inovação “Brigada eProc”, esta oficina visou promover o conhecimento sobre o *Software* Bizagi aos servidores da área fim designados para atuarem como agentes de suporte à utilização do Sistema eProc. Os instrutores foram os supervisores da SEGEST e da SEPROG da SJES;
- Evento dos ODS Agenda 2030: Promovido pelo CNJ, através do seu Comitê Interinstitucional destinado à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2030, foi realizado evento na SJES nos dias 10 e 11/2/2019 com vistas à construção de indicadores legais eficientes para avaliar a eficácia do direito ambiental. O público-alvo foi composto por diretores e supervisores das áreas fim e meio da SJES;
- Curso de Gerenciamento Riscos: Voltado para a área administrativa e judiciária, a SJES promoveu o curso “Gestão de Riscos na Administração Pública”, sob tutoria do Subsecretário de Gestão Estratégica da SJRJ, André Kemper Baptista, nos dias 10 a 12/9/2019, a fim de promover uma Política de Gestão de Riscos com base no Manual de Gerenciamento de Riscos da Justiça Federal;
- Plano Anual de Contratações: Como parte das ações voltadas à promoção da Governança e visando o atendimento de orientações do TCU, a SJES instituiu o seu Plano Anual de Contratações por meio da Portaria JFES-POR-2019/00037, de 27/8/2019. Este documento objetiva planejar as contratações para o exercício financeiro seguinte pelos Diretores de Núcleo/Coordenadorias bem como dar transparência às aquisições da instituição, uma vez que seu conteúdo é disponibilizado na página “Transparência Pública” da Seccional;
- Criação de formulários eletrônicos no Siga-DOC: A partir de demandas de diversas áreas administrativas, a SEGEST capacitou-se e passou a desenvolver, localmente, diversos formulários eletrônicos que foram disponibilizados no Sistema SIGA-DOC, para uso dos magistrados e servidores. Tal iniciativa tem resultado em aumento da produtividade dos setores;
- Boletim Interno no Siga-DOC: Em dezembro de 2019, a SJES concluiu o projeto “Implantação do Boletim Interno Eletrônico”, com a participação de áreas do TRF2, SJRJ, além das seções SEPROG, SEGEST e Seção de Documentação e Divulgação (SEDOD) da SJES. Desde então, as publicações de atos normativos tais como portarias e ordens de serviço, além de extratos de suprimento de fundos e de diárias, têm sido realizadas de forma automática e disponibilizadas diariamente nas páginas da *Intranet* e *Internet* da SJES;
- Instituição da Comissão Gestora do PLS: A Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável da SJES (PLS/SJES) foi instituída em 21/11/2019, por meio da Portaria JFES-POR-2019/00065. Seu objetivo é o de elaborar o Plano de Logística Sustentável da SJES, que irá balizar as aquisições, contratações e consumo de bens e recursos da Seccional sob a ótica da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, bem como monitorar, avaliar e revisar o mencionado plano periodicamente.

## 2.2. Metas projetadas pelo CNJ para o exercício de 2019

A seguir apresentamos gráficos relativos ao desempenho da SJES com relação às metas estabelecidas pelo CNJ para o Poder Judiciário, no ano de 2019.

12



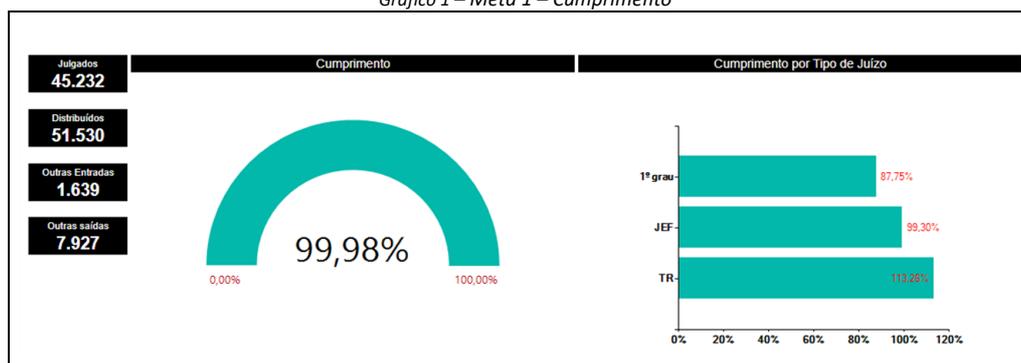
Autenticado digitalmente por SERGIO PEREIRA DE OLIVEIRA E SOUZA.  
Documento Nº: 2793477.25335309-5218 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2793477.25335309-5218>



JFESOF1202000285

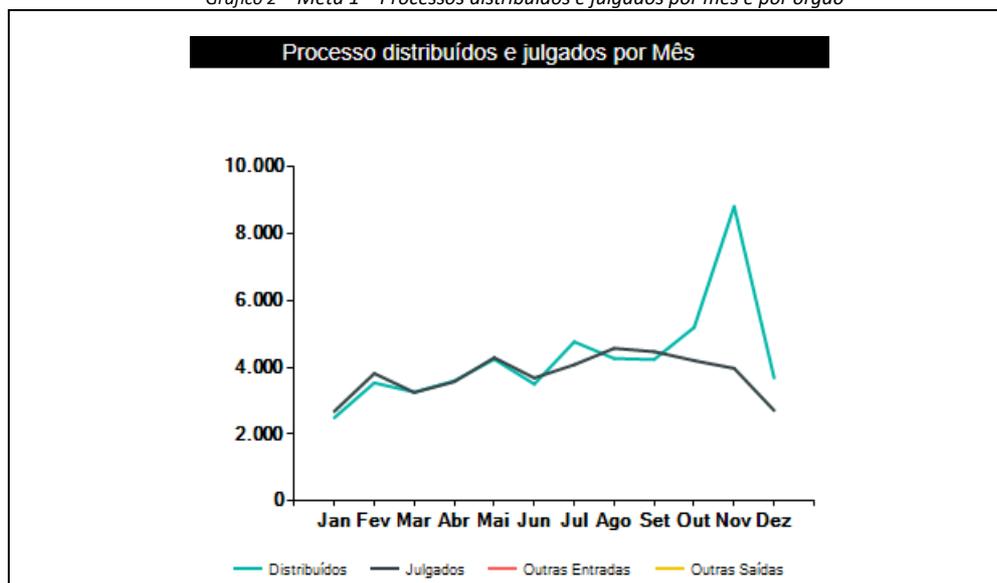
- Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Gráfico 1 – Meta 1 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Gráfico 2 – Meta 1 – Processos distribuídos e julgados por mês e por órgão

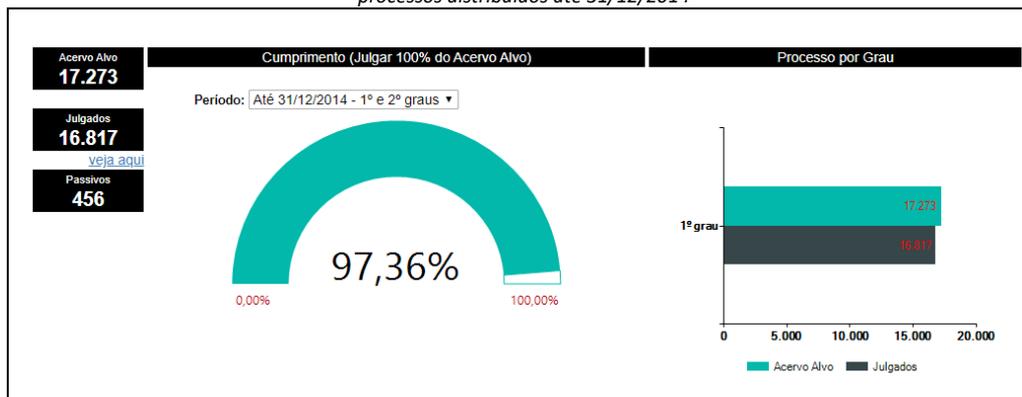


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



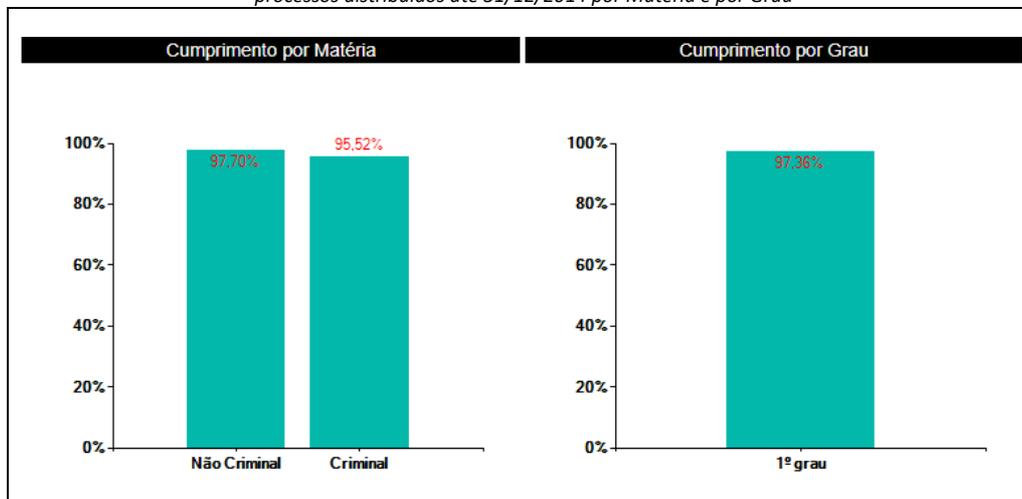
- **Meta 2: Identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e 85% dos processos distribuídos em 2015; Nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016.**

Gráfico 3 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

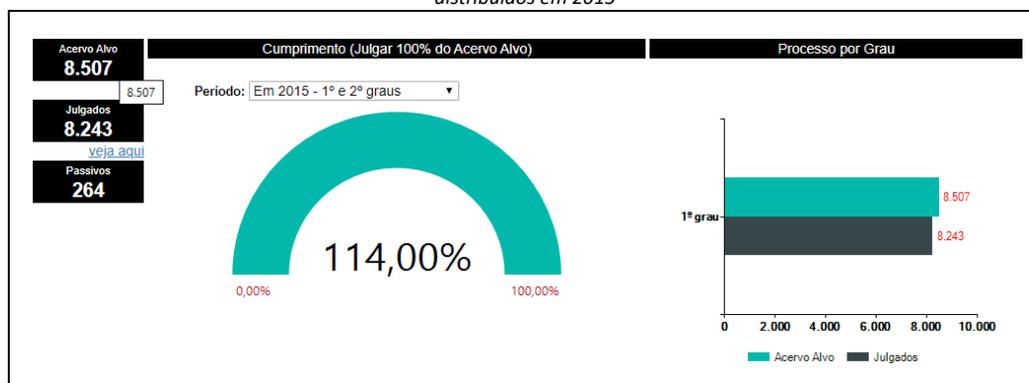
Gráfico 4 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 por Matéria e por Grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

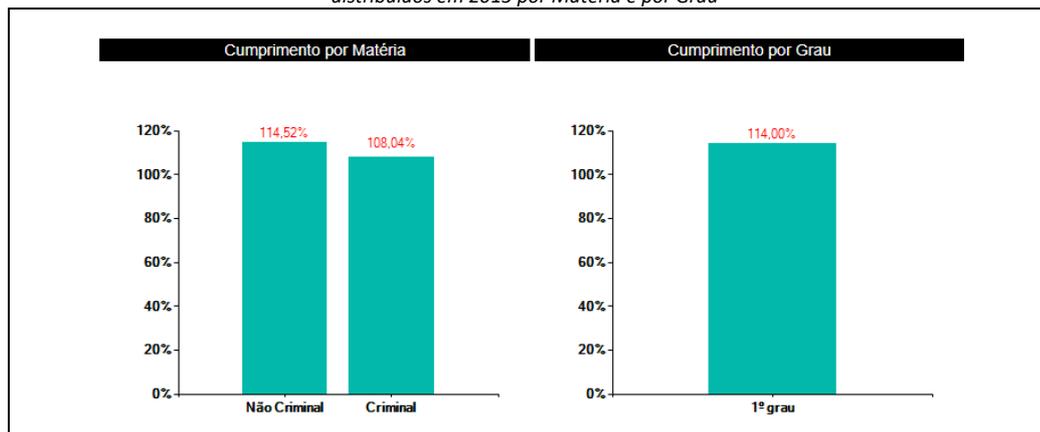


Gráfico 5 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º graus, 85% dos processos distribuídos em 2015



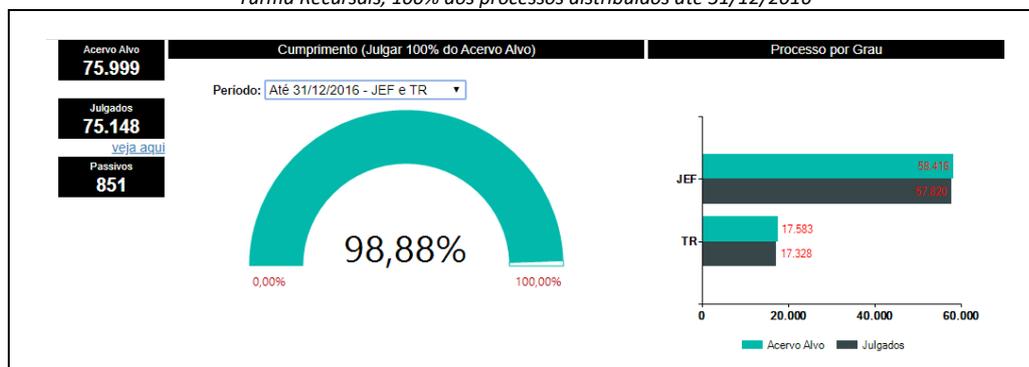
Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Gráfico 6 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º graus, 85% dos processos distribuídos em 2015 por Matéria e por Grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

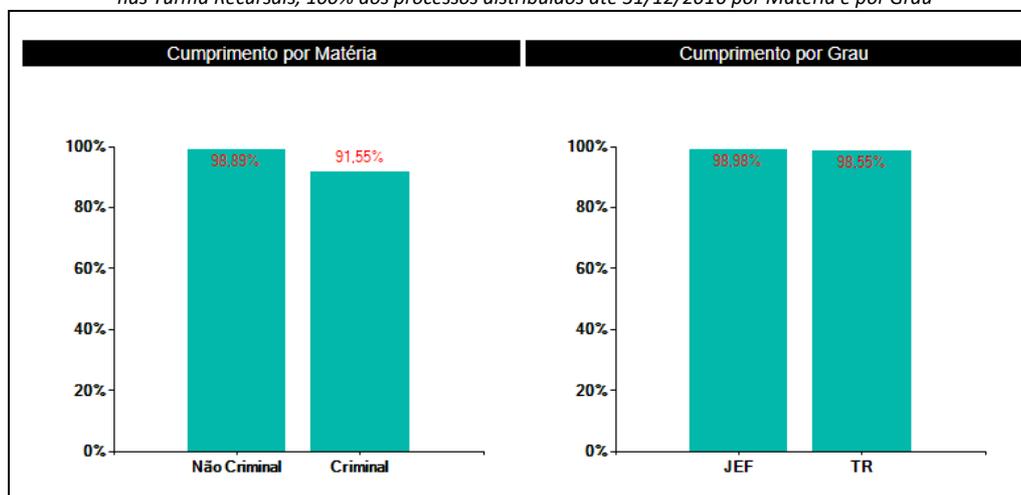
Gráfico 7 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



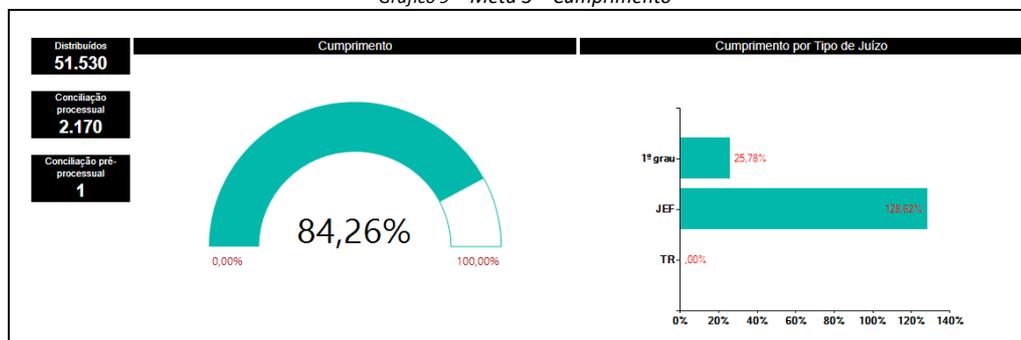
Gráfico 8 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar, até 31/12/2019, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 por Matéria e por Grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

- Meta 3: Fomentar o alcance do percentual mínimo de 5% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos.

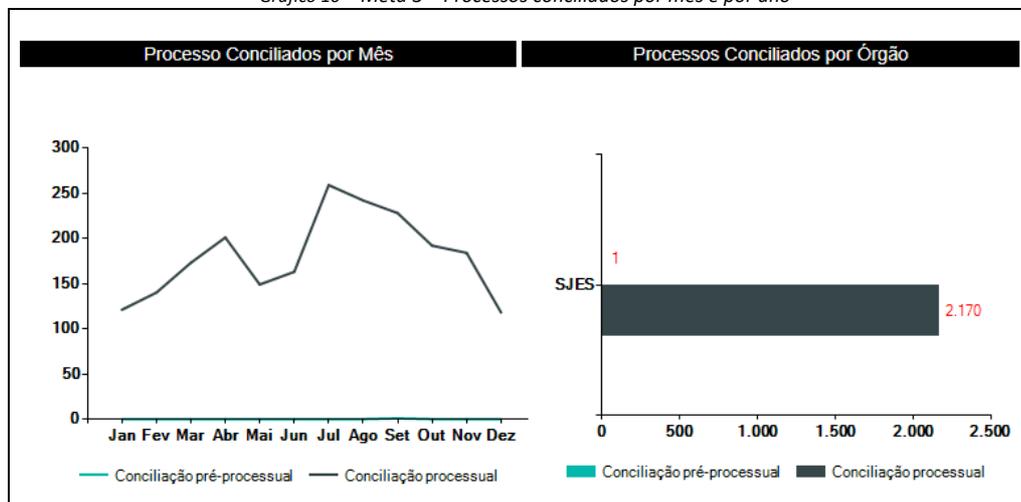
Gráfico 9 – Meta 3 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



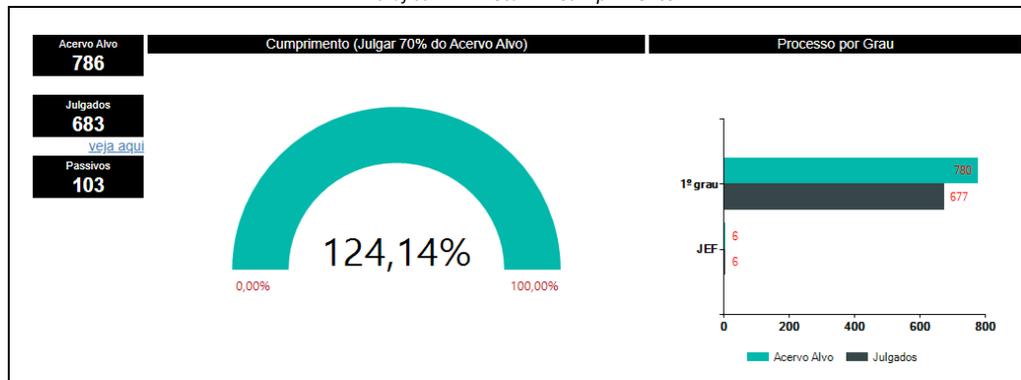
Gráfico 10 – Meta 3 – Processos conciliados por mês e por ano



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

- Meta 4: Identificar e julgar até 31/12/2019, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2016.

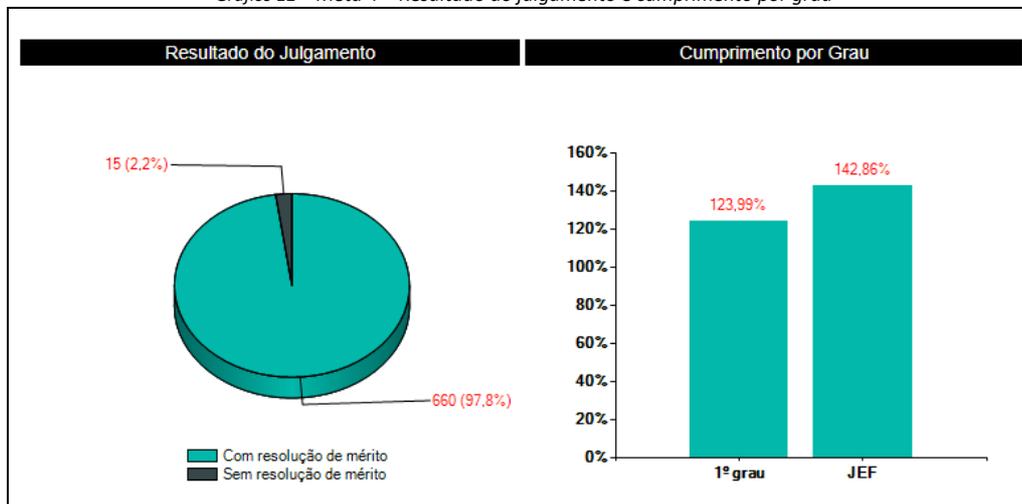
Gráfico 11 – Meta 4 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



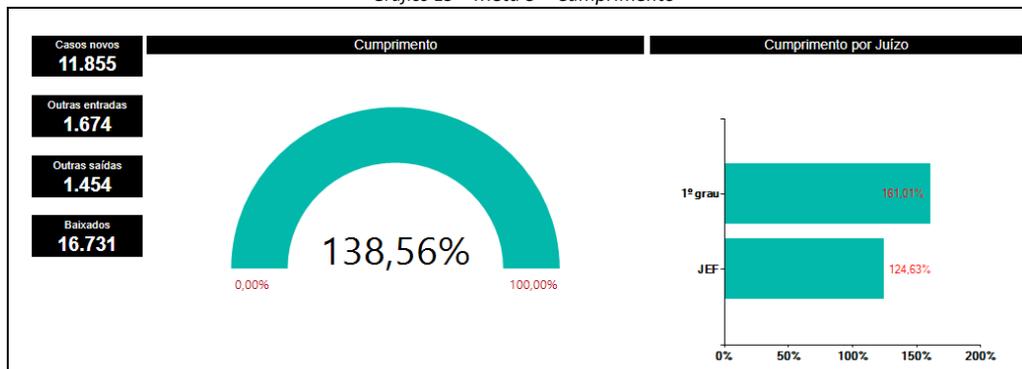
Gráfico 12 – Meta 4 – Resultado do julgamento e cumprimento por grau



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

- Meta 5: Baixar quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

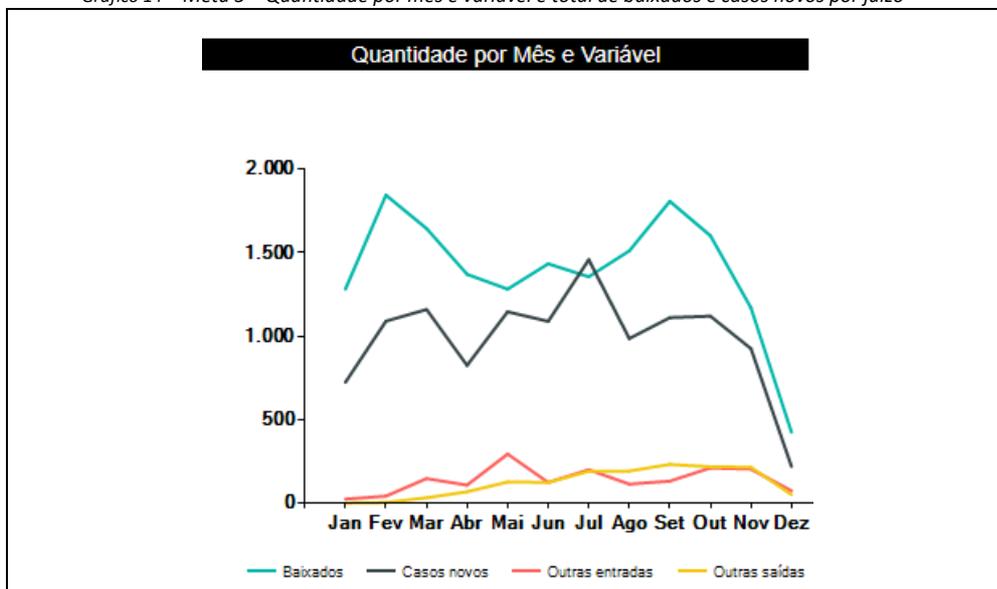
Gráfico 13 – Meta 5 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

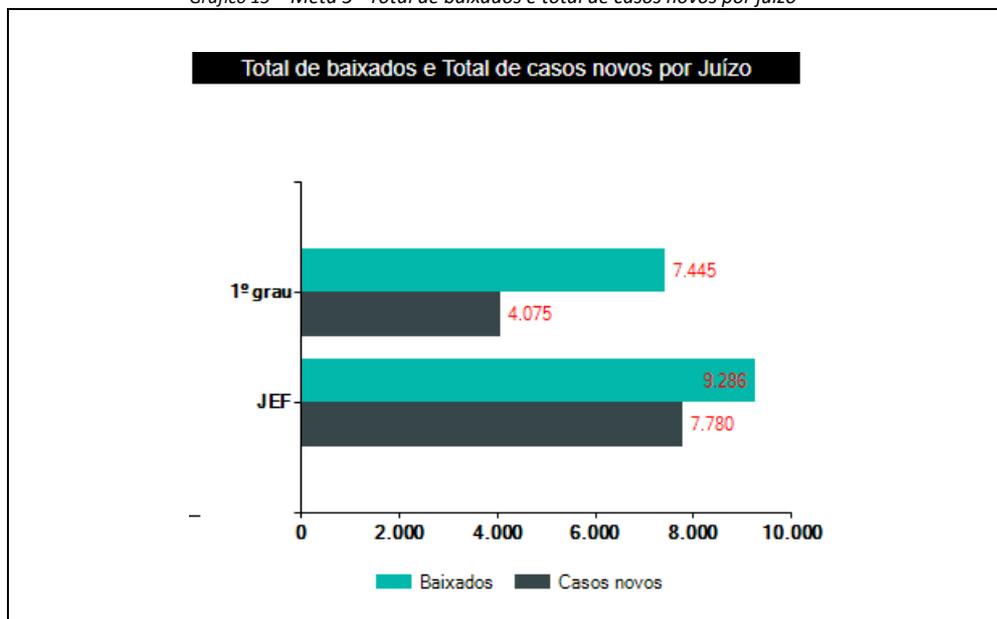


Gráfico 14 – Meta 5 – Quantidade por mês e variável e total de baixados e casos novos por juízo



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Gráfico 15 – Meta 5 – Total de baixados e total de casos novos por juízo

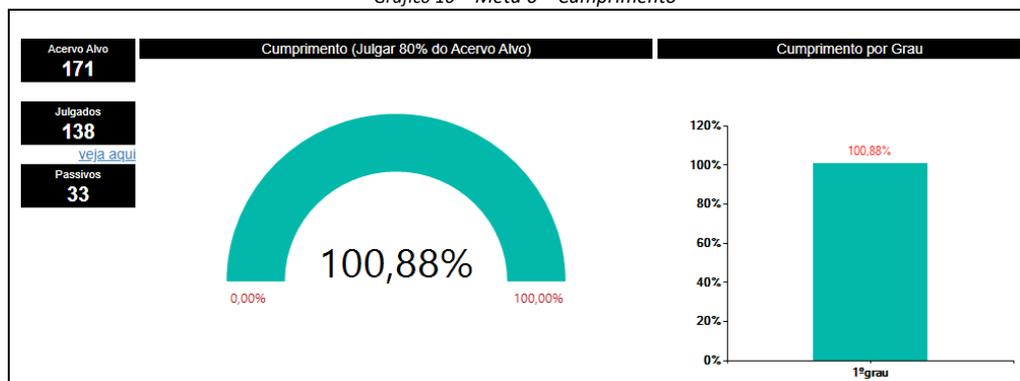


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



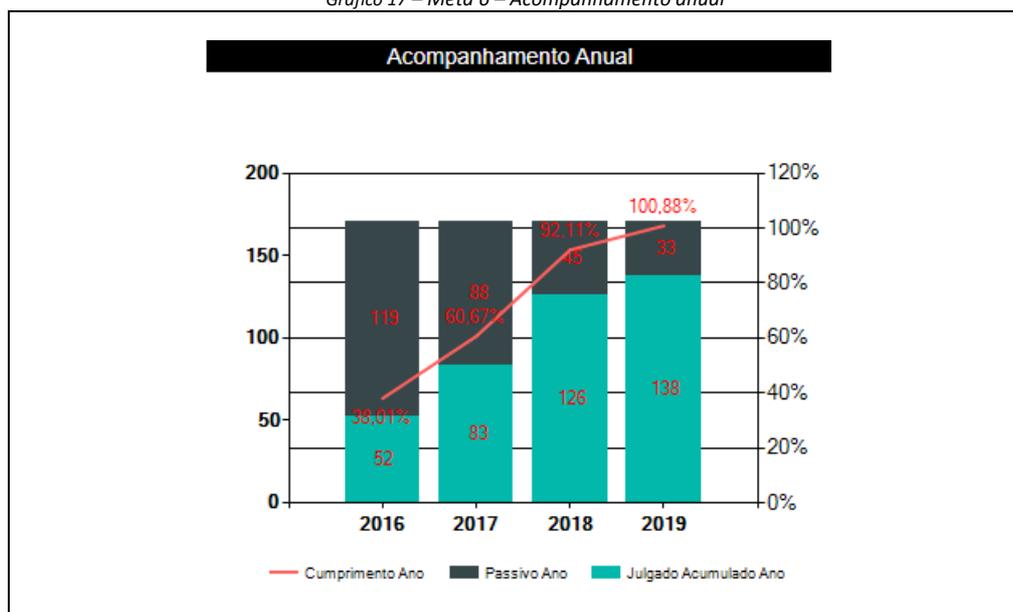
- **Meta 6: Identificar e julgar até 31/12/2019, 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015.**

Gráfico 16 – Meta 6 – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Gráfico 17 – Meta 6 – Acompanhamento anual

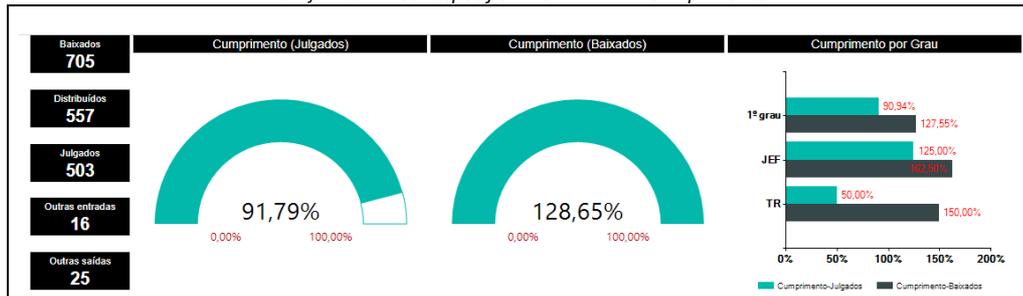


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



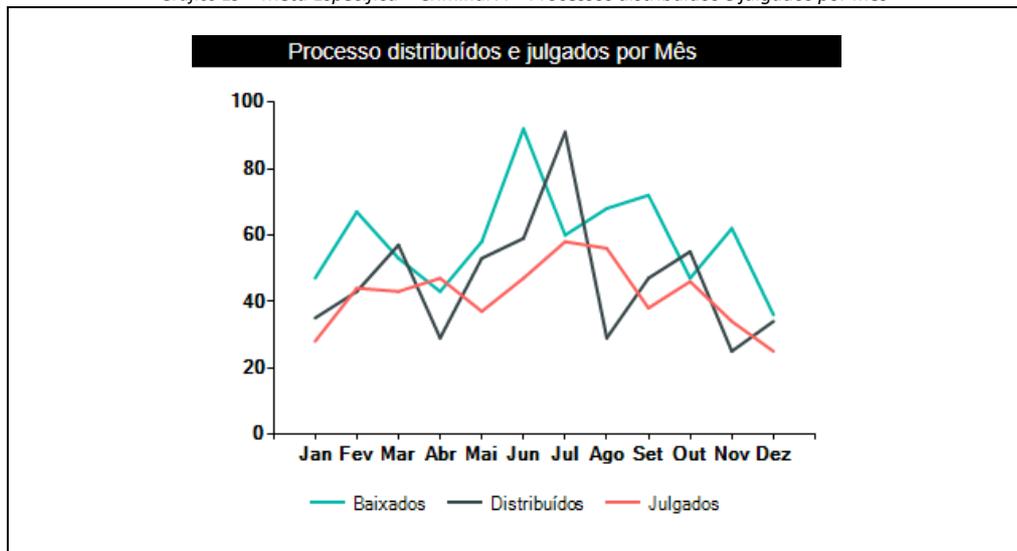
- Meta Específica – Criminal A: Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente. Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Gráfico 18 – Meta Específica – Criminal A – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Gráfico 19 – Meta Específica – Criminal A – Processos distribuídos e julgados por mês

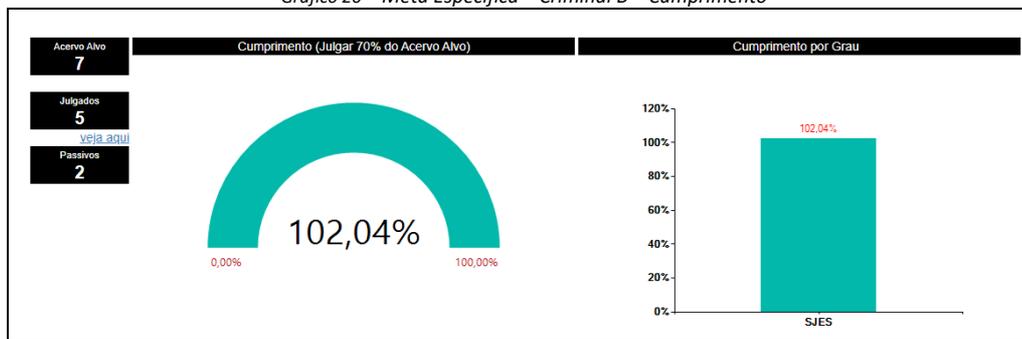


Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>



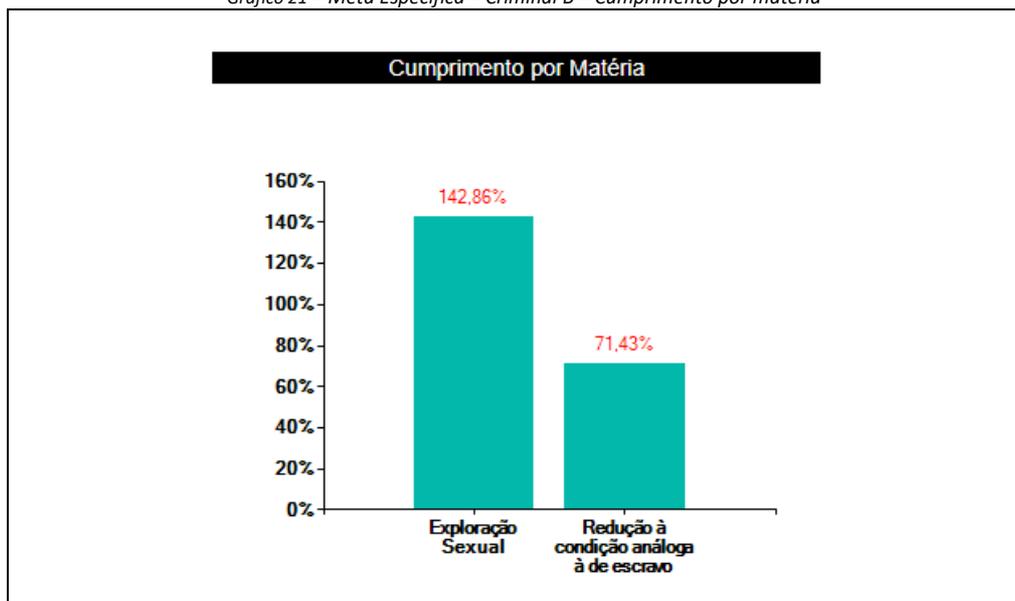
- **Meta Específica – Criminal B: Identificar e julgar até 31/12/2019, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2016.**

Gráfico 20 – Meta Específica – Criminal B – Cumprimento



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Gráfico 21 – Meta Específica – Criminal B – Cumprimento por matéria



Fonte: Portal de Estatísticas do TRF2- <http://portaldeestatisticas.trf2.gov.br/portal/>

Os resultados alcançados revelam a dedicação da força de trabalho – magistrados, servidores, estagiários e terceirizados – que, conjugadas, são capazes de traçar o perfil da prestação jurisdicional como célere e de qualidade, objetivo precípua da visão institucional.



### 3. Gestão Judiciária

#### 3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

O objetivo primordial do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) é desenvolver ações que visem trazer celeridade, racionalização e eficácia aos trabalhos desenvolvidos pelas Varas, melhorar a prestação jurisdicional, fazendo com que as expectativas dos jurisdicionados, do público em geral e da própria SJES sejam alcançadas através da execução das atividades desenvolvidas diretamente pelo Núcleo e/ou através de suas Seções Vinculadas.

No ano de 2019, o NAJ iniciou o primeiro semestre alinhado com as demandas apresentadas pela Corregedoria do TRF2, cujo empenho, à data, era no sentido de digitalizar o acervo judicial físico em tramitação. Assim, após a expedição da Portaria JFES-POR-2019/00001, que dispôs sobre a criação de banco de horas para a compensação dos serviços extraordinários, formou-se uma força tarefa que trabalhou intensamente até o alcance da meta estabelecida de digitalizar todos os processos em tramitação. À exceção dos processos suspensos e arquivados, alcançamos 100% de digitalização no primeiro semestre de 2019.

No tocante ao atendimento inicial ao cidadão, foram realizados 3.164 atendimentos, tendo sido elaboradas 1.262 petições iniciais eletronicamente para os Juizados Especiais Federais (22 a mais que no ano de 2018) e 1.902 orientações a respeito da demanda apresentada. A maioria das petições iniciais (704 petições) foram atermadas e ajuizadas no mesmo dia do comparecimento do usuário.

Quanto à formalização e atualização de convênios para prestação de Penas Alternativas, previstos no Provimento nº TRF2-PVC-2018/00011 e na Norma Interna nº NI-1-03, houve grande esforço em atualizar os cadastros das instituições e em virtualizar os processos. A atualização foi feita por análise caso a caso e a partir de relatórios de visitas técnicas da Assistência Social às instituições cadastradas e parecer da Coordenadoria Jurídica, quando necessário.

Em 2019 foram analisados pela Seção de Protocolo, Assistência Judiciária Gratuita e Convênios (SEPA) um total de 129 convênios. Ainda, foram protocolados 30 requerimentos de instituições (públicas e privadas), dos quais 15 foram formalizados, 14 estão em tramitação e 1 foi indeferido. O ano se iniciou com a gestão de 94 convênios de Prestação de Penas Alternativas e, ao final do exercício, este número passou para 97 convênios, sendo que 12 foram inativados ou extintos.

As emissões/liberações de certidões negativas não emitidas automaticamente pelo sistema somaram 327.999, representando um aumento de, aproximadamente, 186% em relação a 2018, que finalizou o exercício com a emissão de 175.883 certidões negativas.

Destaca-se que todas as Seções ligadas ao NAJ trabalharam em 2019 utilizando e/ou dando suporte tanto ao sistema processual quanto ao demais sistemas utilizados, listados abaixo:

- ALVARÁ DE SOLTURA ELETRÔNICO
- DENATRAN
- CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS
- JUNTA COMERCIAL
- NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA
- BACENJUD
- CNIB
- CNIS – PLENUS
- INFOJUD
- SINESP – INFOSEG



- MALOTE DIGITAL
- PORTAL JUDICIAL DA CAIXA
- RENAJUD
- SERASAJUD
- SNIC – POLÍCIA FEDERAL
- SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS
- SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES
- E-CAC / PGFN
- AJG
- e-NatJUS – CNJ
- BNMP
- BANCO DO BRASIL
- CEF- COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
- CNCIAI
- EMGEA
- PENHORA “ONLINE” – ARISP
- ROL DE CULPADOS
- SISTEMA e-STJ
- TRE-INFODIP
- TRE-SIEL

Acrescenta-se que por força da Resolução n° TRF2-RSP-2019/00075, que implantou o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), o CNJ promoveu a capacitação das varas federais que lidam com o processamento de execuções penais, bem como de Oficiais de Justiça desta Seccional. Os instrutores foram os servidores Ana Júlia Lopes e Bruno Alves Apolinário, sendo que o treinamento foi realizado nos dias 1 e 2/10/2019, por videoconferência.

### 3.2. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)

Paralelamente aos trabalhos de digitalização e os demais acima relatados, em 2019, todas as varas federais da SJES passaram a trabalhar com o novo sistema processual e-Proc. A migração do sistema Apolo, até então utilizado, para o e-Proc foi realizada de forma paulatina após testes com os cartórios e o suporte técnico do NAI, de forma que, atualmente, apenas 10,9% dos processos eletrônicos e 786 processos físicos tramitam no sistema antigo.

Para melhor adequar o atendimento e suporte ao usuário, duas seções foram reestruturadas dando lugar à Seção de Suporte ao Usuário Externo (SESEN) e a Seção de Suporte ao Usuário Interno (SESIN).

Com a implantação do sistema de gerenciamento e acompanhamento “Gestão Livre de Parque de Informática” (GLPI), os chamados técnicos passaram a ser registrados através desta ferramenta. Isso conferiu às Seções de Suporte maior celeridade e controle das ações necessárias às soluções e melhorias dentro do sistema. A partir de então, os chamados puderam ser classificados em categorias como normais, urgentes ou críticos, o que colaborou para a otimização do tempo de resposta, tanto da área de negócio quanto da área de informática.

Como projeto para o ano de 2020 está a inclusão de uma FAQ sobre o e-Proc no site da JFES. Durante todo o período inicial de implantação do sistema, até o presente momento, foram colhidos dados das dúvidas e questões mais frequentes dos usuários tanto internos quanto externos, a partir das quais, iniciou-se o desenvolvimento de um catálogo de informações para sanar as dúvidas dos usuários através da própria internet, desafogando, assim, os demais canais de suporte existentes.



### 3.3. Outras informações relevantes

A partir de maio/2019, foi disponibilizada no site da JFES uma pesquisa de satisfação geral de atendimento. Até 17/12/2019, a pesquisa foi respondida por 124 usuários, sendo que desses, 73,4% consideraram ótimo ou bom. Este formulário foi idealizado durante o programa de inovação HUBJUS da SJES, ocorrido no segundo semestre de 2018, como uma das propostas de inovação do projeto "Fale com a Ju".

Houve, ainda, a remodelação do canal "Fale Conosco" da SJES, através de formulário eletrônico para registro de elogio, informação ou sugestão sobre os serviços prestados pela Seccional.

## 4. Gestão de Pessoas

### 4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

Visando à melhoria do desempenho funcional, o aumento da qualidade e da capacidade laborativa, foram realizadas ações na área de gestão de pessoas e no campo da saúde ocupacional, dentre as quais destacam-se:

- **Assistência à Saúde:** Essa ação tem por finalidade assegurar a saúde física e mental dos magistrados, servidores e seus dependentes. Compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica dos beneficiários, contribuindo, portanto, para um melhor atendimento à população que vem em busca da tutela jurisdicional. Desde 2008, a assistência à saúde ao magistrado ou servidor, ativo ou inativo, e à sua família passou a contar com o Auxílio Saúde. Essa ação visa assegurar a saúde física e mental dos magistrados, servidores e seus dependentes que não estejam cadastrados no plano de saúde conveniado com a Justiça Federal, tem caráter indenizatório, por meio de ressarcimento parcial de despesas com planos privados de saúde, de livre escolha e de responsabilidade do beneficiário.
- **Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicológica:** Dentro dos serviços voltados à área de Psicologia se encontra o Programa de Apoio à Psiquiatria e Psicologia (PAPSI), que visa complementar a prestação de assistência à saúde dos servidores, possibilitando um tratamento adequado às suas necessidades mediante uma rede qualificada de profissionais e o reembolso parcial das despesas. Nesta Seccional, o Programa foi iniciado em 2005, porém não está recebendo novas inscrições devido à restrição orçamentária. Durante o ano de 2019, 9 pessoas foram beneficiadas, recebendo atendimento por profissionais credenciados.
- **Serviço Odontológico:** Foram realizadas atividades de promoção e preservação da saúde bucal em magistrados, servidores, inativos e pensionistas, por meio do Serviço Odontológico da Seção de Serviços de Saúde, que conta com um profissional especializado, do quadro de servidores.
- **Expansão do Teletrabalho:** Ao final de 2019, a SJES contava com 54 servidores em teletrabalho, atuando em observância às normas estabelecidas pela Resolução nº TRF2-RSP-2019/00046, possibilitando, desta maneira, o aumento da qualidade de vida dos servidores, bem como da produtividade, uma vez que a Portaria JFES-POR-2019/00038, que a atualizou o regulamento sobre teletrabalho no âmbito da SJES, exige que a produção dos servidores em teletrabalho seja igual ou superior do que a dos servidores que executam as mesmas atividades presencialmente nas dependências da Seção Judiciária.



- **Campanha de Vacinação contra Gripe:** em 2019, a campanha de vacinação anual contra gripe totalizou 550 vacinados, sendo 410 servidores na Sede da SJES, 23 na Subseção de Colatina, 52 na Subseção de Cachoeiro do Itapemirim, 28 na Subseção de Linhares, 19 na Subseção de São Mateus e 18 na Subseção de Serra.
- **Palestras de saúde em parceria com a UNIMED Seguros:** Foram promovidas as seguintes palestras, em diversas áreas, em parceria com a UNIMED Seguros:
  - Nutrição: *“Como estabelecer hábitos alimentares saudáveis e prazerosos?”*;
  - Educação física: *“Como incorporar a prática de atividade física em seu dia-a-dia?”*;
  - Ergonomia: *“Como está sua postura hoje? Cuidados com o corpo e a mente durante a jornada de trabalho”*.
- **Oficina sobre o tema “Depressão”:** Esta oficina de saúde foi ministrada pelo serviço de psicologia da SJES em parceria com a psicóloga do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT/ES) e foi intitulada *“Depressão: Autoconhecimento e Estratégias para Lidar com o Sofrimento Emocional”*. O evento foi realizado nos dias 4/11, 13/11 e 20/11/2019, com carga horária total de 6 horas, e contou com a participação de 12 servidores.

#### 4.2. Quadro de Vagas

O Quadro de Pessoal da SJES é composto por 538 cargos efetivos, existindo 36 vagas (2 vagas decorrente de posse em outro cargo inacumulável e 34 aposentadorias) e nenhum cargo pendente de posse. Existem 23 cargos em comissão (CJ) e 314 funções comissionadas (FC), ocupados da seguinte forma:

- 23 cargos em comissão, sendo 15 (65,22%) por servidores do Quadro; 7 (30,43%) por servidores de outros órgãos (TRF2 e SJRJ) e 1 (4,35%) por sem vínculo de cargo efetivo.
- 312 funções comissionadas, sendo 285 (90,76%) por servidores do Quadro e 27 (8,60%) por servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJRJ). Há 2 (0,64%) funções vagas.

#### 4.3. Força de Trabalho

A Força de Trabalho da SJES conta com 528 servidores, sendo 463 servidores do Quadro; 64 servidores de outros órgãos (inclusive TRF2 e SJRJ) e 1 servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

Possui 39 servidores cedidos (considerando-se cessão, remoção e Exercício Provisório), sendo 11 para o TRF2, 3 para SJRJ e 25 para outros Órgãos, e 64 servidores requisitados (considerando-se cessão, remoção e Exercício Provisório), sendo 15 do TRF2, 18 da SJRJ e 31 de outros Órgãos.

Há 1 servidor em licença sem vencimentos para acompanhar cônjuge.

O quadro de aposentados e pensionistas apresenta 118 aposentados e 14 instituidores de pensão, com 19 pensionistas.

#### 4.4. Capacitação

Sempre com foco na Estratégia da Justiça Federal e levando em conta a severa restrição orçamentária, a Administração da SJES procurou otimizar ao máximo a utilização dos recursos disponíveis para capacitação, investindo



em ações que proporcionassem um grande retorno de investimento, seja em termos de aumento de produtividade, ganho de conhecimento crítico ou desenvolvimento de competências essenciais para momentos de grandes transformações, tais como os que está sendo vivenciado pela Justiça Federal.

Sendo assim, priorizou ações de capacitação e desenvolvimento voltadas à área de Modernização dos Processos de Trabalho, Inovação, Cultura de Conciliação, Gestão de Riscos, Atualização acerca dos procedimentos de contratação e acompanhamento de contratos e Qualidade de Vida dos Servidores, tema este no qual, além de desenvolver ações específicas, também atuou em parceria com a Associação dos Servidores da Justiça Federal do Espírito Santo (ASSEJUFES), apoiando a realização de palestras sobre diversos assuntos, tais como Postura Corporal, Alimentação Saudável, Relaxamento, entre outros.

No que tange ao Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), a SJES desenvolveu um projeto pioneiro, que possibilitou a todos os ocupantes de funções gerenciais participar de uma capacitação inovadora, inteiramente prática, na qual os participantes sugeriram desafios reais do dia-a-dia profissional para serem trabalhados durante o PDG e, por meio do aprendizado de técnicas de *Design Thinking*, puderam criar, desenvolver e prototipar soluções para os desafios inicialmente escolhidos.

Ainda no sentido de criar sinergia para uma melhor utilização dos recursos disponíveis, foram implementadas várias parcerias com Órgãos Federais e Estaduais, visando a realização de ações de desenvolvimento e capacitação conjuntas. Nesse sentido, destacam-se as parcerias com a Agência de Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (NEXT-PI Agifes), Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (HubGov TCEES), Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo (OAB-ES), Procuradorias Federais e da Fazenda Nacional, entre outros.

#### **Principais Ações de Capacitação desenvolvidas em 2019**

- Capacitação dos servidores ocupantes de cargos/funções gerenciais: Programa de Desenvolvimento Gerencial 2019 – Inovação e Cultura da Conciliação: 103 participantes;
- Curso Anual de Reciclagem dos Agentes de Segurança: 25 participantes;
- Curso de Formação de Conciliadores: 13 participantes;
- Palestra “*Gestão Eficiente como ferramenta fundamental para enfrentar a restrição orçamentária a partir de 2020*”: 39 participantes;
- Evento “*Comunicação da Estratégia da Justiça Federal na 2ª Região*”: 52 participantes;
- 1º Fórum de Execução Fiscal da SJES: 53 participantes;
- Encontros do Grupo de Trabalho de Inovação e Inteligência do Conselho Nacional de Justiça em Parceria com o Laboratório de Inovação desta Seccional: 36 participantes;
- Evento comemorativo de 1 ano de implantação do Sistema e-Proc: 23 participantes;
- Curso “*Mapeamento de Processos em Bizagi para a Brigada e-Proc*”: 16 participantes;
- Curso “*Gestão de Riscos na Administração Pública*”: 20 participantes;
- Curso “*Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) para Varas Federais*”: 7 participantes;
- Curso “*Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) para Oficiais de Justiça*”: 18 participantes;
- Curso *in company* “*As contratações de Solução de TI e Comunicação*”: 6 participantes;



- Curso *in company* “O que muda no Pregão Eletrônico com o novo Decreto 10.024/2019”: 6 participantes;
- Curso *in company* “Treinamento de Elaboração de Planilha de Formação de Preços de Acordo com a IN 05/2017 e de Julgamento das Propostas para a Contratação de Serviços Contínuos”: 20 participantes;
- Curso “Depressão: Autoconhecimento e Estratégias para Lidar com o Sofrimento Emocional”: 13 participantes;
- Oficina “Orientação Postural com Foco no Teletrabalho”: 15 participantes;
- Curso “Ambientação para Novos Estagiários – Normas e Sistema e-Proc”: 26 participantes;
- Curso Sentença Cível – Teoria: 24 participantes;
- Curso Sentença Cível – Prática – Estudo de Casos: 12 participantes.

## 5. Gestão de Material e Patrimônio

### 5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

A Seção de Patrimônio (SEPAT) fez poucas aquisições em 2019, cabendo destacar, apenas, a aquisição de 200 cadeiras empilháveis para uso do auditório. As longarinas que estavam sendo utilizadas ali até então já estavam antigas e com mais de 25 anos de uso. Parte delas foi destinada às instalações da Subseção de Colatina e o restante, que está em estado menos conservado, foi recolhido ao depósito de materiais permanentes e possivelmente será alvo de processo de desfazimento.

Quanto a desfazimento, em outubro/19, após a devida análise dos bens realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Permanentes e de Consumo, foi autorizado o desfazimento de itens de Informática por meio de despacho da Direção do Foro no processo administrativo JFES-ADM-2018/00113.01. Estes bens, avaliados conjuntamente em R\$ 229.499,17, foram ofertados no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e, como não houve órgãos da Justiça Federal interessados no seu recebimento, abriu-se a oferta aos demais órgãos da Administração Pública, do que resultou a doação ao Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campus da Serra.

Além destes bens de informática, conforme processo administrativo JFES-ADM-2018/00110.01, foram doados móveis e equipamentos diversos classificados como ociosos, antieconômicos e irrecuperáveis, no valor de R\$ 1.352,16 para a Prefeitura Municipal de Domingos Martins – ES e no valor de R\$ 2.968,29 para Associação Banco Regional Ambiental Solidário (ABRASOL) do ES.

No tocante à gestão de materiais de consumo, destaca-se o fato de que a Seção de Material (SEMAT) foi bastante impactada pela mudança do acervo do Arquivo da Cidade Alta para a Sede, uma vez que dois dos seus grandes depósitos de almoxarifado foram cedidos para armazenagem de processos judiciais. Esta realidade atípica motivou esforços no intuito de comportar grandes volumes de mercadorias em um espaço relativamente pequeno. Próximo ao final do exercício, esta situação foi temporariamente amenizada com a cessão de uma sala pertencente à Seção de Transportes e Vigilância (SETRAV) para a SEMAT.

## 6. Gestão de Infraestrutura

### 6.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019



A frota da SJES é composta atualmente por 28 veículos, classificados pela Norma Interna 4-02 da SJES, seguinte forma:

CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS		Total
B	Veículo de transporte institucional	4
C	Veículo de serviço comum	18
D	Veículo de transporte coletivo e de apoio às atividades judiciais	1
E	Veículo de transporte de carga leve	1
G	Veículo de serviço de apoio especial	6
H	Veículo blindado	1
<b>Total</b>		<b>28</b>

Está em andamento o memorando JFES-MEM-2019/02525 cujo objeto é o desfazimento de 6 veículos sendo 4 do Grupo C e 2 do Grupo G, que se for autorizado deixará a frota mais enxuta e com apenas 22 veículos para atender a Sede e todas as Subseções Judiciárias.

Foi contratado no final de 2018 um sistema de gerenciamento para manutenção da frota, que englobou vários serviços e aquisições que antes eram adquiridos de forma separada, como manutenções de veículos em garantia, aquisições de equipamentos de segurança automotivo como alarmes, sistemas de identificações como placas, instalações de películas solares e adesivos de identificação dentre outros.

O contrato de gerenciamento para fornecimento de combustível, já contratado desde 2015, trouxe maior controle de gastos com combustível e possibilitou uma análise mais detalhada de consumo individualizado de cada veículo. Possibilitando o uso consciente de acordo com a missão a ser executada.

A SJES vem gradativamente renovando a sua frota de veículos com o objetivo de deixá-la mais eficiente, menos onerosa, mais segura e menos poluente. Para atingir esses objetivos a SJES tem adotado a política de se desfazer de carros antigos e antieconômicos, e adquirindo veículos novos de acordo com suas reais necessidades.

Já foi iniciado estudo de viabilidade para contratação por aplicativos de transporte ou das soluções de mobilidade. Observa-se uma crescente tendência de domínio de mercado dessas nova soluções e acreditamos que uma solução de mobilidade poderá ser utilizada de forma conjunta com uma frota mínima de veículo.

## 6.2. Obras e Reformas

### 6.2.1. Obras voltadas à Acessibilidade

Dando seguimento às ações de adequação apontadas nos laudos de acessibilidade elaborados em 2018, a SJES investiu R\$ 139.011,69, oriundos da ação orçamentária Modernização das Instalações da Justiça Federal – Acessibilidade, na execução das obras a seguir. Tais obras dotaram os prédios da SJES de um grau de adequação à NBR 9050 da ordem de 95%.

- Adequação de calçadas e rampas: Todas as situações remanescentes e pendentes apontadas nos laudos foram solucionadas;
- Complementação de corrimãos em escadas: As escadas de prédio sede receberam um segundo corrimão, a exemplo do que já ocorria nos prédios de Serra e Cachoeiro de Itapemirim;



- Substituição da sinalização visual: A necessidade de adequação nas alturas das placas de identificação visual de todas as portas foi conjugada com a obrigação de adoção do recém editado Manual de Identidade Visual. Assim, toda a sinalização visual interna dos prédios foi substituída pelo novo padrão, na altura correta, e complementada com placas em Braille.

#### 6.2.2. Obras e serviços voltados à Segurança

Atendendo a prioridades fixadas pelo Gabinete de Inovação e Gestão Integrada (GABIN), demandas urgentes e requisitos normativos, a SJES investiu R\$ 116.897,04 em obras e serviços voltados à segurança institucional e garantia da estabilidade de seus prédios. Desse total, R\$ 68.047,51 oriundos da ação orçamentária Modernização das Instalações da Justiça Federal foram investidos em reformas e R\$ 48.849,53 oriundos da ação orçamentária Julgamento de Causas foram investidos em laudos e serviços, conforme relação a seguir:

- Reforma para criação de área de custódia na Subseção de Cachoeiro de Itapemirim. Atendendo a prioridades estabelecidas pelo GABIN, a reforma contemplou ainda nova sala de perícias;
- Laudos técnicos para avaliação estrutural dos prédios sede e arquivo. Os laudos atenderam a diretrizes e procedimentos voltados à garantia da estabilidade estrutural;
- Recertificação de pontos de ancoragem. Os sistemas de ancoragem para serviços em altura foram testados e reparados e certificados atendendo a requisitos normativos.

#### 6.3. Situação dos Imóveis a cargo da SJES

A Seção Judiciária do Espírito Santo possuía, até dezembro de 2019, dois imóveis alugados, um no município de Colatina e outro no município de Linhares. As despesas com esses imóveis no exercício de 2019 estão representadas nas tabelas a seguir.

*Tabela 2 – Gasto com o imóvel da Subseção de Colatina*

<b>Gasto</b>	<b>Valor</b>
Locação	R\$ 159.668,55
Condomínio	R\$ 26.797,62
Vigilância	R\$ 284.599,09
Limpeza	R\$ 106.591,46
Energia	R\$ 53.075,84
Manutenção de ar	R\$ 41.568,13
Manutenção predial	R\$ 82.557,32
Dedetização	R\$ 2.374,02
<b>Total</b>	<b>R\$ 757.232,03</b>

*Tabela 3 – Gasto com o imóvel da Subseção de Linhares*

<b>Gasto</b>	<b>Valor</b>
Locação	R\$ 251.546,62
Vigilância	R\$ 294.499,81
Limpeza	R\$ 111.968,25
Energia	R\$ 55.965,55
Manutenção de ar	R\$ 43.176,21
Manutenção predial	R\$ 85.605,63
Dedetização	R\$ 3.086,78
<b>Total</b>	<b>R\$ 845.848,85</b>



As obras de reforma do novo prédio compartilhado da Subseção de Colatina contaram com a elaboração de projetos e fiscalização da equipe do NOM. O compartilhamento de uso desse prédio, que foi uma medida inovadora no Estado do Espírito Santo, não demandou investimentos por parte da SJES e propiciará melhoria expressiva de qualidade, segurança e ampliação dos espaços, além de economia da ordem de 50% nas despesas com a Subseção a partir de 2020.

A mudança da sede da Subseção Judiciária de Colatina para este novo imóvel ocorreu nos dias 20 e 21/12/2019, que funcionará em sistema compartilhamento entre a SJES, o Ministério Público Federal (MPF/ES) e o Ministério Público do Trabalho (MPT/ES).

Em Linhares, o contrato de locação do imóvel que abriga a Subseção Judiciária de Linhares passou por uma renegociação com o proprietário, tendo a SJES logrado conseguir uma redução de 15% no valor do aluguel.

Ainda em 2019, foi iniciada a transferência do acervo da Seção de Arquivo e Depósito Judicial (SEARD), do edifício que abrigava a antiga sede da SJES, situada na Rua São Francisco, 52, Centro de Vitória, para o atual Edifício Sede da SJES, localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Ilha de Monte Belo. A mudança tem como objetivos, dentre outros, a redução dos gastos com a manutenção do imóvel, a diminuição de riscos de segurança e o fim do deslocamento de veículos entre a Sede da SJES e o mencionado edifício.

#### 6.4. Sustentabilidade Ambiental

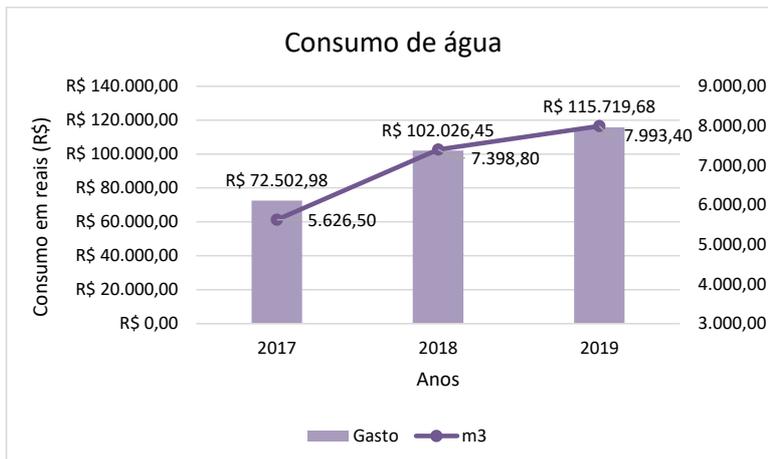
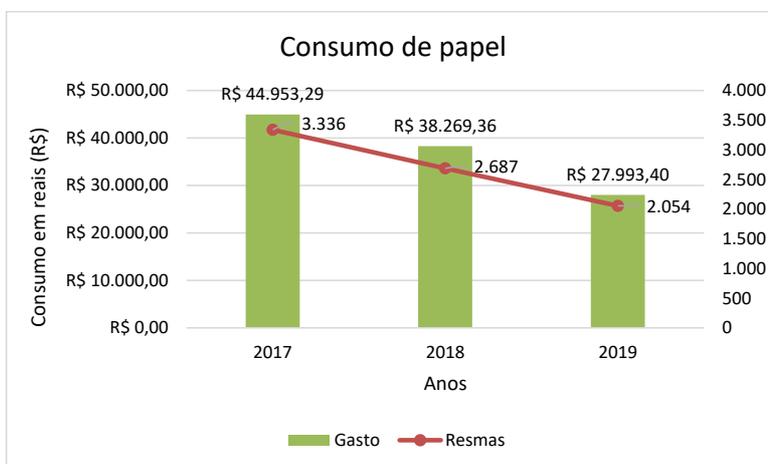
A redução de despesas com custeio e ampliação da sustentabilidade ambiental motivaram um investimento de R\$ 725.612,21 em 2019. Da ação orçamentária Julgamento de Causas, foram investidos R\$ 168.420,00 na aquisição de material de consumo (lâmpadas e luminárias LED) e R\$ 13.390,00 em serviços (forro). Da ação orçamentária Modernização das Instalações da Justiça Federal, R\$ 543.802,21 foram investidos na aquisição de equipamentos de ar condicionado mais eficientes, instalação de uma usina solar em São Mateus e o projeto de climatização do novo Centro de Processamento de Dados (CPD) redundante na Subseção de Serra. A seguir, a relação das contratações realizadas:

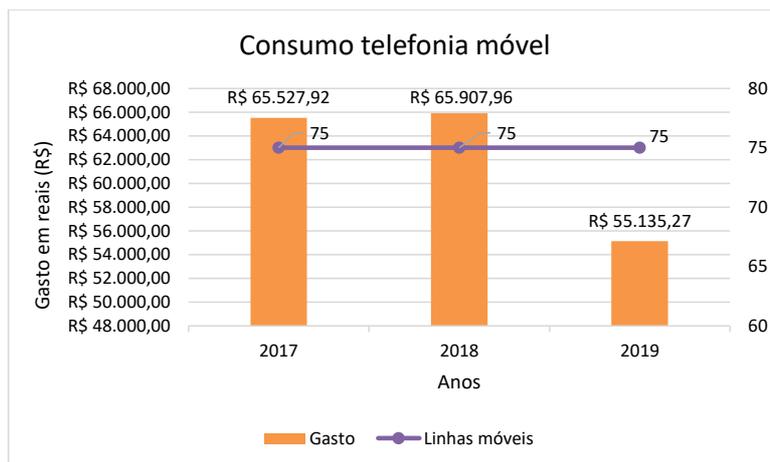
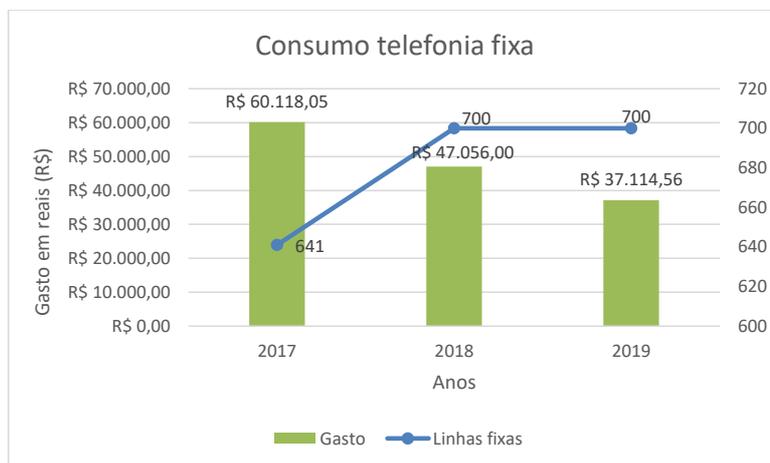
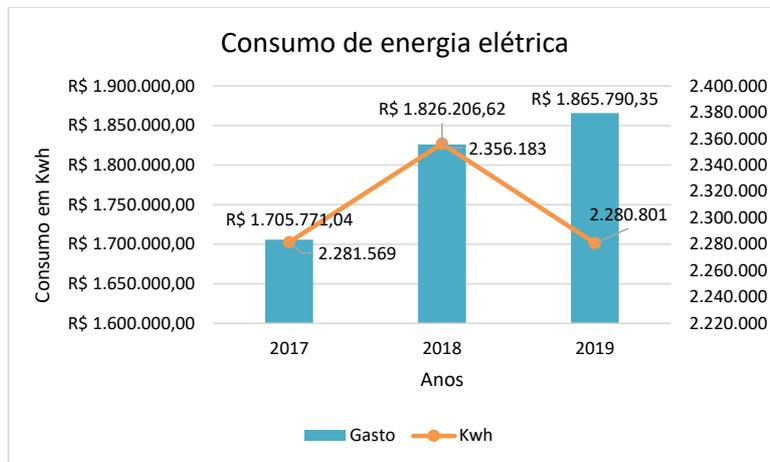
- Aquisição de 1000 lâmpadas LED. Com essa aquisição a SJES finalizou a substituição de todas as lâmpadas fluorescentes por LED gerando economia direta em consumo de energia e indireta na redução expressiva da demanda por manutenção elétrica;
- Substituição de luminárias do estacionamento do Prédio Sede por LED. Além da economia de energia, essa contratação gerou melhoria expressiva na iluminação e redução na necessidade de contratação de manutenção dos postes altos;
- Instalação de forro no mezanino do almoxarifado. Ação necessária para o cumprimento da decisão da SJES de desocupação do Edifício Arquivo, o que irá gerar expressiva economia de custeio a partir de 2020;
- Projeto de climatização do novo CPD de Serra. O novo CPD, a ser implantado em 2020 através da transferência do CPD de redundância instalado no Edifício Arquivo, é mais uma ação imprescindível à desocupação daquele imóvel;
- Aquisição de equipamentos de ar condicionado de alta eficiência para a Subseção de Colatina. Os equipamentos, instalados no novo prédio compartilhado com o MPF e com o MPT, foram adquiridos pelo proprietário, permitirão uma economia da ordem de 40% na conta de energia elétrica;
- Implantação da usina solar de São Mateus. A instalação, projetada pela equipe do NOM, deverá gerar o suficiente para suprir 100% da demanda por energia elétrica das Subseções de São Mateus e Linhares.



A SJES também adota a gestão adequada dos resíduos, em observância ao Decreto nº 5.940/2006, através da coleta seletiva, implantada em 2012 e ainda em curso, por meio de convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória. O material reciclável é recolhido semanalmente pelos caminhões da Coleta Seletiva de Vitória e encaminhado às associações de catadores conveniadas com a prefeitura, que são a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória (ASCAMARE), situada no Bairro República, e a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Ilha de Vitória (AMARIV), localizada no Bairro Itararé. Estas associações separam, prensam e vendem o material para as indústrias de reciclagem.

A seguir apresentamos os gráficos de consumo de papel, energia elétrica, água e telefonia, numa série histórica dos 3 últimos anos:





## 6.5. Outras informações relevantes

Para o ano de 2020, o principal objetivo será a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS) da SJES, tendo em vista a criação da Comissão Gestora do PLS (CGPLS) da SJES em 21/11/2019, por meio da Portaria JFES-POR-2019/00065, e da Seção de Projetos, Processos e Gestão Socioambiental (SEPROG), subordinada à Secretaria Geral (SG) da SJES, por meio da Resolução n° TRF2-RSP-2019/00059.

## 7. Gestão de Tecnologia da Informação (NTI)

### 7.1. Avaliação das principais ações realizadas em 2019

A área de tecnologia da informação buscou garantir soluções tecnológicas efetivas e eficazes, suprimindo as necessidades de infraestrutura e de sistemas de informação de modo integrado entre os demais órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade e permitindo a interoperabilidade, garantindo a convergência tecnológica.

Destacaram-se, no exercício de 2019, as seguintes atividades:

- Desenvolvimento do sistema de gestão de contratos, uma demanda da administração para integração de informações de uso de gestores, gerentes e unidades de controle. Essa ação propiciará maior integração de informações entre todas as unidades envolvidas no acompanhamento dos contratos celebrados pela SJES, inclusive quanto a prazos, penalidades, gestão de terceirizados, gestão orçamentária, financeira, auditoria e necessidades de novas licitações;
- Desenvolvimento de ferramenta para controle de gastos da SJES, denominada “Gastômetro”. Integrada ao sistema de gestão de contratos, trata-se de uma plataforma gráfica que possibilita o acompanhamento das despesas da Seccional pela alta administração. Essa ação, além de concentrar de forma automática dados estratégicos da instituição, está intimamente ligada à transparência, pois permite acesso simples e visual dos gastos da Seção Judiciária;
- Desenvolvimento do sistema de controle de impressão, uma ferramenta que visa reforçar a sustentabilidade do órgão, permitindo mapear, por área, o volume de impressões durante o período de tempo desejado. Tal projeto também está alinhado à gestão eficiente de recursos, permitindo acompanhar áreas de maior demanda e, quando o caso permitir, redefinir processos de trabalho visando sua customização;
- Nova página WEB, com interface mais amigável e intuitiva ao usuário, com novos recursos multimídia, favorecendo a experiência do jurisdicionado no acesso à SJES. Tal projeto está alinhado intimamente à prestação jurisdicional do órgão, pois permite ao cidadão o acesso mais agradável e intuitivo às informações e sistemas disponibilizados pela SJES;
- Implantação, em conjunto com a equipe de Tecnologia da Informação (TI) do TRF5, do sistema de controle para Centro de Inteligência da JFES, instituído pela portaria TRF2-PTP-2018/00103. Esse projeto tem por finalidade disponibilizar meios eletrônicos e de fácil acesso para as atividades do referido centro, quais sejam, identificar demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade para que seja possível adotar mecanismos mais racionais e menos custosos para resolução de conflitos de massa;



- Implantação do módulo descentralizado de gestão de almoxarifado da Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim. Esse projeto visa dar controle descentralizado à gestão de materiais, atribuindo à subseccional de Cachoeiro de Itapemirim capacidade de gestão de almoxarifado próprio dadas as particularidades da localidade;
- Modernização dos *datacenters* das subseccionais da SJES. Foram adquiridos e instalados novos equipamentos servidores e de infraestrutura em todas as subseccionais de modo a garantir a disponibilidade e qualidade dos serviços de TI em todas as localidades. Esse projeto é estratégico e busca garantir a prestação jurisdicional em todos os pontos de presença da SJES e, em especial, dotar a subseccional da Serra de estrutura capaz de ser o novo site de contingência de dados e serviços de TI da SJES;
- Implantação de novos *Tape Drives* para otimização do serviço de *backup*. Foram adquiridos, instalados e configurados novos dispositivos, acrescidos ao sistema de backup da SJES, de forma a reduzir a janela de backup dos dados existentes que vinha se alargando com o crescimento exponencial de dados. Tal ação busca dar sustentação às atividades jurisdicionais do órgão, garantindo a recuperação rápida de dados em caso de eventual perda;
- Atuação na migração da produção do sistema e-Proc da SJES, SJRJ e TRF2, que esteve albergado na SJES até 1/1/2019, transferindo o mesmo para o *datacenter* do TRF2, configurando o sistema na SJES preparado como contingência regional, mediante alinhamento técnico constante. Esse projeto visa dar sustentação, em caso de indisponibilidade, dos sistemas processuais à toda 2ª Região;
- Recontratação de todos os *links* de dados da SJES buscando modernização e economicidade e, sobretudo, a prestação adequada dos serviços de TI. Tal iniciativa estava alinhada com a política de redução de custos, que no caso em tela, foi executada sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados. As recontrações propiciaram uma redução global de aproximadamente 32% em gastos com *links* de dados. Cabe ressaltar que dentro das recontrações ainda fizemos a ampliação do *link* de internet para um novo 10 vezes mais rápido usando sobra de contrato de *link* que optamos por não renovar;
- Renovação dos *switches* de acesso que se encontravam sem comercialização de serviço de garantia e peças de reposição. Com essa iniciativa garantimos a disponibilidade dos serviços mantendo os padrões recomendados de infraestrutura;
- Renovação dos equipamentos de microinformática (computadores, notebooks, impressoras e multifuncionais). As aquisições feitas em 2019 visaram garantir os recursos para a prestação jurisdicional, mantendo equipamentos funcionais e cobertos por garantia conforme recomendação do Conselho;
- Criação de sistema de cadastramento de dados de Recursos Humanos (RH) via intranet. Tal sistema permite a atualização direta por parte do usuário para fins de identificação funcional, e-social e acúmulo de cargo. Tal ação desonera as seções do NGP de requisições de informações dessa natureza;
- Criação de sistema de consulta de férias e substituições via intranet. Tal sistema reduz significativamente o volume de requisições de informação às seções responsáveis por marcação de férias e substituições;
- Criação de sistema de consulta de Adicional de Qualificação na *intranet*. Tal sistema reduz significativamente o volume de solicitações de informações ao NGP;



- Acompanhamento e suporte das etapas de geração e envio dos dados funcionais, tanto biográficos quanto biométricos, à Casa da Moeda para emissão das novas carteiras funcionais. Esse projeto visou dar suporte ao projeto nacional do Conselho sobre novas identidades funcionais, de forma a garantir o fornecimento pleno das informações necessárias da SJES para sua viabilização;
- Viabilização técnica para a realização do Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica (FONAGE), sediado na SJES. Tal projeto viabilizou a execução do projeto supracitado e propiciou a integração da SJES no cenário de gestão estratégica nacional, buscando alinhamento com as melhores práticas.

As ferramentas de sustentação contribuíram para a disponibilidade constante dos serviços, favorecendo uma maior celeridade e produtividade e promovendo, assim, um melhor atendimento tanto aos usuários internos da SJES quanto ao público externo.

Por fim, cumulativamente às ações acima elencadas foram desempenhadas as funções de gestão de contratos de TI, especificações de contratações, desenhos de projetos, atendimento a usuários, atendimento a demandas administrativas, fiscalização técnica de entregáveis de TI decorrentes de contratações e implantação dos projetos/equipamentos adquiridos no exercício 2019.

## **8. Gestão Orçamentária e Financeira (NAF)**

### **8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira**

As atividades relativas ao Planejamento Orçamentário iniciaram com o provisionamento de crédito, em razão da aprovação da Lei Orçamentária do exercício de 2019 (Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019).

O orçamento total desta Seccional foi de R\$ 225.183.644,66 (duzentos e vinte e cinco milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos). Desse total, o montante de R\$ 2.278.141,57 (dois milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos) foi descentralizado pelo executivo para custear a assistência judiciária gratuita nas ações em que o INSS seja parte.

Assim, para as despesas relativas exclusivamente à Justiça Federal do Espírito Santo, contamos, no exercício de 2019, com o valor de R\$ 222.905.503,09 (duzentos e vinte e dois milhões, novecentos e cinco mil, quinhentos e três reais e nove centavos)

A execução orçamentária total atingiu o montante de R\$ 220.165.399,63 (duzentos e vinte milhões, cento e sessenta e três mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos), ou seja, um percentual de aproximadamente 99% do valor recebido, considerando somente o crédito destinado a atender às despesas desta Seccional.

Do montante total de crédito enviado, R\$ 186.685.816,78 (cento e oitenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos) pertencem ao Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, sendo R\$ 165.171.816,78 (cento e sessenta e cinco milhões, cento e setenta e um mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos), referente às Despesas de Pessoal e R\$ 21.514.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e catorze mil reais) referente a Encargos Sociais. Esse montante elevado na execução revela o quão importante é a força de trabalho, ou seja, o capital humano para a oferta de prestação jurisdicional à sociedade.



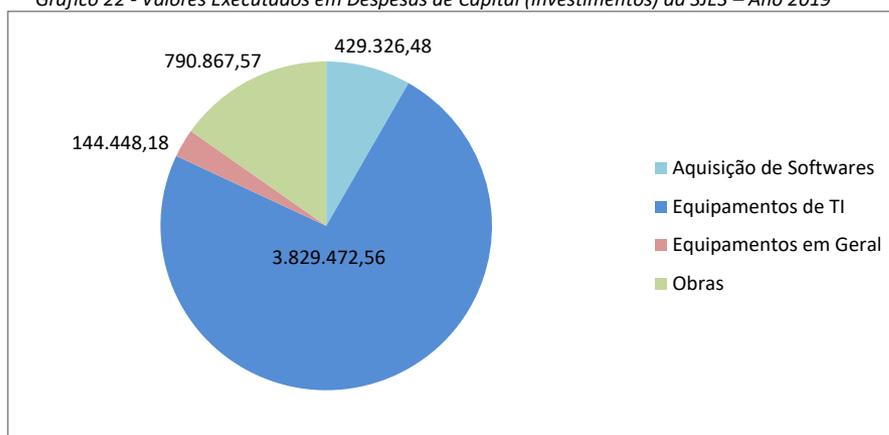
Tanto as execuções orçamentárias para as Despesas de Pessoal quanto às execuções para Encargos Sociais atingiram o percentual de aproximadamente 100% (cem por cento).

O valor provisionado para atender aos Investimentos totais (Equipamento, Material Permanente, Obras e Instalações) foi da ordem de R\$ 6.565.948,00 (seis milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais), englobando obras, equipamentos e material permanente em todos os Planos Orçamentários da ação Julgamento de Causas e em todas as demais ações orçamentárias.

A administração orçamentária, como nos anos anteriores, teve por meta o cumprimento do estipulado pela Emenda 95/16 e, assim, rigoroso controle foi mantido nas despesas de caráter continuado e também, nas despesas extras, bem como houve a preocupação de efetuarmos todos os pagamentos possíveis dentro do próprio exercício, a fim de não comprometermos o orçamento de 2020, com elevada inscrição em Restos a Pagar.

A execução orçamentária do valor total indicado acima, provisionado para atender às Despesas de Capital, foi distribuído entre os itens e valores indicados no gráfico abaixo.

Gráfico 22 - Valores Executados em Despesas de Capital (Investimentos) da SJES – Ano 2019



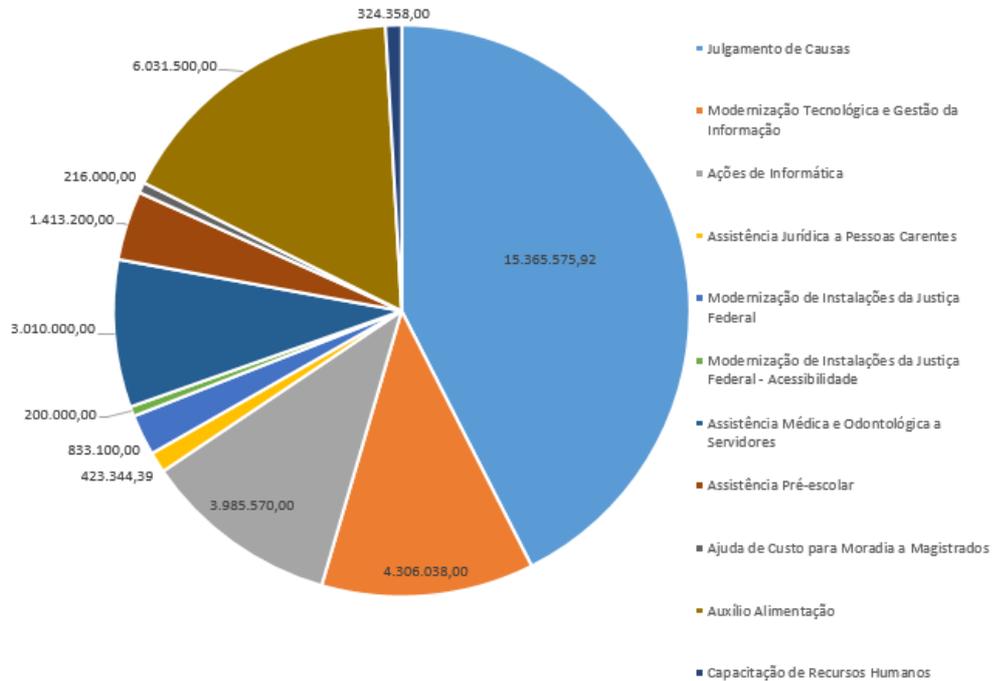
Fonte: SIAFI

As demais provisões ocorreram nas classificações necessárias à manutenção da Justiça Federal do ES, Grupo Outras Despesas Correntes, que agrupam despesas contratuais, inclusive com locação de mão de obra, aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e passagens, entre outras.

A execução orçamentária do exercício de 2019 priorizou as despesas já contratadas, principalmente os contratos continuados, algumas despesas fixas necessárias à manutenção das atividades desta Seccional, como, por exemplo, material de consumo e pequenos serviços, e, por fim, foram priorizadas as despesas de Tecnologia da Informação e outras despesas extras como obras. Entre as obras/aquisições, como já dito anteriormente neste relatório, destacamos a instalação da usina fotovoltaica da Subseção Judiciária de São Mateus, a transferência da Subseção Judiciária de Colatina para o imóvel compartilhado com o MPF/ES e o MPT/ES e a transferência do Arquivo da Seccional da Cidade Alta para a atual Sede.



Gráfico 23 - Provisão Orçamentária por Ações, exceto Pessoal e Encargos, incluindo investimentos da SJES – Ano 2019



Fonte: SIAFI

Ao final do exercício, o esforço empreendido ao longo do ano foi recompensado, conseguimos encerrar o ano com um superávit orçamentário, financeiro e com parte das despesas contratuais e praticamente todas as despesas extras pagas, fato que acarretou em um pequeno montante inscrito em Restos a Pagar, que corresponde, praticamente, aos 15 dias do mês de dezembro/19, referente às despesas contratuais de manutenção e, dessa forma, contamos com pouco comprometimento dos recursos financeiros do exercício de 2020.

Faz-se necessários destacar que todas as atividades programadas para o exercício, bem como todo o PCTI (Plano de Contratações de Tecnologia da Informação) e o Plano de Obras foram contemplados e geraram economia de recursos nos procedimentos licitatórios. Excepcionalmente, um ou outro item não foram atendidos devido às questões de mercado, inviabilizando a aquisição/contratação.

## 8.2. Outras informações relevantes:

A seguir destacamos as principais ações orçamentárias da SJES no Exercício de 2019, que são “Julgamento de Causas” e “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes”.



#### 4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal

A ação orçamentária Julgamento de Causas engloba os seguintes Planos Orçamentários:

##### - Ações de Informática

Provisão	Valor Empenhado	Valor Pago	Inscrição em RP
R\$ 3.985.570,00	R\$ 3.611.704,82	R\$ 3.484.407,59	R\$ 127.297,23

META FÍSICA: 121      META REPROGRAMADA: 122      META REALIZADA: 122

Observação: As metas deste Plano Orçamentário são estabelecidas regionalmente para as Seções Judiciárias da 2ª Região.

Além dos contratos de manutenção de *hardware* e *software* existentes nesta Seccional e imprescindíveis para a realização das atividades relativas à prestação jurisdicional e atividades administrativas, foram feitas aquisições de impressoras, microcomputadores e multifuncionais cumprindo a programação do PCTI para o exercício.

##### - Capacitação de Recursos Humanos

Provisão	Valor Empenhado	Valor Pago	Inscrição em RP
R\$ 324.358,00	R\$ 296.847,20	R\$ 292.938,37	R\$ 3.908,83

META FÍSICA: 200      META REPROGRAMADA: 300      META REALIZADA: 266

Foi possível realizar as ações de capacitação obrigatórias por lei (Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capacitação dos Agentes de Segurança), bem como vários cursos internos e externos relacionados à assuntos de interesse desta Seccional. Questões como o aumento do teletrabalho e o aumento de aposentadorias, impossibilitaram o alcance da meta reprogramada.

##### - Modernização de Instalações na Justiça Federal

Provisão	Valor Empenhado	Valor Pago	Inscrição em RP
R\$ 833.100,00	R\$ 651.855,88	R\$ 646.426,41	R\$ 5.429,47

META FÍSICA: 0      META REPROGRAMADA: 4      META REALIZADA: 6

Dentre as ações relativas a obras e instalações, ocorridas no exercício de 2019, destacam-se a construção do sistema de geração de energia solar na Subseção Judiciária de São Mateus, aquisição de equipamentos de ar condicionado VRF Inverter para a Subseção de Colatina e a recuperação estrutural do Edifício do Arquivo, na Cidade Alta. Foram, ainda, contempladas as Subseções de Cachoeiro de Itapemirim (sala de custódia), Subseção de Serra (CPD) e a Sede desta Seccional (isolamento acústico do parlatório).

A Justiça Federal do ES tem adotado a linha de aquisições e contratações com critérios de sustentabilidade e, nesse sentido, a instalação de usinas fotovoltaicas, com geração de energia limpa, rápido retorno do investimento empregado e economia no gasto de energia elétrica, tem sido uma ação muito benéfica para a situação fiscal e para o meio ambiente.

Temos, hoje, usinas fotovoltaicas instaladas na Sede desta Seccional e na Subseção Judiciária de São Mateus.

Com o intuito de otimizar os recursos orçamentários e financeiros, a Administração do Foro procurou ampliar a sua rede de parceria entre órgãos públicos e tal interação gerou frutos muito positivos, principalmente no que diz respeito à economia dos recursos, como no já mencionado caso de compartilhamento do edifício que abriga a Subseção Judiciária de Colatina.



**- Modernização de Instalações na Justiça Federal – Acessibilidade**

Provisão	Valor Empenhado	Valor Pago	Inscrição em RP
R\$ 200.000,00	R\$ 139.011,69	R\$ 62.274,83	R\$ 76.736,86

META FÍSICA: 0                      META REPROGRAMADA: 6                      META REALIZADA: 0

No exercício de 2019, dando prosseguimento às ações visando à acessibilidade, foram feitas adequações de calçadas, contratação para sinalização visual e tátil e as unidades contempladas são as seguintes: Sede, Subseção Judiciária de Serra, Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim, Subseção Judiciária de Linhares e Subseção Judiciária de São Mateus. A meta realizada ficou associada à inscrição em Restos a Pagar e é de 5 unidades.

**- Modernização Tecnológica e Gestão de Informação**

Provisão	Valor Empenhado	Valor Pago	Inscrição em RP
R\$ 4.306.038,00	R\$ 3.304.438,58	R\$ 3.304.438,58	

META FÍSICA: 121                      META REPROGRAMADA: 122                      META REALIZADA: 122

Observação: As metas deste Plano Orçamentário são estabelecidas regionalmente para as Seções Judiciárias da 2ª Região.

Foram adquiridos switches de acesso à rede visando à garantia de disponibilidade e desempenho da rede de computadores, favorecendo o uso de sistemas e ferramentas de TI. Destaca-se, ainda, a renovação do *datacenter* da Subseção Judiciária de Serra, com capacidade para armazenamento redundante dos dados institucionais, e a aquisição de *Tape Library* suficiente para o *backup* de toda a massa de dados gerada pela SJES.

**- Julgamento de Causas**

Provisão	Valor Empenhado	Valor Pago	Inscrição em RP
R\$ 15.365.575,92	R\$ 14.611.379,70	R\$ 13.790.223,28	R\$ 821.156,42

META FÍSICA: 57.600                      META REPROGRAMADA: 62.000                      META REALIZADA: 67.922

Quase a totalidade do crédito provisionado neste plano orçamentário é destinado à manutenção das atividades desta Seccional, incluindo as despesas com serviços em geral, serviços com locação de mão de obra, material de consumo, pagamento de indenizações e outros da mesma natureza.

Além das despesas contratuais de caráter continuado, foram feitas contratações para reforma de mobiliário, recertificação dos pontos de ancoragem e limpeza das fachadas da prédio Sede e da Subseção Judiciária de Serra, aquisição de mobiliário para a biblioteca, compra de coletes balísticos e itens de segurança para atender à solicitação do Núcleo de Segurança e Transporte, e despesas de transporte decorrentes da mudança do Arquivo para a Sede desta Seccional, a fim de gerar economia e melhor utilização dos recursos públicos.

A meta física estabelecida para julgamentos foi ultrapassada e atribuímos esse acréscimo ao empenho das Varas no cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e ao sucesso na implantação do sistema processual E-proc, que eliminou e automatizou etapas na tramitação processual, gerando aumento de produtividade.



### Ação Orçamentária 4224 – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

Com a alteração decorrente da Medida Provisória nº 854/18, as ações envolvendo o INSS passaram a contar com a descentralização de crédito oriundo do Executivo, cabendo à dotação “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes” as demais ações, fato que reduziu consideravelmente o montante dessa ação e o quantitativo de beneficiados.

O crédito orçamentário provisionado para esta ação, em 2019, foi de R\$ 423.344,39, aproximadamente 1/4 da provisão ocorrida no exercício de 2018, quando todas as ações, inclusive aquelas em que o INSS era parte, foram pagas na “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes”.

As ações nas quais o INSS é parte, custeadas com o crédito orçamentário do executivo, tiveram uma meta alcançada de 9.695 pessoas assistidas.

A meta fixada para a ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, inicialmente de 11.620, foi reprogramada para 2.000 devido a mudanças ocorridas na ação, e acabou não sendo alcançada, porque para a reprogramação considerou-se uma influência da demanda de prestação jurisdicional nas ações em que o INSS fazia parte, fato que acabou por elevar o quantitativo da meta projetada da ação “Assistência Jurídica a Pessoas Carentes”.

**Quadro Demonstrativo das Ações Orçamentárias referentes a Pessoal, Encargos e Benefícios**

Categoria	Provisão	Valores Executados	Pago
Pessoal	165.171.816,78	165.120.947,53	165.120.947,53
Encargos	21.514.000,00	21.480.523,08	21.480.523,08
Auxílio Alimentação	6.031.500,00	6.023.571,31	6.023.571,31
Ajuda de Custo para Moradia a Magistrados	84.000,00	0,00	0,00
Assistência Pré-Escolar	1.413.200,00	1.410.455,20	1.410.455,20
Auxílio Transporte	30.000,00	13.766,48	13.766,48
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	3.010.000,00	2.972.939,11	2.972.939,11



## ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Força de Trabalho por Área de Jurisdição .....	6
Tabela 2 – Gasto com o imóvel da Subseção de Colatina .....	30
Tabela 3 – Gasto com o imóvel da Subseção de Linhares.....	30
Tabela 4 – Demonstrativo das Ações Orçamentárias referentes à Pessoal, Encargos e Benefícios.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Quadro 1 – Principais Setores Estratégicos.....	3
Gráfico 1 – Meta 1 – Cumprimento.....	13
Gráfico 2 – Meta 1 – Processos distribuídos e julgados por mês e por órgão .....	13
Gráfico 3 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 .....	14
Gráfico 4 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 por Matéria e por Grau .....	14
Gráfico 5 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º grau, 85% dos processos distribuídos em 2015 .....	15
Gráfico 6 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, no 1º e 2º grau, 85% dos processos distribuídos em 2015 por Matéria e por Grau.....	15
Gráfico 7 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar até 31/12/2019, nos Juizados Especiais Federais e nas Turma Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016.....	15
Gráfico 8 – Meta 2 – Cumprimento da meta de identificar e julgar, até 31/12/2019, nos Juizados Especiais Federais e nas Turma Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2016 por Matéria e por Grau	16
Gráfico 9 – Meta 3 – Cumprimento.....	16
Gráfico 10 – Meta 3 – Processos conciliados por mês e por ano.....	17
Gráfico 11 – Meta 4 – Cumprimento.....	17
Gráfico 12 – Meta 4 – Resultado do julgamento e cumprimento por grau.....	18
Gráfico 13 – Meta 5 – Cumprimento.....	18
Gráfico 14 – Meta 5 – Quantidade por mês e variável e total de baixados e casos novos por juízo.....	19
Gráfico 15 – Meta 5 – Total de baixados e total de casos novos por juízo .....	19
Gráfico 16 – Meta 6 – Cumprimento.....	20
Gráfico 17 – Meta 6 – Acompanhamento anual .....	20
Gráfico 18 – Meta Específica – Criminal A – Cumprimento .....	21
Gráfico 19 – Meta Específica – Criminal A – Processos distribuídos e julgados por mês .....	21
Gráfico 20 – Meta Específica – Criminal B – Cumprimento .....	22
Gráfico 21 – Meta Específica – Criminal B – Cumprimento por matéria .....	22
Gráfico 22 - Valores Executados em Despesas de Capital (Investimentos) da SJES – Ano 2019 .....	37
Gráfico 23 - Provisão Orçamentária por Ações, exceto Pessoal e Encargos, incluindo investimentos da SJES – Ano 2019 .....	38



# Relatório de Atividades

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANO 2019



JUSTIÇA  
FEDERAL  
SJRJ

*Rio de Janeiro - RJ | Março de 2020*



# RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

## Seção Judiciária do Rio de Janeiro - SJRJ

Janeiro/2020



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM202000801

SIGA

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	1
<b>1. Estrutura Organizacional</b> .....	3
<b>2. Organograma Simplificado da Área Judiciária</b> .....	6
<b>3. Organograma Simplificado da Administração</b> .....	7
<b>I - RELATO DAS ATIVIDADES</b> .....	8
<b>1. Diretoria do Foro e Secretaria Geral</b> .....	8
1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	8
1.2. Principais Ações na Área de Segurança Institucional .....	11
<b>2. Planejamento Estratégico e Governanças</b> .....	13
2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	13
2.2. Metas Projetadas pelo CNJ para o exercício de 2019.....	13
2.3. Outras Informações Relevantes .....	14
2.4. Outras Atividades da Subsecretaria de Gestão Estratégica.....	16
<b>3. Gestão Judiciária</b> .....	17
3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	17
3.2. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc) .....	21
3.3. Principais Convênios Vigentes em 31.12.2019 – resultados.....	22
<b>4. Gestão de Pessoas</b> .....	28
4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	28
4.2. Quadro de Vagas .....	34
4.3. Força de Trabalho .....	35
4.4. Capacitação.....	36
4.5. Outras Informações Relevantes .....	40
<b>5. Gestão de Material e Patrimônio</b> .....	40
5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	40
5.2. Outras Informações Relevantes .....	41
<b>6. Gestão de Infraestrutura</b> .....	42
6.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019.....	42
6.2. Obras e Reformas.....	44
6.3. Situação dos Imóveis a cargo da SJRJ .....	46
6.4. Sustentabilidade Ambiental.....	46

1



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM202000801

<b>7. Gestão de Tecnologia de TI</b> .....	48
<b>8. Gestão Orçamentária e Financeira</b> .....	48
8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira.....	48
<b>9. Comunicação Institucional</b> .....	50
<b>III - LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	54



## APRESENTAÇÃO

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) - Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro - é um órgão vinculado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). Possui, localizados na Capital do Estado, os seguintes Fóruns:

- a) Fórum da Av. Rio Branco (Av. Rio Branco, 243 - Cinelândia, Centro) - Varas Federais Cíveis e Previdenciárias, além de unidades administrativas;
- b) Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco (Av. Venezuela, 134, Praça Mauá - Centro) - Juizados Especiais Federais, Varas Federais Criminais e de Execução Fiscal, Turmas Recursais, além de unidades administrativas;
- c) Fórum Regional de Campo Grande (R. Manaiá, 81, Campo Grande) - Juizados Especiais Federais, além de unidades administrativas.

Também na Capital localizam-se a Sede Administrativa da SJRJ, situada na Av. Almirante Barroso, 78 - Centro, e instalações de almoxarifado e arquivo nas unidades de São Cristóvão e Equador.

Integram igualmente a SJRJ 19 Subseções Judiciárias, sediadas em: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaperuna, Macaé, Magé, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia, Teresópolis, Três Rios e Volta Redonda. Cada Subseção é composta por uma Diretoria e Varas Federais e/ou Juizados Especiais Federais.

A estrutura administrativa da SJRJ divide-se em duas grandes áreas: o apoio direto à atividade judicante (setores com competência para impulsionar diretamente a tramitação do processo judicial); apoio indireto à atividade judicante (setores sem competência para impulsionar diretamente a tramitação do processo judicial), conforme disposto na Resolução CNJ nº 219, de 26/4/2016, alterada pela Resolução CNJ nº 243, de 9/9/2016.

A SJRJ é gerenciada pela Diretoria do Foro (DIRFO), localizada na Sede Administrativa. Um Juiz Federal Diretor do Foro e um Juiz Federal Vice-Diretor são designados por ato do Presidente do TRF2 para, entre outras atribuições, representar a SJRJ, divulgar as normas que a regem e zelar por seu cumprimento, orientar as ações administrativas e fornecer apoio às atividades judiciárias. No caso das Subseções, há um Juiz Federal Diretor para cada Subseção Judiciária.

Para dar suporte às ações da DIRFO completam a estrutura administrativa da SJRJ dez Subsecretarias, além de uma Secretaria Geral (SG). Duas Subsecretarias atuam como apoio direto à atividade judicante e as outras oito compõem o apoio indireto. As subsecretarias que compõem o apoio indireto cuidam, entre outros assuntos, de questões ligadas à infraestrutura, divulgação, informação, orçamento, controle interno, gestão de pessoas e contratos.



# Competências da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

## Varas e Juizados Especiais Federais

Fontes:

Resolução nº TRF2-RSP-2016/21 – TRF 2ª Região

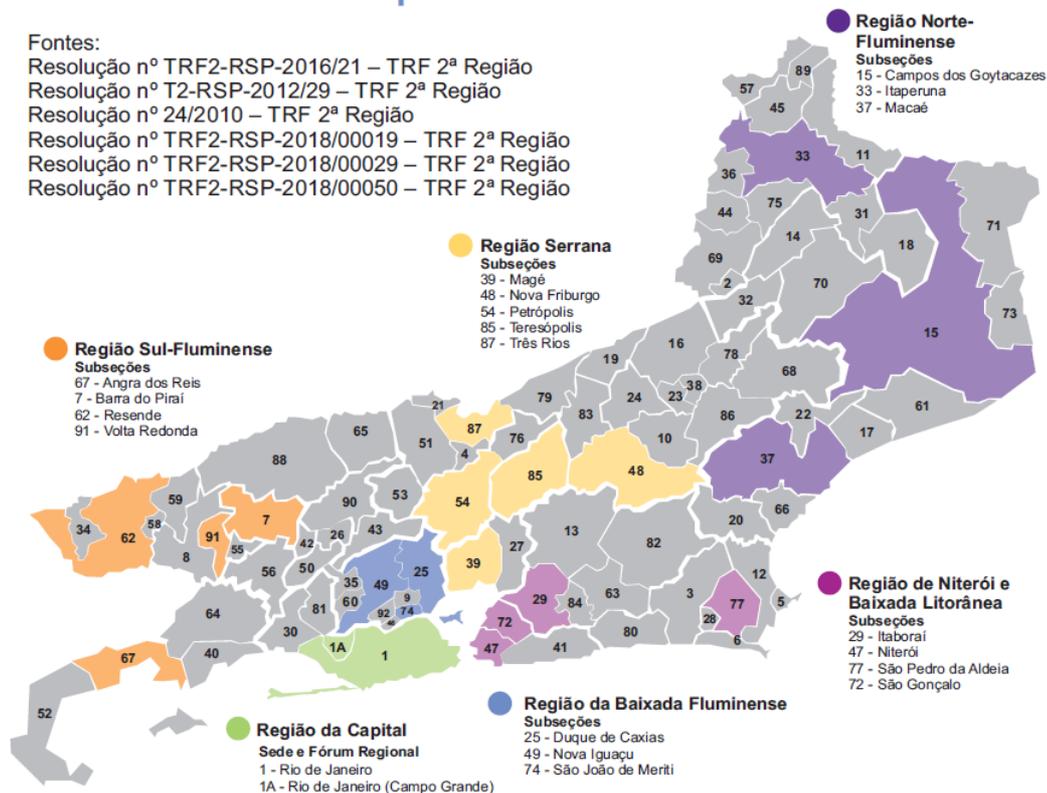
Resolução nº T2-RSP-2012/29 – TRF 2ª Região

Resolução nº 24/2010 – TRF 2ª Região

Resolução nº TRF2-RSP-2018/00019 – TRF 2ª Região

Resolução nº TRF2-RSP-2018/00029 – TRF 2ª Região

Resolução nº TRF2-RSP-2018/00050 – TRF 2ª Região



Fonte: <http://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/CNOV/mapacompetencias.pdf>



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



## 1. Estrutura Organizacional

Área e Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria do Foro - DIRFO	Representar a instituição e dirigir as ações administrativas e de suporte às atividades judiciárias	Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Junior	Diretor do Foro	1º/1/2019 a 31/12/2019
		Juiz Federal Firly Nascimento Filho	Vice-Diretor do Foro	1º/1/2019 a 31/12/2019
		Juiz Federal Rogério Tobias de Carvalho	Substituto Eventual	1º/1/2019 a 31/12/2019
Varas Federais e Juizados Especiais Federais	Julgar e processar, em 1ª instância, os feitos de competência da JF, elencados no art. 109 da CRFB	A lista completa dos Juizes Titulares e Substitutos está disponível no sítio: <a href="http://www.jfrj.jus.br">http://www.jfrj.jus.br</a>	Juiz Federal	
Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro - NSDF	Assessorar a Diretoria do Foro	André Luiz de Araújo	Coordenador	1º/1/2019 a 31/5/2019
		Cristiane Scaquetti de Sousa Lameirão	Coordenadora	3/6/2019 a 31/12/2019
Núcleo de Comunicação Social - NCOS	Coordenar as ações relativas a assessoria de imprensa, relações públicas e comunicação interna	Maria do Socorro Freitas Carvalho Branco	Coordenadora	1º/1/2019 a 31/12/2019
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CESOL	Coordenar audiências e mutirões de conciliação	Rosana Cristina Salvador França Lopes	Coordenadora	1º/1/2019 a 31/12/2019
Núcleo de Controle de Mandados - NCOM	Coordenar e fiscalizar o cumprimento dos mandados judiciais na Capital e nas Subseções	Adriana Costa da Silva	Coordenadora	1º/1/2019 a 1º/5/2019
Coordenadoria de Controle de Mandados - CCOM (Ato TRF2-RSP-2019/00028)				2/5/2019 a 31/12/2019
Divisão Especial de Segurança - DSEG	Dirigir as atividades de segurança institucional e transporte	Anderson Mouzinho	Diretor	1º/1/2019 a 1º/5/2019
Núcleo de Segurança Institucional - NSEG (Ato TRF2-RSP-2019/00028)		Victor Coutinho Iaccarino	Coordenador	2/5/2019 a 31/12/2019



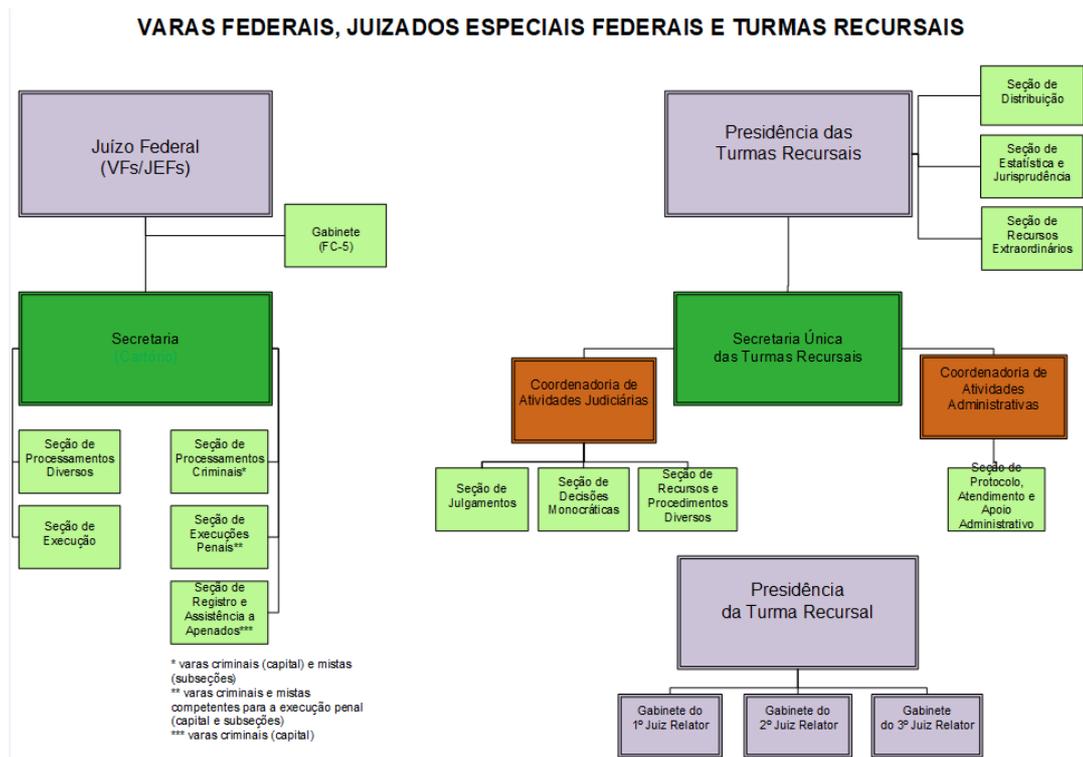
Área e Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria de Controle Interno - SCO	Dirigir, organizar, orientar e supervisionar a avaliação da governança, bem como a auditoria contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de pessoas, sob os aspectos da efetividade, economicidade, eficiência e eficácia	Daniel Bomfim Uchôa	Diretor	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças - SOF	Dirigir a elaboração das propostas e a execução orçamentária e financeira	Martha Kinach Rodrigues Lima	Diretora	1º/1/2019 a 31/12/2019
Secretaria Geral - SG	Dirigir estrategicamente a Administração conforme diretrizes estabelecidas pela DIRFO e órgãos superiores do Poder Judiciário	Luciene da Cunha Dau Miguel	Diretora da Secretaria Geral	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Atividades Judiciárias - SAJ	Dirigir atividades de atendimento ao jurisdicionado e suporte direto à atividade judicante	João Paulo Santos de Souza	Diretor	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Cálculo Judicial - SCA	Dirigir as atividades referentes aos cálculos judiciais	Rosana Cucino Tinoco Signorini	Diretora	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Contratações e Material - SCM	Dirigir a contratação de materiais e serviços, o estoque e os bens patrimoniais	Rosana Vilela de Souza	Diretora	1º/1/2019 a 1º/3/2019
		Carla Fernanda de Oliveira da Silva	Diretora	2/3/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Gestão de Serviços - SGS	Dirigir a gestão e a fiscalização administrativa dos contratos de serviços sobre conservação e manutenção de imóveis, mobiliário e equipamentos	Claudia Cristina Lopes Lima	Diretora	1º/1/2019 a 31/12/2019



Área e Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SGP	Promover e fomentar as atividades relativas ao desenvolvimento de pessoas, bem como à melhoria contínua do clima organizacional e da qualidade de vida.	Luciane Barreto Almada	Diretora	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Gestão Estratégica - SGE	Dirigir ações, programas e projetos voltados à gestão estratégica, conforme as políticas e diretrizes de atuação estabelecidas pela DIRFO e pela SG.	André Kemper Baptista	Diretor	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria de Infraestrutura - SIE	Dirigir as atividades de contratação e execução dos serviços de manutenções prediais, além de obras de reforma e construção dos imóveis.	Cláudia Mesquita Rezende Rangel	Diretora	1º/1/2019 a 31/12/2019
Subsecretaria Jurídico-Administrativa - SJA	Subsidiar atos decisórios da Administração em processos e documentos administrativos, além de gerir acordos de cooperação em âmbito judiciário, bem como procedimentos relacionados à conta-depósito vinculada e a inventários de material e patrimonial.	Luciana Barão Rodrigues	Diretora	1º/1/2019 a 31/12/2019



## 2. Organograma Simplificado da Área Judiciária



Fonte: Seção de Estruturação Organizacional (SESOR/SGP)

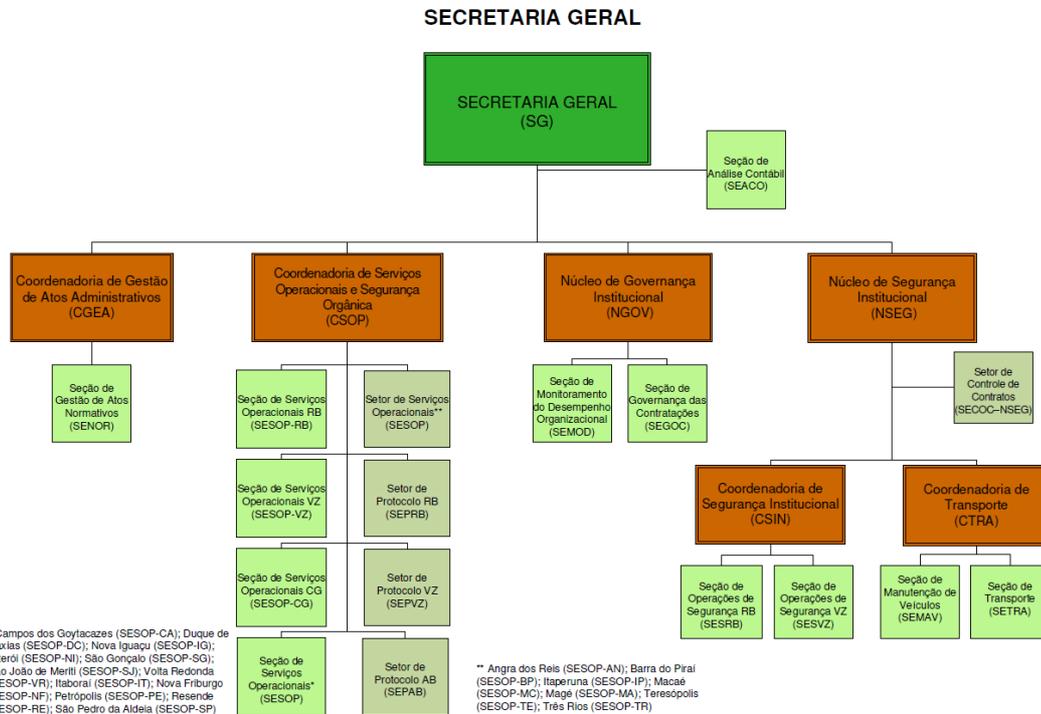
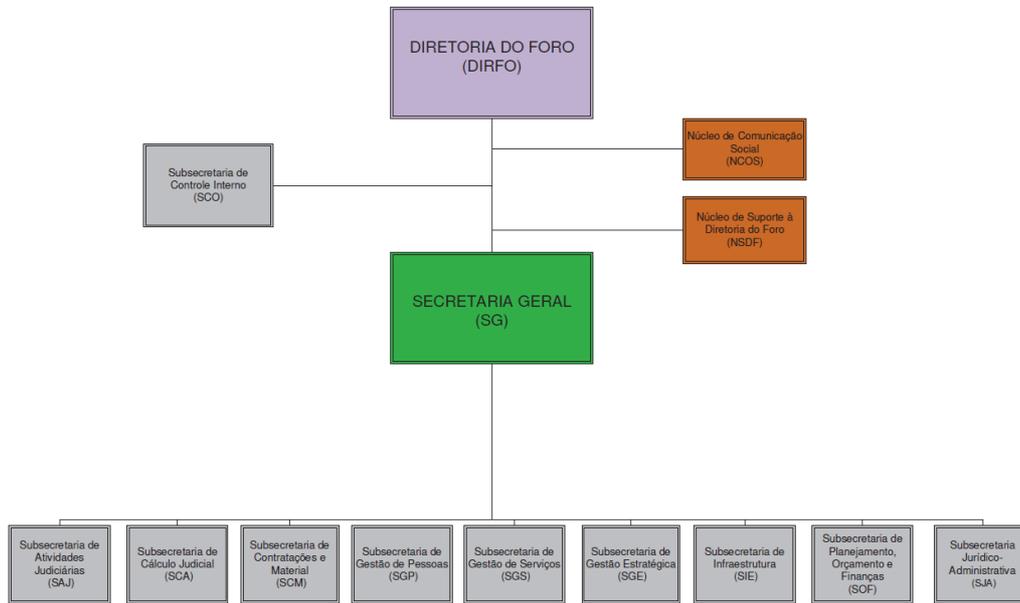


Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
 Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
 Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



### 3. Organograma Simplificado da Administração

Data de vigência: 2/5/2019 Ato: TRF2-RSP-2019/00028



Fonte: Seção de Estruturação Organizacional (SESOR/SGP)



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
 Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
 Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM20200801

## I - RELATO DAS ATIVIDADES

### 1. Diretoria do Foro e Secretaria Geral

A Diretoria do Foro é o órgão administrativo máximo da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, vela pelas prerrogativas da Justiça Federal e representa a Seccional ante os demais órgãos e autoridades dos Poderes da República.

As atribuições da Diretoria do Foro encontram-se regulamentadas na Resolução CJF nº 079/2009, abrangendo atividades e funções várias, tais como: dar posse, lotar e relotar servidores; prestar informações que auxiliem a defesa da União em processos envolvendo servidores ou terceirizados; autorizar a elaboração de folhas de pagamento; instaurar sindicâncias em face de infração cometida por servidores lotados na administração; decidir acerca de requerimentos de interesse de servidores e juízes; assinar contratos e atas de registro de preços; autorizar o início dos procedimentos licitatórios; autorizar a baixa e alienação de bens; decidir, em grau de recurso, acerca de penalidades aplicadas pela Secretaria Geral; dar processamento aos expedientes externos.

#### 1.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

##### Governança Institucional

No Ciclo de Governança da Justiça Federal, realizado pelo CJF em 2016, a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) obteve índice de governança (iGovJF) de 33,6 em uma escala de 100, o que lhe conferiu o status de nível *básico* em maturidade de governança.

Dois anos depois, o TCU, em seu Levantamento de Governança e Gestão Públicas atribuiu à SJRJ a nota 3,2 de 10 no iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), classificando o órgão com status de nível inicial em governança e gestão.

Em 2018, o Diretor do Foro da SJRJ, o Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Junior, instituiu o Núcleo de Governança Institucional (NGOV), diretamente subordinado à Direção da Secretaria Geral, com a finalidade de assessorar a Administração na implementação de mecanismos de liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com objetivo de prover capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, *accountability*, transparência, bem como implementar a gestão de riscos e aprimorar mecanismos de controle interno do órgão.

O NGOV foi criado com objetivo de desenvolver na SJRJ as 5 (cinco) dimensões de governança delineadas no Manual do Conselho da Justiça Federal, mediante a realização das seguintes atribuições:

- Desenvolver ações de aprimoramento da gestão administrativa, por meio da integração de práticas afetas ao modelo de governança do CJF;
- Estabelecer e aprimorar o sistema de governança institucional;
- Adotar ações visando a alinhar as políticas e práticas de gestão da SJRJ aos princípios estabelecidos no Manual de Governança do CJF e às diretrizes de governança do TCU;
- Conciliar as propostas orçamentárias do órgão com o planejamento institucional;
- Coordenar o planejamento e a gestão das contratações; e
- Presidir o Comitê Interno de Governança.



Subordinadas ao NGOV, foram implementadas duas Seções responsáveis pela fundação de pilares considerados básicos para a Governança na SJRJ: a Seção de Governança das Contratações (SEGOC) e a Seção de Monitoramento do Desempenho Organizacional (SEMOD).

A SEGOC tem por finalidade implementar mecanismos de governança das aquisições, visando a garantir eficiência e efetividade ao processo de aquisições da SJRJ. Possui as seguintes atribuições:

- Assessorar a Direção em assuntos relacionados à gestão das contratações, com vistas a subsidiar as decisões do ordenador de despesas;
- Orientar a gestão das contratações desenvolvida pelas áreas de negócio, com o objetivo de racionalizar o uso dos recursos, buscar o melhor valor para a instituição e atender aos objetivos estratégicos da Justiça Federal;
- Implementar e gerenciar processos de controle, além de propor normas e ações de capacitação na área de gestão das contratações;
- Adotar mecanismos de controle da gestão contratual e direcionar a atuação dos setores de controle de contratos das subsecretarias.

Por sua vez, a SEMOD tem por finalidade desenvolver e gerenciar mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão, por meio de indicadores de desempenho, com vistas a orientar a atuação institucional em busca de resultados, bem como propiciar a adequada transparência e prestação de contas à sociedade (*accountability* e *transparência*). Suas atribuições são:

- Implementar e desenvolver mecanismos de coleta de dados julgados relevantes para a alta Administração, bem como indicadores de desempenho adequados à sua análise;
- Produzir informações que subsidiem as decisões estratégicas da alta Administração, com base na coleta de dados de gestão e indicadores de desempenho e metas institucionais;
- Identificar pontos críticos de desempenho, detectados a partir das informações recebidas dos gestores;
- Orientar as áreas da administração na elaboração e no gerenciamento dos indicadores institucionais acompanhados pela Diretoria do Foro;
- Implementar e desenvolver instrumentos que propiciem a transparência das informações de gestão;
- Coordenar a elaboração dos relatórios institucionais, bem como a sistematização das informações prestadas pelos gestores.

Diversas foram as medidas implementadas no sentido de aprimorar a governança na SJRJ, destacando-se:

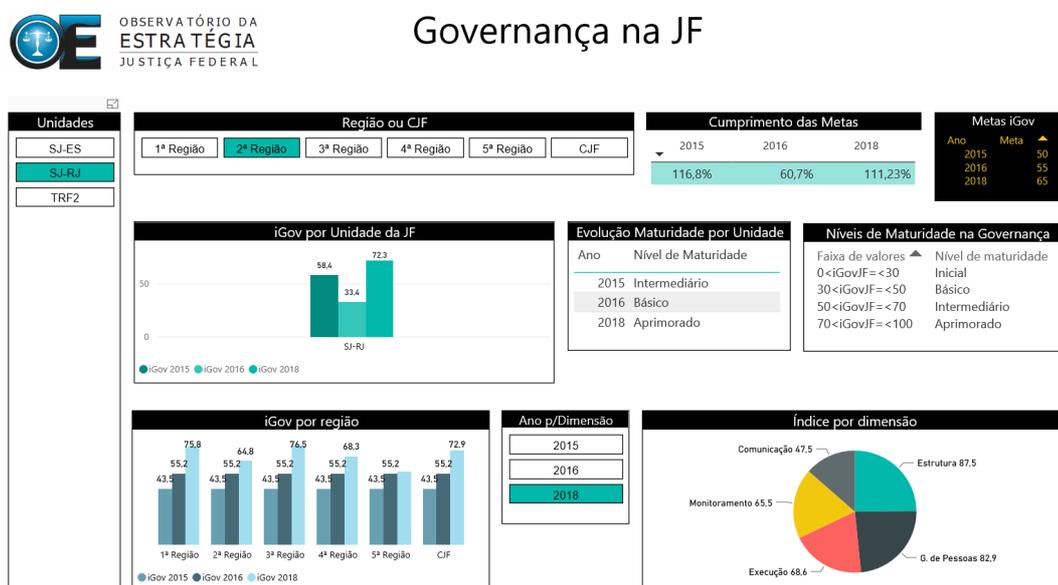
- A implementação da estrutura de governança do órgão, mediante a instituição do Comitê Interno de Governança (JFRJ-PGD-2018/00025) e do Comitê Gestor de Riscos (JFRJ-PGD-2019/00015);
- A implementação do Ciclo de Governança anual (JFRJ-ADM-2019/00064), com o objetivo de desenvolver as dimensões de governança e sanear deficiências apontadas em auditorias internas, do CJF e do TCU;
- O aprimoramento do macroprocesso de aquisições do órgão;
- A implementação da gestão de riscos na fase de planejamento das aquisições;
- O monitoramento do efetivo atendimento das recomendações oriundas dos achados de auditoria interna;



- O desenvolvimento de mecanismos de governança colaborativa e transparência na área de planejamento das contratações e execução orçamentária (MediaWiki – link: [http://vmpmwiki.jf.trf2.gov.br/index.php/P%C3%A1gina\\_principal](http://vmpmwiki.jf.trf2.gov.br/index.php/P%C3%A1gina_principal)).

Tais medidas propiciaram um importante incremento das práticas de gestão da SJRJ: no último ciclo de governança realizado pelo CJF (iGovJF 2018/2019), a avaliação do órgão, que havia obtido índice de governança de 33,6 no diagnóstico anterior, passou a 72,3, evoluindo do nível básico para o nível *aprimorado* de governança<sup>1</sup>, conforme quadro abaixo publicado no site do Observatório de Governança da Justiça Federal:

**Quadro 1.** Índice de maturidade de Governança da SJRJ



A evolução acentuada dos mecanismos de governança da SJRJ, que propiciaram melhorias significativas dos resultados da gestão, em resposta a seguidas avaliações negativas em auditorias do TCU e do CJF, originou-se da mentalidade cada vez mais estabelecida de que sem governança não se faz gestão pública de qualidade.

A mudança da visão gerencial veio em excelente momento, haja vista que os efeitos do novo regime fiscal imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016 começarão a ser sentidos mais fortemente a partir do ano de 2020, com redução de aproximadamente 35% do orçamento destinados a despesas discricionárias da SJRJ (custeio e investimentos). A nova realidade orçamentária exigirá o máximo em termos de eficiência, inovação e flexibilidade da gestão pública, e um sistema de governança bem estruturado se torna fundamental para o enfrentamento dos desafios vindouros, característicos da nova era da Administração Pública.

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/observatorio2/temas/governanca>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.



Nessa esteira, durante o ano de 2019, o NGOV desenvolveu diversos estudos com o propósito de propor medidas de redução de despesas que possibilitassem a adequação dos custos de funcionamento da SJRJ ao teto orçamentário do exercício financeiro de 2020, que culminaram com a proposta encaminhada à Presidência do TRF2, por meio do Ofício nº JFRJ-OFI-2019/07383. Por meio dele, são apresentadas conclusões de estudos procedidos pela governança, destacadamente no tocante aos custos das Subseções (objeto do Ofício nº JFRJ-OFI-2019/4400) – que subsidiaram a decisão do Egrégio Órgão Especial do TRF-2, a teor da Certidão nº TRF2-CET-2019/00999, que determinou a transferência temporária da Subseção Judiciária de Angra dos Reis para a Subseção Judiciária de Volta Redonda; e a concentração dos Juizados Especiais do Fórum Regional de Campo Grande no Fórum Desembargadora Marilena Franco, no Centro da cidade do Rio de Janeiro – propiciando uma economia potencial na ordem de R\$ 3.000.000,00 para o ano de 2020, bem como estudo sobre redução do quantitativo de estagiários (objeto do Ofício nº JFRJ-OFI-2019/7212), que proporciona uma economia estimada na ordem de R\$ 3.500.000,00 em relação ao orçamento para pagamento de estagiários da SJRJ previsto para o ano de 2020.

O Ofício nº JFRJ-OFI-2019/07383 apresenta ainda estimativas oriundas das medidas de redução de despesas com a base de contratos continuados e demais despesas discricionárias para o ano de 2020, fundadas em estudos orientados pela SEGOC. Durante o ano de 2019, aquela Seção procedeu ao levantamento, junto às Unidades Requisitantes, das necessidades mínimas essenciais ao funcionamento da SJRJ. Com base nesse estudo – subsidiado por rigoroso controle das cotas orçamentárias possibilitado pela utilização da plataforma MediaWiki, o orçamento pode ser melhor aproveitado para prover o funcionamento da SJRJ durante o ano de 2020, fazendo frente às severas restrições orçamentárias.

Os projetos citados abaixo estão descritos com mais detalhes no item 6. Gestão de Infraestrutura.

#### **Projeto de Modernização do Fórum Rio Branco**

O projeto, gerenciado pela Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE) (JFRJ-PSG-2019/00019), contemplou a reforma de 13 pavimentos do Anexo II do prédio da SJRJ, localizado na Av. Rio Branco, nº 243, na Capital, onde estão instaladas 26 Varas Cíveis; e teve como objetivo proporcionar maior eficiência à atividade jurisdicional por meio de oferecimento de um ambiente de trabalho hígido, seguro e confortável para magistrados, servidores e demais colaboradores que atuam no prédio; além de disponibilizar, ao cidadão, acesso a estrutura moderna, de modo a qualificar o direito fundamental de acesso à Justiça.

#### **Transferência da Vara Federal de Teresópolis**

O projeto de reinstalação da Subseção Judiciária de Teresópolis para uma nova sede, gerenciado pela SGE (JFRJ-PSG-2019/00020), teve como objetivo proporcionar ao cidadão que busca atendimento na Justiça Federal acesso a um complexo mais moderno e confortável, melhorando o ambiente de trabalho dos magistrados, servidores e demais colaboradores que atuam no prédio, além de atender aos normativos vigentes, mantendo estrutura que prestigie a acessibilidade.

#### **1.2. Principais Ações na Área de Segurança Institucional**

O Núcleo de Segurança Institucional da SJRJ (NSEG), órgão seccional da 2ª Região, desempenha atividades de segurança e transporte, presta apoio técnico às Subseções e assessora a Diretoria do Foro nos assuntos relacionados à segurança.

Para a melhoria da segurança no controle do acesso à SJRJ, foi instalado escâner de bagagem nas Subseções de Teresópolis, Volta Redonda, São Pedro da Aldeia, Nova Friburgo e Resende, portal detector de metais nas Subseções de Volta Redonda, Teresópolis, São Pedro da Aldeia, São Gonçalo, Petrópolis, Nova Iguaçu, Macaé,



Duque de Caxias, Campos e Barra do Pirai, reativado o funcionamento das catracas dos prédios da Capital e distribuído espelho convexo para as Subseções de Barra do Pirai, Três Rios, Resende, Magé, Nova Friburgo, Petrópolis e Magé, e também para o Fórum Regional de Campo Grande e Fórum Desembargadora Marilena Franco, na Av. Venezuela.

Com vistas ao aumento da segurança patrimonial, foi instalada cerca concertina nas Subseções de Três Rios, Campos e Magé e houve a extensão do serviço de manutenção de sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV - para as Subseções de Niterói, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Resende, Itaboraí, Itaperuna, Teresópolis, bem como no Fórum Regional de Campo Grande.

O Almojarifado situado na Rua Equador, o Fórum da Av. Venezuela - Blocos A e B - e os imóveis que abrigam as Subseções Judiciárias de Petrópolis, Nova Friburgo, Barra do Pirai, Campos dos Goytacazes e Três Rios foram dotados de sistema de CFTV, oferecendo maior segurança aos jurisdicionados, servidores e magistrados, bem como ao patrimônio.

A fim de elevar o grau de segurança nas dependências da JFRJ, foi proposto para 2020 a extensão do contrato de manutenção de Circuito Fechado de TV - CFTV - para as localidades de Petrópolis, Nova Friburgo, Barra do Pirai, Três Rios, Campos e expansão da Equador.

A Subseção Judiciária de Campos dos Goytacazes foi dotada de carceragem, em atendimento ao relatório de correção administrativa.

Para possibilitar que os Agentes de Segurança em campo possuam instrumentos capazes de mitigar e/ou eliminar riscos ao patrimônio público, às pessoas e à prestação jurisdicional, foram adquiridos bastão retrátil, algema, dispositivo elétrico incapacitante, espargidor de espuma, lanterna, rádio, acessórios para rádio, além de cofre para a guarda desse material, e instalado tatame para treinamento.

Para viabilizar o uso eficaz e responsável dos equipamentos citados no parágrafo anterior, cerca de 20 agentes da SJRJ participaram do Curso Básico de Técnicas Operacionais, realizado pelo Conselho da Justiça Federal - CJF.

Uma das ações projetadas para o ano, que ainda está em andamento, objetiva estender a capacitação - iniciada com 20 Agentes de Segurança - para uso adequado dos equipamentos de segurança adquiridos para os demais Agentes que irão utilizá-los.

Para demarcação e sinalização de áreas internas e externas, foi adquirido material de sinalização - cone, cavalete, pedestal organizador de fila e fita zebra.

Para os prédios da Capital, houve, também, a contratação de empresa especializada na elaboração de Plano de Emergência contra Incêndio e Abandono de Edificações (PEIAE), com o respectivo treinamento e simulação. A primeira etapa (elaboração do manual) já foi cumprida e as segunda e terceira etapas estão em andamento (divulgação e treinamento, respectivamente).

Pretende-se expandir o Plano de Emergência e seus treinamentos para os prédios das Subseções.

Além disso, para suprir as necessidades de acessórios para combate a incêndio, foi adquirido suporte para extintor.

Com vistas a melhorar o controle do acesso às varas criminais, foi adquirido equipamento de vídeo-porteiro, que já foi instalado nas varas criminais da Capital e será instalado nas demais varas das Subseções que contenham matéria criminal.

Visando à padronização da vestimenta dos Agentes de Segurança que laboram na segurança ostensiva, houve a aquisição de camisa operacional e terno. Houve licitação para aquisição também de outros itens de



vestimenta operacional - calça, bota, cinto, gandola - e vestimenta social - sapato e camisa -, contudo, não haveria tempo hábil para recebimento do material dentro do exercício financeiro.

Após a criação e implementação do Grupo Especial de Segurança - GES - (Resolução nº 502, de 8/11/2018 e Resolução nº TRF2-RSP-2019/00049, de 2/7/2019) será promovida a capacitação técnica e aptidão psicológica para manuseio de armas de fogo para um grupo de Agentes determinados criteriosamente.

Para atender aos magistrados em condição de vulnerabilidade, caso fosse necessário, efetuou-se licitação para aluguel de veículos blindados por tempo determinado. No entanto, a frota institucional supriu a demanda.

Para atender ao transporte de servidores, foram adquiridas 2 vans para transporte de passageiros.

Por estarem irrecuperáveis e antieconômicos foi realizada a alienação de 5 veículos, que tiveram como destinação o Corpo de Bombeiros do Município de Petrópolis.

Com o fim de atender ao interesse público, encontra-se em andamento a alienação de mais 10 veículos antieconômicos.

## 2. Planejamento Estratégico e Governanças

### 2.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

#### Projetos FINALIZADOS de Análise e Melhoria de Processos:

- a) Estudo sobre a possibilidade de alteração do Processo de Contratações a fim de mapear o processo de Reajuste e Repactuação - JFRJ-PRO-2019/00014;
- b) Implantação do processo de Trabalho para a organização dos processos no Complexo da Rua Equador - JFRJ-PRO-2019/00011;
- c) Análise do processo de trabalho sobre a atualização do Catálogo Telefônico - JFRJ-PRO-2019/00012;
- d) Implantação do Processo de Trabalho para o desfazimento de bens inservíveis nas Subseções - JFRJ-PRO-2019/00015;
- e) Mapeamento do Processo de Alienação de Bens Judiciais - JFRJ-PRO-2019/00039.

#### Projetos EM ANDAMENTO de Análise e Melhoria de Processos:

- a) Análise do processo de trabalho sobre a normatização para a metodologia de pesquisa de preço das contratações - JFRJ-PRO-2019/00043;
- b) Análise do processo de trabalho sobre o pagamento de Concessionárias de Serviços Públicos - JFRJ-PRO-2019/00042;
- c) Mapear todos os processos de trabalho executados por cada Unidade Organizacional (UO) da Área Administrativa da SJRJ - JFRJ-PRO-2019/00044.

### 2.2. Metas Projetadas pelo CNJ para o exercício de 2019

As metas nacionais de produtividade estão disponíveis em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/6bc995b76a92dd1823bef8b9a4fc51ddd.pdf>

As metas específicas dos segmentos de Justiça estão disponíveis em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/709131a4e1f27812ffe4cb6931c04c2b.pdf>



### 2.3. Outras Informações Relevantes

#### Meta de Processos Julgados

A Diretoria do Foro da SJRJ registrou que esta Seccional alcançou 86,34% de cumprimento da meta de processos julgados estabelecida para o exercício de 2019, julgando 290.642 processos, segundo consta do ofício nº JFRJ-OFI-2020/00147, que igualmente anota a determinação formalizada junto à Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE), no sentido de que apresente, até 20.3.2020, estudo que apure as razões para o não cumprimento da meta de 336.600 processos julgados no exercício e que seja formulada proposta que melhor estabeleça os parâmetros para sua definição nos exercícios seguintes.

#### Inauguração do Laboratório de Inovação

O Laboratório de Inovação da SJRJ foi inaugurado em 1º/4/2019 com o objetivo de fomentar a capacidade de encontrar soluções para os desafios enfrentados pela Justiça Federal. Acompanhando a tendência da Administração Pública, no sentido de que a criatividade é necessária em todos os níveis hierárquicos, os laboratoristas, utilizando metodologias como o *Design Thinking*, buscaram conduzir debates sobre diversos temas de interesse da instituição.



O Laboratório de Inovação, vinculado à SGE, contribuiu para a realização de diversos eventos institucionais, incluindo o Encontro “Fortalecendo Elos na Execução de Mandados” e o Encontro de Diretores.

Também foram capacitados diversos laboratoristas, mediante ação de *benchmarking* com o Laboratório de Inovação da Seção Judiciária de São Paulo e, ao final do ano, foi contratada empresa para realizar capacitação *in company*, com o objetivo de estruturar o Laboratório de Inovação e criar processo de trabalho para implantação de protótipos.



## Homenagens a Servidores e Magistrados

Três projetos foram dedicados a homenagear aqueles que contribuíram para o cumprimento da missão institucional da Justiça Federal: a) Homenagem aos servidores que se aposentaram nos anos de 2017 e 2018; b) Homenagem aos Magistrados que se aposentaram, faleceram ou pediram exoneração enquanto em exercício no 1º grau de jurisdição; e c) Galeria de Fotos dos Titulares de unidades judiciárias - 28ª VFRJ e 30ª VFRJ integraram o projeto-piloto.



## Criação do Canal de Atendimento ao e-Proc



O Su-proc (Suporte aos sistemas processuais da Justiça Federal do Rio de Janeiro) é uma ferramenta de suporte ao usuário dos sistemas processuais da SJRJ. Lançado em fevereiro de 2019, foi desenvolvido pela SGE em plataforma *Drupal 7*, com dinâmica de suporte ao usuário que faz cadastro no site e posta suas solicitações. É o principal canal de atendimento ao usuário do e-Proc. Está disponível em <https://suprocsistemas.jfrj.jus.br>

O sistema possibilita, dentre outros benefícios, que o usuário anexe arquivos que ilustrem sua demanda, facilitando a compreensão da dificuldade enfrentada e viabilizando um atendimento mais célere e eficiente. Buscando continuar aprimorando o atendimento remoto prestado pela Seção de Atendimento ao Público Externo, subordinada à Subsecretaria de Atividades Judiciárias (SAJ), foram computados mais de 4.800 usuários cadastrados no Su-proc e mais de 3.100 demandas postadas.

15



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM202000801

## 2.4. Outras Atividades da Subsecretaria de Gestão Estratégica

### Criação de Campanhas Institucionais

A SGE, atendendo a demandas de diversas unidades da SJRJ, contribuiu para a realização de várias campanhas institucionais, com a elaboração de e-mails voltados à divulgação e criação de inúmeras artes gráficas. Abaixo, alguns exemplos de projetos concluídos neste exercício.



### Elaboração da Carta de Serviços da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

O projeto, gerenciado pela SGE, tratou de elaborar a Carta de Serviços da Seção Judiciária do Rio de Janeiro e criar interface amigável para o cidadão, que pode acessá-la a partir do endereço <http://www.jfrj.jus.br/carta-de-servicos>.

Além disso, foi destacado seu posicionamento na página inicial do portal da Justiça Federal do Rio de Janeiro, na internet.

### Estudo sobre a Justiça Itinerante



A SGE iniciou estudo para adequar a realização da atividade itinerante ao cenário de restrições orçamentárias oportunizado pela Emenda constitucional nº 95/2016, no sentido de manter estrutura de atendimento em localidades que eventualmente não mais disponham de instalações físicas.



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM202000801

## Realização de Pesquisa de Satisfação



A SJRJ realizou pesquisa de satisfação, o que permitiu ao cidadão avaliar a qualidade do atendimento, a acessibilidade dos prédios, o tempo de duração dos processos, a transparência, entre outros itens do trabalho executados por servidores e magistrados. A SGE realizou análise qualitativa das respostas, a fim de iniciar projetos voltados para implantar melhorias no atendimento.

## 3. Gestão Judiciária

### 3.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

#### Criação das unidades de atendimento aos jurisdicionados e cidadania (SEAJUs)

Dos desafios enfrentados em 2019, destaca-se a unificação das unidades de distribuição e de atendimento processual, que surgiram com a proposta de prestar atendimento integral e centralizado aos jurisdicionados. Dessa forma, atualmente, a mesma unidade que atende o cidadão em seu primeiro contato com a Seção Judiciária, de forma presencial, auxiliando-o a ajuizar sua demanda no Judiciário Federal, também presta os demais atendimentos relativos ao uso dos sistemas processuais e à emissão de certidões, tornando-se uma importante referência no acolhimento ao jurisdicionado.

#### Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU)

É o instrumento oficial utilizado pela SJRJ para o processamento de informações e da prática de atos processuais relativos à Execução Penal desde 14 de outubro de 2019.

A Resolução nº TRF2-RSP-2019/00075 regulamentou o uso do SEEU no âmbito de toda a 2ª Região e estabeleceu a migração, para o novo sistema, de todos os processos de competência de execução penal em tramitação na SJRJ.

A inovação desta ferramenta é a unificação de todas as execuções penais existentes para um determinado cidadão, formando-se assim um único processo, individual e indivisível, que reunirá todas as condenações que lhe forem impostas.

Tais iniciativas mostraram-se ainda mais relevantes em razão de o ano de 2019 ter sido marcado pela consolidação do novo sistema de tramitação processual adotado pela Justiça Federal da 2ª Região, em razão do crescente número de processos tramitando nesse sistema e, por consequente, da maior demanda do jurisdicionado por orientações.

#### Estruturação da Central de Alienação de Bens

A Central foi criada para atender à Resolução nº TRF2-RSP-2019/00064 que regulamenta, no âmbito da Justiça Federal da 2ª Região, os procedimentos relativos à alienação judicial e administrativa, presencial ou por meio eletrônico, unificando a realização das hastas públicas e serviços administrativos necessários aos leilões judiciais e extrajudiciais.



O projeto, gerenciado pela SGE (JFRJ-PSG-2019/00061), contemplou os cadastramentos dos leiloeiros e a expedição de ofício ao presidente do TRF2 para edição da Portaria de suas respectivas designações. Após, será disponibilizado calendário para agendamentos. O protótipo da página da Central de Alienação de Bens – CAB está em fase de testes e as minutas de manuais em elaboração – mais informações no JFRJ-PRO-2019/00040.

### Inauguração da Nova Central de Perícias Judiciais

O projeto, gerenciado pela SGE (JFRJ-PSG-2019/00023), reinstalou, em dezembro, a Central de Perícias Judiciais no Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco, agora localizada no andar térreo do Bloco B, facilitando o acesso do jurisdicionado. Além disso, possui equipamentos com acesso ao sistema e-Proc, possibilitando que o perito junte mais rapidamente o laudo ao processo.

Para isso, a Subsecretaria de Infraestrutura (SIE) promoveu a alteração do leiaute do espaço existente para relocação do setor de Perícias Médicas, com instalação de divisórias e de piso vinílico e as oito salas de perícia foram equipadas com materiais novos. Para as crianças, foi criado um espaço kids com brinquedos e mesinha para desenhar. Para as mães, um local reservado para amamentação, com poltrona confortável e itens de higiene para os bebês.

A próxima fase do projeto padronizará os processos de trabalho relativos à perícia e, ressalvadas as peculiaridades de cada localidade, estenderá a gestão às Subseções Judiciárias.



### Instalação de Melhorias no Arquivo Geral

A SGE consolidou investimento para finalizar a terceira e última etapa do projeto de instalação das novas estantes deslizantes, destinadas a arquivar processos históricos e de guarda permanente. Além de tratamento diferenciado e acondicionamento mais seguro, a adoção do equipamento permite a otimização do espaço, vez que as estantes deslizantes comportam volume de autos de processos significativamente superior ao de estantes convencionais.



Em atendimento ao Laudo de Exigência do CBMERJ, a SIE promoveu melhorias nas instalações de combate a incêndio que têm conclusão prevista para Janeiro de 2020.

Além disso, a SIE providenciou a aplicação de um revestimento mais resistente e adequado à finalidade do local, sendo um piso multicamadas com resina poliuretano, com vistas a promover melhoria na área de carga e descarga e guarda de material em espaço que abriga parte do acervo no Arquivo.



#### Instalação do Posto de Plantão

Considerando a necessidade e conveniência de melhoria no processo de prestação jurisdicional relacionada a plantão judiciário, a Presidência do TRF2 determinou, na Portaria nº TRF2-PTP-2019/00178, que as atividades relativas ao plantão judiciário serão desenvolvidas exclusivamente na cidade do Rio de Janeiro.

O projeto, gerenciado pela SGE (**JFRJ-PSG-2019/00015**), instalou a estrutura própria destinada ao Plantão Judiciário, no Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco - Av. Venezuela, nos seguintes espaços:

- I - Bloco B, 7º andar: secretaria (atividades operacionais) e
- II - Bloco B, 10º andar: gabinete do juiz de plantão e apoio ao gabinete.

#### Virtualização do Acervo de Processos Físicos

O projeto, gerenciado pela SGE, trata da digitalização dos autos de processos físicos. Principal local de atividade: Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco (Venezuela). Serve como posto de trabalho para que a empresa contratada para os serviços de digitalização promova a digitalização e indexação de processos físicos e de documentos que deverão integrar processos eletrônicos. Mais informações em **JFRJ-PRO-2018/00011**.



Foram produzidas mais de 50.000.000 de imagens e o acervo da SJRJ diminuiu de pouco mais de 156.000 processos para menos de 7.000 processos físicos, o que vem permitindo a migração do acervo do Sistema de Acompanhamento Processual Apolo para o e-Proc.



#### Estruturação Digital do Centro de Inteligência - CLIP



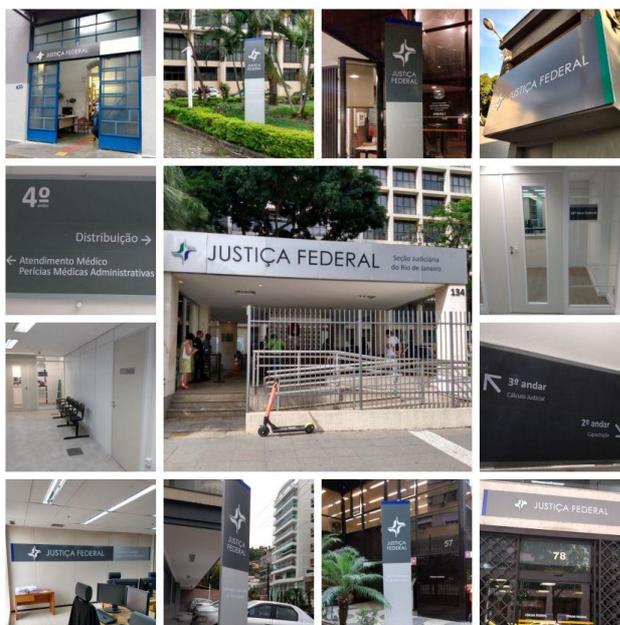
A SGE desenvolveu plataforma para publicação e gestão de informações do Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro (CLIP), instituído pela Portaria nº TRF2-PTP-2018/00103, em alinhamento à criação do Centro Nacional de Inteligência. Disponível em <https://clip.jfrj.jus.br>. Mais informações em JFRJ-PRO-2019/00004.

#### Instalação de Novas Fachadas com Padrão de Identidade Visual da JF

A identidade visual de uma instituição é o modo pelo qual ela se apresenta para o público – como seu nome é veiculado em um logotipo, quais as cores predominantes nas diversas peças de comunicação e nos ambientes e o estilo das imagens nos impressos. A consistência e a coerência presentes nas soluções visuais contribuem para fortalecer a imagem da marca.



Seguindo o Manual de Identidade Visual da Justiça Federal, do Conselho da Justiça Federal, a SGE atualizou a fachada de diversas instalações da SJRJ, bem como substituiu a sinalização interna dos prédios da Av. Rio Branco e da Sede Administrativa.



### 3.2. Sistema Judicial Eletrônico (e-Proc)

O e-Proc, sistema processual eletrônico adotado pela Justiça Federal da 2ª Região no primeiro semestre de 2018, para a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, veio substituir o sistema de acompanhamento processual Apolo.

No início de 2019, cerca de 23% do acervo de processos da SJRJ tramitava no novo sistema processual. Em razão da migração dos processos do Apolo para o e-Proc, realizada ao longo do ano, ao final de 2019 mais de 84% do acervo já tramitava no novo sistema processual.

Neste modelo, compete à Subsecretaria de Atividades Judiciárias (SAJ) não só a habilitação dos novos usuários para utilização do sistema, mas também a devida orientação e suporte para o bom uso dos serviços eletrônicos disponíveis através do e-Proc, bem como a análise de sugestões de melhoria para posterior deliberação do Comitê Interinstitucional responsável pela gestão do sistema.



### 3.3. Principais Convênios Vigentes em 31.12.2019 - resultados

A manutenção das parcerias listadas abaixo contribui para o aumento da celeridade processual, bem como para a economia de recursos humanos e financeiros, uma vez que permite o acesso direto aos sistemas de outros órgãos ou, ainda, a troca de informações de forma eletrônica, agilizando os procedimentos necessários à instrução e andamento dos processos judiciais.

Os acordos de cooperação celebrados com universidades para atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais visam a minimizar as dificuldades enfrentadas pela população que necessita de assistência jurídica gratuita e não consegue atendimento pela defensoria pública.

Relação de acordos de cooperação vigentes/em operação:

Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
01	AMPLA / TRF2 / SJRJ	Acordo de Cooperação Técnica para acesso ao banco de dados cadastrais de clientes da AMPLA	Permite o acesso direto, via internet, ao banco de dados de clientes da AMPLA, possibilitando a consulta aos endereços residenciais dos referidos clientes, para instrução processual, eliminando a necessidade de envio de ofícios, gerando economia e aumentando a celeridade processual.
02	ARISP / IRIB / CNJ / TRF2 (adesão)	Termo de Adesão que viabiliza ao TRIBUNAL o acesso e a utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, do Sistema de Penhora Eletrônica de Imóveis (Penhora Online) e dos demais serviços eletrônicos disponibilizados pela Central Registradores de Imóveis, relacionados com os Cartórios de Registros Imóveis integrados aos Sistemas.	A CNIB é um sistema que integra ordens judiciais e administrativas sobre a indisponibilidade de bens. Permite ao magistrado ou a servidores designados a realização de consultas, cadastramento e aprovação de pedidos de ordens de indisponibilidade de bens. O sistema <b>Penhora Online</b> permite o envio de solicitações de averbação de penhoras, pesquisas ou pedidos de certidões, de forma eletrônica junto aos cartórios cadastrados.
03	Banco Central do Brasil STJ/CJF	Convênio para envio de ordens judiciais e acesso às respostas das instituições financeiras, via internet, por meio do sistema BacenJud 2.0.	Por meio do BACENJUD, os magistrados protocolizam ordens judiciais de requisição de informações, bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados, que serão transmitidas às instituições participantes para cumprimento e resposta. O sistema CCS (Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional) permite ao poder judiciário, por meio de rotina específica do sistema, a requisição eletrônica de informações sobre as instituições financeiras nas quais os clientes do Sistema Financeiro Nacional mantêm contas de depósitos à vista, contas de depósitos de poupança, contas de depósito para investimento, contas de não-residentes e outros bens, direitos e valores, diretamente ou por intermédio de seus representantes legais, responsáveis e procuradores, a fim de auxiliar nas investigações financeiras conduzidas pelas autoridades competentes, mediante requisição de informações pelo Poder Judiciário.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
04	Caixa Econômica Federal / TRF-2ª Região	Convênio celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para acesso ao Portal Judicial da CAIXA.	O sistema possibilita consultas ao saldo e extrato das contas e depósitos judiciais vinculados aos processos em trâmite nos juízos da SJRJ.
05	CEG -/SJRJ	Convênio de Cooperação Técnica entre a Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro e a Companhia de Gás do Rio de Janeiro (CEG), para acesso ao banco de dados cadastrais.	Permite a consulta direta aos dados cadastrais de clientes da CEG, para localização de endereços de partes de processos em trâmite na JFRJ.
06	CFOAB / CNJ / TRF2 (adesão)	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, objetivando o acesso ao Cadastro Nacional dos Advogados e Estagiários (CNA) da OAB, para que a referida consulta integre os sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário.	Possibilita a consulta e cadastramento automatizado dos advogados pelos próprios servidores das Varas, por meio de rotina no sistema Apolo implementada através de integração com o CNA
07	CNJ / TRF2	Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região Implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP 2.0, do CNJ, no TRF 2ª Região e Seções Jurisdicionais vinculadas	Possibilita o registro e consulta de informações sobre mandados de prisão. O Cadastro visa trazer mais segurança para a sociedade e eficiência para o Judiciário, visto que todas as informações sobre pessoas procuradas pela Justiça ou presas em estados diversos ficarão integradas.
08	JUCERJA / TRF/JFRJ	Termo de Convênio para disponibilização pela JUCERJA de procedimento de consulta ao cadastro de empresas e de visualização de documentos digitalizados, via endereço web da referida Junta.	Facilita e agiliza a obtenção de informações junto ao Registro Público de Empresas Mercantis, possibilitando a economia de recursos humanos e materiais, com melhor aproveitamento dos avanços tecnológicos na área de TI.
09	Light / TRF2 / SJRJ	Acordo de cooperação Técnica entre a Light, a Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com vistas à disponibilização de canal de consulta de dados cadastrais específicos de clientes da Light.	Permite a consulta online ao banco de dados de clientes da Light, para localização de endereços de partes de processos em tramitação na SJRJ.
10	MPAS / INSS / CJF	Acordo de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que tem por objeto o intercâmbio de dados do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, do Sistema de Benefícios - SISBEN, e do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI.	Possibilita a consulta direta aos sistemas CNIS, SISBEN e dados do SISOBI, eliminando a necessidade de envio de ofícios ao INSS.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
11	Polícia Federal / CJF / TRFs / Seções Judiciárias	Acordo de Cooperação Técnica entre a Polícia Federal, o CJF, STJ, TRFs e respectivas Seções Judiciárias com vistas a promover o intercâmbio eletrônico de informações criminais, por meio do Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, visando à prevenção e à repressão da criminalidade no Brasil	Permite ao CJF, TRFs e Seções Judiciárias o acesso ao Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC, fornecendo mediante solicitação, cópia de prontuários criminais e informações necessárias constantes nos bancos de dados. Permite, ainda, aos referidos órgãos alimentar o SINIC com todas as informações sobre decisões judiciais inseridas no sistemas do TRF e respectivas Seções Judiciárias.
12	PRFN2 / TRF/JFRJ/JFES	Acordo de Cooperação com vistas ao estabelecimento de procedimento de cadastramento de usuários para acesso ao sistema e-CAC Justiça da PGFN.	Permite o acesso de Juízes, Diretores de Secretaria, Oficiais de Gabinete ao sistema e-CAC Justiça, que possui informações relativas ao cadastro da Dívida Ativa.
13	Receita Federal / SJRJ	Convênio entre a Secretaria da Receita Federal e a Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, visando ao fornecimento de dados cadastrais (não abrangidos pelo sigilo fiscal)	Consulta aos sistemas CPF e CNPJ para acesso aos dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas não abrangidos pelo sigilo fiscal
14	SEAP / SJRJ	Acordo de Cooperação entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro para intercâmbio de informações por meio do Sistema de Identificação Penitenciária - SIPEN.	Permite o agendamento de presos para comparecimento a audiências, consulta ao cadastro do preso, local de acautelamento e à pauta de agendamento existente no sistema. Permite, ainda, o agendamento de perícias médicas realizadas pelo Hospital Heitor Carrilho, para réus presos e réus soltos.
15	SEAP / SJRJ	Termo de acordo de cooperação para acolhimento de beneficiários de penas e medidas alternativas à prisão e monitoramento eletrônico de apenados e réus	Objetiva a cooperação recíproca entre os partícipes, para viabilizar o acolhimento de beneficiários de penas e medidas alternativas à prisão, especialmente aquelas de prestação de serviços à comunidade e de prestação pecuniária, bem como o monitoramento eletrônico de apenados e réus, com o fim de diminuir a população carcerária no Estado.
16	Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública / CJF, STJ, TRFs e Seções Judiciárias	Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Conselho da Justiça Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e Respectivas Seções Judiciárias e a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública com vistas a permitir ao CJF, ao STJ, aos TRFs e SJs o acesso à Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – REDE INFOSEG	Permite ao CJF, ao STJ, aos TRFs e SJs o acesso à Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – REDE INFOSEG e estabelecer meios de integração, consulta ou disponibilização dos Registros constantes na base de dados denominada Rol Nacional dos Culpados e compartilhamento de conhecimentos em busca da utilização eficiente dos recursos públicos e do aprimoramento contínuo da atuação institucional, por intermédio do Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
17	SERASA EXPERIAN / CNJ - TRF2 (adesão)	Acordo de Cooperação entre a JFRJ e a SERASA, visando à operacionalização de trâmite eletrônico de informações.	Permite o encaminhamento de ordens judiciais de inclusão de restrição, levantamento temporário ou definitivo de restrição os cadastros mantidos pela SERASA, solicitação de informações cadastrais e envio de outros tipos de ordens judiciais por intermédio do sistema SERASAJUD, desenvolvido pela SERASA Experian.
18	SES / SJRJ	Acordo de Cooperação Técnica entre a Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Saúde - NAT Federal	Possibilita o encaminhamento de subsídios técnicos aos magistrados nas ações que tenham por objeto o fornecimento, pelo poder público, de medicamentos, insumos para saúde, insumos nutricionais, exames diagnósticos, tratamentos médicos, procedimentos médicos (consultas, exames e cirurgias não emergenciais) ou internação hospitalar.
19	SESEG / DETRAN / SJRJ	Convênio de Cooperação Técnica para transmissão de dados de cadastros criminais - FAC-WEB	Permite a consulta e emissão de Folhas de Antecedentes de Criminais e envio de comunicação de resultados de forma eletrônica.
20	SMS-RJ / SJRJ	Termo de Acordo de Cooperação para viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão	Visa à diminuição da população carcerária no Estado.
21	SR/DPF/RJ / SJRJ	Acordo de Cooperação entre o Departamento da Polícia Federal e a Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro para realização de trâmite centralizado de comunicação eletrônica nas Varas Federais Criminais da SJRJ	Tem como objetivo o encaminhamento de comunicações por meio de correio eletrônico, para fins de intimação de servidor e ciência do superior hierárquico, solicitação de dados funcionais, entre outras comunicações para instrução processual, encaminhadas por meio de ofícios ou mandados pelas Varas Federais Criminais
22	SRRF7 / SJRJ	Realização de trâmite de comunicação eletrônica para fins de resposta aos ofícios/mandados de notificação/intimação em mandados de segurança.	Permite o encaminhamento de resposta pelas unidades da Receita Federal acerca da notificação/intimação ou solicitação de informações, no prazo definido na intimação/notificação, por meio de peticionamento eletrônico
23	SRRF7 / SJRJ	Acordo de Cooperação entre a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal e a Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro para realização de trâmite centralizado de comunicação eletrônica nas varas federais criminais da SJRJ	Permite a intimação de servidor e ciência do superior hierárquico, bem como o envio de solicitações de dados funcionais, entre outras comunicações para instrução de processos criminais que envolvam servidores da RFB no Estado do Rio de Janeiro, por meio eletrônico.
24	TJRJ/ TRF/JF	Acordo de Cooperação para implantação do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita (AJG) nos órgãos jurisdicionais da Justiça Estadual delegatários de competência da Justiça Federal	Utilização do sistema AJG no TJRJ como ferramenta de gestão do cadastro de profissionais, nomeações e pagamento de honorários de advogados dativos, peritos, intérpretes e tradutores que atuarem como auxiliares dos Juízos de Direito, no âmbito da jurisdição delegada, a fim de dar cumprimento à Resolução CJF-RES-2014/00305, de 07/12/2014.



Nº	Partícipes	Objeto	Resultados
25	TRE-RJ / TRF2	Utilização do sistema INFODIP Web, implantado pelo TRE-RJ por meio do Provimento VPCRE nº 15/2017, para envio à Justiça Eleitoral das comunicações de suspensão/regularização de direitos políticos, bem como para o acesso à base de dados do referido sistema pelas unidades judiciárias de primeira e segunda instância.	Permite o envio à Justiça Eleitoral das comunicações de suspensão/regularização de direitos políticos, bem como o acesso à base de dados do referido sistema pelas unidades judiciárias de primeira e segunda instância da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, eliminando a necessidade de envio de ofícios, gerando economia de recursos materiais e de pessoal.
26	TRF/PRFN2	Acordo de Cooperação para intercâmbio de dados gerenciais de interesse dos convenentes no tocante às execuções fiscais	Viabiliza a troca de dados gerenciais referentes às Execuções Fiscais. Permite consulta pelas varas das inscrições em dívida ativa nas situações extinta por pagamento, extinta por cancelamento (Art. 26 da Lei nº 6830/1980 e Art. 14 da Lei 11.941/2009) e parcelamento - ativa/parcelamento).
27	TRF2 / OAB-RJ	Acordo de Cooperação que entre si fazem o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Estado do Rio de Janeiro, para acesso aos dados cadastrais dos membros do referido órgão de classe.	Permite a consulta direta à situação cadastral de advogados no sistema Apolo por meio de carga de dados enviados pela OAB-RJ via FTP.
28	União, por intermédio dos Ministérios das Cidades e da Justiça /CNJ	Acordo de Cooperação Técnica para implementação do Sistema de Restrição Judicial - RENA/JUD	Permite a inserção e retirada de restrições de veículos cadastrados no RENAVAM

Relação de acordos celebrados pela SJRJ com universidades para atendimento ao jurisdicionado dos Juizados Especiais Federais, em vigor no ano de 2019:

Nº	Parceiro	Objeto
01	Universidade Salgado de Oliveira - Universo	Prestação de assistência jurídica gratuita aos Jurisdicionados que pretendam ingressar ou estejam demandando perante os Juizados Especiais Federais das cidades de Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Niterói e São Gonçalo
02	Faculdade de Direito de Campos	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Campos dos Goytacazes.
03	Universidade Cândido Mendes	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Campos dos Goytacazes
05	Universidade Estácio de Sá	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Campos dos Goytacazes
06	Universidade Estácio de Sá	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Macaé
07	Centro Universitário Plínio Leite	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Niterói
08	Universidade Católica de Petrópolis	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Petrópolis
09	Centro Universitário Augusto Motta	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade do Rio de Janeiro
10	CESVA - Centro de Ensino Superior de Valença	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Barra do Pirai
11	Universidade Veiga de Almeida	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de São Pedro da Aldeia
12	Centro Universitário UNIREDENTOR	Atendimento ao jurisdicionado perante os Juizados Especiais Federais da Cidade de Itaperuna



Parcerias informais e sistemas disponibilizados por meio de resoluções do CNJ e CJF:

Nº	Parceiro	Objeto	Resultados
01	STJ	Consulta à íntegra dos processos que tramitam no STJ por meio do sistema e-STJ	Viabiliza o acesso e a utilização do Sistema de Consulta Eletrônica dos processos em tramitação no STJ
02	CNJ (Resolução 44/07-CNJ)	Acesso ao Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa - CNCIAI	O sistema reúne informações do Poder Judiciário sobre pessoas físicas e jurídicas condenadas por atos de improbidade administrativa no Brasil e permite sua consulta a qualquer interessado
03	CJF (Resolução CJF 408/2004)	Acesso ao sistema Rol dos Culpados	Implementação da adoção de modelo único e integração da rotina de consulta para uniformização de procedimentos administrativos relativos ao lançamento dos nomes dos réus no Rol dos Culpados no âmbito da Justiça Federal.
04	TRE-RJ	Provimento VPCRE nº 13/2017 possibilita o acesso ao Sistema de Informações Eleitorais (SIEL) e tem como objetivo atender as solicitações de dados constantes no Cadastro Eleitoral. Está disponível exclusivamente às Autoridades Judiciais e ao Ministério Público, bem como aos servidores por eles autorizados.	Permite o fornecimento de dados constantes do Cadastro Nacional de Eleitores, exclusivamente, por meio eletrônico, eliminando a necessidade de envio de solicitações por meio de ofício.
05	CJF / TRF1	O Sistema Nacional de Cálculos Judiciais - SNCJ foi desenvolvido para auxiliar as contadorias das Seções Judiciárias nos cálculos de processos judiciais devido à grande demanda de cálculos e a grande necessidade de um rápido retorno com disponibilização de informações exatas e concisas e garantia de segurança e controle dos documentos gerados	Possui várias funcionalidades dentre as quais ressaltam-se a elaboração de cálculos de correção monetária, juros, multa, custas, honorários, ressarcimento, desapropriação, reajuste salarial, expurgo de poupança, benefício previdenciário, imposto de renda, empréstimo compulsório, percentual devido, rateio (valores, percentual, sucumbência), ações criminais, horas trabalhadas, tempo de serviço, PIS, fim social e INSS - pró labore. Estruturado em módulos, esse sistema permite a elaboração desses cálculos com a confiabilidade do valor encontrado e a diminuição do tempo de feitura da conta.
06	CNJ (Resolução CNJ 100/2009)	Implantação do Sistema de Malote Digital para comunicações oficiais entre o CNJ, CJF CSJT e os Tribunais.	Utilizado para o envio e recebimento de documentos entre órgãos da Justiça, incluindo para a expedição e devolução de Cartas Precatórias entre juízos de tribunais diversos.
07	Banco do Brasil/ CJF / TRFs	Acesso ao sistema de consulta de saldos e extratos das contas judiciais, conforme previsto no item 3.1.6 do contrato celebrado pelo TRF2 em 27/01/2015.	Permite a consulta a saldo e extratos das contas de depósitos judiciais vinculados a processos em trâmite nos juízos da SJRJ, bem como emissão de guias de depósitos.



#### 4. Gestão de Pessoas

##### 4.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

A essência da SJRJ está no ser humano. Está nos valores que seus servidores trazem e adquirem no convívio dentro da instituição. Por isso, é fundamental que todos estejam bem, com vontade de aprimoramento como pessoa e buscando sempre crescimento profissional, a fim de gerar cada vez mais valor na atuação das atividades. A Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SGP) visa a realizar ações que inspirem os servidores e os motivem a “servir” ao cidadão da forma mais satisfatória.

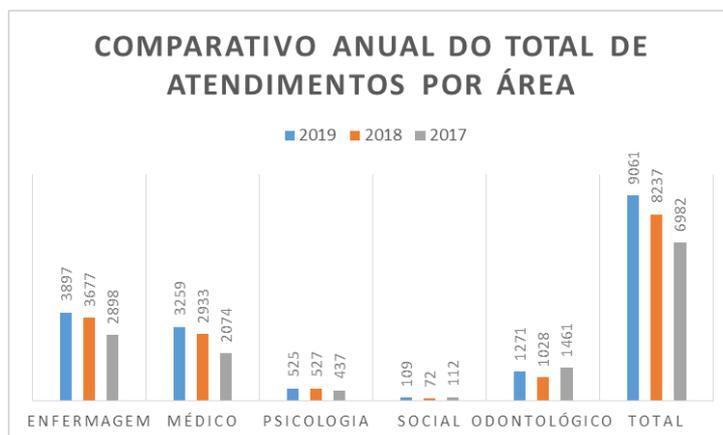
Com esse objetivo conjunto, a atual Administração trouxe uma visão mais humanizada nas relações entre seus servidores e processos de trabalho da SGP. Formas de aproximação com os servidores foram criadas e retratadas nas ações ocorridas em 2019, reforçando o ideal de transformar.

Nessa linha, a Administração criou espaços que visam à descompressão em relação às exigências laborais diárias, ao descanso mental, ao fomento à convivência e à criação de vínculos com as pessoas que nos cercam, propiciando um clima organizacional favorável. O primeiro espaço criado foi denominado “Espaço de Convivência e Inovação”, instalado na sede administrativa. Posteriormente, Espaço de Convivência e Galeria de Arte foi criado no Fórum Desembargadora Marilena Franco, na Av. Venezuela. Os Espaços já nasceram imbuídos do espírito de compartilhamento e integração com a utilização de material reciclado e doações. Além das comemorações coletivas de aniversariantes do mês, destacaram-se os seguintes eventos ocorridos:

EVENTOS	Qnt de servidores/magistrados beneficiados/participantes
Inauguração dos espaços: convivência, galeria e laboratório de inovação, da exposição "mais donas: retratos imaginários" com quadros do servidor, fixação da placa comemorativa dos aposentados de 2017/2018 e coquetel.	130
Evento "servidoras a mostra": Evento, aproveitando o mês das mães, para que elas pudessem apresentar seus trabalhos artesanais, com duração de 3 dias.	50/dia
Evento "Talk show com a servidora aposentada Maria Regina Cosentino": em comemoração ao dia do funcionário público aposentado, em que os servidores ativos e inativos participaram.	20
Inauguração da Exposição "Imagens despercebidas e outras histórias" do fotógrafo/servidor da casa.	100
Evento "FLIC- Feira Literária da Convivência". Com a participação de 4 servidoras/escritoras que apresentaram suas obras.	20
Chá da tarde temático - mês da consciência negra - roda de conversa sobre a história do negro no samba carioca	15

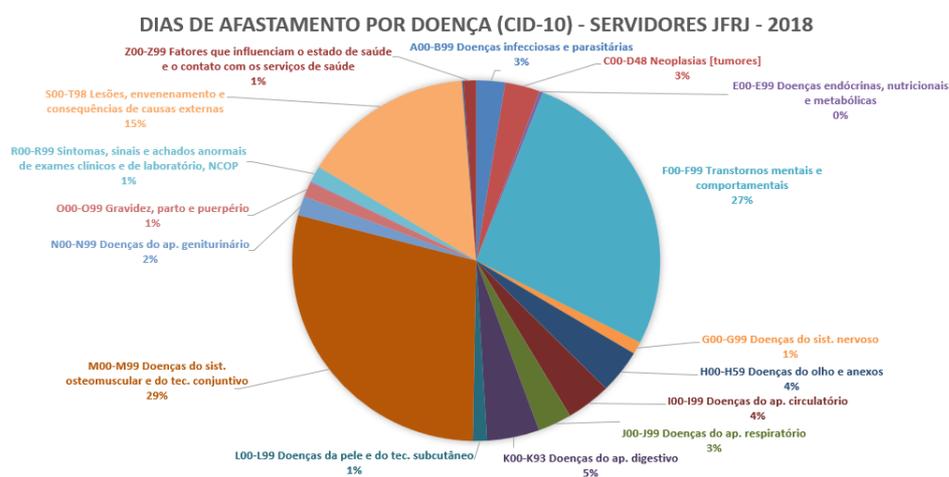


Cuidar da saúde e do bem-estar do servidor é um dever institucional. Em relação à assistência direta aos servidores e magistrados, houve um aumento do número de atendimentos de 9% em relação ao ano de 2018 e 23% em relação a 2017.



Em relação ao objetivo estratégico para a redução do **absenteísmo**, retrata-se aumento de 3,2% para 4%, o que representa um distanciamento em relação à meta estabelecida pelo CNJ de 3% de absenteísmo. Também se percebe aumento no número de dias de afastamento do trabalho para 35.737 dias em licença para tratamento da saúde, representando aumento 21% em relação ao ano anterior (29.525). Uma das possíveis causas é o **aumento de 83%, em relação a 2018, do número de licenças com mais de 30 dias.**

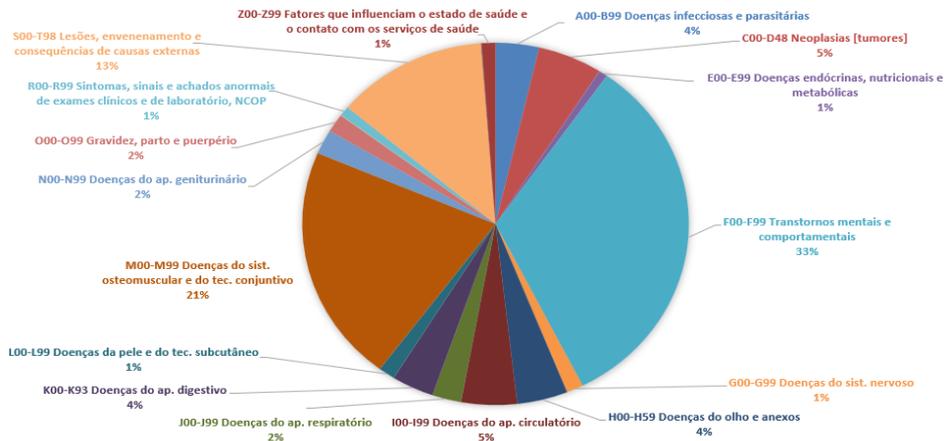
Os transtornos mentais e comportamentais e as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, juntos, respondem por mais de 50% do absenteísmo, sendo que as alterações da saúde mental ultrapassaram as doenças osteomusculares.



Fonte: Seção de Perícias Médicas Administrativas - SEPER/SGP



### DIAS DE AFASTAMENTO POR DOENÇA (CID-10) - SERVIDORES JFRJ - 2019



Fonte: Seção de Perícias Médicas Administrativas – SEPER/SGP

Sabe-se que, em geral, a causa de transtornos mentais é multifatorial, incluindo desde fatores genéticos e familiares a fatores ambientais e estilo de vida. Há de se considerar que o envelhecimento é fator predisponente ao surgimento ou agravamento de problemas de saúde tanto física quanto mental. Além disso, o momento institucional, com diminuição de quantitativo de servidores, aumento da demanda jurisdicional, escassez de recursos e introdução de novas tecnologias impactam na saúde.

A equipe de saúde vem desenvolvendo algumas campanhas, como vacinação antigripal, textos informativos, entre outras, visando à redução do absenteísmo. Em 2019 o grande destaque foi a campanha de realização de testes virais de Hepatites B e C que, em parceria com Secretaria Estadual de Saúde, disponibilizou 1.500 testes com 100% de aplicação.

Também se destaca a realização da campanha de verificação de pressão arterial no ambiente de trabalho, inclusive nas Subseções, o que aproximou a área de saúde dos servidores e magistrados. A campanha propiciou a sensibilização para diagnóstico precoce de hipertensão, o repasse de orientações sobre fatores de risco e impactos na saúde e destacou a importância das pausas regulares ao longo da jornada diária – que visam à prevenção das lesões por esforço repetitivo. Foram realizadas 633 aferições de pressão arterial nas Subseções e 738, na Capital.

Uma das medidas de prevenção de doenças estabelecidas pelo CNJ é o exame periódico de saúde, conforme dispõe a Resolução nº 207/2015. Em 2019, a SJRJ realizou a campanha para o exame periódico. O destaque foi a ida às Subseções e a criação do questionário eletrônico com aplicação pelo médico durante a consulta, com vistas à coleta de dados que apontam questões sobre hábitos de vida, ambiente de trabalho, saúde mental e análise de resultados de exames complementares.

Outra medida foi a realização do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais em 38 setores da Capital e 24 setores de 4 Subseções, representando o maior número de setores avaliados em um único contrato até o momento. O Programa é importante para melhor mapeamento e análise dos ambientes de trabalho, identificando riscos e propondo medidas de proteção coletivas e individuais quando necessárias.

Da mesma forma, o programa de gerenciamento do estresse contribuiu para promover relações saudáveis e melhoria da qualidade de vida em nossa comunidade. Foram realizadas aplicações de testes psicológicos e



orientações individuais e avaliações coletivas nos setores que buscam tratar dimensões referentes também ao ambiente de trabalho e questões atinentes à gestão das unidades.

Do ponto de vista da distribuição da força de trabalho, convém destacar que, assim como em 2018, houve adequação do quantitativo mínimo de servidores das unidades da SJRJ, nos termos da Resolução CNJ nº 219/2016.

Mesmo sob o impacto da restrição orçamentária, priorizou-se alocar a força de trabalho considerando o perfil profissional e, primordialmente, o bem-estar dos servidores. Desta forma, o atendimento de servidores em busca de mudança de lotação aumentou significativamente, bem como de gestores a procura de novos talentos para compor suas equipes.

Diante de tal cenário, a Administração voltou-se para a movimentação dos servidores inscritos no banco de permutas para suprir os claros de lotação, utilizando-o como ferramenta efetiva na movimentação de servidores. Também priorizou o "Programa de Recolocação de Servidores - Acolhimento", possibilitando o reingresso de servidores colocados à disposição, licenciados ou não.

Com o intuito de melhorar ainda mais o clima organizacional, foram criadas ações interativas para aproximar os servidores da instituição. Para exemplificar tais medidas, podemos citar: a criação de mensagens positivas enviadas por e-mail pela SGP aos servidores que mudaram de lotação, o acompanhamento, quando possível, do servidor na apresentação de sua nova lotação, a realização das posses de novos servidores no Espaço de Convivência com a presença dos principais gestores da administração e a realização das posses de Diretores de Secretaria na própria unidade judiciária, com a presença de magistrados e servidores.

Os servidores que ingressam nas carreiras da Justiça Federal são continuamente avaliados por suas chefias por meio do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional - SIADES. O instituto visa à condução eficaz do desempenho do servidor e ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à sociedade. A cada ano de exercício, até chegar ao final da carreira, os servidores são submetidos à avaliação, que propõe a reflexão sobre problemas e soluções e incentiva a realização de ações de capacitação. São analisados, entre outros fatores, a produtividade, a disciplina, a assiduidade e a capacidade de iniciativa.

Os servidores são considerados aptos às movimentações funcionais somente se aprovados no SIADES. Ao longo de 2019, 893 servidores receberam progressões funcionais e promoções. Nesse mesmo período, 59 desses servidores concluíram seus estágios probatórios, após três anos de efetivo exercício em suas carreiras - adquirindo, assim, sua estabilidade.

A 2ª Região possui um programa de estágio, o que promove uma relação com as instituições de ensino localizadas em sua área de atuação, ajudando a promover o desenvolvimento social. Além do auxílio direto na prestação jurisdicional e nos desenvolvimentos de novas soluções e procedimentos administrativos, os estagiários - na maioria jovens - contribuem também para a melhoria do clima institucional.

Em termos quantitativos, em 2019 foram admitidos 52 estagiários de nível superior e 92 (noventa e dois) de nível médio pela área administrativa da SJRJ, totalizando 144. Já para atuar na área fim, foram admitidos 517 estudantes. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 65% no número de estudantes atuando na SJRJ, sob a supervisão de servidores e magistrados.

O ano de 2019 trouxe muitos desafios para conjugar as demandas que surgiram com as já existentes, considerando a dificuldade de manutenção do Quadro de Pessoal da SJRJ. Apesar de todas as adversidades, foi possível, com criatividade e dinamismo, concretizar ações que se destacaram, trazendo benefícios para a instituição. Entre elas, podemos citar:



### **Programa de Recolocação de Servidores (PRS)**

O projeto de Acolhimento de servidores e criação das Unidades de acolhimento significou um ganho substancial na reinserção do servidor ao trabalho. Houve mapeamento dos setores da administração abertos ao acolhimento e ampliação do público-alvo, que passou a ser formado não somente por servidores colocados à disposição, mas também por todos aqueles que estão retornando ao trabalho em situação de vulnerabilidade emocional e necessitam de um período de transição em sua reinserção ao trabalho. Foram incluídos 20 servidores no Programa.

### **Nova identidade funcional**

O novo modelo, mais tecnológico, não só possibilitará a entrada dos servidores em qualquer dos prédios da Justiça Federal (possui chip para ativação das catracas), como permitirá uma identificação mais fácil por toda a sociedade, inclusive em deslocamentos interestaduais, atendendo assim uma demanda antiga dos Oficiais de Justiça Avaliadores. Para isso, foram captadas 2.431 fotos e assinaturas dos servidores, visando à confecção de uma nova carteira funcional, unificada nacionalmente, sem custo para os servidores.

### **Assentamentos funcionais digitais**

Os assentamentos funcionais dos mais de 3.000 servidores foram digitalizados, incluindo os requisitados de outros órgãos. Com esses arquivos será possível a criação, já em 2020, de assentamentos virtuais no sistema SIGA-DOC, possibilitando a consulta *online* tanto pelo próprio servidor quanto pelas áreas competentes. Além disso, o envio das pastas físicas para o Arquivo Geral possibilitou o aumento do espaço físico, que contribuiu para a adequação do leiaute à nova estrutura da SGP.

### **Nova forma de solicitação de licenças médicas**

A solicitação de licença médica e a comunicação de sua concessão passaram a ser exclusivamente realizadas de forma eletrônica (Sistema SIGA-DOC), possibilitando ao servidor, inclusive, o envio de seu pedido pelo celular. Dessa forma, o processo ficou mais fácil e acessível ao servidor, e também otimizou o processamento das solicitações, simplificando e dando celeridade ao processo, além de gerar uma economia de papel e rapidez na prestação de informação à lotação do servidor, especialmente para as Subseções Judiciárias.

### **Cartilha “Por um teletrabalho consciente e saudável”**

Em 2019, a Administração disponibilizou a cartilha, que tem como objetivo levar aos teletrabalhadores e gestores dicas para um teletrabalho de sucesso, tais como: orientações ergonômicas, jornada de trabalho, pausas regulares, licença médica e questões comportamentais. O assunto foi amplamente discutido nas palestras realizadas no mês de outubro de 2019, que abordaram diversos aspectos daquela modalidade de trabalho e esclareceram dúvidas dos participantes.

### **Humanização das relações entre os servidores e a instituição**

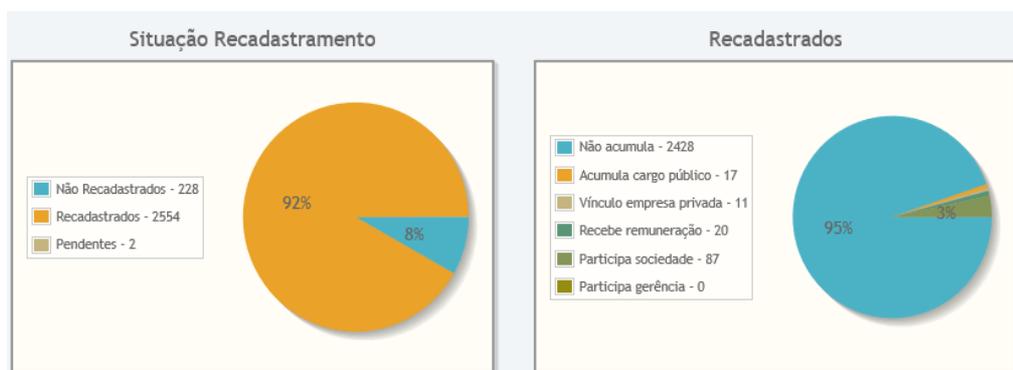
Mensagens eletrônicas foram encaminhadas com felicitações pelo nascimento e adoção de filhos e pelo casamento e união estável, assim como de condolências pelo falecimento de familiar, prática já incorporada à rotina de trabalho. A adoção de ações que deem valor humano à vida de cada servidor é de fundamental importância para o estabelecimento de um ambiente de trabalho saudável e que gere sentimento de pertencimento.



## Recadastramento de Acumulação de Cargos

A aferição de situações diversas de acumulação ocorre de forma regular ao longo da vida funcional dos servidores. A forma instituída na 2ª Região é o recadastramento periódico, dirigido a todos os servidores do quadro de pessoal, abarcando cedidos, removidos sem perda de vínculo e em exercício provisório em outros órgãos. O último recadastramento, ocorrido em setembro e outubro de 2019, destinou-se à verificação da acumulação do cargo ocupado neste Órgão com outro cargo, emprego ou função públicos, com vínculo com a iniciativa privada, com proventos de aposentadoria ou outra renda paga por entidade pública, com participação em sociedade privada, e com o exercício de atividade empresária. O módulo de recadastramento existente no sistema SIGA-DOC foi aperfeiçoado, o que possibilitou, dentre outras melhorias, o acompanhamento de forma instantânea pelos gestores do processo de trabalho, uma melhor interface com o usuário e a extração de relatórios mais eficazes. Além disso, vários canais de comunicação existentes na instituição foram utilizados para a convocação dos servidores, tais como mensagens eletrônicas, matérias na revista Antena Jus, mensagens na tela dos computadores, dentre outros. De um total de 2.784 servidores, 2.554 efetuaram o recadastramento, representando 92% do total, 228 não se recadastraram e 2 não concluíram o recadastramento iniciado. A segunda fase compreenderá a instrução de processo administrativo contendo o histórico do ocorrido, bem como o direcionamento para a terceira fase, que consistirá na abertura de processos administrativos individualizados para aferição da legalidade ou ilegalidade da acumulação declarada.

Os gráficos demonstram a situação relatada.



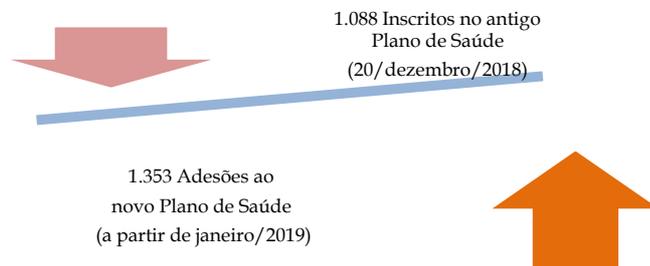
Fonte: Sistema SIGA-RH, Módulo Recadastramento Acúmulo de Cargos

No recadastramento anterior, ocorrido em 2016, a 1ª fase durou cinco meses. O ótimo resultado alcançado já na primeira fase do recadastramento 2019, que durou menos de dois meses, pode ser atribuído às melhorias implementadas no sistema informatizado, assim como à eficácia das formas de convocação dos servidores mediante a utilização de diversos canais de comunicação existentes na instituição.

### Adesões ao novo plano de saúde

Importante destacar que o Plano de Saúde e o Auxílio-Saúde sofreram consideráveis alterações em comparação com o quantitativo de 2018, podendo-se atribuir tal resultado à contratação do plano Seguros Unimed, vigente desde 21/12/2018, que trouxe mais benefícios para os servidores. Destaca-se a campanha de adesão com carência zero para novos titulares e dependentes, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, que deu ensejo ao ingresso de 519 servidores somente nesse período.





#### 4.2. Quadro de Vagas

CARGOS EFETIVOS	ESPECIALIDADES	CRIADOS	OCUPADOS	VAGOS
ANALISTA JUDICIÁRIO	SEM ESPECIALIDADE - JUDICIÁRIO E ADMINISTRATIVO	740	718	21
	ARQUITETURA	3	3	0
	CONTADORIA	5	5	0
	ENFERMAGEM	1	2	0
	ENFERMAGEM DO TRABALHO	1	1	0
	ENGENHARIA CIVIL	4	4	0
	ENGENHARIA ELÉTRICA	4	4	0
	ENGENHARIA ELETRÔNICA	1	1	0
	ENGENHARIA MECÂNICA	2	2	0
	INFORMÁTICA	1	1	0
	MEDICINA - PSIQUIATRIA	2	2	0
	MEDICINA CLÍNICA	9	9	0
	MEDICINA DO TRABALHO	1	1	0
	ODONTOLOGIA	4	4	0
	OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL	405	363	42
PSICOLOGIA	7	7	0	
SERVIÇO SOCIAL	5	5	0	
TÉCNICO JUDICIÁRIO	SEM ESPECIALIDADE	1.482	1.416	66
	CONTABILIDADE	4	4	0
	DIGITAÇÃO	21	22	0
	ENFERMAGEM	4	4	0
	INFORMÁTICA	3	3	0
	OPERAÇÃO DE COMPUTADORES	4	4	0
	PORTARIA	7	5	2
	SEGURANÇA E TRANSPORTE	208	183	21
	TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE	1	1	0
	TELEFONIA	6	5	1
AUXILIAR JUDICIÁRIO	AUXILIAR JUDICIÁRIO	3	4	2
	<b>TOTAL</b>	<b>2.938</b>	<b>2.783</b>	<b>155</b>

Fonte: Seção de Gestão do Valor Humano - SEGEV/SGP



#### 4.3. Força de Trabalho

A força de trabalho da SJRJ vem envelhecendo no decorrer dos anos. A maioria dos servidores encontra-se na faixa etária entre 31 a 50 anos, e com a Reforma da Previdência, a expectativa do tempo de trabalho na instituição aumentará significativamente.

Pode-se observar que grande parte dos servidores possuem nível superior e, a maioria, algum tipo de especialização. Ressalta-se, ainda, que há uma igualdade numérica quanto ao gênero.

O percentual de adesão ao teletrabalho ainda é pequeno se comparado ao tamanho de nossa força de trabalho, porém, notou-se no ano de 2019 um maior número de processos autuados em relação ao ano de 2018.



Quantitativos:

FORÇA DE TRABALHO DA SJRJ	Dezembro/2019
Magistrados	223
Servidores do Quadro	2.401
Cargo em Comissão sem Vínculo	13
Servidores Requisitados / Removidos / Acompanhamento de Cônjuge	217
Estagiários	737
Terceirizados <sup>1</sup>	675
<b>TOTAL</b>	<b>4.266</b>

Fonte: Seção de Gestão do Valor Humano/SEGEV/SGP e SEMOD/NGOV

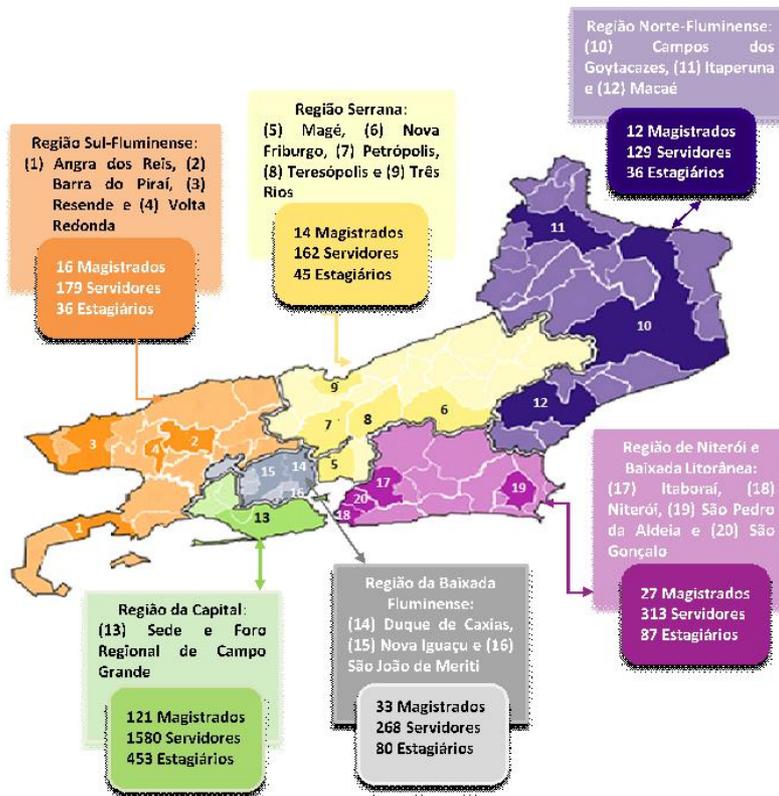
Nota: 1. Considerando todos que atuaram no ano, inclusive para cobertura de férias ou faltas.



Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM202000801



Fonte: Seção de Gestão do Valor Humano/SEGEV/SGP

#### 4.4. Capacitação

A programação de ações educacionais realizada pela SJRJ abordou as diversas áreas de conhecimento para o desenvolvimento dos servidores e gestores, explorando-se os meios presencial, semipresencial e a distância, atendendo às demandas da Administração e das unidades Administrativas e Judiciárias.

Foram realizados 3 eventos institucionais envolvendo diversas áreas: “Encontro de Gestores - Otimização de Serviços Operacionais”, tendo como público-alvo os gestores das Subseções; “Encontro - Fortalecendo os Elos na Execução de Mandados” e “Encontro de Diretores 2019”, nos quais foram identificados os principais desafios e propostas de melhorias para a execução de mandados, os serviços de apoio e a prestação jurisdicional.

Entre as ações diretamente ligadas ao objetivo estratégico celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, merece destaque a realização dos 5 módulos do "Curso Básico de Formação de Conciliadores" (destinados preferencialmente aos servidores lotados nas unidades de atendimento ao jurisdicionado), do curso “Qualificação e Aprimoramento de Médicos Peritos” e do curso "Normas Aplicadas à Expedição de Requisições contra a Fazenda Pública".



Sobre a temática da sustentabilidade, foram realizados, dentro do projeto “Ciclo de Ações de Sustentabilidade”, Palestra sobre a problemática do lixo, Oficina de alimentação sustentável e Curso sobre licitações sustentáveis, voltado principalmente para servidores que atuam em contratações, a fim de atendimento às orientações constantes no guia da AGU, e o Seminário Recicla Porto, ação de capacitação compartilhada com a Rede de Sustentabilidade ReciclaPorto Rio e várias instituições públicas.

Na busca estratégica da melhoria da gestão de pessoas, é importante enfatizar projetos como a "Oficina de Comunicação e Redação", “Redação Oficial”, “Redação Técnico-Jurídica”, “Elaboração de Minutas de Textos Judiciários – Decisões, Despachos e Sentenças Cíveis” para atendimento à necessidade contínua de aprimoramento da Língua Portuguesa e Redação; o curso "Gestão de Riscos", abordando Gestão de Processos e Gestão de Projetos; “Programa de Integração para Servidores Recém-empossados”; "Programa de Preparação para a Aposentadoria 2019"; cerca de 20 cursos externos contratados, alguns *in company*, como por exemplo o “Curso de Gestão Integrada de Almoxarifado e Patrimônio Público”; 8 turmas destinadas à Atualização dos Agentes de Segurança, nas quais foram desenvolvidos os temas tecnologias não letais, combate a incêndio e prevenção de riscos, ocorrências com explosivos, condutas em audiência, procedimentos carcerários e legislação específica.

Na vertente técnica de sistemas processuais, houve a capacitação sobre o novo sistema processual SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificada e continuidade da formação dos servidores para atuarem com mais segurança no sistema e-Proc com os cursos “e-Proc – Rotinas Básicas da Primeira Instância” e “e-Proc – Rotinas em Processos Criminais”.

Com a abordagem para a inovação na SJRJ, também houve ações com a temática *Design Thinking*, que objetivaram formar laboratoristas para dar início às atividades do Laboratório de Inovação, inaugurado em 2019.

Ainda foram desenvolvidos 4 cursos autoinstrucionais com os temas “Redação de Informações, Pareceres e Relatórios”, “Outlook 2013 como Ferramenta Gerencial”, “Técnicas para Elaboração de Minutas de Decisões e Sentenças de Matéria Penal”, direcionado aos servidores que atuam em unidades com matéria criminal e os que atuam nos plantões e “Atualização para Agentes de Segurança 2020 - Módulo EAD: Legislação de Trânsito, Direção Defensiva, Mecânica Básica e Gerenciamento de Crises”.

Em busca de parcerias com renomadas instituições, foram realizados cursos com o Corpo de Bombeiros (Suporte Básico de Vida) e DETRAN (Sistema de Consulta Criminal FAC-Web).

Para o desenvolvimento gerencial, numa proposta mais diversificada e atrativa para os participantes, destacaram-se ações com novo formato: "Desenvolvimento Expresso", o "Café com Ideias", o "Frente a Frente", o "Jogo para a Vida", "Oficina de Inovação" e a "Tribuna Livre", abordando temas como: cooperação, acessibilidade, inteligência artificial, teletrabalho e inovação, além de diversos cursos autoinstrucionais a distância (que não necessitam da atuação de tutores) e turmas presenciais da "Oficina de Autodesenvolvimento para Novos Gestores".



### Participações nas Ações Educacionais oferecidas pela SJRJ:

O resultado quantitativo de servidores capacitados manteve-se na média esperada, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2017	2018	2019
QUANTIDADE DE SERVIDORES CONSIDERANDO-SE SOMENTE A 1ª PARTICIPAÇÃO DE CADA SERVIDOR	1.384	1.565	1.400
QUANTIDADE DE SERVIDORES CONSIDERANDO-SE TODAS AS PARTICIPAÇÕES DOS SERVIDORES	2.716	3.641	2.736

As Ações Educacionais realizadas tiveram a seguinte distribuição de acordo com as áreas de conhecimento:

ÁREA DE CONHECIMENTO	QUANTIDADE DE AÇÕES
ADMINISTRATIVA	47
COMPORTAMENTAL	3
GERENCIAL	31
JURÍDICA	17
SEGURANÇA	10
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	13
TOTAIS	121

Utilizando-se indicadores definidos pelo CJF, podemos destacar:



Fonte: CJF

**Nota:** Para o cálculo de gerentes foram consideradas as funções de chefe de setor, supervisor, coordenador e diretor, e somente foram computadas as participações em ações com no mínimo 15 horas de carga horária total.

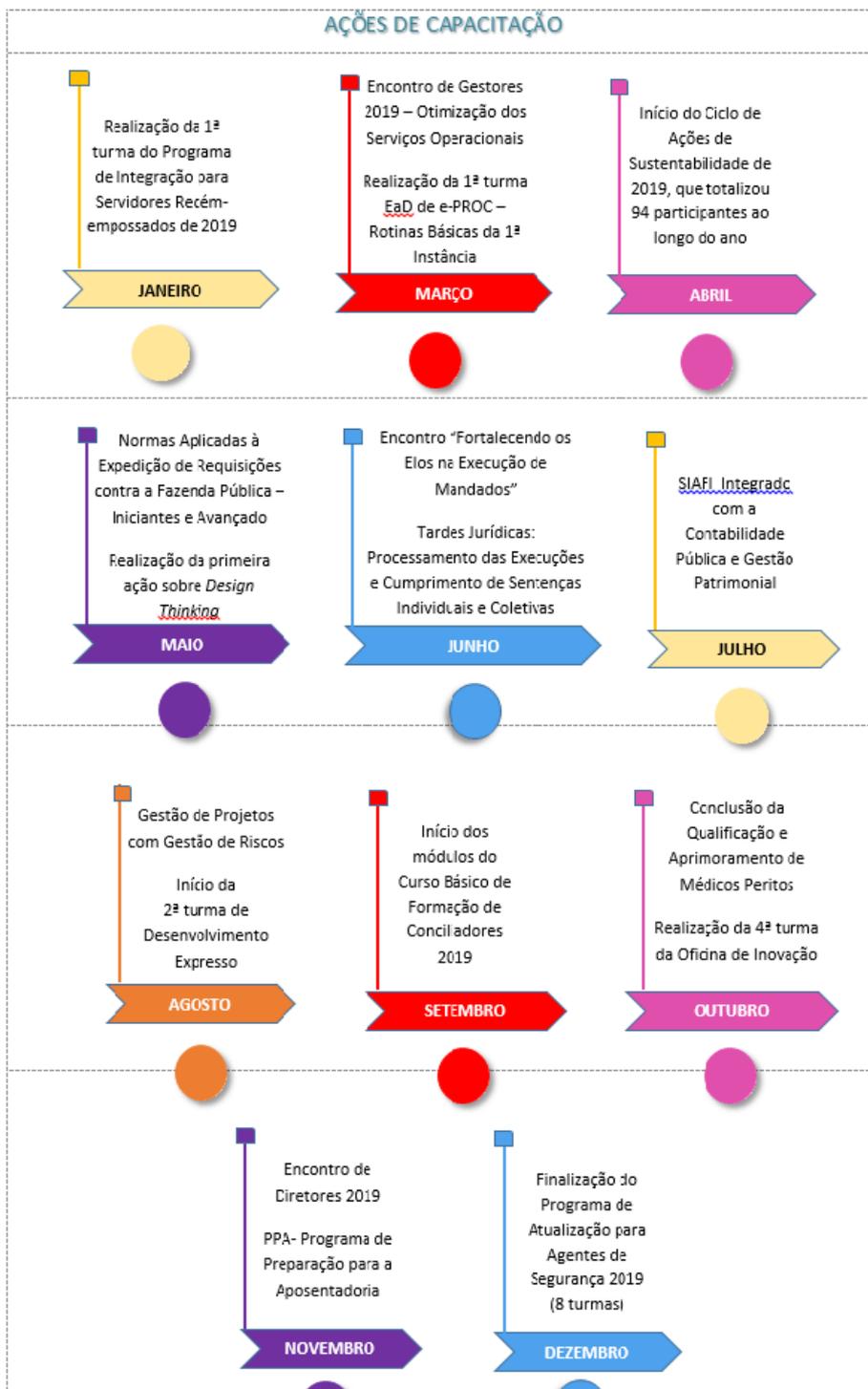


Assinado digitalmente por OSAIR VICTOR DE OLIVEIRA JUNIOR.  
Assinado com senha por LUCIENE DA CUNHA DAU MIGUEL.  
Documento Nº: 2772112.25184978-9724 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2772112.25184978-9724>



JFRJMEM202000801

## AÇÕES DE CAPACITAÇÃO



#### 4.5. Outras Informações Relevantes

Em busca do constante aprimoramento das atividades relativas ao desenvolvimento de pessoas, bem como à melhoria contínua do clima organizacional e da qualidade de vida, projetamos como alguns dos desafios para o ano de 2020:



#### 5. Gestão de Material e Patrimônio

##### 5.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

Os impactos decorrentes das diretrizes implementadas pela Emenda Constitucional nº 95/2016 tiveram como principal característica um esforço de adequação da gestão orçamentária

Assim, foi necessária a implementação de algumas medidas administrativas visando à racionalização do material e o seu consumo sustentável. Entre elas, destaca-se a adoção do Kit de Material para cada unidade. Para sua elaboração, foi feita uma projeção de compra de material de consumo com base na média de períodos anteriores, considerando as peculiaridades de cada unidade e tentando absorver a demanda de trabalho de cada uma e suas reais necessidades. O Kit de Material se traduz na planilha de cota máxima de material, que está disponível no documento nº JFRJ-MEM-2019/08857.

Outra medida adotada que merece citação foi a declaração de controle de material em estoque. Passou a ser exigido que todas as unidades requisitantes apresentassem, mensalmente, a declaração de material existente no seu estoque e analisassem as solicitações de material atuais, realizando cortes e ajustes, caso fossem necessários.

Também como medida de economia, o fornecimento de material passou a ser enviado por períodos maiores e não mais mensalmente, cabendo às unidades administrarem o consumo de modo que o material perdure por



todo o período de fornecimento. Com esse novo procedimento, verificou-se um melhor controle da utilização e diminuição dos custos com o transporte para a distribuição do material.

Outro destaque foi a adoção da ferramenta “subalmoxarifado” do sistema ASI (Sistema de Controle de Material e Patrimônio/Almoxarifado) para fins de controle do material das Subseções. As unidades passaram a registrar as saídas do material no exato momento da distribuição para os setores requisitantes.

Cabe ressaltar, ainda, a realização de visitas às Subseções feitas pela equipe da Coordenadoria de Material, visando avaliar o consumo adequado de material, estoque disponível e condições do mobiliário de modo a atender eventuais necessidades de substituição ou reparo.

No âmbito da gestão patrimonial, foram realizadas ações visando à melhoria do mobiliário dos servidores. Foram realizadas aquisições de móveis e materiais confortáveis e ergonomicamente corretos para a saúde e o bem-estar do servidor. Foram adquiridas 2.386 cadeiras ergonômicas, que foram distribuídas para todas unidades da SJRJ, além de substituição do mobiliário dos gabinetes dos juizes do Fórum da Rio Branco e das mesas por estação de trabalho trazendo mais conforto e praticidade.

Outro aspecto importante foi a adoção de uma nova política de desfazimento de bens, considerados inservíveis para a SJRJ. Em face da escassez de mão-de-obra, não era possível dar celeridade ao desfazimento de forma adequada, gerando acúmulo e depreciação dos bens. A fim de solucionar essa questão, foi criada uma comissão de desfazimento, com integrantes de outras unidades e o desfazimento passou a ser feito na própria Subseção, evitando o envio dos bens para o depósito, situado na rua Equador. Assim, os bens permanecem nas Subseções aguardando a retirada por algum órgão, após regular processo administrativo.

Em face da necessidade de melhor reaproveitar os bens ociosos da SJRJ, foi criada uma plataforma para ofertar os bens disponíveis para reuso dentro do próprio órgão. Desta forma, os bens podem ser reaproveitados, evitando-se novas aquisições e gerando economia. Os bens ociosos ficam disponíveis na página da intranet e podem ser solicitados pelo gestor de material formalmente designado. O pedido de material é avaliado pela Seção de Patrimônio acerca da pertinência em face da compatibilidade, necessidade e adequação do ambiente.

Para atender às necessidades dos jurisdicionados e advogados que transitam pelos Fóruns, tanto da Capital quanto das Subseções, foram adquiridas e instaladas torres de carregador coletivo, destinadas a celulares, smartphones e similares.

## 5.2. Outras Informações Relevantes

Cabe, ainda, destacar que em função das obras realizadas no Anexo II do Fórum da Rio Branco, a Coordenadoria de Material/SCM desempenhou um papel relevante na movimentação e guarda do material das Varas, no acompanhamento do transporte e na montagem dos mobiliários.



Registre-se que a Coordenadoria de Material também participou ativamente das seguintes atividades:

- Obra do piso da unidade Equador. A SCM atuou diretamente na organização, movimentação de material e acompanhamento da obra;
- Distribuição de material em curto espaço de tempo. Mais de 1.000 cadeiras foram distribuídas em menos de 2 semanas (além do atendimento de todas as demandas feitas pela SEDIM - Seção de Distribuição de Material - Retiradas e envios);
- Estocagem de significativa quantidade de material para permitir atendimento sem falta dos insumos básicos para 2020;
- Liquidações de notas fiscais em grande volume de modo a afastar a inscrição em restos a pagar e comprometer o orçamento do exercício seguinte.

## 6. Gestão de Infraestrutura

### 6.1. Avaliação das Principais Ações Realizadas em 2019

A Subsecretaria de Infraestrutura (SIE) tem como finalidade fornecer condições de uso e conforto adequados às instalações prediais, promovendo manutenções prediais, obras de reforma e de construção dos imóveis da SJRJ.

As ações observam as diretrizes da Administração, como também, manutenções de rotina, atendimento às legislações, necessidades apontadas pelas áreas técnicas, inspeções administrativas e Corregedoria, visando, sempre, à modernização e manutenção da infraestrutura dos imóveis com foco na prestação jurisdicional e desempenho das atividades jurisdicionais. As ações são programadas em conjunto com a Administração e contempladas no Plano de Obras - alinhadas ao Plano Plurianual - PPA, observadas as diretrizes do TRF2, e no programa de contratações anual.

A elaboração das especificações e o acompanhamento da execução dos contratos são realizados em consonância com a Lei de Licitações nº 8.666/1993, Guia de Obras do CJF, Resolução CNJ nº 114/2010 e orientações dos órgãos de auditoria.

A EC nº 95/2016, que limita o teto dos gastos públicos, exigiu maior rigor no planejamento e acompanhamento das contratações de serviços e materiais, uma vez que a execução não deve ultrapassar o exercício, a fim de não gerar inscrição de valores na conta Restos a Pagar, comprometendo o financeiro do exercício posterior.

O complexo predial da Seção Judiciária é dotado de 27 prédios totalizando uma área aproximada de 100 mil metros quadrados.

A manutenção dos imóveis tem relevância entre as atribuições da SIE, que promove as ações preventivas e corretivas nas instalações civis, hidrossanitárias, elétricas e mecânicas. As manutenções preventivas visam prolongar a vida útil dos equipamentos e instalações e reduzir as ocorrências de falhas, enquanto as manutenções corretivas visam ação imediata de forma a garantir o funcionamento dos sistemas, a fim de evitar prejuízo ao desempenho das atividades jurisdicionais.

Os projetos observam os processos de trabalho de forma a propiciarem melhor funcionamento das atividades, como também as diretrizes de acessibilidade e sustentabilidade, estabelecidas no Manual de Sustentabilidade do CJF e Resolução CNJ nº 230/2016 entre outras legislações pertinentes.



### Redução do consumo de energia elétrica

Em 2018, um termo de cooperação técnica foi firmado entre a SJRJ e a LIGHT com o objetivo de promover ações de eficiência energética, que visam à redução de consumo e demanda. Em 2019 foi dado início à implementação do Projeto de Eficiência Energética Light/ANEEL. O projeto prevê a substituição de todas as lâmpadas fluorescentes por lâmpadas tipo led no Fórum da Rio Branco, Anexos I e II, com previsão de término em Junho de 2020.

O parque dos aparelhos de ar condicionado de janela estão sendo renovados por outros mais eficientes, bem como a instalação de *splits*, visando à redução do consumo de energia e diminuindo as ações de intervenção na manutenção de equipamentos.

### Manutenção dos Imóveis

No Fórum da Av. Venezuela - Blocos A e B, foi realizada contratação para o fornecimento e execução das instalações elétricas de comando, controle e força do sistema de refrigeração, visando à adequação e redimensionamento da carga e automação do sistema de comando, a fim de aumentar o grau de confiabilidade do sistema de refrigeração.



Nos imóveis dotados do sistema de refrigeração central foram realizadas limpeza de dutos e limpeza dos reservatórios de água, com vistas à manutenção da qualidade do ar e da água nos níveis exigidos pelas legislações.

A conservação dos imóveis contemplou, ainda, várias ações como a pintura das edificações da Capital e do Interior, manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais com atendimento de 1.017 chamados, aquisições de materiais de consumo, de forma a garantir a execução da manutenção.

Para renovação do parque de equipamentos, foram adquiridos *nobreaks* e estabilizadores, em virtude da vida útil e para adequação da demanda.

Nas Subseções do interior, foram realizados laudos de avaliação e laudos estruturais, com vistas a subsidiar contratos de locação e instalação das Varas.

A SIE atua em conjunto com as demais áreas administrativas/judiciárias para o alcance do melhor resultado para a Seção Judiciária.



As diretrizes da Administração, através da Direção do Foro e da Secretaria Geral, orientam projetos e ações destinados a melhorias das condições de trabalho para servidores e magistrados, bem como melhor atendimento ao cidadão promovendo acessibilidade e melhor infraestrutura das instalações.

## 6.2. Obras e Reformas

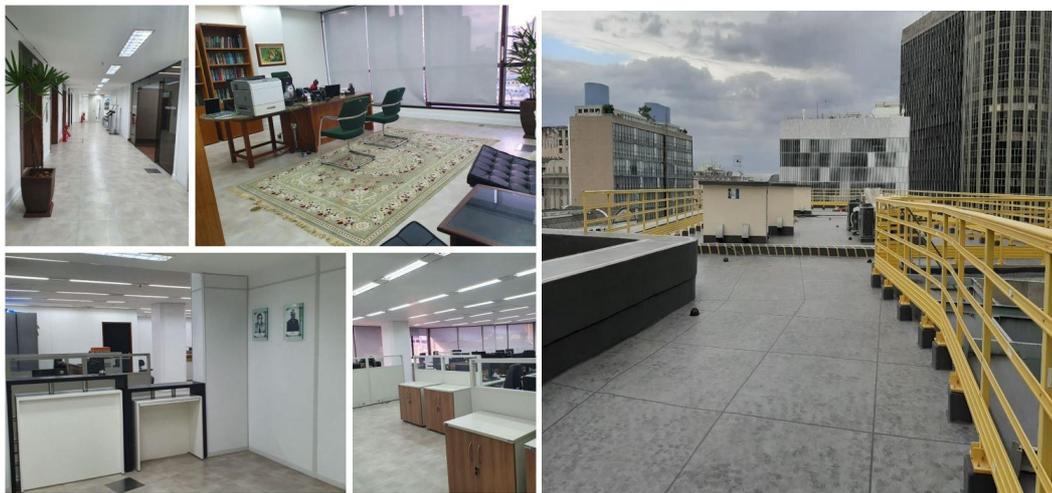
### Modernização do Fórum Rio Branco

No ano foram concluídas as obras de reforma dos sanitários e copas do Anexo I e a reforma do 14º e 15º pavimentos do Anexo I e iniciada nova fase do projeto.

Novas diretrizes foram estabelecidas para a obra dos Anexos I e II, cujo escopo contemplou reforma em todas as 26 Varas do Anexo II com a substituição de pisos, substituição do cabeamento de lógica/elétrica, instalação de divisórias com tratamento retardante ao fogo, instalação de balcões para portadores de deficiência, e substituição dos armários de copa.

Foi realizado novo sistema de impermeabilização nas lajes de cobertura dos Anexos I e II, cuja técnica permite aplicação direta sobre o piso existente, sem quebrar nada, e o revestimento final promove um piso monolítico sem emendas e totalmente impermeável. As características técnicas do produto permitem uma impermeabilização que acompanha as movimentações do piso não ocasionando trincas ou rompimento. Dessa forma, o novo sistema permitiu uma execução mais rápida e com menos transtorno no decorrer da execução, sanando problemas recorrentes de vazamento, motivados pelo desgaste do sistema antigo com manta asfáltica.

Em 2020 será retomada a obra no Anexo I, dando continuidade à reforma nos pavimentos 11º, 12º e 13º, a exemplo da obra realizada no 14º pavimento.



O quadro técnico da SIE acompanhou a reforma em dois imóveis, com vistas à reinstalação das Subseções Judiciárias de Itaboraí e Teresópolis, cujas instalações promovem melhores condições de acessibilidade e utilização do espaço com a adoção das estações de trabalho e espaços compartilhados em função da reestruturação administrativa.



#### Complexo da Rua Equador

O espaço comporta o Almoxarifado e é utilizado pela SGE, entre outras funções, para guardar autos de processos físicos digitalizados, enquanto não há a baixa definitiva do processo convertido em eletrônico. Com a edição da Resolução CJF nº 614/2019, esse procedimento será uma etapa primordial para a eliminação de documentos, razão que justificou a melhoria, reorganização e adequação do espaço.

A SIE promoveu a aplicação de um revestimento mais resistente e adequado à finalidade do setor, sendo um piso multicamadas com resina poliuretano, com vistas a promover melhoria na área de carga e descarga e guarda de material.

Foi realizada, também, reforma dos muros das fachadas com a instalação de portão com objetivo de melhorar o acesso ao imóvel em função da alteração no tráfego da região após as obras na zona portuária. A fim de elevar o grau de segurança nas dependências da JFRJ, foi proposta para 2020 a expansão do contrato de manutenção de Circuito Fechado de TV - CFTV para a localidade.



### 6.3. Situação dos Imóveis a cargo da SJRJ

Em relação aos contratos de locação de imóveis, foram realizadas tratativas com os respectivos proprietários, acarretando uma redução de 15% nos valores dos aluguéis, na maioria das locações, a partir de 2020. Além disso, nas negociações, alguns proprietários que teriam direito ao reajuste previsto contratualmente em 2019 concordaram em manter os valores atuais.

Com a reinstalação da Subseção de Angra dos Reis em Volta Redonda, o respectivo contrato de locação foi rescindido implicando em redução de despesa.

### 6.4. Sustentabilidade Ambiental

#### **Plano de Logística Sustentável (PLS)**

A atualização do PLS com as ações construídas em 2019 e valores relativos aos indicadores de 2018 não foi concluída. Parte da comissão gestora do PLS recebeu atribuições relativas ao projeto de modernização do Fórum Rio Branco, o que inviabilizou a elaboração da atualização. Os dados relativos a ela, no entanto, estão sendo trabalhados de forma a publicar uma atualização do PLS com dados de 2018 e 2019, bem como o planejamento de 2020.

O PLS encontra-se disponível para acesso público no portal da SJRJ na internet (<https://www.jfrj.jus.br/normas-e-publicacoes/publicacoes/plano-de-logistica-sustentavel>)

#### **Programa de Descarte de Eletrônicos**

Houve continuidade do acordo de cooperação entre a SJRJ e a Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente LTDA (COOPAMA) visando à manutenção do programa permanente de descarte de equipamentos e resíduos eletroeletrônicos e outros materiais afins, todos inservíveis, a serem recolhidos pela SJRJ de seus servidores, magistrados, terceirizados e usuários, bem como os produzidos pela própria instituição, com fulcro no art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Foram descartados, em 2019, 210 kg de resíduos, pelo apurado através dos contêineres da cooperativa localizados na Sede Administrativa e Fóruns Rio Branco e Venezuela.

#### **Programa de Coleta Seletiva**

O programa de coleta seletiva, que existe na SJRJ desde 2009, já enfrentou vários problemas que ameaçaram sua continuidade, causados essencialmente pela inconstância da retirada feita diretamente pelas cooperativas. Essa inconstância chegou a provocar, em algumas ocasiões, o descarte de resíduo reciclável como resíduo comum, devido ao esgotamento de espaço de armazenamento.

A unidade ambiental indicou, por meio do memorando JFRJ-MEM-2019/01790, a necessidade de substituição dos contêineres de coleta seletiva, devido ao esgotamento dos itens para substituição, sob pena de haver deterioração do programa devido à falta de condições para a separação dos resíduos. Entretanto, devido às restrições orçamentárias, a aquisição não foi realizada.



## Consumo de Água, Energia Elétrica e Papel

Em 2019, foi mantido o acompanhamento dos consumos de água, energia elétrica e papel, junto às unidades de apoio de toda a Seccional, entretanto sem o relatório trimestral, também devido à indicação de servidores da unidade ambiental ao projeto de modernização do Fórum Rio Branco. Esse acompanhamento tem sido feito desde 2015 como resposta à crise hídrica que ocorreu no início daquele ano.

Nele são comparados os consumos em grupos, classificados em A, B ou C de acordo com o número de unidades judiciárias de cada localidade quando fora da Capital, onde cada uma pode além de ver o próprio desempenho, compará-lo com as outras Subseções do seu grupo.

Em relação ao papel, além desse trabalho de monitoramento, houve a redução do consumo pela regulação do fornecimento de papel A4 implementado a partir do Almoxarifado.

Indicador de Consumo	Unidade	Consumo 2018	Despesa 2018	Consumo 2019	Despesa 2019	Varição de Consumo	Varição de Despesa
ÁGUA	m <sup>3</sup>	57.989	R\$ 992.946,47	67.878	R\$ 1.106.982,63	17,05%	11,48%
ENERGIA ELÉTRICA	mWh	10.680	R\$ 10.496.832,52	12.232	R\$ 10.531.975,92	14,53%	0,33%
PAPEL A4	Resmas	14.591	R\$ 219.870,61	11.042	R\$ 158.442,70	-24,32%	-27,94%

Fontes: Seção de Gestão Administrativa de Imóveis e Seção de Almoxarifado

## Compras Sustentáveis

Foi solicitada a publicação da Portaria JFRJ-POR-2019/00169, determinando o uso do guia de licitações da AGU no diário eletrônico da JF.

## Conscientização Ambiental

Foi realizado no Fórum Desembargadora Federal Marilena Franco, um ciclo de palestras sobre “Consumo consciente e licitações sustentáveis”, tema do 1º Seminário da Rede ReciclaPorto Rio. Representando a Justiça Federal da 2ª Região, o Diretor do Foro, Dr. Osair Victor, abriu o evento ressaltando a importância da iniciativa para “intensificar o relacionamento” com as instituições que integram a Rede e estimular a troca de conhecimento.

Ainda na esteira da economicidade versus sustentabilidade, o supervisor da Seção de Projetos Socioambientais (SEAMB/SGE), Marcelo Abreu, defendeu na palestra “Sustentabilidade e Economicidade: um ‘casamento’ que deu certo” que só se pode falar de sociedade sustentável quando existe um sistema social justo, ambientalmente sustentável e economicamente próspero.

## Descarte de Materiais

A SJRJ tem promovido o descarte ambientalmente correto de vários tipos de resíduos produzidos pela instituição. Em 2019, foram entregues para a reciclagem:

- 41 Baterias automotivas ou de porte similar gastas;



- 100% das Pilhas e Baterias descartadas em nosso programa: através da parceria com a Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente, com quem a SJRJ tem o acordo de cooperação para a coleta de resíduos eletroeletrônicos mencionado acima, é feita a destinação de pilhas e baterias de pequeno porte, desde as pilhas comuns AAA até baterias de rádios e celulares particulares e institucionais;

- 10.450 kg de Documentos: a SJRJ mantém um procedimento para o descarte de papeis cuja informação impressa exige segurança à reciclagem, garantindo assim a privacidade e sigilo tanto de informações estratégicas da instituição quanto dos usuários de seus serviços.

No caso deste último descarte, a diferença fundamental em relação a outros materiais recicláveis está no fato de que agentes de segurança da SJRJ fazem o acompanhamento do material levado pela cooperativa e presenciam a sua trituração reportando o volume de papel descartado. Assim, a destinação é feita de forma ambientalmente correta, gerando benefícios sociais e sem o custo de aquisição, funcionamento e manutenção de equipamentos que seriam necessários para garantir internamente a segurança.

## 7. Gestão de Tecnologia de TI

As unidades de tecnologia da Informação do TRF2 e da Seção Judiciária do Rio de Janeiro foram unificadas em 2015, por meio da resolução nº TRF2-RSP-2015/00016, que dispõe sobre a atuação regional, a estrutura organizacional e o quadro de pessoal das unidades de Tecnologia da Informação. Sendo assim, a STI, responderá ao Relatório de Atividades de 2019 do TRF2, de forma unificada, para a 2ª Região.

## 8. Gestão Orçamentária e Financeira

### 8.1. Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SOF) é responsável pelo planejamento e pela execução do Orçamento da SJRJ, que compreende basicamente a elaboração dos Orçamentos Anuais e Plurianuais e o acompanhamento e a avaliação da execução para, se e quando necessário, propor correções de rumo por meio de alterações no orçamento (créditos suplementares com e sem fonte de compensação e remanejamento de dotações dentro dos Planos Orçamentários).

O processo de monitoramento da execução permite e subsidia os ajustes necessários, tanto por meio da redistribuição de recursos internamente entre as diferentes áreas da SJRJ, quanto pela negociação de créditos submetidos ao TRF2, com o objetivo de adequar os itens da programação.

Em todo o processo de elaboração e controle dos orçamentos, a SOF da SJRJ trabalha alinhada com a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO) do TRF2 e toda a gestão orçamentária, financeira e contábil obedece aos padrões estabelecidos e retratados no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) de acordo com o Plano de Contas específico da esfera federal.

O processo orçamentário também se dá com a participação dos gestores de cada área técnica da administração da SJRJ e se inicia com a coleta de dados e a devida classificação econômica das demandas para padronização e adequação à linguagem requerida e posterior consolidação e envio da Proposta Orçamentária Anual para a SPO – órgão orçamentário setorial da 2.ª Região.



Aprovado e disponibilizado o orçamento, inicia-se o processo de execução orçamentária e financeira e seu respectivo acompanhamento.

Com a vigência do Regime Fiscal estabelecido pela EC n.º 95/2016 o controle orçamentário se torna ainda mais fundamental em razão da necessidade de controle também do lastro financeiro, sobretudo dos restos a pagar, tendo em vista que as despesas empenhadas e não pagas num exercício passam a compor um passivo para o exercício seguinte.

No tocante ao orçamento disponibilizado para atendimento das despesas do exercício de 2019, apresentamos a posição da execução até 31/12/2019, conforme tabela que segue:

#### Orçamento Total do Exercício de 2019 - posição em 31/12/2019

R\$ 1,00

GRUPO E NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINAL	PAGO	% PAGO
Pessoal e Encargos Sociais	1.093.132.135,22	1.086.338.951,20	99,38
Benefícios pagos em folha	53.582.893,00	53.265.592,10	99,41
Auxílio Moradia - Magistrados e Servidores	740.000,00	485.929,01	65,67
Outras Despesas Correntes	88.064.071,08	82.769.552,79	93,99
Assistência Judiciária a Pessoas Carentes	1.841.256,95	1.839.820,21	99,92
Reforma dos Anexos do Fórum da Avenida Rio Branco	4.000.000,00	3.055.882,21	76,40
Outros Investimentos	18.826.875,00	17.761.675,91	94,34
TOTAL	1.260.187.231,25	1.245.517.403,43	98,84

Fonte: SIAFI2019/Relatórios do Tesouro Gerencial extraídos no dia 13/01/2020

Conforme verificado no quadro acima, foram pagos, até 31/12/2019, 98,84% das dotações orçamentárias totais destinadas à SJRJ, o que permitiu o alcance da meta de reduzir ao máximo o impacto dos restos a pagar para o exercício de 2020.

#### Assistência Judiciária Gratuita nos Processos em que o INSS é Réu

As despesas de perícias vinculadas aos processos judiciais nos quais o INSS figura como parte representam aproximadamente 85% de toda a despesa com honorários da SJRJ e, em razão do aumento da demanda verificado ao longo dos últimos anos, a SJRJ enfrentou dificuldades orçamentárias para quitação dessas despesas, sobretudo no exercício de 2018 quando ocorreu a suspensão dos pagamentos no 2º semestre por insuficiência de recursos.

Após negociações entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo, ainda no exercício de 2018, as ações nas quais o INSS figura como réu passaram a ter os honorários periciais vinculados à fonte orçamentária proveniente do Poder Executivo (Medida Provisória nº 854, de 3/10/2018 e Lei nº 13.876, de 20/09/2019).



No exercício de 2019, após recebimento dos créditos financiados com a fonte acima referenciada, foi possível a regularização dos pagamentos relativos às solicitações validadas até meados de dezembro de 2019 e aptas para pagamento, conforme demonstrado no quadro abaixo.

R\$ 1,00

GRUPO E NATUREZA DA DESPESA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINAL	PAGO	% PAGO
Antecipação de Honorários Periciais em ações nas quais o INSS seja parte	10.412.029,13	10.410.106,39	98,98

Fonte: SIAFI2019/Relatório extraídos do Tesouro Gerencial no dia 13/01/2020

## 9. Comunicação Institucional

O Núcleo de Comunicação Social (NCOS) é constituído por duas seções, Seção de Assessoria de Imprensa (Seasi) e Seção de Relações Públicas (Serep). Ambas desenvolvem permanentemente atividades que visam a aproximar o Poder Judiciário e o cidadão; o Poder Judiciário de outros órgãos; e a promover e aprimorar a comunicação institucional com o público interno desta Seção Judiciária.

As principais ações, atividades e programas sob a responsabilidade do NCOS são: o serviço “Fale Conosco”, destinado a receber as manifestações dos jurisdicionados relativas a “elogios e sugestões” e “contato de outras instituições”; o relacionamento com jornalistas; a divulgação de decisões judiciais e administrativas; o programa educativo Conhecendo a SJRJ, direcionado principalmente a estudantes e educadores de ensino médio; a promoção e apoio à realização de eventos institucionais; e o programa Justiça, Atitude e Conhecimento, que busca integrar magistrados e servidores, ativos e aposentados, aproximando a Justiça Federal da sociedade.

O “Fale Conosco”, canal direto de comunicação com o cidadão, é um serviço disponibilizado no sítio institucional da SJRJ. No exercício de 2019, o NCOS recebeu por esse canal 84 mensagens. O Núcleo também recebe as demandas dos jornalistas sobre decisões judiciais e andamento processual, analisa o pedido, consulta as Varas Federais, reúne as informações e responde aos demandantes, tendo registrado, ao longo de 2019, 1.187 atendimentos. Foram feitas ainda 107 divulgações de decisões judiciais e ações administrativas e publicados 130 avisos institucionais.

Em 2019, cerca de 2.258 matérias mencionaram a JFRJ em diversos veículos de comunicação (jornais com edição impressa, TV, rádio e portais que disponibilizam acesso livre ao conteúdo na internet). Do total de matérias que mencionaram a SJRJ, aproximadamente 305 foram publicadas na seção “JFRJ na mídia”, disponibilizada na intranet.

No trabalho de comunicação interna, foram publicadas 202 matérias no portal Antena Jus. Entre os assuntos abordados, o trabalho da administração da SJRJ, temas relacionados à saúde, eventos internos, além da programação do CCJF. Em 2019, foram encaminhados 330 e-mails institucionais, feitas 292 coberturas de eventos, inclusive fotográfica.

O Núcleo foi também responsável pela publicação na intranet de 481 mensagens na seção “Notícias” e de 68 anúncios na seção “Classificados”.



Ações desenvolvidas pelo NCOS/Seasi	
Atividade	Quantidade
E-mail institucional (Antena Jus)	330
Atendimento pelo canal Fale Conosco	84
Cobertura de eventos	292
Atendimento a jornalistas	1.187

Publicações na intranet - NCOS/Seasi	
Tipo	Quantidade
Matérias no portal Antena Jus	202
Publicações na seção JFRJ na Mídia	305

Publicações na internet - NCOS/Seasi	
Tipo	Quantidade
Notícias	107
Avisos	130

Publicações na Intranet - NCOS/Serep	
Tipo	Quantidade
Avisos na página de notícias	481
Anúncios na página de classificados	68

O NCOS realizou, em 2019, quatro edições do programa de visitação “Conhecendo a SJRJ”, beneficiando 217 pessoas – sendo três edições dirigidas a sete instituições de ensino, contemplando 137 participantes, entre estudantes e professores de escolas públicas e particulares. Foi promovida também uma edição especial, com um público-alvo diferenciado: pessoas que vivem em situação de rua no Centro do Rio de Janeiro, reunindo 80 participantes. A avaliação – por parte dos juízes federais e servidores envolvidos, bem como do público-alvo – foi tão boa e a repercussão positiva foi tão expressiva, que essa edição deverá constar no calendário anual do Conhecendo a SJRJ em 2020.

A realização do tradicional evento “Semana do Servidor Público”, que integra o calendário anual da SJRJ, passou a contar com um número maior de atribuições sob a responsabilidade do NCOS, conforme determinado no documento JFRJ-PSG-2019/0054. A equipe é responsável pelo planejamento e execução do evento, incluindo captação de recursos, contratação de serviços, elaboração de roteiros, contato com servidores homenageados, promoção das cerimônias, envio de brindes para todas as Subseções Judiciárias, cobertura e divulgação dos eventos, dentre outras atribuições. Foram promovidas três cerimônias na Capital, com a presença do Diretor do Foro, reunindo 238 servidores e contemplando, em toda a SJRJ, 528 homenageados – nas categorias “Tempo de Serviço”, “Honra ao Mérito” e por “Aposentadoria”.

O Núcleo apoiou a realização de três eventos de capacitação externos, realizados em Itaipava, Barra do Pirai e Mangaratiba. A parte logística dos eventos ficou sob a responsabilidade da equipe: alimentação, transporte, definição dos espaços, compatíveis com as respectivas programações de trabalho, número de participantes, adequação de orçamentos, dentre outros critérios. Foram atendidos 40 servidores no Encontro de Gestores das Subseções; 75 servidores no Encontro de Oficiais de Justiça; e 120 servidores no Encontro de Diretores.



Em janeiro foi instituído o programa “Justiça, Atitude e Conhecimento – JAC”, com o objetivo de promover ações culturais, assistenciais e socioeducativas para integrar magistrados e servidores, ativos e aposentados, e aproximar a Justiça Federal da sociedade, com atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade social. Cinco ações destacaram-se ao longo do ano.

A primeira atividade foi a campanha “Varal Solidário Carioca”, promovida no Largo da Carioca, para a doação de 300 peças de roupa destinadas à população em situação de rua no Centro da cidade. Foram contempladas aproximadamente 130 pessoas.

No mês de maio, foi promovida uma campanha em prol do Hospital Maternidade Carmela Dutra, tendo arrecadado, em menos de uma semana, 142 produtos alimentícios para contribuir com o lanche em comemoração ao mês das mães, oferecido pelo Hospital às gestantes que fazem o pré-natal no ambulatório.

Em julho, o programa contemplou a Casa de Passagem Cely Campello, abrigo que atende adolescentes vítimas de violência e negligência familiar, doando mais de 1.000 itens de higiene pessoal.

Em agosto, foi realizada uma campanha para arrecadação de tampinhas plásticas em benefício do grupo Rio Eco Pets, que ajuda ONG’s provedoras de cuidados a animais abandonados. Foram entregues 5.148 tampinhas ao final da campanha e a SJRJ passou a realizar permanentemente essa arrecadação.

E no mês de dezembro, a SJRJ promoveu uma campanha natalina destinada à Associação Reviver, instituição que, após tratamento no Hospital dos Servidores do Estado, atende crianças e adolescentes, cujas famílias não dispõem de recursos para comprar medicamentos e/ou para manter uma dieta alimentar adequada. Foram arrecadados 1.112 itens, sendo 1.045 para higiene pessoal e 67 latas de leite em pó especial para bebês. E ainda: 15 crianças foram contempladas, cada uma, com um kit completo de roupa, calçado e brinquedo.

### Outras iniciativas

Ao longo do ano, o cerimonial dos eventos de posse para dezenas de servidores foi elaborado, conduzido, registrado e divulgado pela equipe do NCOS.

Em junho, o NCOS foi convidado a integrar a Comissão que colabora com o gerenciamento do Espaço de Convivência, Galeria e Inovação, inaugurado em abril, na Sede Administrativa. Desde então, apoiou todas as ações do Espaço e produziu alguns eventos. Ainda em junho, o Núcleo produziu e executou um *talk show* com a ex-diretora geral da SJRJ e servidora aposentada, Maria Regina Cosentino, que teve a presença de servidores ativos e inativos e abriu a programação do Espaço para os aposentados. Em novembro, como parte das atividades relativas ao mês da Consciência Negra naquele Espaço, o NCOS produziu e apresentou uma roda de conversa com o historiador e servidor da SJRJ, Alexandre Rocha do Nascimento, e servidores da casa sobre “A história do negro e o samba no Rio de Janeiro”. No dia 12 de dezembro, no Espaço de Convivência do Fórum da Av. Venezuela, inaugurado em agosto, o Núcleo organizou para os servidores bate papo e apresentação musical com o tema “Não Deixe o Samba Morrer”, inspirado no Dia Nacional do Samba, comemorado no dia 2/12.

Dentre as comemorações do mês da Consciência Negra realizadas pela SJRJ, foi promovido pelo NCOS, em novembro, um passeio guiado pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, um conjunto de sítios arqueológicos e monumentos situados na zona portuária da cidade, que integram o patrimônio material e imaterial de africanos e afrodescendentes. A atividade reuniu dezenas de magistrados e servidores, e também contou com a participação de estudantes do Colégio Estadual Francisco Lima, de São Gonçalo.



Finalizando o ano, em mais uma ação de fortalecimento dos vínculos da Justiça Federal com diversos representantes sociais da região portuária do Rio, a SJRJ novamente disponibilizou as instalações do auditório no Fórum Desembargadora Marilena Franco para a realização de cerimônias de formatura de nível médio de duas escolas públicas da região - CAIC Tiradentes e Colégio Estadual Revendo Clarence Tucker, reunindo 223 estudantes, familiares e professores.

<b>Ações promovidas pelo NCOS/Serep</b>			
Ação	Quantidade	Nº de beneficiados	Arrecadação
Programa educativo "Conhecendo a SJRJ"	04	217	- x -
Semana do Servidor da SJRJ	03	528	- x -
Varal Solidário Carioca	01	- x -	300 peças de roupas
Hospital Maternidade Carmela Dutra	01	- x -	142 itens alimentícios
Casa de Passagem Cely Campello	01	- x -	Mais de 1.000 itens de higiene pessoal
Rio Eco Pets	01	- x -	5.148 tampinhas
Associação Reviver	01	- x -	1.112 itens de higiene pessoal e leite em pó especial
Total de ações: 12			

<b>Principais ações institucionais realizadas com o apoio do NCOS/Serep</b>		
Ação	Quantidade	Nº de participantes
Encontro de Gestores das Subseções	01	40
Encontro de Oficiais de Justiça	01	75
Encontro de Diretores	01	120
Cerimônias de formatura de escolas públicas	02	223
Talk show com a ex-diretora geral da SJRJ Maria Regina Cosentino	01	35 (aproximadamente)
Roda de conversa com o historiador Alexandre Rocha do Nascimento sobre "A história do negro e o samba no Rio de Janeiro"	01	12 (aproximadamente)
Bate papo e apresentação musical com o tema "Não Deixe o Samba Morrer"	01	25 (aproximadamente)
Total	08	530 (aproximadamente)



### III - LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Descrição
SJRJ	Seção Judiciária do Rio de Janeiro
TRF2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DIRFO	Diretoria do Foro
SG	Secretaria Geral
NCOS	Núcleo de Comunicação Social
NGOV	Núcleo de Governança Institucional
NSDF	Núcleo de Suporte à Diretoria do Foro
NSEG	Núcleo de Segurança Institucional
SAJ	Subsecretaria de Atividades Judiciárias
SCM	Subsecretaria de Contratações e Material
SGE	Subsecretaria de Gestão Estratégica
SGP	Subsecretaria de Gestão de Pessoas
SGS	Subsecretaria de Gestão de Serviços
SIE	Subsecretaria de Infraestrutura
SJA	Subsecretaria Jurídico-Administrativa
SOF	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças
GES	Grupo Especial de Segurança
PEIAE	Plano de Emergência contra Incêndio e Abandono de Edificações
Su-Proc	Suporte aos Sistemas Processuais da Justiça Federal do Rio de Janeiro
SEAJU	Setor de Atendimento aos Jurisdicionados e Cidadania
SEEU	Sistema eletrônico de Execução Unificado
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CLIP	Centro Local de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro
e-Proc	Sistema Processual Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região
CNIB	Central Nacional de Indisponibilidade de Bens
ARISP	Termo de Adesão para Intercâmbio de Informações Eletrônicas (Penhora online)
IRIB	Instituto de Registro Imobiliário do Brasil
CEG	Companhia de Gás do Rio de Janeiro
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
MPAS	Ministério da Previdência Social
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
SISBEN	Sistema de Benefícios
SISOBI	Sistema Informatizado de Controle de Óbitos
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
PRFN2	Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SRRF7	Secretaria da Receita Federal da 7ª Região Fiscal
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



Sigla	Descrição
JF	Justiça Federal
TRE-RJ	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região
ASI	Sistema de Controle de Material e Patrimônio/Almoxarifado
PLS	Plano de Logística Sustentável
SPO	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do TRF2

